

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TESE

**A REVOLTA DE 1924 EM SÃO PAULO: PARA ALÉM DOS
TENENTES**

Maria Clara Spada de Castro

2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A REVOLTA DE 1924 EM SÃO PAULO: PARA ALÉM DOS
TENENTES**

MARIA CLARA SPADA DE CASTRO

Sob Orientação do Professor
Álvaro Pereira do Nascimento

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

**Seropédica
2022**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C355r Castro, Maria Clara Spada de, 1991-
A Revolta de 1924 em São Paulo: para além dos
tenentes / Maria Clara Spada de Castro. - Seropédica,
2022.
317 f.

Orientador: Álvaro Pereira do Nascimento.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

1. Revolta de 1924. 2. Tenentismo. 3. Primeira
República. 4. História do Brasil. I. Nascimento,
Álvaro Pereira do, 1964-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação em História III. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



TERMO Nº 1244 / 2022 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.074718/2022-89

Seropédica-RJ, 07 de dezembro de 2022.

MARIA CLARA SPADA DE CASTRO

TESE submetida como requisito parcial para obtenção do grau de DOUTORA EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

TESE APROVADA EM 01 de dezembro de 2022

Dr. CARLO MAURIZIO ROMANI, UNIRIO Examinador Externo à Instituição

Dra. CLÁUDIA MARIA RIBEIRO VISCARDI, UFJF Examinadora Externa à Instituição

Dra. EDILENE TERESINHA TOLEDO, UNIFESP Examinadora Externa à Instituição

Dra. ADRIANA BARRETO DE SOUZA, UFRRJ Examinadora Interna

Dr. ALVARO PEREIRA DO NASCIMENTO, UFRRJ Orientador e Presidente

(Assinado digitalmente em 13/12/2022 12:13)

ADRIANA BARRETO DE SOUZA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1487325

(Assinado digitalmente em 07/12/2022 15:17)

ALVARO PEREIRA DO NASCIMENTO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1542358

(Assinado digitalmente em 08/12/2022 12:18)

EDILENE TERESINHA TOLEDO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 067.643.358-85

(Assinado digitalmente em 03/01/2023 14:43)

CLÁUDIA MARIA RIBEIRO VISCARDI
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 410.906.086-91

(Assinado digitalmente em 08/12/2022 07:59)

CARLO MAURIZIO ROMANI
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 075.696.918-22

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1244**, ano: **2022**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **07/12/2022** e o código de verificação: **4b3f0a0047**

Ao meu companheiro Caio Vinicius de Castro Gerbelli.

À minha avó Zulena, in memoriam.

AGRADECIMENTOS

Meu muito obrigada ao professor Álvaro Pereira do Nascimento pela cuidadosa orientação a esse trabalho. Os caminhos apontados, os desafios lançados, a paciência, a compreensão e as palavras de estímulo foram primordiais para que eu conseguisse levar adiante essa tese em meio às dificuldades impostas pela pandemia.

Obrigada às professoras Anita Prestes, Cláudia Viscardi, Edilene Toledo, Adriana Barreto e ao professor Carlo Romani que contribuíram generosamente com seus apontamentos no exame de qualificação e na banca de defesa. Agradeço também aos professores suplentes da banca Ana Paula Palamartchuk e Alexandre Fortes.

Sou muito grata aos professores que tanto contribuíram com a minha formação nos Programas de Pós-Graduação em História da UFRRJ e da Unifesp, em especial, Luigi Biondi, Jaime Rodrigues, Wilma Peres Costa, Denilson Botelho, Fernando Atique e Odair Paiva.

Obrigada aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, do Arquivo Histórico do Exército, do Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt e do Museu da Polícia Militar de São Paulo. Assim como a todos que contribuíram de algum modo com sugestões, indicações ou compartilhando fontes: Paulo Ribeiro da Cunha, Glaucia Fraccaro, Eduardo Rizzatti Salomão e Renan Santos.

Agradeço aos amigos que a história trouxe, os que vieram de brinde da EJA de Santo André e os de antigos carnavais: Arthur Santos, Gabriela Nery, Victor Figols, Anita Lazarim, Lucas Thiago, Carlos Malaguti, Paula Broda, Renata Geraissati, Giovan Nascimento, Daniela Rubio, Herbert Bonomastro, Michele e Theo Negrello, Tatiane Vieira, Pamela Bomfim, Leonardo Formaggi, Wendel Mendes, Stephany Machado, Andressa Marisol e Gal (Mangue Baby). Aos que compartilharam e compartilham comigo alunos, apoio e afeto todas as manhãs: Vera Vó, Maria Mazaia, Célia Regina, Fernando Portugal, Fabiana Pires, Roseli do Amaral, Helena Wohnrath e Aldivanei Araújo. Meu muito obrigada mais que especial à Dayane Marins e Jorge Rodrigo por me acolherem e serem maravilhosos, assim como a cidade deles.

Obrigada à minha família por todo suporte, compreensão e amor. Meus pais Paulo e Leudina, minhas irmãs Patrícia e Ana Paula, meus sogros Alba Suely e Ricardo. Amo vocês. Por fim, sou muitíssimo grata ao meu companheiro Caio Gerbelli. Mas tanto que nem cabe aqui. Muito obrigada pela parceria, dedicação e por todo suporte, sem o qual essa tese não teria sido possível.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão nomes de reis.
Arrastaram eles os blocos de pedra?
E a Babilônia várias vezes destruída
Quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casas
Da Lima dourada moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros, na noite em que
a Muralha da China ficou pronta?
A grande Roma está cheia de arcos do triunfo
Quem os ergueu? Sobre quem
triunfaram os Césares? A decantada Bizâncio
tinha somente palácios para os seus habitantes? Mesmo
na lendária Atlântida
os que se afogavam gritaram por seus escravos
na noite em que o mar a tragou.
O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Sozinho?
César bateu os gauleses.
Não levava sequer um cozinheiro?
Filipe da Espanha chorou, quando sua armada
nafragou. Ninguém mais chorou?
Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.
Quem venceu além dele?

Cada página uma vitória.
Quem cozinhava o banquete?
A cada dez anos um grande Homem.
Quem pagava a conta?

Tantas histórias.
Tantas questões.

Bertold Brecht. Perguntas de um trabalhador que lê.

RESUMO

CASTRO, Maria Clara Spada de. **A Revolta de 1924 em São Paulo**: para além dos tenentes. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

Essa tese tem como tema a Revolta ocorrida no estado de São Paulo em julho de 1924. O objetivo da pesquisa foi compreender, sob a perspectiva da História Social, quem foram os envolvidos e quais circunstâncias os levaram a compor o movimento que buscava a derrubada do governo do então presidente da República Arthur Bernardes. Com a análise do processo judicial movido pelo Estado contra os revoltosos, foi possível verificarmos uma complexa diversidade de pessoas, sejam civis, membros do Exército ou da Força Pública, com origens sociais e perspectivas políticas plurais. A maioria destes implicados eram civis e sargentos, em contraposição a ideia clássica de que movimentos tenentistas seriam compostos por uma maioria de militares detentores da patente de tenente. O trabalho foi organizado em cinco capítulos. Com exceção do primeiro, que traça um panorama da Revolta e do processo judicial estudado, os outros quatro capítulos dedicam-se a compreender o movimento a partir dos indivíduos envolvidos: oficiais do Exército e da Força Pública (capítulo II); sargentos de ambas as corporações (capítulo III); civis brasileiros (capítulo IV) e estrangeiros (capítulo V). Com relação aos civis, destaca-se o fato de que não estavam restritos a dar apoio, mas possuíram uma ação ativa, envolvidos desde o planejamento e comando batalhões no maior conflito urbano já registrado na história do Brasil Republicano. A pluralidade de sujeitos, de motivações e de expectativas emaranhadas nos faz pensar na existência de muitas revoltas dentro de uma só, com várias demandas e disputas.

Palavras-chave: Primeira República, Tenentismo, Revolta de 1924.

ABSTRACT

CASTRO, Maria Clara Spada de. **The Revolt of 1924 in São Paulo**: in addition to the lieutenants. Thesis (Doctorate in History). Institute of Human and Social Sciences, Department of History, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

This thesis has as its theme the Revolt that occurred in the state of São Paulo in July 1924. The objective of the research was to understand, from the perspective of Social History, who were involved and what circumstances led them to make up the movement that sought the overthrow of the government of the then President of the Republic Arthur Bernardes. With the analysis of the state-filed lawsuit against the insurgents, it was possible to verify a complex diversity of people, whether civil, members of the Army or the Public Force, with social origins and plural political perspectives. Most of these implicated were civilians and sergeants, as opposed to the classic idea that tenentist movements would be composed of a majority of military officers holding the lieutenant's rank. The work was organized into five chapters. With the exception of the first, which outlines an overview of the Uprising and the judicial process studied, the other four chapters are dedicated to understanding the movement from the individuals involved: officers of the Army and The Public Force (Chapter II); sergeants of both corporations (Chapter III); (Chapter IV) and foreigners (Chapter V). With regard to civilians, we highlight the fact that they were not restricted to giving support, but had an active action, involved since planning and composing battalions in the largest urban conflict ever recorded in the history of Republican Brazil. The plurality of subjects, motivations and tangled expectations makes us think of the existence of many revolts within one, with various demands and disputes.

Keywords: First Republic, Tenentism, Revolt of 1924.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Fotografia 1 - Grupo de revoltosos em frente ao Palácio Campos Elíseos	132
Fotografia 2 - Revoltosos em uma barricada levantada na Rua Dutra Ruiz.....	133
Fotografia 3 - Civil ferido sendo carregado para o interior do Quartel General das Forças Revolucionárias, na Luz	134
Fotografia 4 - Tropas revoltosas em frente ao Palácio dos Campos Elísios.....	135
Fotografia 5 - Tropas revoltosas da Força Pública no pátio do Quartel da Luz.....	135
Fotografia 6 - Tenentes Cabanas e Olympio, acompanhados de soldados.....	136
Fotografia 7 - Populares saqueando depósito da Companhia Puglisi.....	204
Fotografia 8 - Saque no depósito da Companhia Puglisi – detalhe da entrada	205
Fotografia 9 - Saque no depósito da Companhia Puglisi – Movimento visto de outro ângulo	206
Fotografia 10 - Alto comando e outros membros da Coluna Prestes (out. 1925)	225
Fotografia 11 - Blindado dos revoltosos	245
Gráfico 1 - Indiciados no Processo.....	449
Gráfico 2 - Condenados no Processo.....	449
Gráfico 3 - Patente dos indiciados.....	449
Gráfico 4 - Patente dos condenados	449
Mapa 1 - Cidade de São Paulo em 1924.....	44
Mapa 2 - Estado de São Paulo em 1924	45
Mapa 3 - Região da Luz em 1924.....	46
Quadro 1 - Indiciados, condenados e não condenados no Processo.....	38
Quadro 2 - Proporção entre indiciados e condenados no processo	40
Quadro 3 - Ferroviários envolvidos na Revolta de 1924.....	175
Quadro 4 - Categoria/patente por tipo de condenação em 1928.....	272
Quadro 5 - Tipo de condenação por categoria/patente em 1928	272
Quadro 6 - Condenados do Exército por localidade.....	273
Quadro 7 - Municípios paulistas com registro de revolta.....	274
Quadro 8 - Indiciados e condenados: Altas patentes do Exército e da Força Pública..	277
Quadro 9 - Indiciados e condenados: Médias patentes do Exército	278

Quadro 10 - Iniciados e condenados: Médias patentes da Força Pública de SP	279
Quadro 11 - Indiciados e condenados: Baixas patentes do Exército	280
Quadro 12 - Indiciados e condenados: Sargentos da Força Pública de SP.....	283
Quadro 13 - Indiciados não identificados.....	284
Quadro 14 - Condenados: Civis (Cumplices - grau máximo)	284
Quadro 15 - Condenados: Civis (Cumplices - grau médio)	284
Quadro 16 - Condenados: Civis (Cumplices - grau mínimo).....	285
Quadro 17 - Indiciados civis não condenados	286

LISTA DE ABREVIACÕES

1° R.C.D.	1° Regimento de Cavalaria Divisionário, em São Cristóvão, RJ
2° G.A.M.	2° Grupo de Artilharia de Montanha, em Jundiaí, SP
2° G.I.A.P.	2° Grupo de Independente de Artilharia Pesada, em Quitaúna
2° R.C.D.	2° Regimento de Cavalaria Divisionário, em Pirassununga, SP
4° B.C.	4° Batalhão de Caçadores, em São Paulo, SP
4° R.A.M.	4° Regimento de Artilharia Montada, em Itu, SP
4° R.I.	4° Regimento de Infantaria, em Quitaúna (Osasco), SP
5° B.C.	5° Batalhão de Caçadores, em Rio Claro, SP
5° R.I.	5° Regimento de Infantaria, em Lorena, SP
6° R.I.	6° Regimento de Infantaria, em Caçapava, SP
AEL	Arquivo Edgard Leuenroth
AHEx	Arquivo Histórico do Exército
AN	Arquivo Nacional
APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
APM	Arquivo Público Mineiro
BN	Biblioteca Nacional
Cedem Unesp	Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista
CPDOC FGV	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas
EMR	Escola Militar do Realengo
EF	Estrada de Ferro
FPSP	Força Pública de São Paulo
HCE	Hospital Central do Exército
IIRGD	Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt
PCB	Partido Comunista do Brasil
PRP	Partido Republicano Paulista
STF	Supremo Tribunal Federal
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – O TENENTISMO E A REVOLTA DE 1924	13
1.1 “Tenentismo”	14
1.2 O Processo	35
1.3 São Paulo no fogo cruzado	42
CAPÍTULO II – OFICIAIS DO EXÉRCITO E DA FORÇA PÚBLICA.....	71
2.1 De 1922 a 1924: as redes e ideais no Exército	72
2.2 Redes e motivações da Força Pública de São Paulo.....	101
2.3 Vigilância, prisões e punições	114
CAPÍTULO III – SARGENTOS.....	130
3.1 Sargentos negros.....	131
3.2 Promoções e conexões.....	145
3.3 Pelo interior do estado de São Paulo	160
CAPÍTULO IV - CIVIS NACIONAIS	183
4.1 Movimento operário	184
4.2 Saques e incêndios.....	193
4.3 A revolta no feminino.....	202
4.4 A burguesia paulista	216
CAPÍTULO V – ESTRANGEIROS	223
5.1 Batalhões Estrangeiros	223
5.2 Sociabilidades em revolta.....	234
5.3 Os “mercenários” estrangeiros	254
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	261
ANEXOS	272
FONTES CITADAS	295
BIBLIOGRAFIA	304

INTRODUÇÃO

Quando ingressei na graduação em História na Unifesp, em 2009, logo no primeiro semestre me deparei com uma disciplina que tinha como trabalho final a elaboração de um projeto de pesquisa. Recém-ingressa na universidade, tive muita dificuldade para pensar um tema para o projeto, enquanto a data da entrega do trabalho se aproximava. Já nos últimos dias, resolvi passear pela biblioteca na EFLCH em busca de uma luz.

Dois anos antes, ainda no segundo ano do Ensino Médio, tive acesso ao livro *Olga*, de Fernando Morais¹. Lembro de tê-lo lido em poucos dias e de ter, na sequência, assistido ao filme de mesmo nome. Aquela história me atravessara de um jeito inexplicável. De volta a biblioteca da universidade, acabei nas prateleiras de História do Brasil. Localizei o livro que havia lido dois anos antes e nas proximidades havia uma sequência sobre a famosa Coluna Prestes. Peguei alguns, dentre eles *A Coluna Prestes: análises e depoimentos*, de Nelson Werneck Sodré².

Naquelas leituras sobre a Coluna me chamaram muito a atenção as referências sobre a Revolta 1924 em São Paulo. Me questionava como eu nunca tinha ouvido falar de um ocorrido daquelas proporções. Ao buscar informações sobre, me impressionava ainda mais as descrições e as fotos que registravam cenas de guerra em lugares tão bem conhecidos por mim, que nasci e vivi pelo centro de São Paulo, na região do Cambuci e do Glicério. O tema do trabalho estava definido.

Precisava agora das fontes para o projeto. Localizei no Arquivo Público do Estado de São Paulo um conjunto de cartas digitalizadas. Mais algumas leituras e pronto. Trabalho entregue. O projeto foi mantido com algumas alterações ao longo da graduação, que previa a entrega de uma monografia para sua conclusão. Nesse primeiro momento, iniciei a leitura do conjunto documental “correspondência da Revolução de 1924 (1923-1928)”³, mas pouco entendia. Me faltava conhecer mais sobre a revolta. A análise das

¹ MORAIS, Fernando. **Olga**. 17ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Sobre o assunto ver também PRESTES, Anita Leocádia. **Olga Benário Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

² SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes: análises e depoimentos**. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

³ APESP. **Correspondência da Revolução de 1924**. (1923-1928) Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/cartas_revolucao_24 Acesso em 09 out. 2022.

cartas acabou gerando minha dissertação de mestrado⁴ e muitos daqueles documentos se dedicavam a discutir questões práticas da movimentação revoltosa, as conexões com o grupo que se organizou no sul do país, liderado por Luiz Carlos Prestes, e a falta de suprimentos, como armamentos, munição e mantimentos. As questões que permeavam o envolvimento civil seguiam ainda sem resposta para mim. Na real, a monografia e a dissertação me trouxeram mais perguntas. E foram elas que me moveram na feitura desta tese.

Ao buscarmos informações sobre a Revolta de 1924 em São Paulo, chama a atenção o fato de ter adquirido características de guerra civil, com a intensa destruição causada na cidade, muito perceptível nas fotografias, com um amplo envolvimento de contingentes de ambos os lados. Trata-se do maior massacre urbano realizado durante os governos republicanos, com aproximadamente 1.000 mortos e 4.000 feridos, em sua maioria civis. Contudo, pouco destaque recebe na historiografia.⁵

O que impulsionou um possível apagamento de 1924 foi o fato de o movimento ter contado com a adesão de civis pobres, trabalhadores, em boa parte imigrantes, que chegaram a pegar em armas e a promover saques a comércios e armazéns. Junto a isso, houve uma exaltação da Revolta de 1932, protagonizada pela elite paulista, em oposição à ascensão de Getúlio Vargas. Como aliados de Vargas temos nomes como do interventor João Alberto Lins de Barros, ligado aos levantes no sul do país que compuseram a Coluna Prestes, e de Miguel Costa, que em 1924 liderou a revolta em meio à polícia paulista e que foi nomeado daquele segundo momento comandante da Força Pública e Secretário de Segurança Pública de São Paulo. O movimento de 1932, neste sentido, foi intensamente mobilizado para construção de um discurso da formação da identidade paulista, em particular, à parte do Brasil.⁶

⁴ CASTRO, Maria Clara Spada de. **Além da Marcha: a (re)formação da Coluna Miguel Costa – Prestes**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

⁵ COHEM, Ilka Stern. **Bombas sobre São Paulo: A revolução de 1924**. São Paulo: Unesp, 2006; ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 161–178, 2011, p. 161-163.

⁶ ROMANI, op. cit., p. 161. MAYER, Jorge Miguel. João Alberto. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-alberto-lins-de-barros-1> Acesso em 14 out. 2022. MAYER, Jorge Miguel. Miguel Costa. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-alberto-crispim-da-costa> Acesso em 14 out. 2022. WEINSTEIN, Barbara. **A Cor da Modernidade: A Branquitude e a Formação da Identidade Paulista**. Trad. Ana Maria Fiorini. São Paulo: Edusp, 2022. SANTOS, Marco Cabral dos; MOTA, André. **São Paulo 1932: memória, mito e identidade**. São Paulo: Alameda, 2010.

Com relação à 1924, além do movimento ocorrido na capital paulista, registros policiais mostravam “atos de evidente rebelião” em 87 municípios do interior, e manifestações de apoio em outros 37⁷. Houve ainda, neste mesmo período, levantes armados e conspirações em Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Piauí, Ceará, Maranhão, Amazonas e Pará. Segundo Anna Maria Martinez Correa, “os governos autoritários que vieram nos anos posteriores também ajudaram nesse processo”⁸ de esquecimento histórico. Contudo, toda essa movimentação político-social teve sua importância e gerou desdobramentos políticos e transformações durante muitos anos na República brasileira.

Na historiografia, a Revolta de 1924 em São Paulo é localizada nos estudos sobre *tenentismo*, reunindo os levantes militares iniciados em 1922, no Rio de Janeiro e Mato Grosso, as demais revoltas ocorridas pelo Brasil em 1924 e a marcha da Coluna Prestes, despontando para o clima político de 1930. As análises já realizadas acabam por focar nas lideranças oriundas do Exército, deixando de lado as patentes inferiores, civis e membros da Força Pública de São Paulo, que também a compuseram.

A interpretação mais recorrente acerca do conceito *tenentismo* aponta justamente para esta centralidade dos militares de médias patentes. Em pesquisa à base de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional foi possível notar que o termo teve em sua origem um sentido negativo. O Partido Republicano Paulista (PRP) aliado a grupos políticos da Bahia, representados por Rui Barbosa, procuravam afastar o envolvimento militar do centro político, tendo como importante expressão a Campanha Civilista, que se opôs a candidatura do marechal Hermes da Fonseca nas eleições presidenciais de 1910.

Amplamente difundido e inserido nas disputas pela construção da memória da chamada “Revolução de 1930”⁹, o termo *tenentismo* foi ressignificado e utilizado enquanto conceito sociológico para se referir a movimentos políticos com envolvimento da oficialidade intermediária, com destaque para os tenentes do Exército, entendida enquanto representantes das classes médias, que se contrapunham ao regime oligárquico característico da Primeira República. Contudo, como já apontou De Decca, esta perspectiva integra a “invenção do tenentismo”, que toma “a memória histórica dos

⁷ WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada**: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 70.

⁸ CORREA, Anna Maria Martinez. **A Rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1976.

⁹ BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992. DE DECCA, Edgar. **1930, o silêncio dos vencidos**: memória, história e revolução. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

vencedores como um fato histórico e não como uma das versões possíveis do processo”.¹⁰

Ao sistematizar e analisar os dados sociais dos envolvidos em tais movimentos políticos da década de 1920, nos deparamos com uma interessante diversidade de pessoas, de origens sociais e perspectivas políticas plurais, que extrapolam o marcador de que havia apenas homens militares detentores da patente de tenente. A polarização construída de “tenentes” em oposição às “oligarquias” também não dá conta de explicar as complexas relações políticas que eram estabelecidas entre militares e demais grupos, conforme seus interesses no momento.¹¹

O movimento, objeto de estudo deste trabalho, foi denominado de modos diferentes, reflexo das disputas políticas do período e da mobilização de sua memória. Em geral, os envolvidos se referiam a ele enquanto uma “revolução”. Seus opositores, principalmente os ligados a órgãos do Estado, o denominavam enquanto “movimento subversivo”, “mazorca”, “sublevação” e “revolta”. Quando, neste trabalho, faço uso destes termos é em referência ao localizado nas fontes produzidas no período.

Frente à necessidade de escolha, optei por “revolta” por ser assim conhecido, no entanto, entendo que 1924 se tratou de um movimento político-social, de uma ação coletiva, que adquiriu características de guerra civil, que congregou momentaneamente pessoas com diversos posicionamentos políticos e sociais por objetivos comuns.

Movimento político por tratar-se da não institucionalização de um grupo, que possui objetivos políticos, que propõe mudanças no campo das decisões coletivas, que questiona os detentores do poder de Governo e busca influir nos processos decisórios. Para isso, redes de sociabilidade e solidariedade foram mobilizadas.¹² Tais conexões possibilitaram organizações e mobilizações a partir de reivindicações múltiplas, que

¹⁰ FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TENENTISMO.pdf> Acesso em 14 out. 2022. DE DECCA, Edgar. A revolução acabou. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 10, nº 20, p. 63-74, mar/ago. 1991, p. 70. DE DECCA, Edgar. **1930, o silêncio dos vencidos**: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004.

¹¹ CASTRO, op. cit.

¹² ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009. MONSMA, Karl. Apresentação: Charles Tilly, a Sociologia Histórica e a Formação do Estado Nacional. In: TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1996, p. 19-20. PASQUINO, Gianfranco. Verbetes Movimento Político e Movimentos Sociais. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (Orgs.) **Dicionário de Política**. Vol. 2. 11ª Ed. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 786-792.

enveredaram para o uso da violência, culminando na guerra civil que se instalou na cidade de São Paulo.

Segundo Umberto Gori, a guerra civil ocorre entre cidadãos de um mesmo Estado e é um instrumento político. O objetivo final não é a eliminação completa do adversário, mas sim “a modificação de algumas de suas motivações”. Para Héctor Luis Saint-Pierre, na guerra civil os dois grupos envolvidos, que possuem a mesma nacionalidade, disputam “entre si o monopólio legítimo da violência para o mesmo território”.¹³

Embora guerra civil ainda seja um termo sub-teorizado, a definição mais aceita é a que se trata de “um conflito armado entre dois domésticos sobre uma incompatibilidade contestada, resultando num número de mortes que ultrapasse uma certa quantidade”. Outra definição, mais criteriosa, explica que tal conflito armado causa mais de mil mortes, desafia a soberania de um país reconhecido internacionalmente, ocorre dentro de suas fronteiras reconhecidas, envolve seus representantes (ou aqueles que se dizem ser) e rebeldes capazes de organizar uma oposição armada.¹⁴ Todas essas são características presentes em 1924.

Por sua vez, revolução, de acordo com Pasquino, é a tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera socioeconômica”. Conforme foi possível analisar, o ideário da Revolta de 1924 era reformista. Alguns de seus envolvidos visavam ainda resolver questões imediatas, como a fome por qual passavam diante da suspensão de seus trabalhos com o bombardeio sobre a cidade. Tal movimentação poderia “ser acalmada tanto com a substituição de algumas das personalidades políticas, como por meio de concessões econômicas”, características que, conforme o mesmo autor, distinguem rebelião ou revolta de revolução.¹⁵

¹³ GORI, Umberto. Guerra. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Vol. 1. 11ª Ed. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 572. SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Guerra e Guerra Revolucionária. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, N° 8, 1997, p. 34.

¹⁴ ZIMERMAN, Artur. Revisão bibliográfica da literatura quantitativa sobre os determinantes de guerra civil. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 60, 2005, p. 65-67.

¹⁵ PASQUINO, Gianfranco. Revolução In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, op. cit., p. 1121.

No entanto, o uso do conceito revolução, seja em 1924, 1930 ou 1932, tem a sua dimensão simbólica inserida no discurso político do poder em seu exercício de dominação, que constrói a história a partir de suas próprias referências, disputando lugares no campo da memória coletiva. Koselleck muito bem aponta que “a relação entre as palavras e seu uso é mais importante para a política do que qualquer outra arma”.¹⁶ Neste sentido, em São Paulo revolução é a Constitucionalista de 1932, feriado estadual, marcada em monumentos, sendo referência para nomes de ruas e avenidas, compondo, junto aos bandeirantes¹⁷, a identidade paulista.

Outra nomenclatura necessária de ser alinhada aqui é “Coluna Prestes”, que em minha dissertação de mestrado referenciei-a por “Coluna Miguel Costa-Prestes”, tendo como intenção reforçar a sua constituição inicial, a partir de tropas oriundas do que restou da Revolta em São Paulo, lideradas por Miguel Costa, então major da Força Pública de São Paulo, e unificadas com outros levantes provenientes do estado do Rio Grande do Sul, liderados por Luiz Carlos Prestes, então capitão do Exército. Quando fiz essa escolha, procurei evidenciar as origens de formação do movimento, associando a ideia de que a Coluna havia sido constituída coletivamente.

No entanto, agora vejo que citar apenas os nomes de seus dois principais líderes para nomeá-la, no lugar de apenas um deles, não resolve o incômodo inicial, da centralização nos “comandantes”, da pouca evidência à dimensão da agência coletiva e da complexidade das relações entre os envolvidos. Afinal, tudo isso pode ser alcançado no fazer historiográfico e não apenas no nomear o fato histórico. Assim sendo, utilizo aqui o mais recorrente nas fontes do período, mas compartilho dois apontamentos de Paulo Ribeiro da Cunha sobre as questões que permeiam o nomear da Coluna.

O primeiro é que chama atenção a personalidade política de Miguel Costa. Embora fosse da Força Pública, liderou tropas compostas por militares do Exército, que poderiam não aceitar o seu comando – havia a hierarquia entre as Forças Auxiliares e as Forças Armadas. No desenrolar do movimento, não só o aceitavam como o reconheciam

¹⁶ DE DECCA, A revolução acabou..., op. cit., p. 64. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 77.

¹⁷ WEINSTEIN, op. cit., p. 75-96.

enquanto general revolucionário e comandante da Coluna Prestes.¹⁸ Além disso, mencionou, em 1924, a liderança do chefe do movimento, general Isidoro Dias Lopes, se opondo em mais de um momento às suas decisões.

Segundo Ribeiro da Cunha, um dos motivos para que existam poucos estudos sobre a figura de Miguel Costa reside no seu posicionamento ideológico pouco palatável entre policiais e militares da época - se identificava com o socialismo em 1930, sendo um dos (re) fundadores do Partido Socialista Brasileiro em 1945.¹⁹ Essa aproximação com o socialismo, pós-1930, é notória em outras trajetórias de envolvidos na Revolta de 1924, como é o caso do tenente também da Força Pública João Cabanas e do advogado Pedro de Alcantara Tocci²⁰, bem como de Luiz de França Albuquerque, que, enquanto capitão do Exército em 1932, fundou o Partido Socialista de Alagoas²¹.

O segundo apontamento diz respeito à vasta bibliografia sobre Luiz Carlos Prestes, boa parte dela elogiosa. Esses trabalhos “contribuíram para formar o Mito de Prestes, como *O Cavaleiro da Esperança*, de Jorge Amado”²². Sem retirar os extensos méritos de Luiz Carlos Prestes, enquanto militar e estrategista, nem minimizar ou desqualificar de qualquer modo sua trajetória, é importante pontuar que seu nome e seus feitos foram utilizados em escritos à luz da propaganda política com fins de fortalecer determinados grupos, não só o Partido Comunista, mas ainda na segunda metade da década de 1920, associados a um projeto político que colocou fim a Primeira República. “Embora nem ele tenha buscado e nem seja culpado”, essa associação e construção histórica está para além de sua pessoa e do PCB. Reflexo disso, é o modo em que a “Coluna Prestes” se fazia presente nos jornais do período e que se consagrou na historiografia, sendo assim referenciada não apenas por historiadores marxistas.²³ É desse modo que aqui ela está referenciada.

¹⁸ CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Militares e militância**: uma relação dialeticamente conflituosa. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 238. PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 195.

¹⁹ CUNHA, op. cit., p. 215.

²⁰ ARAUJO NETO, Adalberto Coutinho de. **O socialismo tenentista**: trajetória, experiência e propostas de políticas públicas e econômicas dos socialistas tenentistas no Estado de São Paulo na década de 1930, Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

²¹ História de Alagoas. **O general revolucionário Luiz de França Albuquerque**. <https://www.historiadealagoas.com.br/o-general-revolucionario-luiz-de-franca-albuquerque.html> Acesso em 17 fev. 2021.

²² AMADO, Jorge. **O Cavaleiro da Esperança**: vida de Luís Carlos Prestes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

²³ CUNHA, op. cit., p. 218–219.

O objetivo da pesquisa aqui realizada foi investigar os envolvidos na Revolta de 1924 em São Paulo frente a sua complexidade e diversidade: civis, membros do Exército e da Força Pública, com as suas mais diversas colocações na hierarquia militar. Busquei verificar os interesses, motivações e intenções que estavam em jogo ao longo do preparo e desenvolvimento da referida movimentação, bem como as redes de sociabilidade que foram mobilizadas para isso. Embora a Revolta contasse com um núcleo militar, oriundo dos levantes de 1922, passados dois anos essas redes foram expandidas para além dos espaços do Exército e chegaram aos quartéis da Força Pública, às organizações operárias, e mobilizaram adesões espontâneas de civis, com as mais diversas origens e interesses.

Com a finalidade de melhor compreender os envolvidos na Revolta, foram analisadas algumas trajetórias de pessoas arroladas no processo judicial movido pelo Estado contra os revoltosos. Embora saibamos que estes casos constituem um recorte quantitativo e qualitativo de pesquisa, eles são significativos e nos permitem melhor compreender o ocorrido em julho de 1924 em São Paulo. Com relação a leitura de processos criminais, Sidney Chalhoub nos alerta para não criarmos uma expectativa inocente e buscarmos, erroneamente, o “que realmente se passou”. Segundo ele, “o importante é estar atento às coisas que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência”.²⁴

Nesta pesquisa, devido à impossibilidade de analisar sistematicamente todos os 171 volumes do processo, suas 18.715 folhas e os casos ali elencados, foi construída uma amostragem. Houve uma seleção de 30% dos condenados, o que significou 53 indivíduos. Os escolhidos foram aqueles que mais dispunham de informações em um levantamento prévio de fontes, não só de dados extraídos do processo, mas também de consultas a livros de memórias, jornais, relatórios e documentos diversos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, no Centro de Documentação e Memória, da Universidade Estadual Paulista (CEDEM - UNESP), no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), no Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas (AEL/Unicamp), no Arquivo Público Mineiro (APM), no Arquivo Nacional, bem como documentos do

²⁴ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012, p. 40–41.

Arquivo Histórico do Exército (AHEx), do Museu da Polícia Militar de São Paulo e do Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (IIRGD), da Polícia Civil de São Paulo.

A utilização deste recorte não significa que a pesquisa se limita especificamente em analisar estes 53 condenados, isolados em si mesmos. Tal recorte qualitativo buscou aprofundar 53 trajetórias, que possuem individualmente diversas relações. São representativas dos envolvidos e muito podem nos indicar, a partir de suas experiências, sobre quem eram os revoltosos e o que buscavam com o movimento. A busca pelos traços biográficos, nesse caso, não é a de “uma pessoa singular e sim a de um indivíduo que concentra as características de um grupo”²⁵.

Marcela Ferrari aponta ser fundamental considerar a disponibilidade de tempo de trabalho e os recursos disponíveis para investigação, sendo necessário definir amostras não aleatórias, que expressam tendências mais do que conclusões definitivas.²⁶ Neste sentido, em uma tentativa de melhor compreender a heterogeneidade dos envolvidos na Revolta de 1924 em São Paulo, busquei selecionar nomes proporcionalmente dentre os grupos de condenados, os quais foram categorizados em “civis”, “militares do Exército” e “membros da Força Pública de SP”, dentro destas três categorias ainda foram respeitadas proporcionalidades de município de origem da denúncia, o tipo de condenação até 1928 (cabeça, coautor e cúmplice) e patente militar, no caso de militares e policiais.

O emprego desse variado conjunto de fontes se deu na busca de indícios²⁷ acerca dos envolvidos na revolta que extrapolasse a categoria dos “tenentes”, em tentativa de uma análise que incluísse os “de baixo”²⁸, como no caso dos sargentos e civis pobres envolvidos. A ideia foi tentar ir um pouco além da centralidade das lideranças militares e buscar melhor compreender também os outros envolvimento.

²⁵ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 175.

²⁶ FERRARI, Marcela. Prosopografia e história política: Algumas aproximaciones. **Antíteses**, Londrina, v. 3, n. 5, 2010, p. 541–542.

²⁷ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143–179.

²⁸ GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Eds.). **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, p. 176.

A busca pelos nomes dos envolvidos selecionados no escopo documental (processo, livros de memórias, jornais, fundos pessoais etc.) permitiu descortinar a agência destes sujeitos em diversos contextos sociais e observar “a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais se inscreviam”²⁹. Embora as fontes nos permitam atingir fragmentos destas biografias e das relações nas quais estavam inseridas, “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compõem uma espécie de teia de malha fina, [que] dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido.”³⁰

A partir da perseguição a essas trajetórias, foi possível conhecer melhor os envolvidos na revolta, analisar suas relações entre os demais indivíduos e os grupos constituídos. É nas interações entre os indivíduos que se torna possível descobrir práticas políticas sem perder de vista as distinções entre eles. As identidades sociais estão em um constante fazer-se diante de suas realidades dinâmicas, permeadas de conflitos, negociações, transações provisórias, em constante elaboração e redefinição. A análise das diversas trajetórias envolvidas nos permitiu observar “regularidades nos comportamentos”, repetições, indícios das estratégias da ação política, que se mostram no individual e no coletivo, sendo necessário recuperar as mediações existentes entre “a racionalidade individual e a identidade coletiva”.³¹

Em uma tentativa de superação de uma história dos “grandes homens”, na busca da dimensão da agência coletiva e plural da Revolta de 1924 em São Paulo, essa tese se organizou em cinco capítulos. Com exceção do primeiro, os outros quatro capítulos dedicam-se a compreender o movimento a partir dos indivíduos envolvidos: oficiais do Exército e da Força Pública (capítulo II); sargentos de ambas as corporações (capítulo III); civis brasileiros (capítulo IV) e estrangeiros (capítulo V).

O primeiro capítulo traz alguns apontamentos sobre a “invenção do *tenentismo*”, termo localizado na base da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional em publicações desde 1912 e construído enquanto conceito no pós-1930. Ali também apresento a principal fonte deste trabalho, o processo judicial movido contra os revoltosos, que permitiu elencar parte dos envolvidos na revolta (aqueles que foram processados). Ao

²⁹ REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. **Herança Imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 17.

³⁰ GINZBURG; PONI, op. cit., p. 176–176.

³¹ REVEL, op. cit., p. 25, 30 e 35.

analisar tal amostra, foi possível verificar que a maioria dos envolvidos eram civis e sargentos, em contraposição a ideia clássica de que movimentos *tenentistas* seriam compostos por uma maioria de militares detentores da patente de tenentes. Por fim, faço uma exposição dos ocorridos naqueles dias de revolta na cidade de São Paulo.

No segundo capítulo, busquei melhor compreender as redes de sociabilidade e solidariedade que foram mobilizadas entre membros do Exército e da Força Pública de São Paulo para a articulação do movimento. Entre os militares de alta e média patente se sobressaltou o discurso intervencionista, reformista e elitista do “soldado-cidadão”, no qual o Exército detinha um papel de promotor da República e de guardião da Constituição. Entretanto tal discurso não atingia a totalidade dos indivíduos analisados e outras motivações para o envolvimento na revolta se revelaram. Com relação aos membros da Força Pública, nota-se uma articulação com os levantes militares desde 1922, mas motivações econômicas e demandas próprias dentre os membros da instituição estimularam outras adesões.

O terceiro capítulo se dedicou em revelar o envolvimento dos sargentos do Exército e da Força Pública. Entre eles destacou-se a identificação de indivíduos negros, o que foi mais difícil apurar nas altas e médias patentes. Boa parte destes sargentos negros identificados na pesquisa foi condenada no processo, revelando um envolvimento destacado destes indivíduos. Entre eles, em geral, se repetiu nas defesas em meio ao processo judicial um discurso de cumprimento de ordens superiores ou de que sofriam ameaças, alegações que se chocavam com as publicações dos boletins revolucionários, que os promovia a tenente e revelava um comprometimento engajado. Havia também entre os sargentos redes de sociabilidade que foram articuladas desde 1922 para organização e execução do movimento em 1924. A referida ação destes nos permitiu traçar um panorama da revolta pelo interior do estado, que, em associação aos ferroviários, garantiram a retirada dos revoltosos da capital e a continuidade do movimento, que se estendeu aos anos posteriores.

O quarto capítulo buscou trazer aspectos do envolvimento civil que representou 61% dos indiciados no processo. Na primeira parte deste capítulo analisamos as tentativas de aproximações e desencontros entre os revoltosos militares e operários de organizações comunistas e anarquistas. Na segunda parte, os saques e incêndios registrados em meio à Revolta acompanharam a intensificação dos bombardeios legalistas e o aumento dos preços dos alimentos. Foi possível traçar, neste segundo momento, conexões entre estas

expressões de protesto popular com antigas insatisfações, expressas nas ocorrências de greves registradas na primeira metade daquele ano de 1924.

Ainda no quarto capítulo, em sua terceira parte, verificamos o envolvimento de membros da elite econômica paulista, muito incomodada com os saques e os distúrbios que a revolta trouxe aos seus negócios. A última parte do capítulo se dedica a analisar os poucos vestígios da presença feminina na revolta. As pobres, e em especial as negras, foram identificadas apenas em fotografias dos saques. Uma única mulher foi indiciada no processo, a aviadora Anésia Pinheiro Machado. Sua trajetória permitiu verificar aproximações do movimento com grupos que se organizavam em prol do voto feminino.

O capítulo cinco trata dos estrangeiros, que se organizaram em três batalhões, por nacionalidades: Alemão, Húngaro e Italiano. Muitos destes eram ex-combatentes da Primeira Guerra e contribuíram com a sua experiência na construção de blindados e bombas improvisadas. A maioria destes envolvidos apontaram como motivação o desemprego e a fome. No final do processo judicial acabaram por receber punições mais severas do que as dos militares envolvidos no planejamento da revolta. A participação destes imigrantes no movimento foi amplamente explorada no reforço ao mito da ameaça estrangeira.

Ao término do trabalho foi possível verificar que o movimento estudado também refletia a exclusão política e social de parte da sociedade daquele período. Essa exclusão se fez presente também na construção histórica do *tenentismo*, que centralizou a ação dos militares, apoiados no discurso intervencionista do “soldado-cidadão”. Tal projeto foi sendo adaptado com o passar do tempo e acabou por atravessar a República brasileira ao longo desse quase um século.

CAPÍTULO I – O *TENENTISMO* E A REVOLTA DE 1924

Esse primeiro capítulo se dedica em abordar o contexto político para a ocorrência da Revolta de 1924 e de localizá-la nas discussões acerca do tenentismo. Nesta contextualização, uma sucessão de acontecimentos levou a organização do movimento: a Reação Republicana, compondo uma chapa para a eleição presidencial reunindo as chamadas oligarquias dissidentes, em oposição à de Arthur Bernardes; a ocorrência das Cartas Falsas, tencionando a disputa e o posicionamento do Exército em meio ao processo eleitoral; a prisão do marechal Hermes da Fonseca, após se opor a intervenção federal de Epitácio Pessoa em Pernambuco e o fechamento do Clube Militar. Motivações que ocasionaram os levantes no Forte de Copacabana, do Vigia (atual Duque de Caxias, no Leme), na Vila e Escola Militar, em 1922. Nos anos seguintes, as prisões e a não concessão de anistia aos envolvidos estimularam o prosseguimento da movimentação militar, que planejou os levantes que deram início à Revolta em 1924.

Diante disso, podemos notar a continuidade nas articulações e de indivíduos envolvidos nos movimentos políticos do período de 1922 a 1930, chamados de *tenentistas*. O termo *tenentismo* se popularizou na década de 1930, com a publicação do livro de Virgínio Santa Rosa, publicado em 1933. No entanto, em busca na base de dados da Hemeroteca, foi possível localizar o seu emprego já em 1912, para se referir ao intervencionismo militar promovido pelo governo Hermes da Fonseca em meio às disputas pelo governo estadual da Bahia.

Nesse primeiro momento o termo possuía um sentido depreciativo e foi utilizado pelos opositores de Vargas nos primeiros anos da década de 1930, a fim de desbancar aqueles que se colocavam como “revolucionários” desde 1922. Desse modo seguiu até a publicação da referida obra de Santa Rosa, que atribuiu ao *tenentismo* um segundo sentido, positivado. Para ele, os *tenentes* eram representantes das classes médias urbanas, opositores e combatentes das oligarquias agrárias que dominaram e desvirtuaram a República brasileira no período anterior. Legitimava-se, assim, o grupo político e o discurso construído que estava em ascensão naquele momento, reflexo dos usos do passado na política.

A literatura especializada sobre o tema reproduziu por um tempo esse segundo sentido, embora correntes interpretativas tenham discutido e revisto diversos dos seus aspectos. Esse trabalho pretende contribuir de algum modo para essa discussão, se

aproximando da História Social. Buscou-se a inclusão dos “de baixo” (civis e baixas patentes). Membros do Exército e da Força Pública de São Paulo foram analisados como agentes atravessados pela ideologia militar dessas instituições, mas também por suas origens sociais e relações com o restante da sociedade.

Em uma análise geral dos arrolados no processo judicial da Revolta de 1924, que se encontra disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), foi possível verificar alguns dados que podem instigar as discussões acerca do conceito *tenentismo*. A maioria dos indiciados no processo era civis. Entre os membros do Exército e da Força Pública, a maior parte dos indiciados (59%) e condenados (47%) eram sargentos.

Melhor compreendendo os envolvidos, seguiremos para os dias de guerra que tomaram a cidade de São Paulo.

1.1 “*Tenentismo*”

No contexto político brasileiro da década de 1920, a Revolta de 1924 em São Paulo ocorreu em continuidade às revoltas de 1922, ocasionadas pelas disputas eleitorais. De um lado, havia a candidatura do mineiro Arthur Bernardes, apoiado pelo então presidente Epitácio Pessoa (1919-1922), juntamente das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. Do outro, estava o político fluminense Nilo Peçanha, tendo como vice o baiano José Joaquim Seabra, candidatos da Reação Republicana, que reunia as chamadas oligarquias dissidentes, pertencentes aos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco.

Sobre o Manifesto da Reação Republicana, Cláudia Viscardi aponta que:

Preconizava a concessão de maior autonomia ao Legislativo [...]; incluía a ampliação da credibilidade das forças armadas, como uma crítica direta à ocupação civil das pastas militares; previa a defesa de uma política econômica de caráter mais ortodoxo, em contraposição às medidas emissionistas, reivindicadas pelos paulistas no Congresso; incluía a incorporação das massas urbanas no jogo político oligárquico, medida que assumia um caráter de mero discurso, na medida em que não propunha meios efetivos para que tal incorporação fosse viabilizada; por fim, e o mais importante, propunha a reivindicação por uma distribuição mais equitativa de poder entre os estados da Federação (oposição ao “imperialismo dos grandes estados”), o que estava diretamente vinculado à imposição da candidatura de Bernardes ao mundo político.³²

³² VISCARDI, Cláudia Maria R. **O Teatro das Oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 276.

Segundo Anita Prestes, a Reação Republicana encontrava neste período um clima político bastante favorável a uma ampla mobilização das classes médias e setores populares, bem como do movimento operário. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) intensificou a queda dos preços do café, principal produto brasileiro destinado à exportação. A década de 1920 terminou sendo marcada pela crise econômica iniciada nos Estados Unidos, que acarretou na Quebra da Bolsa de Nova York em 1929, intensificando no Brasil a carestia de vida, o desemprego e a dificuldade de sobrevivência de amplas parcelas da população. Aliado ao esgotamento do modelo centrado na exportação cafeeira, esgotava-se também a chamada “política dos governadores”, criada por Campos Sales, empossado na presidência em 1898.³³

Ampliando as tensões políticas, Eptácio Pessoa, civilista e antiflorianista histórico, nomeou para o Ministério da Guerra João Pandiá Calógeras e para a Marinha Raul Soares. Os dois foram os únicos civis a ocuparem tais cargos nesse primeiro período republicano, o que incomodou alguns oficiais do Exército que viam neste ato uma diminuição do prestígio militar.³⁴

Inicialmente, o marechal Hermes da Fonseca, que havia se retirado para França desde 1915 com o término de seu mandato presidencial (1910-1914), foi cotado entre os militares para concorrer novamente às eleições após o seu retorno. Por declinar de sua candidatura, muitos militares passaram a apoiar a chapa da Reação República.³⁵

Em maio de 1921, o marechal foi nomeado presidente do Clube Militar, espaço de discussão e sociabilidade, de ampla frequência entre os oficiais do Exército. Em 9 de outubro, o jornal *Correio da Manhã* publicou uma carta assinada por Arthur Bernardes e enviada para o senador Raul Soares, na qual tratava de um grande banquete organizado pelo Clube.

Em resposta, o Clube Militar, em reunião de seus membros, fez uma moção, na qual defendia a reação imediata do Exército, que havia sido, a partir da publicação, ultrajado por Bernardes. No dia seguinte, o mesmo jornal publicou uma segunda carta,

³³ PRESTES, Anita Leocádia. **Os militares e a Reação Republicana**: as origens do tenentismo. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 26 e 35.

³⁴ DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista**: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 74. FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 35. MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: História do Exército Brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 45. SILVA, Hélio. **1922**: Sangue na areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 45.

³⁵ PRESTES, Os militares e a Reação Republicana, op. cit., p. 56-57.

em que, supostamente, Bernardes afirmava que não se deveria temer as Forças Armadas, por conta das ações que Epiácio Pessoa já vinha realizando, como a transferência de alguns militares para as regiões mais distantes do centro político, buscando desarticular possíveis contestações. Iniciavam-se, assim, as tensões políticas no entorno das chamadas “cartas falsas”, que intensificaram a oposição dos militares ao candidato mineiro.³⁶

Arthur Bernardes negou que as correspondências tivessem sido de sua real autoria e, em meio ao empasse, o Clube Militar nomeou uma Comissão Julgadora que as declarou autênticas. Somente no ano seguinte, em 1923, Oldemar Lacerda e Jacinto Guimarães assumiram a falsa autoria, justificando que buscavam destruir a candidatura de Bernardes em prol de uma possível de Hermes da Fonseca, tendo em vista uma certa movimentação das Forças Armadas. Todavia, o entrave político já estava feito e muitos ainda continuaram defendendo a tese de que Bernardes era o verdadeiro autor. A intensificação das divergências entre os grupos políticos em jogo fez com que, em número de votos, a eleição presidencial de 1922 fosse a segunda mais disputada entre os eleitores na Primeira República, inferior apenas a de 1930. Arthur Bernardes ficou com 59,03% e Nilo Peçanha com 40,96% dos votos.³⁷

Por conta da forte oposição do Exército, pela primeira vez a posse do Presidente eleito foi ameaçada, garantida com o apoio do Catete e pela forte aliança dos maiores estados brasileiros, São Paulo e Minas Gerais.³⁸ As indisposições políticas seguiram. Ao final de junho de 1922, o marechal Hermes da Fonseca soube da intervenção de Epiácio Pessoa no governo estadual de Pernambuco com a utilização de forças militares e se opôs publicamente. Em represália, o marechal foi preso e o Clube Militar fechado por seis meses.³⁹ Hermes foi posto em liberdade 17 horas após sua prisão. Todavia, militares já planejavam se revoltar diante dos fatos ocorridos.

Em julho, além do levante do Forte de Copacabana, houve tentativas no Forte do Vigia (atual Forte Duque de Caxias, no Leme), na Vila e na Escola Militar. Os envolvidos foram presos e processados. 588 alunos que confirmaram envolvimento foram excluídos

³⁶ SILVA, op. cit., p. 61–63.

³⁷ BASTOS, Abgvar. **Prestes e a revolução social**. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 112. DANTAS, José Ibarê Costa. **O tenentismo em Sergipe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1974, p. 77; SILVA, op. cit., p. 63, 70–72; VISCARDI, Cláudia M. R.; FIGUEIREDO, Vitor Fonseca, Eleições na Primeira República, **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 12–36, 2019, p. 31–32.

³⁸ VISCARDI, O teatro das oligarquias..., op. cit., p. 256.

³⁹ BASTOS, op. cit., p. 127; SILVA, op. cit., p. 101–111.

da Escola Militar⁴⁰. O processo movido contra os acusados se desenrolou durante um rigoroso estado de sítio de quatro anos, permeado por prisões políticas e censura à imprensa. “A intervenção de Bernardes não poupou o Clube Militar, onde conseguiu eleger um candidato fiel ao governo federal”⁴¹.

Por outro lado, os presos e foragidos dos levantes de 1922 continuavam a conspirar. A sequência de repressão e negativa de anistia contribuiu para a continuidade do movimento nos anos seguintes e o aumento de demonstrações de solidariedade entre os militares, ampliando as adesões à revolta que se organizava. Além disso, para os oficiais, seguiu-se uma sucessão de quebra de costumes como serem aprisionados juntamente com civis, nas mesmas condições, o desrespeito à hierarquia militar e o julgamento do processo em foro civil.⁴²

Em 1923, a decisão de que os envolvidos nos levantes seriam indiciados por golpe de Estado e não por indisciplina militar fez com que muitos deles preferissem “fugir a deixar-se apanhar num julgamento que lhes poderia ser fatal”⁴³. Foi a partir deste núcleo dos envolvidos em 1922, que se iniciaram os planejamentos dos movimentos que vieram acontecer em 1924 e nos anos subsequentes.

O apoio militar à Reação Republicana, enquanto representante das oligarquias dissidentes, significou uma aglutinação momentânea da oposição a candidatura de Arthur Bernardes. Tal união ajudou a inflar massas, levantando a tão desejada pauta de mudança política e terminou por se colocar como via desta reforma. No entanto, a Reação Republicana se propunha substituir as oligarquias no poder federal, a fim certamente de defender seus próprios interesses, de oligarquias dissidentes, pouco se diferenciando do caráter elitista⁴⁴ da oligarquia dominante.

Ao lermos o estudo de Anita Prestes⁴⁵, podemos notar que a Reação Republicana criou um clima de esperança de alteração da ordem política vigente, evidenciado pela

⁴⁰ SILVA, op. cit., p. 205.

⁴¹ VISCARDI, O teatro das oligarquias..., op. cit., p. 298.

⁴² MAYNARD, Andreza Santos Cruz. **A caserna em polvorosa**: a revolta de 1924 em Sergipe. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008, p. 24 e 66; SILVA, op. cit., p. 235.

⁴³ BASTOS, op. cit., p. 104.

⁴⁴ A partir de uma percepção acerca das condições desiguais de agência política e social, diz respeito ao domínio do poder pelas elites. Tais grupos minoritários se apoderam dos espaços de poder, evocando sua origem social e riqueza. “Dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto” da sociedade e defendem seus próprios interesses. HEINZ, Flávio (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 7-8.

⁴⁵ PRESTES, Os militares e a Reação Republicana..., op. cit., p. 58-65.

acirrada disputa eleitoral e pelo significativo apoio popular que recebeu. A eleição de Bernardes, ao final da disputa, trouxe uma frustração desta expectativa. As revoltas da década de 1920 se alimentaram justamente dessa frustração e do entendimento de que a mudança não era possível, naquele contexto, pelas vias eleitorais, dada as características constitucionais do período. Dessa maneira, a via armada se apresentou enquanto possibilidade, que foi se inflamando com os decretos de estado de sítio, com as intervenções feitas nos estados pelo governo federal, acentuadas com as punições aos envolvidos nas revoltas de 1922.

Na literatura especializada, a Revolta de 1924 está localizada nos estudos sobre *tenentismo*, juntamente dos levantes militares iniciados em 1922 no Rio de Janeiro e da Marcha da Coluna Prestes⁴⁶, criando o clima político da chamada “Revolução de 1930”. O referido conceito foi utilizado para designar a presença militar na política brasileira do período que parte da Primeira República e que se intensificou diante das disputas ocorridas na década de 1930. Passou a ser amplamente difundido com a publicação, em 1933, de *O Sentido do Tenentismo*, de Virgínio Santa Rosa (1905-2001). O autor, engenheiro paraense, apontava os militares detentores da patente de tenente e envolvidos em tais movimentos políticos enquanto representantes da insatisfação dos setores médios urbanos. Os *tenentes*, desejosos de instaurar no país um regime liberal-democrático efetivo, seriam opositores à política oligárquica, tão característica da Primeira República.⁴⁷

Embora o uso do termo tenha se popularizado na década de 1930, quando o buscamos na base de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, identificamos a sua utilização pela primeira vez em 1 de março de 1912 pelo jornal *Correio da Manhã*⁴⁸. Tal jornal se opunha à candidatura do marechal Hermes da Fonseca à presidência quando ela foi aprovada na Convenção de Maio de 1909, apoiada pelas maiorias situacionistas de vários estados, com exceção de São Paulo e Bahia. A eleição de 1910 foi bastante polarizada, tendo de um lado os chamados civilistas, defensores da candidatura do civil Rui Barbosa, em contraposição aos apoiadores do marechal Hermes da Fonseca, que saiu

⁴⁶ CASTRO, Maria Clara Spada de. **Além da Marcha**: a (re)formação da Coluna Miguel Costa – Prestes, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

⁴⁷ SANTA ROSA, Virgínio. **O sentido do tenentismo**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

⁴⁸ Na Base de Dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional a busca do termo “tenentismo” localizou nenhuma ocorrência no período de 1900-1909, 10 ocorrências no período de 1910-1919, 8 ocorrências no período de 1920-1929 e 436 ocorrências no período de 1930-1939.

vitorioso e governou o Brasil de 1910 a 1914. O *Correio da Manhã* passou então a liderar a oposição.⁴⁹

O mandato de Hermes da Fonseca foi marcado, nos primeiros dois anos, pela chamada “política salvacionista” ou “das salvações”, em referência às intervenções feitas em governos estaduais, que ocorreram na Bahia, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e de tentativas frustradas em São Paulo e no Rio Grande do Sul. “Consistiam nas tentativas dos elementos militares do governo, associados aos familiares do Presidente da República, de interferirem sobre as sucessões estaduais, com vistas a se fortalecerem no controle do governo federal.” Tais militares se associavam às oligarquias dissidentes, aprofundando suas inserções políticas e formando um eixo “alternativo” de poder, em contraposição aos chefes políticos dos grandes estados, São Paulo e Minas Gerais, que dominavam desde o governo Campos Sales.⁵⁰

No caso da Bahia, os grupos políticos se organizavam em torno de Rui Barbosa, derrotado na disputa eleitoral contra Hermes, e em torno de José Joaquim Seabra, que com a vitória do marechal foi nomeado ministro da Viação e Obras Públicas, pasta de grande interesse político e econômico, que tratava de contratos para o desenvolvimento de ferrovias, portos e obras públicas. Em 1911, nas eleições baianas para a Câmara e Senado estadual, os governistas ligados a Severino Vieira e José Marcelino de Sousa (chefes da política local e ex-presidentes de estado da Bahia), obtiveram a maioria das vagas. No entanto, enquanto se fazia a verificação da eleição, uma comissão de militares foi a Salvador, sob o pretexto de inspecionar os canhões do Forte de São Marcelo, que acabaram sendo direcionados para cidade. Ao mesmo tempo, anunciava-se que o cruzador Bahia, um dos navios de guerra do país, se deslocaria à capital baiana para receber uma baixela de prata. “Os pretextos não disfarçavam a ameaça óbvia sobre o governo estadual e o clima de tensão se espalhou pela cidade.”⁵¹

⁴⁹ LEAL, Carlos Eduardo. *Correio da Manhã*. LEMOS, Renato. Hermes da Fonseca. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha> <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONSECA.%20Hermes%20da.pdf> Acesso em 20 ago. 2022.

⁵⁰ VISCARDI, O teatro das oligarquias..., op. cit., p. 203–204.

⁵¹ SARMENTO, Silvia Noronha. **A raposa e a águia**: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República, Salvador: Edufba, 2011, p. 130–131.

Meses depois, iniciou-se uma grave crise política no Pernambuco, com a disputa de dois apoiadores de Hermes da Fonseca ao governo estadual. De um lado, o general Dantas Barreto mobilizava um discurso antioligárquico, a fim de substituir o grupo do senador Rosa e Silva, no poder no desde 1896. Em dezembro de 1911, uma intervenção militar garantiu a posse do general. O desfecho do caso pernambucano impactou as disputas políticas na Bahia, onde os apoiadores de Seabra passaram a falar em combater a “nefasta oligarquia”, o governo de “compadres”, que se mantinham no poder do estado desde Severino Vieira (1900-1904).⁵²

As disputas esquentaram ainda mais com as eleições para a intendência de Salvador. O candidato apoiado por Seabra, Júlio Viveiros Brandão, era gerente da Linha Circular da empresa de bondes Guinle. Seu oponente, João Pedro dos Santos, lançado pelos grupos políticos de Severino Vieira e José Marcelino de Sousa, segundo os seabristas, contava com o apoio do grupo Light, principal concorrente da Guinle em Salvador, ambas interessadas nas concessões públicas de energia, transporte e outros serviços da cidade.

A eleição ocorreu no dia 12 de dezembro, permeada por hostilidades. O general Sotero de Meneses, inspetor da 7ª Região Militar, com sede na Bahia, ligado aos seabristas, decidiu “acalmar os ânimos” com o passeio de um pelotão de cavalaria em frente à Câmara Municipal. Os partidários de João Santos interpretaram o passeio como ameaça e contavam, ao seu lado, com as forças da polícia estadual. Ao final, cada grupo proclamou o seu vencedor. A pressão e os desentendimentos com o senador José Marcelino fizeram com que o presidente de estado Araújo Pinho renunciasse, faltando três meses para o fim de seu mandato e apenas uma semana para a realização das eleições estaduais.⁵³

O substituto de Pinho era o cônego Manuel Leôncio Galvão, presidente do Senado Estadual, que diante da instabilidade política, alegou problemas de saúde e não assumiu o governo. Quem tomou posse foi o presidente da Câmara dos Deputados Aurélio Rodrigues Viana, que, aconselhado por Rui Barbosa, transferiu a Assembleia estadual

⁵² Ibidem, p. 135–136.

⁵³ ROSA, Rogério. Bombardeio de Salvador. In: ABREU, Alzira de. (Org.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BOMBARDEIO%20DE%20SALVADOR.pdf> Acesso em 20 ago. 2022. SARMENTO, op. cit., p. 137–138.

para o município de Jequié, há mais de 300 km de distância de Salvador. Um lugar, que na época, ficava há um dia e meio da capital baiana, bem distante dos canhões e navios de guerra. Lá se organizaria a eleição para sua sucessão do governo estadual.⁵⁴

O barão de São Francisco, presidente em exercício do Senado Estadual, se opôs a transferência da Assembleia e contava com o apoio dos seabristas, cada vez mais numerosos com o fortalecimento do ministro. Em 9 de janeiro de 1912, o juiz federal Paulo Fontes autorizou a reunião da Assembleia em Salvador. Aurélio Vianna, presidente de estado que já havia convocado a Assembleia em Jequié, enviou a força policial estadual, reforçada por jagunços, para cercar e impedir a duplicata da Assembleia. No entanto, um habeas corpus garantia a entrada do grupo que queria a Assembleia no prédio da Câmara, em Salvador. Com o não cumprimento da decisão judicial pelas forças lideradas por Aurélio Viana, o general do Exército Sotero de Meneses ordenou o bombardeio da capital baiana em 10 de janeiro de 1912. Os fortes de São Marcelo, São Pedro e do Barbalho dispararam, atingindo o Palácio do Governo, a Câmara, o Teatro São João, a Biblioteca Pública e a Intendência.⁵⁵

No dia seguinte, Aurélio Vianna renunciou ao cargo de governador. A Assembleia se reuniu em Salvador e marcou a eleição para 28 de janeiro. A repercussão do bombardeio na imprensa nacional colocou em crise o governo de Hermes da Fonseca, que ordenou o retorno de Aurélio Vianna ao governo da Bahia. Tal decisão, cumprida no dia 19 de janeiro, provocou confrontos nos dias 22, 23 e 24, estando de um lado populares e força policial, e de outro as forças do Exército. O conflito culminou com a segunda renúncia de Viana, no dia 25 de janeiro. Três dias depois ocorreu a eleição, na qual venceu José Joaquim Seabra, sendo Rui Barbosa o maior líder da oposição.⁵⁶

Em texto de março de 1912, intitulado *A maior vítima da Seabrada, o Correio da Manhã* se referia a intervenção na Bahia e anunciava a chegada de Aurélio Vianna à Capital Federal, descrito como o “segundo substituto constitucional do governo da Bahia, despojado da ocupação de seu cargo pelos tenentes do general Sotero de Menezes e pelos capangas do seabrismo”. Conforme o jornal, Vianna havia sido requisitado pelo Supremo Tribunal Federal, “que achou de bom aviso ouvir [...] a narrativa do que tem sido o

⁵⁴ Idem. Idem.

⁵⁵ Idem. Ibidem, p. 138–140.

⁵⁶ Idem. Ibidem, p. 141.

movimento mazorqueiros da Bahia e a exposição verídica e sincera das garantias de que o governo federal os cercou”.

Segundo a publicação, o presidente Hermes da Fonseca, após bombardeio de Salvador,

entregou a Bahia ao sr. Seabra, à caterva assassina que em poucos dias liquidou a fisionomia moral de quatrocentos anos de civilização daquela terra, e encerrou-se na inexpressiva atitude de joguete irresponsável dos **tenentes** e dos caudilhos militares e civis. [...]

Coube ao dr. Aurelio Vianna a dura provação, a experiência difícilíssima do que representa em face das convulsões do crime e do **tenentismo** dominante, lutar heroicamente pela defesa de uma organização estadual previamente destinada ao cretinismo e à intolerância das situações sem prestígio estribadas na força dos canhões e das fortalezas do Exército.⁵⁷

O *tenentismo*, no caso, se aproximava da ideia de uma intervenção militar, sendo J. J. Seabra o “joguete irresponsável dos tenentes”. O termo *tenentes*, no caso, se referia a militares de alto escalão, que ocupavam cargos políticos de destaque, evidenciando o seu sentido depreciativo, em rebaixá-los a patente.

Uma segunda ocorrência da utilização do termo apontado pela Hemeroteca Digital apareceu com a seguinte publicação:

Razão d’escacha
Muita gente o motivo em vão procura
Pelo qual, apesar do espalhafato
De que usa e abusa no meio de réles atos,
O **tenentismo** audaz não faz figura. [...]
E para que não digam que os debico
Lá vai a solução, sem alarido,
Tal como eu a encontrei e a testifico:
A união a força traz aos coligados
E, embora haja soldados de partido,
Nunca haverá partido de soldados.⁵⁸

O título do poema dá a entender que se trata do “racha”, das separações que passaram a existir entre os grupos políticos que compunham o governo Hermes da Fonseca. Como já dito, a primeira metade de seu governo (1910-1912) foi marcada pelas “políticas salvacionistas”, com intervenções militares em diversos estados, como foi o caso da Bahia, tratado pelo *Correio da Manhã*. Tais intervenções causaram instabilidades políticas, frente às disputas estaduais entre as oligarquias de situação e oposição, bem como internamente no governo federal, com disputas entre militares e o Partido

⁵⁷ A maior vítima da seabrada. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1 mar. 1912, p. 1. Grifos meus.

⁵⁸ **Ilustração Paulista**: semanário de atualidades. Nº 73, Ano II, São Paulo, 20 jun. 1912, p. 26. Grifos do autor.

Republicano Conservador (PRC), pelo qual Hermes foi eleito, e que era contrário as intervenções nos estados. A segunda metade de seu governo foi marcada pelas disputas sucessórias, com a vitória dos setores civis, que afastaram qualquer pretensão de membros do Exército de se manterem no poder.⁵⁹

É possível notar a partir destas duas publicações de 1912 que o termo *tenentismo* passou a ser utilizado em um contexto de tensão entre grupos políticos, no qual um se colocava enquanto “civilista” em oposição a outro, de destacado envolvimento militar. No entanto, é importante pontuar que esses dois blocos políticos não eram tão simples e puristas quanto possam parecer. Os militares não constituem um bloco político hegemônico e independente dos grupos (e interesses) civis de seu tempo. No interior das Forças Armadas, há posicionamentos múltiplos, assim como há no meio civil. Estes grupos podem se associar momentaneamente, conforme seus interesses, assim como podem se afastar na disputa eleitoral seguinte. “Agentes militares e civis organizam seus sistemas de alianças, que podem variar segundo as mudanças criadas pela dinâmica da vida social e afetam as percepções e os objetivos.”⁶⁰

Como apontou Viscardi, “o início da administração de Hermes foi marcado pela tentativa de conciliação com seus maiores opositores, os civilistas.”⁶¹ Ao longo de seu mandato, os grupos políticos que haviam se associado em torno de sua candidatura se dissociaram ao longo de seu governo e compuseram novas alianças para a sucessão presidencial.⁶²

Com relação aos movimentos políticos com marcante envolvimento militar da década de 1920, como a Revolta de 1924, chamados também de *tenentismo*, se faz necessário ir além do apontamento de que faziam oposição à política oligárquica. Tal posicionamento, declarado por grupos militares, muitas vezes não passava de retórica, já que se associavam à outros grupos oligárquicos em contraposição aos que detinham do poder, como foi o caso da constituição da Reação Republicana. O jogo político, entre e através de grupos militares e civis, como no entorno do governo Hermes da Fonseca,

⁵⁹ CARONE, Edgar. **A República Velha**: evolução política. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971, p. 268–286. MCCANN, op. cit., p. 164–165. VISCARDI, O teatro das oligarquias..., op. cit., p. 200–202.

⁶⁰ PEIXOTO, Antonio Carlos. Exército e política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 31.

⁶¹ VISCARDI, O teatro das oligarquias..., op. cit., p. 195.

⁶² *Ibidem*, p. 223.

descrito acima, continuou nos anos subsequentes, e persiste até os dias atuais, com toda sua complexidade e riqueza da vida social.

Ainda observando o sentido do uso do termo “tenentismo” nas publicações anteriores a 1930, ele continuou a se referir ao envolvimento de militares na política de modo mais amplo e não se restringia às revoltas ocorridas, como podemos notar no trecho abaixo publicado em agosto de 1924, que se referia negativamente a determinado posicionamento das altas patentes:

[...] o sopro da insânia que varreu o país em 1922, conseguiu subverter os espíritos de uma grande parte da oficialidade do Exército, principalmente nos primeiros postos.

Os generais e coronéis responsáveis por esse estado de loucura, por essa depravação da mentalidade dos moços militares, que se julgaram super-homens e superpatriotas, ostentando um profundo e irritante desprezo pelas classes civis, que, em todas as civilizações, são as classes diretoras, fugiram da arena, recolhendo-se ao silêncio das reformas bem remuneradas. [...]

As primeiras labaredas altas surgiram em 5 de julho de 1922. Aparentemente extintas, ressurgiram em 5 de julho deste ano, em maiores proporções e em extensões mais vastas. Felizmente a reação surgiu no próprio Exército. Tirando dois ou três coronéis de reputação apagada, de dois tenentes-coronéis do mesmo nível, o que se viu foi o **tenentismo** a dirigir motins e a fazer depredações.⁶³

No caso o *tenentismo* era representado por generais, coronéis e tenentes-coronéis. A palavra mais uma vez aparece em tom pejorativo, rebaixando altas patentes, que atiçavam os “moços militares” e dirigiam motins que se opunham as “classes civis”, que estavam no poder. O trecho acima, publicado no *A República*, foi escrito pelo general Potyguara, um dos que combateram os revoltosos em São Paulo naquele ano de 1924, o que nos permite verificar uma diferenciação entre o grupo dos militares governistas e dos militares que compunham o que ele chamava de “tenentismo”.

Vavy Pacheco Borges, ao analisar a construção da memória e os usos do *tenentismo*, no período de 1930-1932 em São Paulo, buscou a origem de sua cunhagem e os significados que lhe foram sendo atribuídos. A partir do incômodo da persistência da explicação baseada no esquema dual, *tenentismo* versus *oligarquia*, a historiadora afirmou que, por nunca ser mencionado na documentação dos anos 20, o *tenentismo* não existia no período, não existindo também os “tenentes”, pois o que havia eram os “revolucionários”, “revoltosos” ou “rebeldes”. Para Borges, a designação “tenentes”

⁶³ General Potyguara. **A República**: Órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, 24 de agosto de 1924, p. 1. Grifo meu.

surgiu no primeiro semestre de 1931 e o termo “tenentismo” se generalizou a partir daí, em referência a uma “corrente” ou “partido dos tenentes”⁶⁴, evidenciando que a difusão do termo fez parte tanto das disputas políticas como da construção de memória, no pós outubro de 1930.

Embora as facilidades da Hemeroteca Digital tenham me permitido localizar o uso do termo antes de 1930, ele não era tão difundido, dado ao fato de terem sido localizadas apenas 18 ocorrências de uso ao longo de trinta anos (1900-1929) em contraposição às 436 ocorrências na década seguinte (1930-1939). Realmente os termos mais correntes na década de 1920 eram “revolucionários”, “revoltosos” e “rebeldes”.

Um ponto em comum que foi possível verificar entre as conclusões presentes no trabalho de Borges e as fontes aqui analisadas foi a existência da oposição retórica *revolucionários* versus *políticos profissionais*.⁶⁵ Conforme consta nos manifestos e planos da Revolta de 1924, analisados no segundo capítulo, os militares envolvidos colocavam-se como oposição “ao domínio dos bacharéis”, contrários aos “políticos profissionais”. Ofereciam a “salvação nacional” em contraposição a “politicagem”. Se colocavam como representantes do “povo”, em busca de reformas de “interesse nacional”. Não há qualquer menção nem ao termo nem à ideia de que pretendiam ser representantes de uma classe média, conforme costuma ser apontado pela definição clássica. É possível notar que se colocavam acima da ideia de classe.

Com relação ao esquema *tenentismo* versus *oligarquia*, compartilho dos incômodos de Borges e de outras tantas historiadoras e historiadores. A análise das fontes sobre 1924 permitiu observar a complexidade dos interesses e grupos políticos envolvidos na Revolta, que se associaram momentaneamente às chamadas oligarquias dissidentes, que vieram compor a Reação Republicana, por exemplo. Estas oligarquias, quando se iniciaram os levantes armados, romperam rapidamente com os revoltosos, a fim de não colocarem em risco os seus privilégios, com temor de que o movimento ali iniciado fugisse do controle e subvertesse demais a ordem.

A compreensão dos fatos históricos da Primeira República não pode ficar aquém da diversidade da composição política, que não se explica apenas por “tenentes” versus “oligarquia”, e nem por “civilistas” versus “militaristas”. É possível observar que a

⁶⁴ BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 20.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 142.

fluidez política dos sujeitos se dava de acordo com o que era visto como mais vantajoso no momento. Os arranjos entre os diversos grupos militares e civis eram casuísticos, ao sabor dos interesses e das vantagens. No entanto, na disputa eleitoreira, na construção de um inimigo político, tal retórica foi amplamente utilizada.

Segundo Vavy Pacheco Borges, o termo *tenentismo*, enquanto categoria política, foi forjado pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e o *Diário Carioca*. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder no pós-1930, tais periódicos, associados ao Partido Democrático, ventilavam os incômodos que a ocupação dos postos político-administrativos por “revolucionários militares” causava. Muito se falava no caso do interventor paulista, o coronel João Alberto, referido ironicamente pelo *Diário Carioca* como o “tenentinho de artilharia”.⁶⁶

Para a autora, a construção política do “inimigo tenentista” surgiu para contrapor os até então chamados de “revolucionários” pelos apoiadores de Vargas. Nesta lógica, “todos os militares em postos chave no país passaram a ser apontados como *tenentes*. Por vezes também civis, a eles próximos em posições políticas”. Tal construção acarretou na criação, em fevereiro de 1932, da Frente Única Paulista (união do Partido Democrático com o Partido Republicano Paulista) e do início da chamada *Revolução Constitucionalista*.⁶⁷

A publicação do clássico *O Sentido do Tenentismo*, de Virgínio Santa Rosa foi fruto deste contexto político. Embora o autor afirmasse logo na sua introdução que estava “longe dos centros de efervescências das paixões partidárias”, “alheio ao turbilhão dos ódios e rancores, surdo ao critério exclusivamente pessoal” e “sem preocupações de ordem partidária”, com a leitura da obra fica bem evidente seu posicionamento, de defensor dos *tenentes* e de criador de uma interpretação bem específica para o *tenentismo*.⁶⁸ Conforme Guillaume Saes, “Santa Rosa foi, naquela agitada primeira metade da década de 1930, o expoente de um nacionalismo autoritário, defensor da implantação de um Estado forte centralizado que unificasse o país e combatesse o poder corrosivo das oligarquias”.⁶⁹

⁶⁶ Ibidem, p. 145–146.

⁶⁷ Ibidem, p. 147 e 178.

⁶⁸ SANTA ROSA, op. cit., p. 22.

⁶⁹ SAES, Guillaume Azevedo Marques de. O pensamento político de Virgínio Santa Rosa: um esboço interpretativo. **Revista de História**, São Paulo, n. 161, p. 145–163, 2009, p. 146.

Santa Rosa afirmava que os *tenentes*, “nascidos nos seios das classes médias”, possuíam “uma forte consciência de classe e uma intensa experiência revolucionária adquirida durante os anos de exílio”. Eram a primeira expressão política da pequena burguesia, que “só podiam se apoiar nas multidões urbanas, como meio exclusivo de resistir à pressão inexorável dos latifúndios.”⁷⁰

Neste sentido, o latifúndio era visto como o responsável pelo domínio das oligarquias, pelo vazio territorial do interior, pelo atraso da industrialização e da malformação do mercado interno. Para a execução da reforma agrária, Santa Rosa defendia um aprofundamento da ditadura, sugerindo a substituição de Getúlio Vargas “por uma individualidade pertencente à facção outubrista”⁷¹, pois só assim o Brasil escaparia do “confucionismo social-democrata”.⁷²

Em um primeiro momento, de 1912 a 1932, o uso do termo *tenentismo* tinha um sentido pejorativo e se referia ao envolvimento armado na política de altas patentes militares, buscando rebaixá-las. É notória essa construção nas publicações citadas localizadas na Hemeroteca Digital, principalmente naquela assinada pelo general Potyguara, bem como nos estudos de Borges, que verificou a referida construção pelos opositores de Vargas, a fim de desbancar os chamados “revolucionários”, seus inimigos políticos. Em um segundo momento, Virgínio Santa Rosa, com sua publicação em 1933, positivou o termo, criando uma forte polarização, “classe média urbana” em contraposição a “oligarquia agrária”, legitimando o grupo que estava em ascensão naquele período e determinando o seu (novo) significado.

O Sentido do Tenentismo acabou por ser amplamente incorporado nas discussões acadêmicas acerca das movimentações políticas das décadas de 1920-1930. Em um primeiro momento, pouco se refletiu sobre a referida obra ser fruto das disputas políticas e narrativas de seu próprio tempo. Sua segunda edição, de 1964, contou com o prefácio de Nelson Werneck Sodré que apontou Santa Rosa enquanto o iniciador da exata conceituação do *tenentismo* e reforçou que “a essência do movimento tenentista consistiu no seu papel ligado ao processo de ascensão da burguesia brasileira, em luta contra o absoluto domínio exercido pela classe latifundiária”.⁷³

⁷⁰ SANTA ROSA, op. cit., p. 43 e 53.

⁷¹ Em referência ao Clube 3 de Outubro, considerado porta-voz do movimento tenentista.

⁷² SANTA ROSA, op. cit., p. 116–125.

⁷³ *Ibidem*, p. 17.

Segundo Anita Prestes, podemos identificar na produção acadêmica sobre o tema três correntes principais. A primeira, a partir dos escritos de Santa Rosa, que explica o *tenentismo* como um movimento oriundo das classes médias urbanas e, portanto, seus envolvidos representariam os anseios da pequena burguesia por maior participação na política nacional, em oposição ao domínio oligárquico.⁷⁴ Neste sentido, destacam-se os estudos de Nelson Werneck Sodré⁷⁵, Edgard Carone⁷⁶, Leôncio Basbaum⁷⁷, Abguar Bastos⁷⁸, Hélio Jaguaribe⁷⁹, Guerreiro Ramos⁸⁰ e Wanderley Guilherme dos Santos⁸¹.

Tal interpretação, que se desenvolveu de 1930 a 1950, apoiava-se em uma concepção dualista entre o setor agrário-exportador latifundiário, e do outro lado, estariam os setores urbanos, que deram origem a burguesia capitalista industrial e às classes médias. “Sem dúvidas, há matizes e diferenças entre os numerosos defensores dessa tese principal, mas o que os unifica é a convicção de que o fator determinante do comportamento político dos “tenentes” residia em sua origem social pequeno-burguesa”.⁸²

A produção historiográfica brasileira das décadas de 1960 e 1970 foi marcada pela problemática da forte presença militar na política do período e pelos debates promovidos pela publicação de *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Jr., em 1966, que apontavam para a necessidade de uma revisão das interpretações sobre a Primeira República. Nesta perspectiva, Paula Beiguelman, em *A propósito de uma interpretação da história da República*, de 1967, se propôs “a analisar criticamente as teses de Werneck Sodré, defendendo a ausência de contradições fundamentais entre setor agrário e setor urbano-industrial no Brasil”. A autora afastou a ideia de que o *tenentismo* representasse uma luta

⁷⁴ PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 29.

⁷⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes: análise e depoimentos**. São Paulo: Ática, 1989. SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

⁷⁶ CARONE, Edgar. **A República Velha: evolução política**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971. CARONE, Edgar. **A República Velha: instituições e classes sociais**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972; CARONE, Edgar. **O Tenentismo**. São Paulo: Difel, 1975.

⁷⁷ BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República: de 1889-1930**. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

⁷⁸ BASTOS, op. cit.

⁷⁹ JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

⁸⁰ RAMOS, Guerreiro. **Crise do poder no Brasil: problemas da Revolução Nacional brasileira**, Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

⁸¹ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISEB, 1963.

⁸² PRESTES, A Coluna Prestes, op. cit., p. 29.

entre a burguesia e o latifúndio e propôs uma explicação alternativa, com base na crise institucional do período. Neste sentido, Maria do Carmo Campelo de Souza, em *O processo político-partidário na Primeira República*, procurou “demonstrar que o desenvolvimento industrial não criou um antagonismo com antigo setor exportador e que havia uma complementaridade de interesses das duas esferas econômicas.”⁸³

Além do empenho em complexificar a explicação outrora polarizada, que dava lugar a ideia da crise institucional do sistema político da Primeira República, Maria do Carmo Campelo de Sousa, Décio Saes e Boris Fausto contestaram a tese de que os militares representavam os interesses das classes médias urbanas, apontando a ausência de um projeto modernizador e industrializante.⁸⁴ Neste sentido, a ideia de Santa Rosa de associar os *tenentes* a classe média foi vista por Boris Fausto como um reducionismo classista, pois, quaisquer que fossem suas vinculações com setores da sociedade civil, foram acima de tudo "tenentes", ou seja, membros de corporações militares, predominantemente o Exército, cuja visão de mundo e objetivos se relacionavam com sua socialização naquele âmbito. Valores como a unidade nacional, a crítica ao excessivo federalismo, as restrições ao liberalismo, associados por eles a práticas eleitorais fraudulentas, integrariam, em maior ou menor grau, segundo Fausto, o pensamento dos líderes do movimento.⁸⁵

Para o mesmo autor, a Revolução de 1930 foi “resultado dos conflitos intraoligárquicos fortalecidos por movimentos militares dissidentes, que tinham como objetivo golpear a hegemonia da burguesia cafeeira”⁸⁶. Boris Fausto ainda diferenciou o *tenentismo* em antes e depois de 1930, colocando o primeiro período enquanto um movimento de rebeldia, independente dos setores civis, “política e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares, onde as tendências reformistas autoritárias aparecem em embrião”, “voltado para o ataque jurídico-político às

⁸³ BORGES, op. cit., p. 228. GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 244–280, 1989, p. 247. FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas. **Revista Tempo**, Niterói, v. 23, n. 3, p. 421-442, set./dez. 2017, p. 424.

⁸⁴ GOMES; FERREIRA, op. cit., p. 258. FERREIRA; PINTO, op. cit. p. 425.

⁸⁵ FAUSTO, Boris. Pequenos Ensaios de História da República. **Cadernos Cebrap**, São Paulo, n. 10, 1972, p. 31.

⁸⁶ GOMES; FERREIRA, op. cit. p. 248.

oligarquias, com um conteúdo centralizador, elitista e vagamente nacionalista”, e o segundo período enquanto experiência de governo.⁸⁷

No início da década de 1970, a partir da reedição de *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro, em 1975, interpretações passaram a privilegiar o Estado enquanto agente político autônomo no desenvolvimento brasileiro, frente a debilidade da sociedade civil. Com relação aos estudos sobre o *tenentismo*, passou-se a utilizar a análise organizacional, ele deixou de ser analisado enquanto um movimento político que representava as classes médias e passou a “ser considerado privilegiadamente como um movimento militar, como expressão política de um setor do aparelho do Estado: as Forças Armadas”.⁸⁸

São exemplos do desenvolvimento deste importante tipo de reflexão, principalmente após o Golpe de 1964, os seguintes autores: Edmundo Campos Coelho, que apontou ligações entre as reivindicações tenentistas com a profissionalização e modernização do Exército⁸⁹, José Augusto Drummond, que afirmou ser o *tenentismo* uma manifestação de militarismo, tendo recebido pouco apoio popular, que o deixou em um grande isolamento político inicial⁹⁰, e José Murilo de Carvalho, que apoiado no conceito de E. Goffman de “instituições totais”, analisou o Exército enquanto uma destas instituições que envolve todas as dimensões da vida de seus membros, que passam a desenvolver identidades fortes e “requerem de seus membros uma radical transformação de personalidade”⁹¹.

Em discussão com estas duas correntes interpretativas, surgiu uma terceira, mais próxima de uma análise global, que levou em consideração os elementos sociais e militares, levantados pelas correntes anteriores. Para Paulo Sergio Pinheiro a análise do papel dos tenentes deveria ser feita através da dimensão destes no aparelho militar do Estado e em suas relações com as classes médias⁹². Segundo Maria Cecília Spina Forjaz, os tenentes possuíam valores próprios da corporação militar, no entanto, enquanto

⁸⁷ FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: Historiografia e História**. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 80–87.

⁸⁸ FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988, p. 178–178. GOMES; FERREIRA, op. cit., p. 258.

⁸⁹ COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976, p. 84.

⁹⁰ DRUMMOND, op. cit., p. 277.

⁹¹ CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019, p. 29.

⁹² PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 53.

ocupantes de escalões hierárquicos inferiores estavam “mais permeáveis às influências da sociedade civil”⁹³. Anna Maria Martinez Correa, por sua vez, estudando 1924 em São Paulo, considerou as origens sociais e a organização militar, apontando que a posição intermediária dos tenentes na hierarquia militar fazia com que trouxessem contestações próprias de suas patentes⁹⁴.

Para Anita Prestes,

Ainda que os “tenentes” devam ser analisados enquanto militares, é necessário investigar os problemas e conflitos presentes nas Forças Armadas daquele período e não de maneira isolada, mas em ligação com a sociedade brasileira da época, inseridos no contexto geral da crise que o país atravessava. Os “tenentes” eram parte de uma corporação militar com interesses próprios, mas essa instituição não estava afastada da sociedade e dos seus problemas por uma muralha chinesa; ao contrário, os militares não só provinham, em sua maioria, dos setores médios dessa sociedade, como mantinham estreito contato com as populações civis, com a vida nacional. É nesse complexo emaranhado de relações sociais que devem ser empreendidas as suas posições e atitudes, o seu comportamento político.⁹⁵

A partir dos levantamentos destes variados pesquisadores aqui elencados, e em diálogo com as pesquisas das últimas autoras aqui citadas que este trabalho se desenvolveu. Somente a partir destes importantes trabalhos que foi possível questionar o que foi o *tenentismo* e quem foram e o que queriam os implicados na Revolta de 1924 em São Paulo. Junto a isso, a análise aqui empenhada se insere na perspectiva da História Social, que tem como seu principal objeto a ação política coletiva e se utiliza de marcadores como classe, grupos sociais, categorias socioprofissionais e suas relações.⁹⁶

Segundo Eric Hobsbawm, "a história social nunca pode ser mais uma especialização, como a história econômica ou outras histórias hifenizadas, porque seu tema não pode ser isolado"⁹⁷. Não é possível os aspectos sociais do ser humano ser separados de outros aspectos de seu ser.

Forjada a partir da tradição marxista, a história vista “de baixo”, na qual Edward P. Thompson⁹⁸ é um dos principais expoentes, coloca as noções de experiência e de

⁹³ FORJAZ, Tenentismo e Forças Armadas..., op. cit., p. 202–203.

⁹⁴ CORREA, Anna Maria Martinez. **A Rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1976, p. 17–20.

⁹⁵ PRESTES, A Coluna Prestes, op. cit., p. 73.

⁹⁶ CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 78.

⁹⁷ HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 87.

⁹⁸ THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

cultura no centro das análises sobre a ação social. Como abordagem, esta corrente preenche duas funções importantes: servir como corretivo à história da elite e, ao oferecer uma abordagem alternativa, possibilita uma síntese mais rica da compreensão histórica, "de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais da história"⁹⁹. Na Revolta de 1924, os agentes não se restringiam a uma categoria ou grupo socioprofissional específico, como induz aquela interpretação clássica do *tenentismo*, centralizando nos militares detentores da patente de tenente. Além dos membros do Exército e da Força Pública de São Paulo, que estavam submetidos a regimentos específicos e a hierarquia militar, foi destacado o envolvimento de civis das mais diversas origens e ocupações.

Essas categorias, de ocupação e de classe, se entrecruzam às perspectivas de raça e gênero de modo bastante complexo, por isso a importância da análise das experiências na busca de melhor compreender estes indivíduos. Os membros do Exército, por exemplo, possuíam as mais variadas patentes hierárquicas, nas quais, ao analisá-las, podemos observar o distintivo de classe. Neste sentido, as altas patentes, em geral, para lá chegarem contavam com condições estruturais que os proporcionavam alfabetização, capital cultural, acesso a cursos preparatórios para o ingresso e o bom desempenho na Escola Militar. Nas patentes inferiores, acabavam se concentrando os caboclos, negros e mestiços¹⁰⁰, que por não serem alfabetizados atingiam como posto máximo a patente de sargentos.

Dessa maneira, é importante pontuar que o trabalho militar também diferia ao longo da hierarquia. As patentes superiores com o desenvolvimento de trabalhos burocráticos e os inferiores com trabalhos que requeriam maior esforço físico: rondas, limpezas, manutenções de armas e instalações, preparo de alimentos, cuidados aos doentes, trato com animais em unidades de cavalaria, fabricação de armas e munições. Em fins do século XIX, as baixas patentes ainda realizavam funções de polícia ou

⁹⁹ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 53–54.

¹⁰⁰ Embora ainda nos falte uma análise social mais sistematizada do Exército para o período estudado McCann aponta o seguinte índice de analfabetismo entre recrutas examinados por juntas médicas em 1928: 42% dos caboclos eram analfabetos, 52% dos negros, 37% dos mestiços e 30% dos brancos. MCCANN, op. cit., p. 298.

trabalhavam junto com escravos públicos nos depósitos de pólvora e fundições, bem como em obras públicas de estrada de ferro e linhas telegráficas.¹⁰¹

Segundo Peter Beattie:

Os estudiosos raramente examinam os soldados sob a rubrica de trabalhadores, e tampouco comparam o trabalho forçado realizado por muitos soldados a outras formas de trabalho compulsório como escravidão [...]. Os soldados são tradicionalmente retratados pela história social como os partidários menores do Estado que oprimem vítimas mais corriqueiras da coerção estatal [...]. No Brasil muitos soldados também foram "vítimas" diretas da coerção estatal. Antipatias políticas e teóricas levaram estudiosos a retratar os soldados como fantoches do Estado ou da classe capitalista. Embora "agentes" do Estado, os soldados mantiveram seu *agency* ou o seu poder, dentro dos limites de sua condição, de escolher a cooperar com sua instituição ou não.¹⁰²

Essa agência dos soldados, pontuada por Beattie, não existe isolada da ideologia institucional militar. A defesa e a perpetuação da ideia das Forças Armadas como protetoras da ordem social tradicional, salvadora das massas oprimidas, acima dos conflitos de classe e protetora dos bens nacionais, no entanto, acabava por atingir seus membros de modos diferentes.¹⁰³ O próprio status militar alterava as relações entre os militares. Neste sentido Frank McCann nos traz casos de abusos dos quais sofriam soldados considerados criados de alguns oficiais ou no estabelecimento de relações quando praças buscavam protetores nos altos postos hierárquicos. Embora houvesse regulamentos e códigos disciplinares nas instituições militares, as interpretações acerca de um descumprimento e a sua relativa punição expunha as tensões e as solidariedades, diferenciava os que contavam com algum tipo de proximidade e proteção de altas patentes dos desprotegidos, como os soldados que denunciavam casos de punição com açoites no início da República.¹⁰⁴

O status militar também atravessava as relações destes com os civis, caracterizava suas relações e influía nas suas percepções e perspectivas políticas e sociais. De todo modo, é importante pontuar que apesar dos esforços do Estado e da própria instituição, o Exército não era (e nem é) uma ilha unificada e isolada das correntes políticas civis. “É na interação das Forças Armadas com os agentes sociais e políticos que se encontram os

¹⁰¹ BEATTIE, Peter M. **Tributo de Sangue**: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009, p. 246–247.

¹⁰² Ibidem, p. 196.

¹⁰³ LIEUWEN, Edwin; JOHNSON, John J. **Militarismo e Política na América Latina**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 11–12. STEPAN, Alfred. **Os militares na política**: as mudanças de padrões na vida brasileira. Trad. Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova S. A., 1975, p. 194.

¹⁰⁴ MCCANN, op. cit., p. 243, 245 e 284.

fundamentos do pensamento militar e os pontos-chave que possibilitam sua compreensão.”¹⁰⁵ Para Alfred Stepan, a experiência política recente, a posição no emprego e estilo de vida atual, para além das origens socioeconômicas, são variáveis importantes para compreensão destes agentes.¹⁰⁶

Com base na proposta de análise de Mike Savage¹⁰⁷, segundo a qual a insegurança estrutural é vivida por todos os trabalhadores na sociedade capitalista que os obriga a encontrar estratégias para lidar com as incertezas diárias, é possível afirmar que no caso dos militares de baixa patente, esta insegurança se fazia presente com o atraso dos soldos e na lenta evolução dos postos que impossibilitava o aumento nos ganhos. Quando analisamos as trajetórias de militares e policiais envolvidos na revolta notamos que o ingresso destes no Exército ou na Força Pública também pode ser interpretado como uma destas estratégias. Muitas vezes o ingresso nas referidas instituições era visto como uma possibilidade de trabalho e de garantia da sobrevivência.

Dessa maneira, o soldo era determinante da condição de assalariados dos militares de baixa patente que dependiam dele para o sustento de suas famílias. Segundo McCann, “considerando sua remuneração relativamente baixa, essa categoria era tão sensível às flutuações econômicas quanto qualquer outra”. Em 1924, os preços de produtos básicos atingiram níveis exorbitantes, “a taxa de câmbio flutuante e a inflação de preços tornavam o salário dos oficiais insuficientes para manter a família”.¹⁰⁸

Nesta perspectiva, é possível afirmar que o estudo da Revolta de 1924 nos possibilita discutir as interpretações acerca do *tenentismo*. A sua origem é militar, mas acabou incorporando (ou acabaram se incorporando a este movimento) outros grupos e demandas. O núcleo da revolta, composto por militares de médias e altas patentes, continuadores dos movimentos armados de 1922, mobilizaram ideias reformistas, utilizando-se de um discurso de salvação nacional, pois, para eles, integrar o Exército os colocava acima das classes sociais e os afastava da “politicagem” das oligarquias, muito embora, como já dito, isso não se tenha demonstrado na realidade, não passando de retórica política.

¹⁰⁵ ROUQUIÉ, op. cit., p. 19 e 31.

¹⁰⁶ STEPAN, op. cit., p. 20 e 43.

¹⁰⁷ SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio. H. M.; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre. (org.). **Cultura de classes**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 33. Grifos do autor.

¹⁰⁸ MCCANN, op. cit., p. 276 e 312.

Dentro do campo da História Social, quando analisamos os demais envolvimento na Revolta (baixas patentes, membros da Força Pública e civis) é possível irmos além das “grandes personalidades”, reconhecer os outros sujeitos, aqueles que não tiveram “grande protagonismo político” no pós-1930, que não se tornaram nomes de ruas, não se candidatam aos altos cargos, que não escreveram livros, mas que foram de suma importância para a movimentação política ocorrida em 1924 e que promoveu o fim da Primeira República.

1.2 O Processo

A principal fonte aqui analisada, que permitiu a perseguição de algumas trajetórias, foi o processo judicial movido contra os envolvidos na Revolta de 1924, que se encontra disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Composto por 171 volumes, com inquéritos policiais e militares, relatórios, documentação apreendida e a produção burocrática do próprio desenrolar da justiça.¹⁰⁹

Lorayne Ueócka afirma que se trata do maior processo até hoje existente no Estado de São Paulo¹¹⁰, sendo objeto de apreciação por mais de uma vez pelo Supremo Tribunal Federal, que julgou interpostos de decisões.

Em um primeiro momento, com relação a classificação do delito, os revoltosos foram acusados de, na madrugada de 5 de julho de 1924,

sublevarem-se contra as autoridades constituídas, com o objetivo de implantar, pelas armas, um regime ditatorial em todo o país; seriam abolidas, por meio violentos, a Constituição da República e forma de governo por esta estabelecida. Pelo que, os acusados, - uns como cabeças, outros como coautores, outros como cúmplices, - era imputável o crime político definido no art. 107 do Código Penal, combinado com os arts. 1º e 2º da lei nº 1.062, de 29 de setembro de 1908.¹¹¹

O referido artigo 107 do Código Penal dizia respeito a “tentar, diretamente e por fatos, mudar por meios violentos a Constituição política da República, ou a forma de governo estabelecida: Pena - de banimento, aos cabeças; e aos corréus, a de reclusão por cinco a 10 anos”. No entanto, a Constituição de 1891 em seu artigo 76 afirmava que os oficiais do Exército e da Armada perderiam suas patentes por qualquer condenação em

¹⁰⁹ A anistia foi concedida pelo Decreto nº 19.395, de 8 de novembro de 1930.

¹¹⁰ UEÓCKA, Lorayne Garcia. **1924: Dossiê de uma rebelião**. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991, p. 270.

¹¹¹ STF. **Sucessos Subversivos de São Paulo**. Julgamento da Apelação. Acórdão. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, p. 40.

mais de dois anos de prisão,¹¹² nesse sentido, os militares assim processados corriam também o risco serem excluídos da corporação.

Em Diário Oficial de 17 de janeiro de 1925 foram convocados a comparecer perante o Juízo da 1ª Vara de São Paulo 702 indiciados. Analisando tal documento podemos notar que alguns nomes se repetem. Após retirada de 35 repetições, foi possível aferir 667 pessoas indiciadas.¹¹³

O juiz federal da 1ª instância, que primeiramente julgou o caso, condenou os revoltosos com base no artigo 111 do Código Penal:

Opor-se alguém, diretamente e por fatos, ao livre exercício dos poderes executivo e judiciário federal, ou dos Estados, no tocante às suas atribuições constitucionais; obstar ou impedir, por qualquer modo, o efeito das determinações desses poderes, que forem conformes à Constituição e às leis: Pena — de reclusão por dois a quatro anos.¹¹⁴

Essa alteração nos artigos que compuseram a condenação significou para os revoltosos uma pena mais branda em comparação com a indicada pela denúncia. No entanto, em 1926 e 1927, o STF julgou o recurso interposto pelo procurador da República e a apelação do Ministério Público para reforma da sentença, terminando por reclassificar o crime no artigo 107. Dessa maneira, determinava a condenação de 10 anos de reclusão aos cabeças, sendo 25 condenados nesta classificação, e 5 anos de reclusão aos coautores, sendo eles 113. Aos cúmplices de grau máximo, sendo 10 condenados, determinou-se a

¹¹² SOARES, Oscar de Macedo. **Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil Comentado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1910, p. 237. BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891**.

¹¹³ Ver Quadros 8 a 17 em Anexos. O Diário Oficial de 17 de janeiro de 1925 lista 702 nomes de indiciados, com as seguintes repetições e seus respectivos números de entrada: Accacio Coelho de Queiroz (108, 426 e 445); Alberto Costa (224 e 412) Angelo R. dos Santos (425 e 444); Antonio Lopes (468 e 700); Antonio Rodrigues de Souza (121 e 431); Antonio Romão de Souza (107 e 480); Armando Dias de Andrade (118, 428 e 448); Arnaldo Sickosi (228 e 238); Arthur de Castro Carneiro Leão (231 e 506); Ascentino de Souza Reis (427 e 447); Aurelio Marciano da Cruz (450 e 250); Belmiro Simões Barbosa Lima (483 e 482); Arthur de Castro Carneiro Leão (231 e 506); Coriolando de Almeida Júnior (413 e 505); Ende Eising (274 e 701); Hirsch Hans Vitt (302 e 702); Francisco de Moraes Machado (544 e 535); Gabriel Pereira da Silva (547 e 548); Godofredo de Moura Paula (149 e 553); Gumercindo Martins de Toledo (76, 549); Jayme Rocha (341 e 611); João Binder (322 e 332); João Ellinsen (321 e 330), João Rodrigues dos Santos (168 e 569); Jorge Ferreira (423 e 561); José da Cunha Pereira (167 e 422), José Jeronymo Vergner (158 e 597); José Pedro Moreira (170 e 602); Julio Prado das Neves (164 e 172); Leonidas de Lima Castro (184 e 614); Mario Marianti de Albuquerque (187 e 642); Maurio Muniz Guimarães (354 e 646); Orestes Correa de Castro (368 e 655). APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 110, f. 55-59.

¹¹⁴ SOARES, op. cit., p. 241.

pena de 6 anos e 8 meses. Aos cúmplices de grau médio, 26 condenados, a pena de 5 anos e aos de grau mínimo, 14 condenados, a pena de 3 anos e 4 meses de reclusão.¹¹⁵

Em 1929, os condenados entraram com embargo ao processo, sendo desta última vez o delito enquadrado no artigo 108 do Código Penal: “Tentar, pelos mesmos meios, mudar algum dos artigos da Constituição. Pena: de reclusão por dois a seis anos.”¹¹⁶ Nessa classificação, deixava de haver os condenados enquanto “cabeças”, sendo os assim anteriormente classificados somados aos “coautores”, com a condenação de 2 anos de reclusão.

A penalidade maior, 4 anos de reclusão, recaiu aos cúmplices de grau máximo, todos eles estrangeiros. Aos demais cúmplices a pena estabelecida foi a de um ano e quatro meses de reclusão. Doze dos antigos 480 cúmplices terminaram por serem absolvidos. Dos 667 indiciados, 176 foram condenados em 1929. No entanto, é importante ressaltar que muitos foram presos e punidos sem o devido processo legal e que escapam das análises aqui levantadas.

A partir da sistematização dos indiciados e processados, presente no Quadro 1 a seguir, foi possível notar que a maioria dos indiciados eram civis, mas a maioria entre os condenados eram militares do Exército.

¹¹⁵ COSTA, Edgard. **Os grandes julgamentos do Supremo Tribunal Federal**. Primeiro volume (1892-1925), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 451–453. STF. Sucessos Subversivos de São Paulo. Julgamento da Apelação..., op. cit.

¹¹⁶ SOARES, op. cit., p. 362.

Quadro 1 - Indiciados, condenados e não condenados no Processo

Tipo de patente *	Patente	**	Indiciados			Condenados			Não condenados						
			Quant.	Total por patente	Total por grupo de patente	Quant.	Total por patente	Total por grupo de patente	Quant.	Total por patente	Total por grupo de patente				
Alta	Marechal	EX	1		EX: 11 FP: 2 Total:13	-		EX: 8 FP: 2 Total: 10	1		EX: 3 FP: 0 Total: 3				
	General	EX	4			2			2						
	Coronel	EX	1			1			-						
		FP	1			1			-						
	Tenente-Coronel	EX	2			2			-						
	Major	EX	3	4		3			-						
FP		1	1		4										
Média	Capitão	EX	19	25	14		EX: 41 FP: 23 Total: 64	5	7	EX: 16 FP: 11 NI: 3 Total: 30					
		FP	6		4			18			2				
	Tenente	EX	38	69	27		46	11	23						
		FP	28		19			46			9				
		NI	3		Total: 94			19			3				
Baixa	Sargento	EX	125	154	EX:125		EX: 53 FP: 13 Total: 66	72	88	EX: 72 FP: 14 NI: 3 Total: 89					
		FP	26		FP: 27			66			13				
		NI	3		NI: 3			0			3				
	Cabo	FP	1	1	Total:155		-		Total: 66		1		1		Total: 89
Exército			193			102			91						
Força Pública			63			38			25						
Civis			405			36			369						
Não identificados			6			0			6						
TOTAL			667			176			492						

Fonte dos dados: APESP. Processo da Revolução de 1924, STF, n.º 1009 de 1927.

Nos gráficos abaixo podemos comparar melhor estes dados, onde no Gráfico 1 podemos notar que a maioria dos indiciados eram civis, ao passo que no Gráfico 2, que diz respeito aos condenados, a maioria eram membros do Exército.

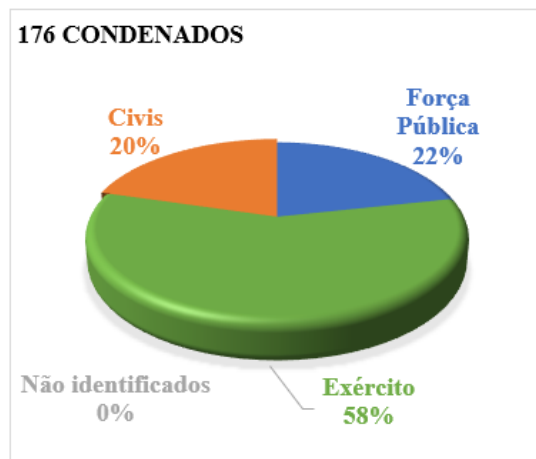
* MANCUSO, Amanda Pinheiro. A história militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da História Cultural. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 2, n. 4, jul. 2009, p. 5.

** EX = Exército; FP = Força Pública de São Paulo.

Gráfico 1 - Indiciados no Processo



Gráfico 2 - Condenados no Processo



Fonte dos dados: APESP. Processo da Revolução de 1924, STF, n.º 1009 de 1927.

Ao analisar os envolvidos em uma revolta intitulada enquanto *tenentista*, espera-se encontrar uma maioria de militares brasileiros. Contudo, foi possível observar que a Revolta de 1924 em São Paulo contou com um amplo envolvimento civil, que reflete sobre os processados e representa a maioria dos indiciados, 61%.

O esperado com relação a uma suposta maioria de detentores da patente de tenente envolvidos na revolta também não foi encontrado na análise. Nos gráficos abaixo podemos observar a proporção das patentes militares, somados membros do Exército e Força Pública de São Paulo. Chama a atenção a maioria de sargentos, tanto entre os indiciados (59%) quanto entre os condenados (47%), sendo os tenentes o segundo maior grupo em ambos os casos (26% e 33%, respectivamente):

Gráfico 3 – Patentes dos indiciados

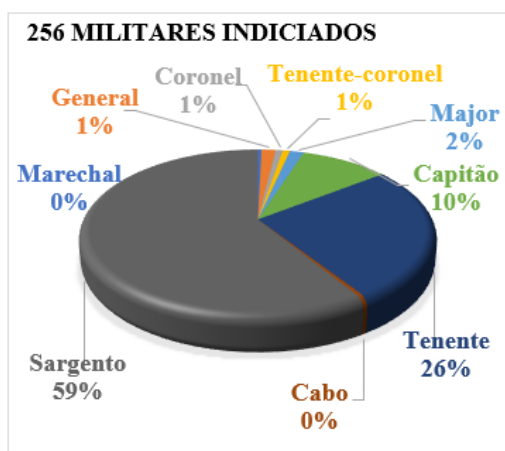
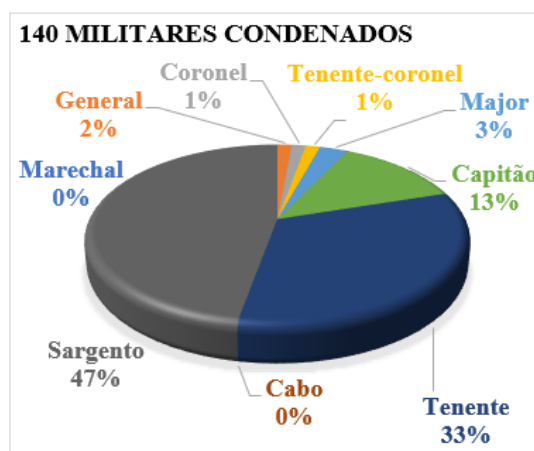


Gráfico 4 - Patentes dos condenados



Fonte dos dados: APESP. Processo da Revolução de 1924, STF, n.º 1009 de 1927.

Com base na penúltima sentença¹¹⁷, que classificava os condenados enquanto cabeças, coautores e cúmplices, ao calcularmos as proporções entre indiciados e condenados por patentes militares, demonstradas no Quadro 2, podemos notar que a responsabilização pela revolta recaiu sobre grupos específicos: altas (76,9%) e médias (68,1%) patentes do Exército e da Força Pública de São Paulo, sendo os civis (8,8%) os menos responsabilizados.

Quadro 2 - Proporção entre indiciados e condenados no processo

	Ind.	Cond.	%	Militares por patente	Ind.	Cond.	%
Civis	405	36	8,88%	Altas Patentes	13	10	76,9%
Exército	193	102	52,84%	Médias Patentes	94	64	68,1%
Força Pública	62	38	61,3%	Baixas Patentes	155	66	42,58%
TOTAL	668	176	26,34%				

Fonte dos dados: APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927.

Dentre as patentes (do Exército e FPSP somados), foi possível observar que os superiores foram os mais responsabilizados (90% dos indiciados enquanto cabeças), tendo em vista o tipo de condenação que recebiam, conforme podemos analisar nos Quadros 4 e 5 em Anexos. A ampla maioria das médias e baixas patentes do Exército e da Força Pública foram considerados coautores (Capitães: 77,77%; Tenentes: 71,73%; Sargentos: 98,48). Chama atenção o fato de que a maior parte dos condenados enquanto cabeças eram tenentes (48%).

Os “cabeças” da revolta eram aqueles considerados autores intelectuais, de maiores responsabilidades, e, conseqüentemente, seriam os mais penalizados. Um dos motivos para essa maior penalização se apoiava na argumentação de que haviam premeditado a elaboração do plano. Os cúmplices, todos civis, foram entendidos como aqueles que “cooperaram nos atos executivos do delito. O seu concurso não revestira – segundo o acórdão – o caráter de auxílio necessário, que é aquele sem o qual o crime não seria cometido.”¹¹⁸

Outro fator que ampliava a responsabilização dos militares, era a circunstância agravante da traição alegada contra tal grupo. Segundo o Procurador da República,

os únicos cidadãos que estão obrigados à manutenção das leis do País e a sustentar as instituições constitucionais são os militares, que para tal prestam

¹¹⁷ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 147, f. 1-163.

¹¹⁸ COSTA, op. cit., p. 466-483.

compromisso formal. Os civis terão o dever de respeitar e cumprir as leis, mas não o de mantê-las, donde se infere que há distinção, e bem grande entre a situação dos civis e a dos militares implicados neste processo.¹¹⁹

Ao final, o STF reclassificou as antigas condenações dos cabeças, juntando-os aos coautores. No entanto, a análise feita acima, baseada na penúltima sentença, nos ajuda a entender a maior culpabilização entre os membros do Exército, com destaque para as altas patentes seguidas dos tenentes. Tal culpabilização se relaciona com o fato da referida Revolta ser lembrada mais como uma articulação militar.

Podemos notar no Quadro 6 em Anexos que os membros do Exército condenados no processo serviam em diversos espaços militares. Embora a maioria se concentrasse no estado de São Paulo, temos alguns oriundos do Rio de Janeiro, dos núcleos dos levantes de 1922, tendo ainda um caso do Paraná, estado envolvido nos planejamentos iniciais da Revolta de 1924.

Dentre os civis indiciados, embora fossem inicialmente maioria, apenas 8,75% foram condenados ao término do processo, todos enquanto cúmplices. Estes, quando condenados, o foram de duas maneiras: em grau máximo, com quatro anos de reclusão, e aos demais, em grau mínimo, coube a pena de um ano e quatro meses de reclusão. Foi possível observar, em meio ao processo judicial, a incipiente política de identificação da população de São Paulo e as dificuldades da polícia em obter informações, ou, simplesmente, de nomear estes estrangeiros. Muitas das “absoluções confirmadas pelo Tribunal o foram por carência de provas”.¹²⁰ Fato que também justifica o baixo índice de condenados entre os civis indiciados.

No acórdão de 1929, expedido pelo STF, os cúmplices em grau máximo tiveram penas maiores (quatro anos de reclusão) do que os coautores (dois anos de reclusão), categoria que incluía os outrora classificados enquanto cabeças do movimento. O motivo alegado:

Os revoltosos utilizaram-se de estrangeiros mercenários que, organizados em batalhões, tomaram parte nos atos de violência contra a tranquilidade da República. Entre tais auxiliares alguns se destacaram, ou porque fossem os organizadores das unidades ou porque ocupassem nelas postos de comando, ou se salientassem nas operações militares, revelando ao mesmo tempo pleno conhecimento do objetivo da revolução, a qual, se triunfante, os aquinhoaria fartamente, em recompensa do grande malfeito à lei e a filhos ordeiros e laboriosos de um país que os recebera e os agasalhara generosamente. [...] tendo explorado a miséria de patrícios ignorantes do caráter e dos verdadeiros

¹¹⁹ Ibidem, p. 467–468.

¹²⁰ Ibidem, p. 484.

fins da revolta, e que participaram da luta para acudir às principais necessidades de suas famílias.¹²¹

Salta o fato de onze estrangeiros (tidos como civis no Brasil, mas muitos eram ex-combatentes da Primeira Guerra em seus países de origem) receberem as maiores penalidades dentre todos os processados envolvidos na Revolta. Tal fato se associa ao mito da ameaça estrangeira e as Leis Adolfo Gordo, melhor analisados no último capítulo. Estes indivíduos foram os alemães Antonio Missoni, Arnaldo Kuhn, Henrique Schulz, João Ellinsen, João Joaquim Tuchen, Plachchinsky e Roberto Wogel; os húngaros Maximiliano Agid e Paulo Jaludi; o italiano Lamberti Sorrentino e o espanhol Manoel Garcia Senra.

Se o envolvimento civil e dos sargentos foi tão destacado, por quais motivos ainda chamamos esse movimento de *tenentista*? A culpabilização dos detentores da patente de tenente, junto ao alto escalão, justifica? Não podemos perder de vista os sentidos do *tenentismo*, que em um primeiro momento desclassifica os oficiais envolvidos, bem como os que, em 1930, sobem na hierarquia militar e passam a ocupar altos postos na política. É a partir desse segundo momento, de disputa e mobilização do passado, que Virgínio Santa Rosa lhe atribuiu um outro sentido.

Tendo agora uma ideia de quem foram os revoltosos arrolados no processo e atentos aos sentidos do *tenentismo*, vamos aos dias de revolta e combates em São Paulo.

1.3 São Paulo no fogo cruzado

Na madrugada de 5 de julho de 1924, São Paulo foi surpreendida com um levante militar no 4º Batalhão de Caçadores, (4º B.C.) localizado em Santana, na zona norte da cidade¹²². Na liderança, havia um tenente do próprio batalhão, Asdrubal Gwyer de Azevedo, em companhia de Luiz Cordeiro de Castro Afilhado, do 6º Regimento de Infantaria (6º R.I.) de Caçapava, dos capitães Newton Estillac Leal, do 4º Regimento de Artilharia Montada (4º R.A.M.) de Itu, e do diretor do Material Bélico do Quartel-General da 2ª Divisão. Junto a estes havia também Eduardo Gomes, e os irmãos Juarez e Joaquim

¹²¹ Ibidem, p. 491–492.

¹²² Ver 1 no Mapa 1 e 1 no Mapa 2.

Távora, condenados pela justiça por envolvimento nos levantes que ocorreram no Rio de Janeiro e no Mato Grosso em 1922 e considerados desertores pelo Exército.¹²³

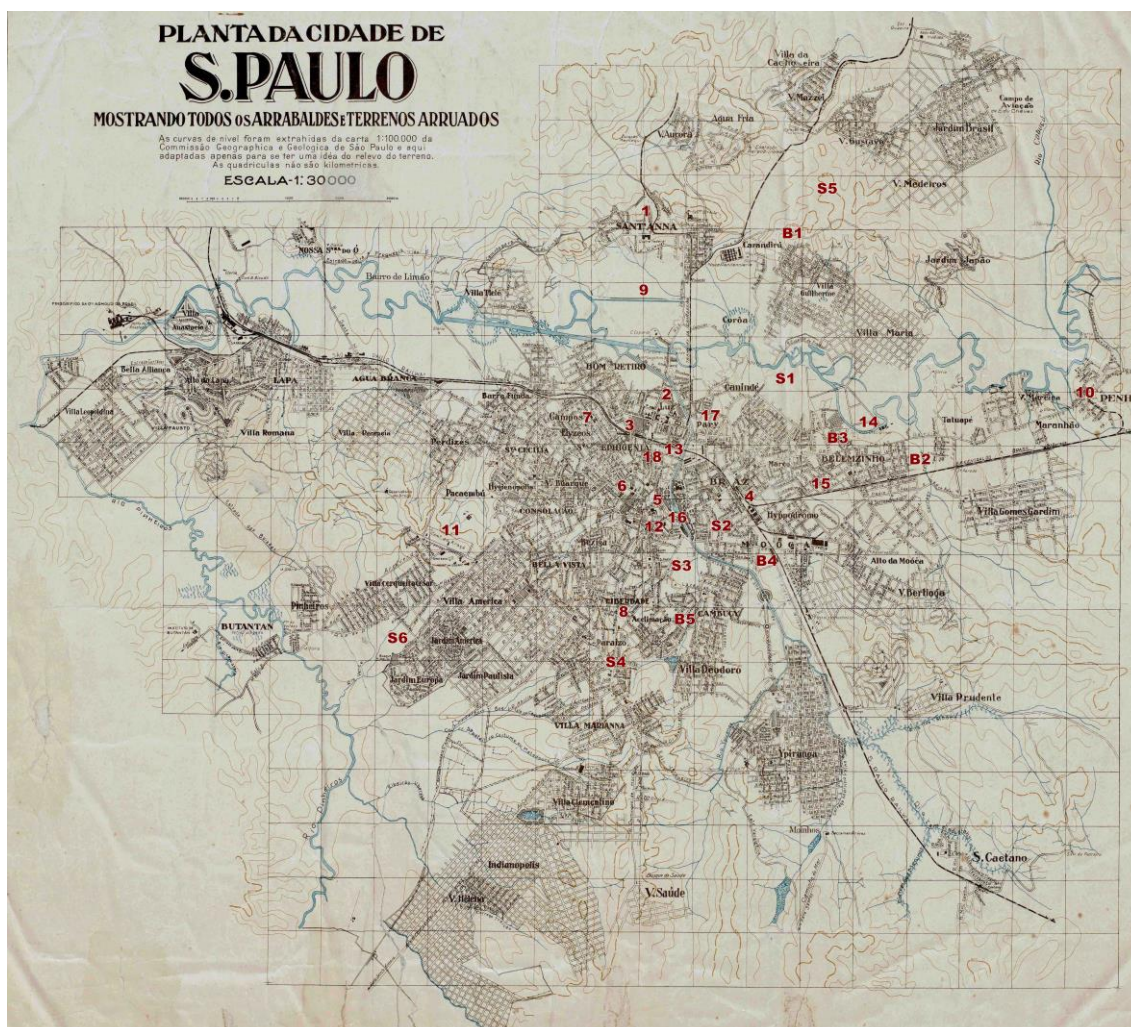
Poucas horas depois do levante no quartel em Santana, iniciou-se movimentações nos quartéis da Força Pública de São Paulo (FPSP), localizados no bairro da Luz¹²⁴, com o Regimento de Cavalaria, liderado pelo major Miguel Costa, auxiliado pelos tenentes Octaviano Gonçalves da Silveira, Arlindo de Oliveira e Thales Prado Marcondes. Em seguida, a revolta se espalhou pelos outros batalhões da região: o 4º Batalhão, sob a liderança do capitão Índio do Brasil, do Regimento de Cavalaria, e do tenente do Exército Luiz Cordeiro de Castro Afilhado; o 2º Batalhão, com o capitão do Exército Estillac Leal e o tenente da Cavalaria Thales Prado Marcondes; o Corpo Escola, com Juarez Távora, Asdrubal Gwyer e o tenente da FPSP Arlindo de Oliveira; e o 1º Batalhão, ocupado e transformado em Quartel-General das Força Revolucionárias, com Eduardo Gomes e o tenente da Cavalaria João Baptista Nitri.¹²⁵

¹²³ TÁVORA, Juarez. **À Guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924. Vol. 1**, São Paulo: O Combate, 1927, p. 178; NORONHA, Abílio de. **Narrando a verdade**: contribuição para a História da Revolta em São Paulo, São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1924, p. 57–58. TJSP. **Sucessos Subversivos de São Paulo**. Denúncia apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 1ª Vara de São Paulo pelo Procurador Criminal da República, em comissão no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 31-32, 40-41.

¹²⁴ Ver 2 no Mapa 1 e Mapa 3.

¹²⁵ TÁVORA, À Guisa..., op. cit., p. 180. TJSP, Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., 1925, p. 41.

Mapa 1 - Cidade de São Paulo em 1924



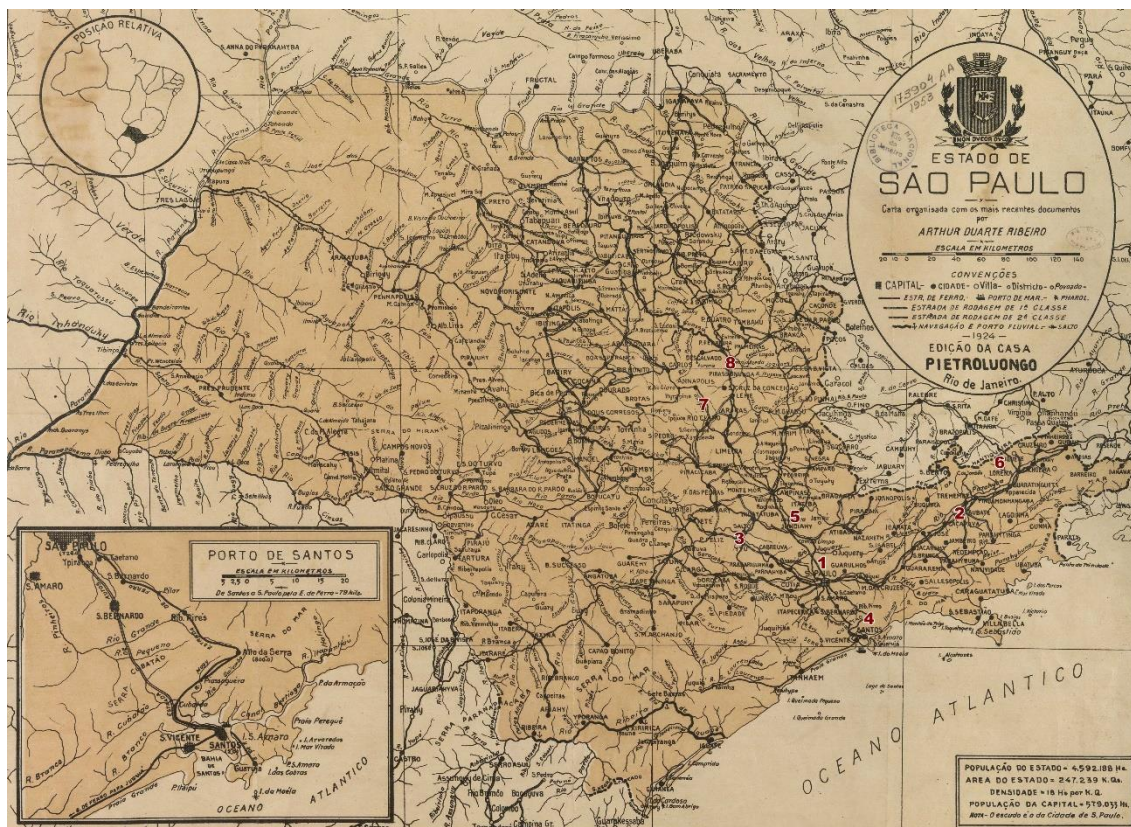
Fonte do mapa original: APESP. **PLANTA** da cidade de São Paulo, mostrando todos os arrabaldes e terrenos arruados. Rio de Janeiro, RJ: E.M.E, 1924. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart42315/cart42315.jpg Acesso em 11 set. 2022. **Fontes das marcações:** APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927. NORONHA, Abílio de. **Narrando a verdade:** contribuição para a História da Revolta em São Paulo, São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1924.

Legenda:

1. Quartel do 4º Batalhão de Caçadores, Santana.
2. Quartéis da Força Pública (1º, 2º e 4º Batalhões, Cavalaria e Corpo Escola), na Luz.
3. Estações das Estradas de Ferro Sorocabana (atual Júlio Prestes) e São Paulo Railway, na Luz.
4. Estações das Estradas de Ferro Central do Brasil e São Paulo Railway, Brás.
5. Largo do Palácio (Atual Pátio do Colégio) - Palácio dos Despachos, Secretaria de Justiça e Polícia Central.
6. Quartel-General da 2ª Região Militar (rua Conselheiro Crispiano) e Repartição do Telégrafo Nacional (rua José Bonifácio).
7. Palácio dos Campos Elísios.
8. 5º Batalhão da Força Pública, na Liberdade.
9. Campo de Marte.
10. Estação Guaiaúna, Penha.
11. Cemitério do Araçá.
12. Corpo de Bombeiros, Rua Anita Garibaldi.
13. Light, rua Paula Sousa.
14. Instituto Disciplinar.
15. Segunda Parada da Central do Brasil.
16. Quartel da Guarda Cívica, na Várzea do Carmo.

17. Residência de Custódio de Oliveira – Rua Valtier, nº 27.
18. Residência de Henrique Ricardo Holl – Beco da Fábrica, nº 6.
- B1. Legalistas – 1ª Brigada (da Vila Maria à Santana, comandada pelo coronel João Gomes Ribeiro)
- B2. Legalistas – 2ª Brigada (lado esquerdo do bairro do Belenzinho, entre os trilhos da Central do Brasil e a avenida Celso Garcia, comandada pelo coronel Pantaleão Telles)
- B3. Legalistas – 3ª Brigada (lado direito do bairro do Belenzinho, da Celso Garcia ao rio Tietê, comandada pelo general Florindo Ramos)
- B4. Legalistas – 4ª Brigada (Mooca, nas proximidades da São Paulo Railway, comandada pelo general Tertuliano Potyguara)
- B5. Legalistas – 5ª Brigada (Cambuci, Aclimação, Liberdade e Vila Mariana, comandada pelo general Carlos Arlindo)
- S1. Revoltosos – 1º Setor (do Belenzinho à Vila Guilherme, da ponte sobre o rio Tietê ao Hipódromo da Mooca, comandado pelo tenente Manoel Carlos Ferreira)
- S2. Revoltosos – 2º Setor (do Hipódromo à Várzea do Carmo alcançando o Brás e a Mooca, comandado pelo coronel João Francisco)
- S3. Revoltosos – 3º Setor (bairro do Cambuci, indo do Quartel da Guarda Cívica, localizado na Várzea do Carmo, ao Morro do Piolho, comandado pelo capitão Luiz de Albuquerque)
- S4. Revoltosos – 4º Setor. (bairros da Liberdade, Paraíso, Aclimação e Vila Mariana, comandado...)
- S5. Revoltosos – Flanco-guarda esquerda (da Vila Guilherme, passando pelo Tucuruvi à Guarulhos, comandada pelo capitão Asdrubal Gwyer de Azevedo)
- S6. Revoltosos – Flanco-guarda direita (da av. Paulista ao bairro de Pinheiros, cobrindo os jardins Europa e América, comandada diretamente pelo Quartel-General)

Mapa 2 - Estado de São Paulo em 1924



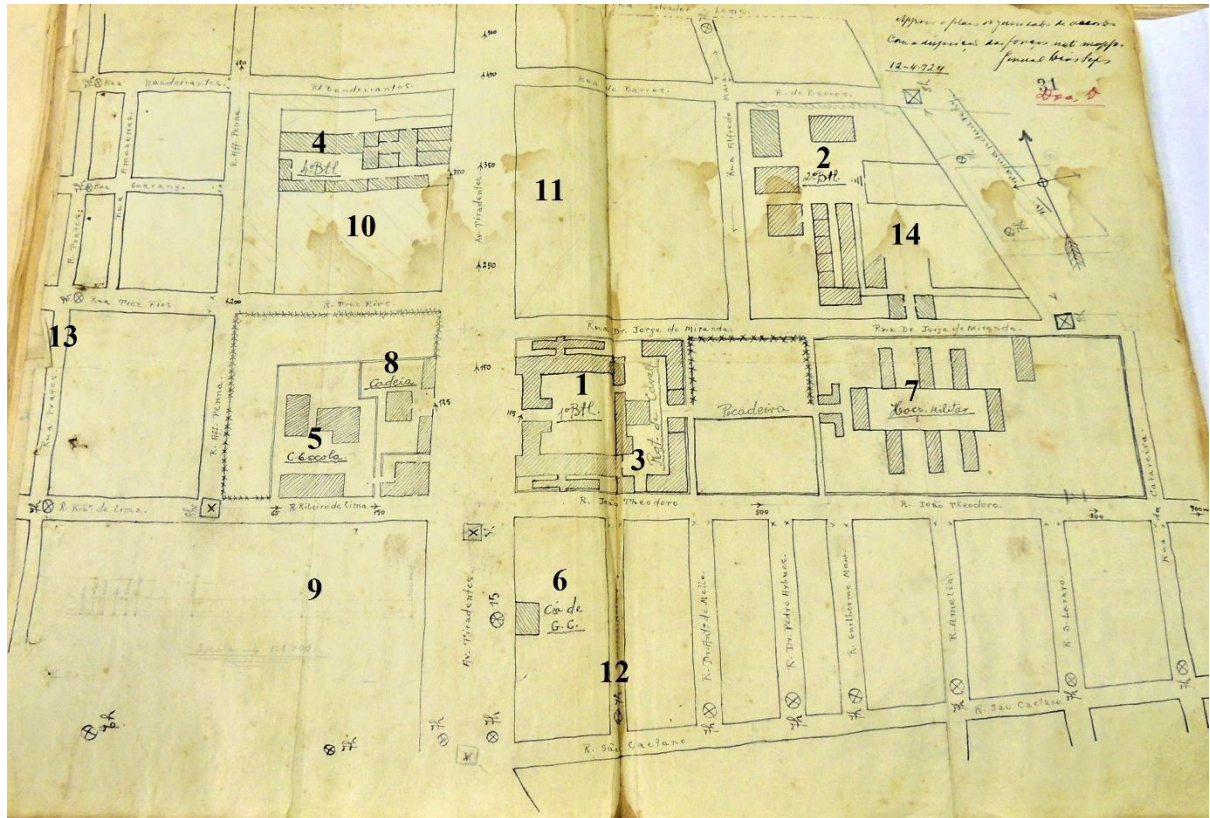
Fonte: Biblioteca Nacional. RIBEIRO, Arthur Duarte. **Estado de São Paulo:** carta organizada com os mais recentes documentos. Rio de Janeiro: Casa Pietrolungo, 1924. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart173904/cart173904.jpg Acesso em 11 set. 2022.

Legenda:

1. São Paulo – Quartel do 4º Batalhão de Caçadores (4º B.C.)
2. Caçapava – Quartel do 6º Regimento de Infantaria (6º R.I.)

3. Itu – Quartel do 4º Regimento de Artilharia Montada (4º R.A.M.)
4. Santos
5. Jundiáí – Quartel do 2º Grupo de Artilharia de Montanha (2º G.A.M.)
6. Lorena – Quartel do 5º Regimento de Infantaria (5º R.I.)
7. Rio Claro – Quartel do 5º Batalhão de Caçadores (5º B.C.)
8. Pirassununga – Quartel do 2º Regimento de Cavalaria Divisionário (2º R.C.D.)

Mapa 3 - Região da Luz em 1924



Fonte: APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 16, f. 31. Documento apreendido na casa do tenente do Exército Henrique Ricardo Holl, na rua da Fábrica, n.º 6. Também disponível em Arquivo Público Mineiro. **Fundo Arthur Bernardes**. Série: Presidente da República. Subsérie: Movimento Tenentista. Notação: AB-05-4-028(06).

Legenda: No canto direito “aprovo o plano organizado de acordo com a disposição das forças neste mapa. General Dias Lopes. 12/4/24”.

1. 1º Batalhão da Força Pública.
2. 2º Batalhão da Força Pública.
3. Batalhão de Cavalaria da Força Pública.
4. 4º Batalhão da Força Pública.
5. Corpo Escola da Força Pública.
6. Guarda Cívica.
7. Hospital Militar da Força Pública.
8. Cadeia Pública.
9. Jardim Público da Luz.
10. Escola Politécnica.
11. Mosteiro da Luz.
12. Rua Dutra Roiz (residia no n.º 25 o major Miguel Costa – atual rua Dutra Rodrigues).
13. Rua Prates.
14. Vila Barbosa.

Segundo os planos da revolta, o objetivo inicial era a deposição do presidente da República Arthur Bernardes e, para isso, buscavam tomar rapidamente a cidade de São Paulo onde angariariam forças e recursos para organização de quatro operações. A primeira seria a ocupação das regiões de Barra Mansa, Barra do Piraí, Entre Rios (atual Três Rios), no estado do Rio de Janeiro, e a Serra do Mar ao longo da Estrada de Ferro São Paulo Railway e da estrada de rodagem que levavam à Santos. Em seguida haveria uma rápida concentração de forças oriundas de São Paulo e do Sul de Minas na região da Barra do Piraí. As terceira e quarta operações visavam ocupar e organizar composições que permitissem o rápido deslocamento através das Estradas de Ferro Central do Brasil, Auxiliar (pertencente à Central, que partia da Estação Inicial, atual Alfredo Maia, e ia para Três Rios), Leopoldina e Oeste de Minas.

Ocupadas tais regiões, o próximo passo seria estabelecer ligações com forças aliadas que se rebelariam no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e atual Mato Grosso do Sul, para então isolar a capital federal. A orientação geral era evitar ao máximo travar combates diretos com forças do governo e utilizar da tática de guerrilha, que supriria a deficiência numérica, até que se tivesse “reunido recursos suficientes para o golpe decisivo”¹²⁶.

Nos planos rebeldes, o fator surpresa para tomada da cidade de São Paulo e o rápido deslocamento de forças para o Rio de Janeiro excluiriam a necessidade do envolvimento de tropas de fora da capital paulista para tomá-la. Seriam utilizados apenas os batalhões da capital e o grupo de artilharia pesada de Quitaúna¹²⁷. Para isso, além de tomar os quartéis da Força Pública, localizados no bairro da Luz, viam como necessário também ocupar pontos estratégicos da cidade, como delegacias de polícia, as estradas de ferro, as estações telegráficas, centrais telefônicas, o Corpo de Bombeiros, na rua Anita Garibaldi, o Quartel-General da Guarda Cívica, na Várzea do Carmo, o Palácio do

¹²⁶ Ordens foram emitidas para o 5º Grupo de Artilharia de Montanha, em Valença, Rio de Janeiro. De Minas Gerais, esperavam o apoio do 8º Regimento de Artilharia Montada de Pouso Alegre, 4º Regimento de Cavalaria Divisionário de Três Corações, 4º Batalhão de Engenharia de Itajubá, 10º Regimento de Infantaria de Juiz de Fora, 11º Regimento de Infantaria de São João del-Rei e 10º Batalhão de Caçadores de Ouro Preto. Com relação ao atual estado do Mato Grosso do Sul, havia ordens para o 5º Batalhão de Infantaria de Coimbra, 17º Batalhão de Caçadores de Corumbá, Grupo de Artilharia Montada de Campo Grande e para o 10º Regimento de Cavalaria Independente de Bela Vista. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 15, f. 70, 92-108.

¹²⁷ Quitaúna hoje é um bairro da cidade de Osasco, emancipado do território da cidade de São Paulo pela lei estadual n.º 5285 de 18 de fevereiro de 1959.

governo estadual, nos Campos Elísios e a Secretaria de Justiça, no Largo do Palácio (atual Pátio do Colégio).¹²⁸

O escolhido para chefiar a Revolta de 1924 foi o general reformado do Exército Isidoro Dias Lopes. Nascido em 30 de julho de 1863, no Rio Grande do Sul, Isidoro havia ingressado no Exército em 1883, chegando ao curso de engenharia na Escola Superior de Guerra nove anos depois. Com eclosão da Revolução Federalista no sul do país, em fevereiro de 1893, Isidoro se juntou às tropas rebeldes que combatiam o governo estadual de Julio de Castilhos e o governo federal de Floriano Peixoto, chefiando o estado-maior de Gumercindo Saraiva. Ao término do conflito, com a assinatura da Paz de Pelotas em 1895, Isidoro Dias Lopes partiu para o exílio em Paris. Anistiado dois anos depois, foi reincorporado e prosseguiu seus estudos na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Em 1921 foi reformado por tempo de serviço, totalizando mais de 25 anos.¹²⁹

Inserido na lógica militar, o capitão Juarez Távora ao explicar o motivo da escolha do nome de Isidoro enquanto chefe do movimento de 1924, afirmou que para os que articulavam “era mister” encontrar um líder “entre os nomes mais conhecidos no Exército”. Visando respeitar a ordem hierárquica, ao examinar o quadro dos generais do período, “foi absolutamente desalentador. As reformas que se sucederam ao desenlace do movimento de 1922, operaram no seio do Exército – pelo menos no sentido das ideias revolucionárias – uma seleção rigorosamente negativa.” Foi a partir destas circunstâncias que se recorreu aos já reformados.¹³⁰

No entanto, a escolha pelo nome de Isidoro não era consenso entre os envolvidos. Aqueles que articulavam no Rio de Janeiro procuravam outro nome, alegando que o general gaúcho estava alheio ao que se passava. Em seu lugar, preferiam Bertoldo Klinger, do 4º G.I.A.P. localizado em Itu, que recusou a empreitada, pois julgava que as forças que haviam aderido ao planejamento dos levantes iniciais eram insuficientes para

¹²⁸ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 15, f. 70-71. TÁVORA, À Guisa..., op. cit., p. 170–171. Ver mapa 1: Quartéis da Luz (2), Corpo de Bombeiros (12), Quartel-General da Guarda Cívica (16), Palácio dos Campos Elísios (7), Largo do Palácio (5).

¹²⁹ KELLER, Vilma. Isidoro Dias Lopes. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lopes-isidoro-dias> Acesso em 20 ago. 2022. AHEX. **Assentamento de Isidoro Dias Lopes**. Loc.: IV-16-119.

¹³⁰ TÁVORA, À Guisa..., op. cit., p. 105–107.

que obtivessem êxito. Tal opinião prejudicou fortemente a adesão de corpos militares localizados no Paraná.¹³¹

Segundo Isidoro Dias Lopes, quando foi colocado na condição de chefe, a conspiração já acontecia e planos já tinham sido elaborados. Ele, neste novo posto, viu então a necessidade de articular os vários focos de revolta, pensar na execução do já planejado, bem como organizar a propaganda e aliciação de novos adeptos.¹³² Esperado na capital paulista na manhã do dia 4 julho, vindo do Rio de Janeiro em um dos trens noturnos do dia 3, o general conseguiu chegar somente 20 horas depois do combinado. Isso atrapalhou a execução do que havia sido planejado. Envolvidos da Marinha, que haviam destacado no Porto de Santos, acabaram ficando sem as devidas orientações e, conseqüentemente, não se rebelaram na manhã do dia 5, conforme o programado.

Em meio à documentação apreendida pela polícia produzida pelos revoltosos, consta ordens destinadas ao capitão tenente Soares de Pina, comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros e do Tiro Naval de Santos, e para o tenente Luis Braga Mury, do 3º Grupo de Artilharia de Costa do Forte de Itaipu, em São Vicente (hoje pertencente a Praia Grande). Deviam tomar medidas para o “perfeito engarrafamento do Porto de Santos” e repelir energicamente “qualquer tentativa de desembarque de forças inimigas”. Ambos os oficiais foram presos e o delegado responsável pela apreensão concluiu “que o movimento sedicioso não se operou nesta cidade devido a circunstância de não terem chegado [os referidos telegramas] às mãos dos citados”.¹³³

O atraso do general Isidoro em sua chegada a São Paulo desorientou também a mobilização do 2º Grupo de Independente de Artilharia Pesada (2º G.I.A.P.), localizado em Quitaúna, que com atrasos e alguns obstáculos, conseguiu chegar pela manhã, liderado pelo tenente Custodio de Oliveira num primeiro momento, que, após se ferir, passou o comando para o tenente Filinto Muller. O grupo de Quitaúna ficou posicionado

¹³¹ Ibidem, p. 138–139. O então major Bertoldo Klinger fez parte do grupo de oficiais chamado de “jovens turcos” e foi redator da revista A Defesa Nacional. Tal grupo era defensor de uma modernização do Exército aos moldes alemães, com o afastamento dos militares da política. TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas**: Memórias 1º Volume - Da planície à Borda do Altiplano. Rio de Janeiro: Editora do Exército, p. 132. TÁVORA, À Guisa..., op. cit., p. 128-131.

¹³² LOPES, Isidoro Dias. Episódios da Revolução. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 25 abr. 1929, p. 3.

¹³³ Ver 4 no Mapa 2. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 16, f. 103; vol. 27, f. 66-68. O tenente Mury refugiado na legação da Colômbia. **A Tribuna**, Santos, 23 abr. 1925, p. 1.

inicialmente no Campo de Marte¹³⁴, com baterias posicionadas em direção à região da Luz, caso fosse necessário reforços para tomada dos batalhões da Força Pública.¹³⁵

Apesar dos referidos atrasos e desencontros, os revoltosos da Cavalaria da Força Pública executaram a ocupação militar das estações ferroviárias conforme o combinado. A da Sorocabana (atual Júlio Prestes) teve seu tráfego interrompido sob o comando do tenente José de Oliveira França, junto à 15 praças que o acompanhava. Na estação da Luz, as tropas do tenente João Cabanas interromperam a circulação de trens da São Paulo Railway, posicionaram metralhadoras na torre do edifício e se apossaram dos telégrafos ali localizados, utilizando-os para a comunicação com forças revoltosas no interior do estado. As duas estações localizadas no Brás (Estação do Norte, da Estrada de Ferro Central do Brasil e Estação do Brás, da São Paulo Railway) foram ocupadas pelo tenente Arlindo de Oliveira com um contingente de trinta homens, que abriram trincheiras no entorno e posicionaram metralhadoras.¹³⁶

No Palácio dos Despachos, no Largo do Palácio¹³⁷, de onde atendia o Presidente de Estado, o tenente da Força Pública Humberto Cursino Vila Nova, que fazia a guarda naquela madrugada, deveria recolher seus soldados no Quartel do 1º Batalhão. No entanto, o tenente mudou de ideia e não cumpriu o que havia sido combinado entre os revoltosos. Foi ao edifício ao lado, da Polícia Central¹³⁸, e passou informações do que ocorria ao 1º Delegado Auxiliar.¹³⁹

O general Abílio de Noronha, comandante da 2ª Região Militar, foi informado às 4h30 da manhã sobre o levante iniciado no 4º B.C. Logo se dirigiu para o Quartel-General,

¹³⁴ Ver 9 em Mapa 1. Local próximo (3km) do Quartel da Luz, onde funcionou a escola de aviação da Força Pública, no bairro de Santana. Após seis meses de funcionamento foi fechada em 1920 e reaberta em 1925. Trata-se do atual aeroporto do Campo de Marte. ANDRADE, Euclides; CÂMARA, Hely F. **A Força Pública de São Paulo**. Esboço Histórico (1831-1931). São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista, 1931, p. 68-71.

¹³⁵ TÁVORA, À Guisa..., op. cit., p. 161–169. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 18, 19 e 40.

¹³⁶ Ver 3 e 4 no Mapa 1. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 46-47.

¹³⁷ Ver 5 no Mapa 1. Localizava-se no atual Pátio do Colégio. Era o Palácio do governo do estado de São Paulo até 1912, quando foi transferido para os Campos Elísios, tornando-se o Palácio dos Despachos até 1932. A partir desta data, sediou a Secretaria de Educação até 1953, quando foi demolido e o terreno entregue a Companhia de Jesus. KUHN, João Carlos Santos. **Resistências sagradas: Pátio do Colégio, secularização e reconstrução**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 14, 15 e 45.

¹³⁸ Atual Casa nº1, que abriga o Museu da Cidade - Casa da Imagem. <https://monumentos.spturis.com.br/casa-da-imagem/> Acesso em 13 set. 2021.

¹³⁹ TÁVORA, À Guisa..., op. cit., p. 179–180. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 44-46. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 1, f. 59-60.

localizado na rua Conselheiro Crispiano, e de lá emitiu ordens para que avisassem ao presidente de estado Carlos de Campos e ao Ministro da Guerra. Em seguida foi verificar os locais onde ocorria o levante.¹⁴⁰

Os tenentes Simas Enéas, do Exército, e Ari Cruz, da Cavalaria da Força Pública, ocuparam a Repartição do Telégrafo Nacional, na rua José Bonifácio. Mandaram expedir telegramas às forças organizadas em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Itu e do Forte de Itaipu, em Santos.¹⁴¹ A ideia era controlar as tropas e as informações que saíam e chegavam na cidade. Contudo, o tenente Cruz, ao ver se aproximar uma companhia de infantaria da Força Pública, pensou que se tratava de tropa amiga e deixou que essa, que era legalista, ocupasse a repartição. Onze horas depois, uma segunda investida rebelde retomou o Telégrafo Nacional.

Nos relatos deste combate, segundo a denúncia apresentada pelo Procurador da República, encontramos um dos primeiros registros acerca do envolvimento civil:

com essa força rebelde combatiam, armados de fuzis, os médicos drs. Emílio de Barros e Mário Gnecco; o lutador Antônio Speer, vulgo Dudú; o professor público Syllas Borba, diretor das Escolas Reunidas de Santo Anastácio, e os empregados da própria repartição Américo Del Grecco e Norberto Vieira.¹⁴²

Ao final daquele dia, os rebeldes perderam definitivamente a repartição após forte ataque legalista, que contou com auxílio de tropas do Corpo de Bombeiros. Tais investidas foram comandadas pelo general Abílio de Noronha, que acabou preso pelos revoltosos, juntamente com o coronel Quirino Ferreira, comandante da Força Pública. Ambos foram mantidos no prédio do Corpo Escola até o dia 24 de julho. Com a intensificação dos combates nos dias que se seguiram e com as granadas que atingiam o prédio, os comandantes acabaram transferidos para o quartel-general da 2ª Região Militar, também tomado pelos revoltosos, onde ficaram detidos até o dia 28.¹⁴³

Nos Campos Elísios,¹⁴⁴ a primeira tentativa de tomada da residência do presidente de estado ocorreu por volta das 7h da manhã do dia 5, liderada pelo capitão do Exército Estillac Leal e pelo tenente da FPSP Benedito Marcondes da Costa. No entanto, foram

¹⁴⁰ Ver 6 no Mapa 1. NORONHA, op. cit., p. 58–64.

¹⁴¹ TÁVORA, À Guisa..., op. cit., p. 206. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 47.

¹⁴² TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 48.

¹⁴³ PEREIRA, Duarte Pacheco. **1924 O Diário da Revolução**: os 23 dias que abalaram São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 28; NORONHA, op. cit. p. 58-70, 92-99; TÁVORA, À Guisa..., op. cit., p. 210.

¹⁴⁴ Ver 7 no Mapa 1.

inicialmente repelidos pela força que defendia o palácio, composta pela Guarda Cívica, reforçada com 12 praças do Corpo de Bombeiros. Horas depois, os revoltosos iniciaram um bombardeio que partia da artilharia pesada de Quitaúna posicionada no Campo de Marte.

Na tentativa de alcançar o Palácio, as bombas atingiram o Liceu Coração de Jesus, à uma quadra de distância, e residências próximas, ocasionando as primeiras mortes do confronto. Também foram bombardeadas as ruas vizinhas ao 5º Batalhão da Força Pública, no bairro da Liberdade¹⁴⁵, bem como o centro da cidade, onde foram alvejados o escritório do arquiteto Ramos de Azevedo, na rua Boa Vista, e o coreto do Jardim do Largo do Palácio. A distância entre o Campo de Marte e o centro da cidade, as imperfeições dos mapas e a inexperiência dos atiradores acabaram obrigando pela suspensão do bombardeio, que não conseguia atingir com precisão os seus alvos.¹⁴⁶

Na Capital Federal, o presidente Arthur Bernardes encaminhou ao Congresso Nacional o pedido de estado de sítio, que foi aprovado e decretado naquele mesmo dia 5 de julho¹⁴⁷. Também foi ordenada a partida de uma esquadra liderada pelo encouraçado Minas Gerais, acompanhado de dois destroieres, o Bahia e o Alagoas, com o efetivo aproximado de 3.000 homens que atracariam em Santos. Por meio da Estrada de Ferro Central do Brasil foram embarcadas tropas legalistas do 6º Regimento de Infantaria de Caçapava em direção a São Paulo.¹⁴⁸

No dia seguinte, 6 de julho, o 2º Grupo de Artilharia de Montanha (2º G.A.M.), vindo de Jundiaí, reforçou as tropas revoltosas. O bombardeio, antes suspenso, foi retomado nas mesmas condições desorganizadas do dia anterior. Na intenção de atingir o 4º Batalhão da Força Pública, em poder dos governistas, foi atingida a caixa d'água da Luz e a Escola Politécnica, localizada ao lado.¹⁴⁹ O comando ordenou o retorno do Grupo para seu local de origem, Jundiaí, sem saber que forças governistas que haviam desembarcado em Santos já alcançavam as proximidades da cidade e logo iniciariam um bombardeio aos pontos ocupados pelos revoltosos.

¹⁴⁵ Ver 8 em Mapa 1.

¹⁴⁶ COSTA, Cyro; GOES, Eurico de. **Sob a metralha**. Histórico da Revolta em São Paulo, de 5 de julho de 1924. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1924, p. 8–12; PEREIRA, op. cit., p. 25–28. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 49-55.

¹⁴⁷ BRASIL. **Decreto nº 4.836 de 5 de julho de 1924**. Declara o estado de sítio por 60 dias, na Capital Federal e nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

¹⁴⁸ **Correio Paulistano**, São Paulo, 06 jul. 1924. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 06 jul. 1924.

¹⁴⁹ TÁVORA, À Guisa..., op. cit., p. 216.

Em compensação, chegavam também reforços para os amotinados, vindos de Quitaúna, desta vez com tropas do 4º Regimento de Infantaria (4º R.I.), lideradas pelos tenentes Orlando Leite Ribeiro e Henrique Ricardo Holl. Em Caçapava, o 6º R.I. recebeu ordens para embarcar a fim de reforçar as forças governistas que combatiam em São Paulo, no entanto a maioria de seus oficiais estava envolvida com o movimento. O plano era chegar à cidade para então mudar de lado no combate. O tenente Luiz Cordeiro de Castro Afilhado, que participava das reuniões de planejamento e era a principal ligação do regimento com os revoltosos de São Paulo, seguiu antecipadamente, no dia 4, para a capital paulista a fim de auxiliar no levante inicial do 4º Batalhão de Caçadores.¹⁵⁰

Segundo o capitão de Caçapava Olyntho Tolentino de Freitas Marques, ele havia sido convidado a tomar parte em uma rebelião que visava “a deposição do Governo Federal, e obter diversas aspirações políticas, como a modificação da lei de Imprensa, estabelecimento do voto secreto e várias modificações constitucionais, tendo em vista assegurar maior liberdade no terreno político”. Todavia, ficou sabendo da eclosão da revolta no próprio dia 5, através de um telefonema do general legalista Candido Pamplona, comandante da 4ª Brigada ali estacionada, que os mandavam embarcar para a capital paulista.¹⁵¹

Na madrugada do dia 6, o regimento desembarcou na estação de Guaiaúna, na Penha¹⁵², às 9h30. O objetivo do comandante era enviá-lo em marcha pela linha férrea a fim de retomar a Estação do Norte, no Brás. No entanto, por volta das 20h, acampados ainda em Guaiaúna, na Penha, “após o recolhimento do comandante, alguns oficiais se reuniram e decidiram passar para o lado dos revoltosos”. Naquela noite, deslocaram tropas para o Quartel da Luz e passaram a reforçar diversos pontos tomados na cidade.¹⁵³

Mais tarde, chegaram informações ao general Estanilau Vieira Pamplona, comandante da 2ª Região Militar em substituição ao general Noronha, preso pelos revoltosos, que grupos de Caçapava haviam se “desprendido” do comando e que uma das três companhias de Lorena, do 5º Regimento de Infantaria (5º R.I.), que haviam sido deslocadas para reforçar os legalistas, também haviam mudado de lado.¹⁵⁴ Os

¹⁵⁰ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 56-60. TÁVORA, À Guisa..., op. cit., p. 132

¹⁵¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 145, f. 18-21.

¹⁵² Ver 10 em Mapa 1.

¹⁵³ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 145, f. 21-24.

¹⁵⁴ Ver 6 em Mapa 2. COSTA; GOES, op. cit., p. 109-110; NORONHA, op. cit., p. 116-117.

comandantes dos regimentos de Lorena e Caçapava, tenente Azaury de Sá Brito e Souza e major Raul Dowsley Cabral Velho, frequentavam as reuniões de planejamento da revolta, que ocorriam na casa do tenente Custódio de Oliveira, em São Paulo.¹⁵⁵

Nos primeiros dias, os combates tomavam as ruas dos bairros da Luz, Campos Elísios, proximidades do vale do Anhangabaú, largos do Paissandu, Santa Ifigênia e São Bento. Paralelepípedos eram arrancados do calçamento na improvisação de trincheiras. O alto dos prédios e morros eram disputados pelos soldados de ambos os lados em confrontos dispersos e isolados.¹⁵⁶ Na região central, o Hotel Esplanada¹⁵⁷ era utilizado como ponto de observação pelos legalistas, enquanto os revoltosos atiravam de fuzis do alto do Regina Hotel¹⁵⁸. Foi comum a ocupação de prédios para que os revoltosos pudessem acessar seus telhados e “protegidos pela noite, passando de prédio para prédio, foram se aproximando silenciosamente dos focos inimigos sem serem pressentidos”¹⁵⁹. Deste modo, os revoltosos acabaram ocupando o Liceu Coração de Jesus e outros prédios no bairro dos Campos Elísios no dia 7.

O jornal do dia seguinte, 08 de julho, noticiava que todas as travessas da avenida Rangel Pestana (que parte do centro, da região do atual Parque Dom Pedro II) até a rua do Hipódromo, na Mooca, estavam recortadas de trincheiras feitas pelos revoltosos, que eram “auxiliados por muitos civis armados de carabinas”.¹⁶⁰ Um intenso bombardeio ao Palácio dos Campos Elíseos foi realizado neste dia, e foi melhor sucedido do que os anteriores, já que os revoltosos estavam melhor posicionados no bairro com a ocupação de prédios nas proximidades. Diante de tal avanço, o presidente do estado Carlos de Campos, foi aconselhado pelo general Estanilau Pamplona a transferir a sede do governo para a Secretaria da Justiça, no Largo do Palácio, onde poderia lhe oferecer maior segurança com a concentração de tropas da polícia e da Marinha.¹⁶¹

¹⁵⁵ TÁVORA, À Guisa..., op. cit., p. 132

¹⁵⁶ Ibidem, p. 222; COSTA; GOES, op. cit., p. 14–23.

¹⁵⁷ Prédio da atual Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo, localizado na Praça Ramos de Azevedo, nº 254, próximo ao Teatro Municipal. <https://agricultura.sp.gov.br/noticias/secretaria-de-agricultura-e-abastecimento-e-sua-nova-sede-no-coracao-de-sao-paulo/> Acesso em 13 set. 2021. Próximo ao ponto 6 no Mapa 1.

¹⁵⁸ Atual São Paulo Inn, localizado no Viaduto Santa Ifigênia. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 6, f. 13 e 14.

¹⁵⁹ SESSO JR., Geraldo. **Retalhos da velha São Paulo**. 2. ed. São Paulo: OESP Maltese, 1986, p. 315.

¹⁶⁰ Civis auxiliam os revoltosos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 jul. 1924, p. 2.

¹⁶¹ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 61-62.

O capitão Newton Estillac Leal, que observava o deslocamento legalista no alto do Hotel Términus¹⁶² e que comandava forças revoltosas localizadas entre a usina da Light, na rua Paula Souza, e o Largo da Santa Ifigênia, resolveu iniciar um ataque ao Largo do Tesouro (atual rua do Tesouro, próxima ao atual Pátio do Colégio, antigo Largo do Palácio). Foi acompanhado pelo tenente Eduardo Gomes, que havia posicionado um canhão 105mm no cruzamento da rua João Teodoro com a Avenida Cantareira, próximo ao Liceu de Artes e Ofícios. Na Luz, o 2º Batalhão da Força Pública, em poder dos revoltosos, fez disparos contra o 4º do Batalhão, único na região em poder dos legalistas, que acabou sendo incendiado.¹⁶³

A artilharia pesada de Quitaúna utilizada pelos rebeldes foi reposicionada atrás do cemitério do Araçá¹⁶⁴ e de lá conseguiu alcançar o Largo do Tesouro, o Palácio dos Despachos, o edifício da Repartição Central de Polícia e a Secretaria da Justiça, ocasionando a morte de marinheiros que faziam a segurança do presidente de estado. Resolveu-se então, entre o comando governista, a retirada geral para a estação ferroviária de Guaiabúna. A ideia era reunir-se com as forças que haviam de chegar de outros estados através da E.F. Central do Brasil, sob o comando do general Eduardo Sócrates, comandante da 4ª Região Militar.¹⁶⁵

A partir dessa decisão, o comandante do contingente da Marinha, capitão-de-fragata Anatocles da Silva Ferreira, comunicou a retirada de suas forças, entendendo que sua missão havia terminado com a transferência do presidente de estado para distante das áreas de confronto. Outros grupos governistas, localizados na região entre a Liberdade e Vila Mariana se retiraram em direção ao Ipiranga. No anoitecer do dia 8, alguns legalistas acabaram ilhados em determinados pontos como no Corpo de Bombeiros,¹⁶⁶ no 4º

¹⁶² Se localizava na esquina da rua Brigadeiro Tobias com a Washington Luís, terreno desapropriado na década de 1940 para a construção de repartições fiscais federais. **Câmara dos Deputados**. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C51548327DCA962588C74168574014FD.proposicoesWebExterno2?codteor=1223494&filename=Dossie+-PL+49/1950 Acesso em 13 set. 2021.

¹⁶³ TÁVORA, À Guisa..., op. cit., p. 223–226.

¹⁶⁴ Ver 11 em Mapa 1.

¹⁶⁵ Ver 10 em Mapa 1. NORONHA, op. cit., p. 53, 54 e 122; COSTA; GOES, op. cit., p. 42–44. Movimento Revolucionário. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 jul. 1924, p. 1.

¹⁶⁶ Ver 12 em Mapa 1.

Batalhão da Força Pública, na usina da Light da rua Paula Souza e no alto da igreja da Glória, no Cambuci.¹⁶⁷

Nesta mesma noite, o general Isidoro Dias Lopes planejou a retirada imediata das tropas revoltosas da cidade, temendo deserções e prevendo novos e mais intensos ataques. O major Miguel Costa ao receber a ordem de retirada imediata naquela madrugada e esperançoso ainda de que a revolta poderia tomar a cidade, resolveu esperar mais um dia, tensionando a autoridade do general.¹⁶⁸

Pela manhã do dia 9, Miguel Costa organizou a defesa dos quartéis da Luz e escreveu uma carta ao presidente de estado, na qual se responsabilizava inteiramente pelo levante na Força Pública. O encarregado de entregar a carta no palácio dos Campos Elíseos o encontrou desocupado pelas forças governistas. O major, ao saber do acontecido, juntamente com forças do 5º R. I., de Lorena, lideradas pelo tenente Azaury de Sá Brito e Souza, avançaram sobre a região. Miguel Costa em conversa com o general Isidoro, o convenceu a retornar ao seu posto inicial de chefe do movimento e as tropas revoltosas que já haviam iniciado a retirada, retomaram os seus antigos postos na cidade, avançando sobre outros desocupados pelos legalistas.¹⁶⁹

Em Boletim do Quartel-General das Forças Revolucionárias, datado de 9 de julho, o general Isidoro Dias Lopes informava sobre os últimos dias:

Finalmente na madrugada de hoje, foram os redutos governistas abandonados pelas tropas do governo e imediatamente ocupadas pelos revolucionários. Resistiu ainda o 4º Batalhão até que, à tarde, aceitou a rendição que lhe foi proposta [...]. Com o fim de aderir ao movimento revolucionário apresentou-se, na noite do dia 5 [...] o 2º Grupo de Artilharia da Montanha, sob o comando do Tenente Coronel Olyntho de Mesquita Vasconcelos. [...] Tendo nestes últimos dias se apresentado vários civis desejosos de prestar os seus serviços à causa defendida pelos revolucionários, determino que seja organizado o 1º Batalhão patriótico [...].¹⁷⁰

As forças revoltosas reunidas na capital paulista passaram a contar com a chegada de novas adesões. Além das forças do 6º R.I. de Caçapava e do 4º B.C. da capital, chegaram o 2º G.A.M. de Jundiaí, sob o comando do tenente-coronel Olyntho de Mesquita Vasconcelos, o 4º R.A.M de Itu, sob o comando do capitão Clithenes Barbosa e o 5º

¹⁶⁷ Ver Light em 13 e igreja da Glória próxima a B5 no Mapa 1. COSTA; GOES, op. cit., p. 49; NORONHA, op. cit., p. 123–125; TÁVORA, À Guisa..., op. cit., p. 226–227. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 62–65.

¹⁶⁸ TÁVORA, À Guisa..., op. cit., p. 229–232.

¹⁶⁹ Ibidem, p. 232–235.

¹⁷⁰ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 27, f. 178.

Batalhão de Caçadores (5º B.C.), de Rio Claro, comandado pelo tenente-coronel Bernardo de Araujo Padilha. Contaram ainda com o ingresso de reservistas, que foram sendo convocados naqueles dias de julho, e civis voluntários, organizados nos Quartéis da Luz.¹⁷¹

Jornais do mesmo dia 9 anunciavam, além do abandono do Palácio pelas forças governistas, que o pessoal da Delegacia da rua Sete de Abril havia se entregado aos revoltosos e que se dizia haver ordens neste sentido para todas as demais repartições estaduais.¹⁷² Com o bombardeio do dia anterior, muitos prédios foram evacuados, como o do quartel-general dos Bombeiros e da Polícia Central. O prédio da Secretaria de Agricultura acabou ficando sem o telhado e parte das paredes, a Biblioteca Pública, crivada de balas, assim como o Congresso do Estado, que também ficou sem uma parte da cimalha.¹⁷³

Com a ocupação militar, a vida na cidade mudou completamente. As dificuldades impostas ao funcionamento das estradas de ferro prejudicaram a chegada de matéria-prima nas fábricas e de gêneros alimentícios do interior para o abastecimento da cidade. As fábricas deixaram de funcionar, comércios foram fechados, muitos habitantes da cidade a deixaram em direção ao interior do estado. Aqueles que não conseguiam pelas ferrovias tentavam em automóveis particulares ou se deslocavam para as periferias a pé.

Com a retirada das autoridades estaduais, começou a haver saques a comércios e depósitos industriais. No dia seguinte, começaram os relatos de incêndios nos Armazéns Scarpa, Moinhos Santista, depósitos Gamba e nos Armazéns da firma F. Matarazzo, no Pari. Tais incêndios ocorriam devido a dois motivos registrados: bombardeios e a ação de populares após a realização de saques, práticas que acompanhavam o aumento dos preços dos alimentos. Conforme publicado do jornal *O Estado de São Paulo*, o pão antes vendido a 200 réis chegava a 1\$000. O quilo do bacalhau e do café que antes custavam 3\$000 chegavam a 6\$000 e a 8\$000, respectivamente. O *A Capital*, denunciava preços que atingiam o seu triplo e a falta de mantimentos em alguns bairros: “os populares, que se

¹⁷¹ Ver 1, 2, 3, 5 e 7 no Mapa 2. TÁVORA, À Guisa..., op. cit., p. 260.

¹⁷² Entrega sem resistência. **A Capital**, São Paulo, 09 jul. 1924, p. 1.

¹⁷³ Cimalha é a moldura que remata a parte superior da fachada, ocultando o telhado e impedindo que as águas escorram pela parede. **A Capital**, São Paulo, 09 jul. 1924.

reúnem por toda parte, comentam indignados a situação e alguns, mais exaltados provocam distúrbios”.¹⁷⁴

Neste contexto, analisado no quarto capítulo, o general Isidoro decidiu por manter o prefeito Firmiano de Moraes Pinto em seu cargo. Este contou com o auxílio do próprio general e de seus comandados, bem como da Câmara Municipal, da Associação Comercial, do arcebispo metropolitano Duarte Leopoldo, da Liga Nacionalista e da Cruz Vermelha para a reorganização da cidade. Neste intuito, organizou-se uma guarda municipal, um corpo de bombeiros, fixou-se os preços de gêneros de primeira necessidade e tentou-se regularizar o abastecimento de água que havia sido prejudicado e interrompido em alguns pontos.¹⁷⁵

Com relação à retirada das forças legalistas, espalhou-se um boato pela cidade de que estas estavam se organizando para retomar em um ataque em semicírculo, em direção ao centro. Para isso, formaram cinco brigadas, sendo que a primeira delas visava da Vila Maria à Santana, comandada pelo coronel João Gomes Ribeiro (B1 no Mapa 1); a segunda, comandada pelo coronel Pantaleão Telles, se posicionava do lado esquerdo do bairro do Belenzinho, entre os trilhos da Central do Brasil e a avenida Celso Garcia (B2 no Mapa 1); a terceira, comandada pelo general Florindo Ramos, ocupava o lado direito do mesmo bairro, da Celso Garcia ao rio Tietê (B3 no Mapa 1); a quarta brigada, comandada pelo general Tertuliano Potyguara, tinha a missão de avançar sobre a Mooca, nas proximidades da São Paulo Railway (B4 no Mapa 1); a quinta e última brigada, comandada pelo general Carlos Arlindo, buscava atacar os revoltosos no Cambuci, Aclimação, Liberdade e Vila Mariana (B5 no Mapa 1).¹⁷⁶

Os governistas assim posicionados protegiam ostensivamente as regiões da cidade que forneciam possibilidade de deslocamentos em direção ao Rio de Janeiro, como as proximidades da E.F. São Paulo Railway que levava à Santos permitindo a locomoção pelo mar, por isso a concentração no Ipiranga e o posicionamento da quarta brigada na Mooca. Protegiam também a E.F. Central do Brasil, conexão ferroviária direta de São

¹⁷⁴ Assaltos e Depredações. Incêndios. **O Estado de S. Paulo**, 10 jul. 1924, p. 2. A ganância dos comerciantes. **A Capital**, São Paulo, 08 jul. 1924, p. 1. Um grande incêndio. **A Capital**, São Paulo, 09 jul. 1924, p. 1

¹⁷⁵ LEITE, Aureliano. **Dias de Pavor**: figuras e cenas da Revolta de S. Paulo. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1924, p. 87–96. SOARES, José Carlos de Macedo. **Justiça**: Revolta Militar de São Paulo. Paris: S.C.E., 1925, p. 38–69.

¹⁷⁶ GEENEN, Henrique. **Aventuras de uma família de São Paulo durante a Revolta de julho de 1924**. São Paulo: Romero & Comp., 1925, p. 43. NORONHA, op. cit., p. 128–131.

Paulo com a capital federal, por isso a intensa concentração de tropas na zona leste, com o posicionamento do quartel-general e do presidente de estado na Penha, e o estabelecimento das segunda e terceira brigadas no Belenzinho.

Na madrugada de 8 para 9 de julho, a artilharia legalista posicionada na Vila Matilde fez diversos disparos em direção ao Brás e depois em direção à Luz. Os bombardeios foram intensificados ao longo dos dias 10 e 11, atingindo também os bairros da Mooca e Belenzinho¹⁷⁷, que estavam localizados entre o posicionamento das tropas governistas e o centro da cidade, ocupado pelos revoltosos. Resta-nos, entretanto a dúvida: calculava-se mal a direção dos disparos dos canhões ou era intencional o prejuízo aos bairros operários? Em notícia sobre os socorridos na Santa Casa até o dia 12 apontava-se que a maioria dos feridos era de gente do Brás e a maioria das vítimas eram civis, “quase todas atingidas pelas granadas dentro de suas próprias casas. Citam-se casas de famílias inteiras vitimadas na mesma ocasião pela mesma granada”¹⁷⁸.

Diante do intenso bombardeio, foi enviada uma mensagem telegráfica ao presidente da República Arthur Bernardes solicitando a suspensão dos ataques. Assinaram o arcebispo Metropolitano de São Paulo, Dom Duarte, e o presidente da Liga Nacionalista, Frederico Steidel. Em resposta, o Ministro da Guerra, marechal Setembrino de Carvalho, afirmava não ser possível a suspensão do bombardeio, pois:

Os danos materiais de um bombardeio podem ser facilmente reparados, maiormente quando se trata de uma cidade servida pela fecunda atividade de um povo laborioso. Mas os prejuízos morais, esses não são susceptíveis de reparação. Ao invés do apelo feito ao governo da União para não bombardear a cidade que o inimigo ocupa, seria de melhor aviso fazer um apelo à sua bravura, convidando-o a não sacrificar a população e evacuar a cidade indo aceitar combate em campo aberto. Posso, entretanto, asseverar a Vossa Excelência e demais concidadãos que as nossas tropas não causarão danos materiais inúteis à bela e florescente cidade de S. Paulo, senão que usarão de artilharia na medida estritas das necessidades militares.¹⁷⁹

No dia 14 de julho, os canhões legalistas começaram a atingir bairros até então poupados, como o da Liberdade, Aclimação e Vila Mariana. Após intensos combates na Liberdade, os governistas obtiveram sucesso na disputa pelo 5º Batalhão da FPSP. Nesta ocasião, o capitão Joaquim Távora foi ferido gravemente e faleceu dias depois. As forças do governo avançavam também no Belenzinho, onde ocuparam o Instituto Disciplinar¹⁸⁰

¹⁷⁷ COSTA; GOES, op. cit., p. 38. NORONHA, op. cit., p. 132;

¹⁷⁸ Santa Casa. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 jul. 1924, p. 1.

¹⁷⁹ SOARES, op. cit., p. 70–71.

¹⁸⁰ Ver 14 em Mapa 1. Prédio da antiga FEBEM e atual Fábrica de Cultura.

e repeliram os revoltosos que avançavam pela zona leste. Estes últimos organizavam suas forças em quatro setores e duas flancos-guarda de apoio. O primeiro setor revoltoso ia do Belenzinho à Vila Guilherme, da ponte sobre o rio Tietê ao Hipódromo da Mooca, comandado pelo tenente Manoel Carlos Ferreira (S1 no Mapa 1). O segundo setor se estendia do Hipódromo à Várzea do Carmo, alcançando o Brás e a Mooca, comandado pelo coronel João Francisco (S2 no Mapa 1). O terceiro setor se estendia sobre o bairro do Cambuci, indo do Quartel da Guarda Cívica, localizado na Várzea do Carmo, ao Morro do Piolho, no Cambuci, comandado pelo capitão Luiz de Albuquerque (S3 no Mapa 1). O quarto setor perpassava os bairros da Liberdade, Paraíso, Aclimação e Vila Mariana, dirigido pelo tenente Azaury de Sá Brito e Souza (S4 no Mapa 1). A flanco-guarda esquerda, comandada pelo capitão Asdrubal Gwyer de Azevedo, vigiava da Vila Guilherme, passando pelo Tucuruvi à Guarulhos (S5 no Mapa 1). A flanco-guarda direita, comandada diretamente pelo Quartel-General se estendia da av. Paulista ao bairro de Pinheiros, vigiando ainda os jardins Europa e América (S6 no Mapa 1).¹⁸¹

Com a expansão da zona de combates na capital, mais gente, em busca de maior segurança, seguia para as cidades vizinhas, que começavam a enfrentar dificuldades de abastecimento. Na noite de 16 de julho, “quando, aproveitando-se dos momentos de calma e protegidos pela escuridão”, muito se dirigiam às estações da Luz e Sorocabana, onde os rebeldes auxiliavam os fugitivos, encaminhando-os para vagões de carga, “que, superlotados, partiam em direção ao interior do Estado. Calcula-se que, durante uns quatro dias, perto de 300 mil pessoas abandonaram a cidade de São Paulo”.¹⁸²

Os jornais noticiavam a piora das condições de vida da população que ficava. Além da falta de trabalho, com o fechamento das fábricas e comércios, da indisponibilidade de alimentos, com a falta de abastecimento e aumento dos preços, o serviço sanitário também não dava conta de realizar o seu trabalho. Orientava-se a população a incinerar o seu próprio lixo, jornais alertavam para que “se exercesse a

¹⁸¹ TÁVORA, À Guisa..., op. cit., p. 261–263.

¹⁸² PEREIRA, op. cit., p. 91. CORREA, op. cit., p. 125. Abastecimento do interior. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 jul. 1924, p. 1. SESSO JR., op. cit., p. 331. Trens na S. Paulo Railway – Paulista e Mogiana. **A Capital**, São Paulo, 17 jul. 1924, p. 1. 250 mil pessoas abandonaram S. Paulo por ocasião da mazorca. **A Gazeta**, São Paulo, 13 ago. 1924, p. 1.

vigilância máxima para evitar a irrupção de qualquer epidemia”¹⁸³. Um professor, que manteve um diário nos dias de revolta, escreveu sobre o dia 17 o seguinte:

Só sai hoje para ir comprar uns jornais na esquina da Avenida [Paulista], mas tanto bastou para, por acaso, ser testemunha ocular de um espetáculo a que o horrível período da gripe [espanhola] nos acostumara em escala bem maior. Passou uma grande carroça da casa Rodovalho, cheia de caixões. [...] Durante a Revolta muitos soldados foram enterrados sem caixão, muitas vezes apenas com ligeira camada de terra.¹⁸⁴

Depois do dia 20, forças legalistas começaram a utilizar tanques de guerra para combater as barricadas espalhadas pela cidade e aviões para o lançamento de manifestos, granadas e bombas. “No outeiro da Penha foram colocados diversos canhões de grosso calibre, destinados a bombardear os setores da Mooca, Belém, Brás, Pari, Canindé e Luz.”¹⁸⁵

Os revoltosos também buscavam fazer uso da aviação e para isso utilizavam aviadores civis e de aviões mantidos no Campo de Marte, sob a chefia do tenente Eduardo Gomes, que integrou a primeira turma do Curso de Observador Aéreo da Escola Militar do Campo dos Afonsos¹⁸⁶. Considerado desertor do Exército por fugir da justiça após envolvimento no levante de Copacabana em 1922, Eduardo afirmou que em julho de 1924,

dia treze voou sobre as linhas contrárias em reconhecimento e sobre as quais lançou manifestos, repedindo esta ação no dia seguinte [...]; no dia quinze e dezesseis esteve circundando em avião “Oriole” de cento e cinquenta cavalos, com o qual sobrevoou novamente linhas contrárias nos dias dezessete e dezoito, indo e voltando a dezenove a Santos, a fim de reconhecer as unidades novas que ali se achavam e deixar sobre a cidade manifestos em que eram explicados o fim do movimento e a sua continuação em São Paulo; que, de regresso, partiu ainda de avião para Sorocaba, onde lançou manifestos idênticos, regressando à noite.¹⁸⁷

¹⁸³ Os acontecimentos. **A Capital**, São Paulo, 13 jul. 1924, p. 1. Êxodo das famílias. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 jul. 1924, p. 1. Movimento revolucionário. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 jul. 1924, p. 1.

¹⁸⁴ GEENEN, op. cit., p. 136. A referida casa Rodovalho era a empresa que tinha a concessão do serviço funerário da cidade de 1893 a 1941. A mesma família era proprietária do Palacete Rodovalho, na Penha, onde foi abrigado o presidente de estado Carlos de Campos, quando se retirou dos Campos Elísios. LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. **Como nasceu o serviço funerário**. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura do Município, 1977. HISTÓRIA E ENERGIA. **A Light e a Revolução de 24**. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, nº 4, set. 1987, p. 68.

¹⁸⁵ OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. **1924 A Revolução de Isidoro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 99. COSTA; GOES, op. cit., p. 118. SESSO JR., op. cit., p. 335. Ação dos aviões. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 jul. 1924, p. 2. Os aeroplanos de ontem. **A Capital**, São Paulo, 20 jul. 1924, p. 1.

¹⁸⁶ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, nº.1009 de 1927, vol. 157, f. 74-79.

¹⁸⁷ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, nº.1009 de 1927, vol. 1, f. 201-204.

Conforme relatório policial sobre a aviação revoltosa, além de Eduardo Gomes, também serviam de pilotos ou observadores o oficial da Força Pública Guarany, e os civis Lucio Gordines, Alberto Comelli, Fritz Roesler, Carlos Herdler, sendo os dois primeiros italianos, o terceiro alemão e o último tchecoslovaco, indício do qualificado envolvimento de estrangeiros, sendo alguns deles ex-combatentes da Primeira Guerra, analisados no último capítulo. Os voos, além de verificarem o posicionamento dos inimigos, também tinham a finalidade de lançar manifestos. No dia 15 de julho, jornais anunciavam que boletins, datados do dia 10, haviam sido lançados sobre a cidade. Destinados “aos camaradas do Exército”, convidava os legalistas a unirem-se “aos vossos irmãos de armas que, sacrificando seus interesses e vidas, apenas amparados pela simpatia do povo, e pela moral de sua causa, conseguiram a esplêndida vitória da tomada desta cidade em cinco dias”.¹⁸⁸

Com a demora das adesões prometidas de forças que se levantariam no Sul, Goiás e Mato Grosso e atribuindo este fato “às notícias mentirosas que o governo da República irradiava do Rio de Janeiro para todos os estados”¹⁸⁹, equiparam um avião que partiu no dia 24, para realizar um voo de ida e volta a capital federal. A finalidade era lançar folhetos sobre o Rio de Janeiro e exemplares do jornal *O Estado de São Paulo*. Todavia, o avião que levava o tenente Eduardo Gomes e Carlos Herdler foi encontrado em Cunha, com os jornais, 30.000 exemplares do manifesto “Cariocas e Fluminenses” e com uma carga de dinamite, que seria lançada sobre o Palácio do Catete.¹⁹⁰

Em São Paulo, com o avanço dos governistas, os revoltosos do segundo setor, comandados pelo coronel João Francisco, com o auxílio de estrangeiros e de trabalhadores da Central do Brasil, construíram um blindado, com a finalidade de atingir

¹⁸⁸ Lucio Gordines chegou a ser nomeado em boletim revoltosos para dirigir os serviços de aviação no Campo de Marte, em substituição ao tenente Eduardo Gomes. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 21, f. 2-4; vol. 27, f. 190; vol. 72, f. 270. Boletins Aéreos. **A Capital**, São Paulo, 15 jul. 1924, p. 1. O avião de ontem. **A Capital**, São Paulo, 17 jul. 1924, p. 1.

¹⁸⁹ TÁVORA, À Guisa..., op. cit., p. 272. O avião de anteontem sobre a cidade. **A Capital**, São Paulo 18 jul. 1924, p. 2.

¹⁹⁰ O referido manifesto foi escrito pelo tenente Joaquim Nunes de Carvalho, que afirmava que o movimento buscava “corrigir os erros dos maus governos, a elevar os créditos morais e materiais da nação brasileira e a defender os interesses e os direitos do povo”, restabelecer a forma de governo republicana federativa, revisar as fronteiras dos estados da federação, separar o Estado e a Igreja, proibir os impostos interestaduais, proibir a reeleição, decretar voto secreto e tornar obrigatório o ensino primário e profissional. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 85-87. CARVALHO, Joaquim Nunes de. **A Revolução no Brasil (1924-1925)**: Apontamentos para a História. Minha Defesa. Buenos Aires: Tallebes Gráficos Argentinos de L. J. Rosso y Cia Belgrano, 1925, p. 41. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STJ, n.º 1009 de 1927, vol. 21; vol. 160, f. 72.

a improvisada sede do governo estadual em Guaiaúna. A composição contava com locomotiva e seis carros de passageiros, carregada de soldados e metralhadoras com o intuito de um ataque surpresa. No entanto, Aquilino Vidal, mestre de linha e morador de Guaiaúna, prevendo um possível ataque revoltoso retirou alguns trilhos na altura da Segunda Parada, localizada na altura da rua Lopes Coutinho, próxima ao hipódromo da Mooca. Quando a locomotiva atingiu a região, acabou por descarrilhar e pegou fogo, ferindo os 51 passageiros, dentre eles, o próprio coronel João Francisco.¹⁹¹

No dia seguinte, 26 de julho, frente ao acidente, o segundo setor foi obrigado a recuar, com a necessidade da substituição de seu comandante. O terceiro setor dos revoltosos também perdeu posições na Várzea do Carmo e passou a se concentrar nas ruas Glicério, Tamandaré e Apeninos. A polícia gaúcha, que combatia em São Paulo ao lado dos governistas, atacou fortemente a Mooca, fazendo com que os revoltosos também perdessem posições ali. Ao mesmo tempo, chegavam mais tropas legalistas vindas do Paraná, Mato Grosso e Minas Gerais, que pressionavam as estradas de ferro Sorocabana, Noroeste e Mogiana, ameaçando a retomada de Campinas e Sorocaba, que até então também estavam em revolta.¹⁹²

Ainda neste dia, aviões de tropas que defendiam o governo soltaram na cidade folhetos assinados pelo ministro da Guerra:

À população de S. Paulo.

As tropas legais precisam agir com liberdade contra os sediciosos, que se obstinam em combater sob a proteção moral da população civil, cujo doloroso sacrifício nos cumpre evitar.

Faço à nobre e laboriosa população de S. Paulo apelo, para que abandone a cidade, deixando os rebeldes entregues à sua própria sorte.

É esta uma dura necessidade que urge aceitar como imperiosa, para pôr termo, de vez, ao estado de coisas criado por essa sedição, que avilta os nossos créditos de povo culto.

Espero que todos atendam a esse apelo, como é preciso, para se poupem os efeitos das operações militares, que, dentro em poucos dias, serão executadas.¹⁹³

O inusitado pedido fez com que a indignação popular aumentasse. O general Isidoro Dias Lopes tentou uma saída negociada e propôs, por intermédio de José Carlos de Macedo Soares, presidente da Associação Comercial, a retirada imediata dos

¹⁹¹ Ver 15 em Mapa 1. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 114-115. CAGGIANI, Ivo. **João Francisco**: a hiena do Cati. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1988, p. 156-157; SESSO JR., op. cit., p. 337-338.

¹⁹² PEREIRA, op. cit., p. 147; TÁVORA, À Guisa..., op. cit., p. 276-277.

¹⁹³ SOARES, op. cit., p. 116.

revoltosos sob a condição de ampla anistia para os participantes dos movimentos de 1922 e 1924. Contudo, o vigário da Penha, padre Antão Jorge Hechenblaickner, portador da mensagem, trouxe a resposta de que o governo federal só aceitaria a rendição incondicional e que o bombardeio seguiria.¹⁹⁴

Constatando a grandeza da força legalista, que contava com cerca de 15 mil homens contra os 7 mil revoltosos, o comando do general Isidoro decidiu se retirar da cidade enquanto era possível. Eram desconhecidos daqueles que estavam em São Paulo os levantes que ocorriam em outros estados. No dia 12 de julho iniciou o do 10º Regimento de Cavalaria Independente, em Boa Vista, no Mato Grosso; no dia 13 foi a vez do 28º Batalhão de Caçadores de Aracaju, em Sergipe; na região Norte, no dia 23 iniciou o levante do 27º Batalhão de Caçadores de Manaus, que foi acompanhado da Flotilha Amazonas, do 4º Grupo de Artilharia de Óbidos, no Pará, e do 26º Batalhão de Caçadores, em Belém.

Em São Paulo, o comando revoltoso calculava que a situação só poderia ser aliviada com levantes no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, que estavam fortemente ocupados por forças do governo. As estradas de ferro Sorocabana, Noroeste e Mogiana que estavam sob a ocupação dos revoltosos podiam a qualquer momento serem tomadas por estas tropas. Além disso, havia o intenso bombardeio que castigava a população e o desgaste dos combatentes, muitos deles feridos. Neste contexto de guerra civil, decidiu-se por adotar outra estratégia e utilizando-se da Estrada de Ferro Sorocabana organizaram uma rápida retirada em direção ao Mato Grosso.¹⁹⁵

Desde o dia 18, três destacamentos revoltosos avançavam em direção ao interior do estado de São Paulo, que analisaremos no terceiro capítulo. Um na direção oeste, sob o comando do capitão Octávio Guimarães, que seguia pelas estradas de ferro Paulista e Noroeste, dificultando o avanço de tropas do governo oriundas no Mato Grosso; o segundo destacamento, que ficou conhecido como Coluna da Morte, era comandado pelo tenente João Cabanas, da Força Pública, seguia em direção ao norte pela E.F. Mogiana, contra tropas governistas vindas do sul de Minas Gerais; e o terceiro destacamento,

¹⁹⁴ PEREIRA, op. cit., p. 148.

¹⁹⁵ Ibidem., p. 153–154; DANTAS, op. cit. SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus: Suframa, 1990. MAYNARD, op. cit. NORONHA, op. cit., p. 131. TÁVORA, À Guisa..., op. cit., p. 274–276.

comandado pelo capitão da Força Pública Francisco Bastos, na direção sul do estado, pela E.F. Sorocabana, na intenção de dificultar tropas governistas advindas do Paraná.¹⁹⁶

A retirada das tropas revoltosas que combatiam na capital paulista começou na noite do dia 27 de julho. Composições ferroviárias partiram da estação da Luz em direção ao Mato Grosso, levando cerca de 3.000 homens, 14 canhões e todo o material bélico possível. “À meia noite, seis balas de despedida foram atiradas contra as posições legalistas, e, antes do amanhecer, os revolucionários haviam partido tão silenciosa e invisivelmente como haviam chegado”.¹⁹⁷

As tropas legalistas perceberam que os rebeldes haviam partido em retirada somente na manhã do dia seguinte. Uma comitiva foi organizada para acompanhar o presidente de estado em seu retorno ao palácio do governo e tropas legalistas desfilaram pela cidade ao longo daquele dia.¹⁹⁸ Monteiro Lobato em carta enviada ao presidente Bernardes descrevia o clima na cidade:

As tropas legais desfilam pela cidade e o povo não clama como libertadores. Silêncio mortal. Silêncio de desaporar. Indiferença absoluta. Exército alemão entrando em Paris...

Por quê? Porque o governo revolucionário ou governo legal, para o povo é tudo um, já que nenhum é livremente escolhido por ele.

Esse fato aterrorizou-me. Vi a possibilidade de uma subversão completa da ordem do país inteiro, como se deu na Rússia, com o cortejo infinito de sofrimentos e horrores, que as convulsões revolucionárias acarretam.¹⁹⁹

Lobato não foi o único a temer a subversão bolchevique em meio à Revolta de 1924 em São Paulo conforme veremos nos capítulos quatro e cinco.

Com o fim do conflito na cidade, a contagem das vítimas parou em 503 mortos e 4.846 feridos, segundo relatório da prefeitura. Carlo Romani afirma que:

A reação armada das tropas federais legalistas para retomar São Paulo provocou, segundo as agências internacionais, por volta de mil mortos, além de 4.000 feridos, quase todos civis. Tratou-se, seguramente, do maior massacre urbano realizado durante os governos republicanos e praticado na capital bandeirante, o centro industrial do país. A matança indiscriminada de civis pobres foi praticamente ignorada e quase esquecida, principalmente pelos próprios historiadores paulistas. A História oficial paulista preferiu imortalizar o MMDC, seus quatro jovens caídos na ante-sala da Revolução

¹⁹⁶ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 55 e 77; TÁVORA, Uma vida..., op. cit., p. 144.

¹⁹⁷ COSTA; GOES, op. cit., p. 254–256; NEILL, Macaulay. **A Coluna Prestes: Revolução no Brasil**. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 27; TÁVORA, Uma vida..., op. cit., p. 145.

¹⁹⁸ LEITE, op. cit., p. 182–183. No palácio do governo. **A Gazeta**, São Paulo, 28 jul. 1924, p. 2. A volta do governo. **Correio Paulistano**, São Paulo, 29 jul. 1924, p. 1.

¹⁹⁹ APESP. Correspondência da Revolução de 1924. LOBATO, Monteiro. **Carta para Arthur Bernardes**. São Paulo, 09 de agosto de 1924.

Constitucionalista de 1932. Esta sim, institucionalizada como A revolução paulista.²⁰⁰

Inteirando os dados das agências internacionais, temos os registros de diversos casos de cadáveres sepultados fora dos cemitérios. Desde o dia 08 de julho, jornais noticiavam a existência de cadáveres insepultos, principalmente nos locais mais perigosos, de combates mais intensos. A própria prefeitura passou a solicitar para que a população comunicasse onde houvesse cadáveres insepultos ou em terrenos fora dos cemitérios. “Foram sepultados nos cemitérios da capital perto de seiscentas pessoas, sem computar aquelas que foram vitimadas fora da cidade e nos diversos subúrbios.” Um jornal do dia 29 de julho registrou a remoção de centenas de mortos, soldados e civis, que haviam sido encontrados em terrenos nos bairros do Belenzinho e Mooca. Outra notícia, do início de agosto, mencionava quinhentos corpos localizados nos entornos da cidade.²⁰¹

Com o restabelecimento do governo estadual, os envolvidos na Revolta e seus apoiadores foram perseguidos, presos e processados. Estima-se em aproximadamente “10 mil o número de presos em São Paulo. Alguns prisioneiros desapareceram, outros foram executados abertamente. [...] Um ancião alemão de quase oitenta anos foi preso numa cidade do interior por ter gritado vivas a Isidoro.”²⁰² Aqueles que integravam o Exército e a Força Pública de São Paulo acabaram expulsos das respectivas corporações sem muitas burocracias, investigações ou processos legais.

Segundo Nicolau Sevcenko:

As forças legais reocuparam a cidade com uma brutalidade inaudita, saqueando, espancando, prendendo dentre uma população que julgava colaboracionista, além de executar grupos inteiros de imigrantes suspeitos de terem aderido à revolta. A indignação e ódio da população às autoridades e tropas leais não podiam ser maiores. Os populares recebiam a passagem dos legalistas fazendo com os dedos um V e um I: “Viva Isidoro!”. Por sua vez, os revoltosos em fuga faziam das janelas dos comboios da Sorocabana, pelas cidades em que passavam, os sinais I e V: “Isidoro Volta!”.²⁰³

²⁰⁰ National Archives Washington, roll 5, p. 371, (microfilme disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, AEL/UNICAMP): “Acredita-se que 1.000 civis estejam mortos, estimativas fornecidas em S. Paulo chegam de 1.000 a 4.000 mortos e feridos”. Apud ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 161–178, 2011, p. 163.

²⁰¹ SESSO JR., op. cit., p. 345. Cadáveres insepultos. **A Capital**, São Paulo, 08 jul. 1924, p. 1. Remoção de cadáveres. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23 jul. 1924, p. 2. Mortos insepultos. **A Gazeta**, São Paulo, 29 jul. 1924, p. 2. Foram percorridos pelo prefeito os cemitérios da capital. **Correio Paulistano**, São Paulo, 31 jul. 1924, p. 2. Cadáveres insepultos. Quinhentos corpos foram encontrados nos arredores da cidade. **A Capital**, São Paulo, 09 ago. 1924, p. 1.

²⁰² MCCANN, op. cit., p. 353–355.

²⁰³ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 304.

Os indícios acima nos apontam para o apoio popular que os revoltosos obtiveram, que pode ser notado em modas de viola caipira do período, como em *Moda da revolução*, de Cornélio Pires e Arlindo Santana:

revolta aqui em São Paulo
para mim já não foi bão
Pela notícia que corre
revoltoso tem razão
Aí estou me referindo,
a essa nossa situação
Se os revoltoso ganhar
aí eu pulo e rolo no chão
Quando cheguei em São Paulo
o que cortou meu coração
Eu vi a a bandeira de guerra
lá na torre da estação
Encontrava gente morto
por meio dos quarteirão
Dava pena e dava dó,
ai era só judiação

Na hora que nós seguimos,
perseguido o batalhão
Saimo por baixo de bala,
sem ter aliviação
E a gente ali deitado
sem deixar levantar do chão
De bomba lá de São Paulo,
ai roncava que nem trovão

Zidoro se arretirou
lá pro centro do sertão
Potiguara acompanhou
ai prá fazer a traição
Zidoro mandou um presente
que foi feito por sua mão
Acabaram com Potiguara
e acabou-se o valentão

Nós tinha um 42
que atirava noite e dia
Cada tiro que ele dava
era mineiro que caía
E tinha um metralhador
que encangaiava com pontaria
Os mineiro com os baiano
ai c'os paulista não podia ²⁰⁴

As modas como *O meu viva eu quero dá* e *Se os revoltoso perdesse* tem por objeto a chamada Revolução de 1930, vista pelos violeiros como desdobramento de 1924. Na

²⁰⁴ **Moda da Revolução.** MPB.Net, 2023. Disponível em: https://www.mpbnet.com.br/musicos/rolando.boldrin/letras/moda_da_revolucao.htm Acesso em 23 jan. 2023.

primeira, após vivas a diversos estados, chega a vez de São Paulo: “Mais um viva eu quero dar porque eu não sou nenhum ingrato / Que viva, viva, reviva os herói de 24!”. Na segunda moda de viola, a referência é feita em sua última estrofe, homenageando dois líderes de 1924: “Mas Zidoro, o sarvadô / Ai, Miguier Costa adorado / Mas vai esse nos sarvô, / Ai, agora temo livrado / Dos esperto pirdedor / Ai, e dos pestes tão marvado”.²⁰⁵

O apoio popular influenciou para a intensificação dos bombardeios legalistas aos bairros operários, como veremos no capítulo IV, e para a violência injustificada da retomada. Os revoltosos em retirada, seguiram pelo interior do estado. No dia 29 de julho, se concentraram no município de Bauru e reorganizaram suas forças. Ali organizaram três brigadas de infantaria, um regimento de cavalaria, um regimento misto de artilharia e a escolta do quartel-general revolucionário. Seguiram pela E.F. Sorocabana com o objetivo de chegar à Porto Tibiriça, no rio Paraná, divisa dos estados de São Paulo e Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul). Lá chegando, pretendiam subir o rio na altura dos trilhos da E.F. Noroeste, em direção à Três Lagoas. Nessa manobra se depararam com forças governistas e travaram combates na região do chamado Campo Japonês, onde perderam cerca de 100 homens entre mortos e feridos, sendo obrigados a recuar.²⁰⁶

Na intenção de alcançar o Mato Grosso, a travessia foi feita ao longo de vários dias, descendo o rio Paraná em direção ao Sul, acompanhada de pequenos combates com forças legalistas. No dia 31 de agosto, alguns revoltosos ocuparam Porto São José, no estado do Paraná, de onde seguiram em direção à Foz do Iguaçu, chegando os primeiros na madrugada do dia 26 de setembro. Enquanto uns ocupavam Foz do Iguaçu, outros estavam pela região de Catanduvás, no Paraná, com a finalidade de dificultar o avanço governista na região. O novo objetivo era resistir por tempo o suficiente para reunir as tropas que ainda desciam o rio Paraná e estabelecer ligações com revoltosos do Rio Grande do Sul.²⁰⁷

No Rio Grande do Sul, os levantes se iniciaram na noite do dia 28 de outubro, com o 1º Batalhão Ferroviário, de Santo Ângelo, comandado pelo capitão Luiz Carlos Prestes e pelo tenente Mario Portela Fagundes. Nos dias que seguiram, foram acompanhados por outras forças do 3º Regimento de Cavalaria Independente, de São Luiz Gonzaga,

²⁰⁵ BESSA, Virgínia de Almeida. Do palco ao disco: música caipira e construção de identidades na cidade de São Paulo. *Revista OPUS*, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 308-335, nov. 2019, p. 329.

²⁰⁶ TÁVORA, Uma vida..., op. cit., p. 145-146.

²⁰⁷ *Ibidem*, p. 152-157.

comandado pelo tenente João Pedro Gay; do 2º Regimento de Cavalaria Independente, de São Borja, comandado pelos tenentes Aníbal Benévolo e Sandoval Cavalcante de Albuquerque; do 5º Regimento de Cavalaria Independente, em Uruguaiana; do 2º Regimento de Artilharia a Cavalos, de Alegrete; e do 3º Batalhão de Engenharia, em Cachoeira, sob o comando de Fernando Távora. Além dos militares, o movimento na região contou com a adesão de vários civis, alguns deles caudilhos ligados a Assis Brasil.²⁰⁸

Os revoltosos que ocupavam a região de Catanduvas acabaram cercados e foram duramente atacados por forças governistas. Ali, foram aprisionados o capitão Olyntho Tolentino de Freitas Marques, os tenentes Luiz Cordeiro de Castro Afilhado e Nelson de Mello, juntamente de “dezessete oficiais comissionados e perto de quatrocentos praças”.²⁰⁹ O jornal *O Paiz* chegou a anunciar que além destes, “também foram presos numerosos civis que combatiam nas fileiras dos rebeldes.”²¹⁰ Os que restaram do cerco de Catanduvas, fugiram da região.

Em 12 abril de 1925, as forças revoltosas se uniram em Foz do Iguaçu, dando origem à 1ª Divisão Revolucionária, composta pelas brigadas “São Paulo”, comandada pelo tenente-coronel Juarez Távora, e “Rio Grande”, comandada pelo coronel Luiz Carlos Prestes. Dali, o general Isidoro Dias Lopes partiu para a Argentina, e de lá, como “chefe supremo da revolução”, organizaria uma rede de apoio ao movimento que seguiria. O major Miguel Costa foi promovido a general de brigada e assumiu o comando da 1ª Divisão Revolucionária, que mais tarde ficaria conhecida como Coluna Prestes.²¹¹

A história dessa movimentação política e social, a partir do referido encontro em Foz do Iguaçu, passou a ter outras características, adotando a guerra de movimento como sua principal estratégia, mobilizando o Brasil de norte a sul, até o término do mandato de Arthur Bernardes. Com a finalidade de delimitação temporal deste trabalho, que se debruça sobre a Revolta de 1924, encerramos com a retirada dos revoltosos do estado de São Paulo. Como já dito, parte dos envolvidos se tornaram alvo de um processo movido

²⁰⁸ PRESTES, A Coluna Prestes, op. cit., p. 119.

²⁰⁹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 145, f. 40-41.

²¹⁰ Um telegrama do general Rondon. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 31 mar. 1925, p. 3.

²¹¹ LANDUCCI, Ítalo. **Cenas e Episódios da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1952, p. 46-53. LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes: marchas e combates**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 114-115. TÁVORA, Uma vida..., op. cit., p. 174-176. PRESTES, A Coluna Prestes, op. cit., p. 178.

pela Justiça Federal. Alguns seguiram integrando a Coluna, uns tantos foram presos e outros se encaminharam para o exílio em países vizinhos.

CAPÍTULO II – OFICIAIS DO EXÉRCITO E DA FORÇA PÚBLICA

Esse capítulo, em suas duas primeiras partes, se debruça sobre as redes, ideias e motivações que levaram membros do Exército e da Força Pública de altas e médias patentes a se envolverem na Revolta. A última parte do capítulo se dedica em verificar a circulação destes indivíduos diante do aprimoramento da vigilância do Estado e os espaços prisionais para onde eram remetidos quando presos no período.

Para as altas e médias patentes do Exército, a Escola Militar do Realengo, onde muitos deles haviam sido contemporâneos, e os quartéis por onde passavam em meio às diversas transferências promovidas pelo governo federal, principalmente após os levantes de 1922, foram lugares importantes para o estabelecimento de conexões e de planejamento do movimento

Com o estabelecimento de punições após os levantes de 1922, muitos passaram a ser fugitivos da Justiça ou foram presos. Neste sentido, o cárcere também foi um lugar de conspiração e de estabelecimento de contatos. Além disso, as punições impostas provocaram uma crescente solidariedade entre os militares, o que os permitia viver em fuga e organizar os próximos levantes.

Em meio aos escritos de alguns indivíduos deste grupo, destaca-se a presença da ideia do “soldado-cidadão”, na qual o Exército ocupava um lugar de tutela sobre a República e a Constituição, podendo intervir quando achasse necessário, sendo naquele momento, imperioso no combate ao domínio das oligarquias na política brasileira. Dentre eles foi possível notar aproximações com as ideias militaristas, nacionalistas e autoritárias, que estavam em ascensão no pós-Primeira Guerra Mundial. Contudo, não havia coesão. Outros, com o estabelecimento do processo judicial, alegavam terem sido coagidos por seus superiores, muito embora, em vários destes casos, tais declarações se contrapusessem as provas recolhidas pela polícia.

Com relação à Força Pública, motivações próprias da corporação foram incluídas à pauta da Revolta, como as condições de trabalho e os baixos soldos. Também foi possível verificar membros da corporação estavam articulados com partes do Exército desde os levantes de 1922.

A região da Luz, onde se localizavam o 1º, 2º e 4º Batalhão, além da Cavalaria, Corpo Escola, Guarda Cívica e Cadeia Pública, se mostrou como sendo o espaço onde as redes e a organização da Revolta aconteciam. Boa parte dos membros da Força Pública

de São Paulo residiam próximos, como o major Miguel Costa que promovia reuniões. Ali, se entrecruzavam laços de amizade, relações hierárquicas, relações familiares e de vizinhança.

À medida em que os levantes de 1922 impulsionaram a reorganização da polícia do Distrito Federal, a Revolta de 1924 impulsionou a reorganização e a estruturação da polícia política paulista, vigilante e repressora. Ao final daquele mesmo ano a Delegacia de Ordem Política e Social (Deops/SP) foi criada, inserida no Gabinete de Investigações e Capturas. Neste contexto, houve uma intensa transferência dos envolvidos pelos espaços prisionais Brasil a fora, partes da Hospedaria dos Imigrantes se tornou Presídio e núcleo agrícola foi transformado em campo de desterro.

2.1 De 1922 a 1924: as redes e ideais no Exército

A Revolta de 1924 em São Paulo estava conectada com as ocorridas em 1922 no Rio de Janeiro e Mato Grosso, bem como com sublevações espalhadas pelo Brasil naquele ano e nos subsequentes. Neste contexto, a Escola Militar do Realengo foi um importante núcleo de sociabilidade, conspiração e disseminação das ideias revoltosas. Ali, na perspectiva da teoria de rede²¹², os alunos e instrutores conheciam uns aos outros, teciam contatos densos e os mantinham após suas transferências para os mais diversos postos espalhados pelo país, construindo uma identidade coletiva, em contínua formação durante as movimentações políticas da década de 1920.

Com a análise de algumas trajetórias de indivíduos condenados no processo judicial instaurado contra os envolvidos na Revolta de 1924 foi possível observar que diversas redes de solidariedade, sociabilidade, parentesco e vizinhança foram articuladas para organizar e realizar as movimentações políticas ocorridas no período. Tais redes evidenciam estratégias de escolhas, exclusões e interações entre indivíduos e grupos²¹³.

Neste sentido, Giovanni Levi aponta que é importante analisarmos as formas de solidariedade e cooperação seletiva adotadas pelos indivíduos para organização de sua sobrevivência, “as amplas fontes de favores, dados ou esperados, através dos quais passam informações e trocas, reciprocidades e proteções”. Estas relações em rede

²¹² SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 3, n. 5, 2011, p. 18.

²¹³ LEVI, Giovanni. **Herança Imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 96.

ocorrem em meio aos conflitos, na busca de um maior controle sobre o futuro, na diminuição das incertezas econômicas e políticas.²¹⁴

Em busca de se alcançar o que Koselleck coloca como horizonte de expectativas²¹⁵, os indivíduos organizam estratégias que produzem solidariedades²¹⁶, trocas, reciprocidades e proteções, gerando uma organização social particular²¹⁷. Para Jacques Revel, tais estratégias estão ligadas a valores e limitações, que não obedecem a uma racionalidade e buscam uma melhor “adaptação em um mundo de alto riscos e cujas principais coordenadas estão sempre em movimento.” Observá-las, nos permite melhor entender as ações coletivas e “ver, os intervalos, as ambiguidades deixadas abertas pelos sistemas de dominação e de controle e pelas instâncias de sociabilidade”.²¹⁸

Segundo Simona Cerutti, “é a decodificação da experiência individual que pode nos introduzir nas características das agregações sociais”, uma vez que “indivíduos e instituições são feitos, em suma, da mesma matéria”. Para a autora, se faz necessário interrogarmos a experiência dos indivíduos e as modalidades da construção da identidade social para significarmos as relações sociais.²¹⁹ Os objetivos individuais, que estão inscritos nas relações sociais, se situam, portanto, na rede de obrigações, de expectativas, de reciprocidades que caracteriza a vida social. Nessa perspectiva, o centro da análise é constituído pelo próprio processo social e pelas interações individuais nos diferentes contextos.²²⁰

Neste trabalho me aproximei das discussões acerca das redes sociais, sem fazer uso da metodologia de modo sistemático, que permite a visualização das densidades, mas me atentando a existência das relações entre os indivíduos que de algum modo contribuíram com o movimento revoltoso, com intenção de melhor compreender o

²¹⁴ *Ibidem*, p. 98 e 125.

²¹⁵ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

²¹⁶ LEVI, op. cit., p. 126.

²¹⁷ GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise, Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 133–134.

²¹⁸ REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. **Herança Imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 27–28.

²¹⁹ CERUTTI, Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (Org.), **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise, Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 183 e 201.

²²⁰ *Ibidem*, p. 189.

coletivo e suas intencionalidades. As formas de ação, como a organização e execução da revolta, dependeram de um conjunto particular de relações sociais.²²¹

George Rudé, ao analisar revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX juntamente a Eric Hobsbawm, afirmou que “na maioria das insurreições, a unidade básica era sempre um pequeno grupo da aldeia composto de vizinhos ou ligado por laços familiares. Esse grupo tomava a iniciativa de organizar sua aldeia e as vizinhanças”.²²² A ideia se repete independentemente do tempo e do espaço, no caso aqui 1924 em São Paulo. Para ocorrência das revoltas era imprescindível a mobilização das redes sociais, sejam as que permeavam a família, a vizinhança, o trabalho ou outros espaços de sociabilidade. Neste caso, nota-se em especial as redes formadas nas instituições militares, seja enquanto espaço de formação ou de trabalho.

A Revolta de 1924 em São Paulo possui estreitas ligações com os levantes militares ocorridos em 1922 no Rio de Janeiro e no Mato Grosso, como já dito anteriormente. Alguns envolvidos estiveram presentes em ambos os momentos, como é o caso do tenente Eduardo Gomes.

Implicado no levante de Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro em 1922, juntamente de Siqueira Campos, Delso Mendes da Fonseca e outros, Eduardo Gomes acabou sendo ferido no famoso combate ocorrido na praia. Ficou internado e preso no Hospital Central do Exército e quando questionado dos motivos que o levaram a tomar parte na rebelião, “respondeu que achava que o governo estava saindo fora da lei com o propósito de intervir em Pernambuco e porque era desejo do país ver afastada a hipótese da posse do dr. Arthur Bernardes.”²²³

Em fins daquele ano, Bernardes tomou posse. No ano seguinte, 1923, os revoltosos foram condenados com base no artigo 107º do Código Penal, por “tentar, diretamente e por fatos, mudar por meios violentos a Constituição política da República, ou a forma de governo estabelecida”, cuja pena era “de banimento, aos cabeças; e aos

²²¹ THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 196.

²²² HOBSBAWM, Eric; RUDÉ, George. **Capitão Swing**. Trad. Marco A. Pamplona; Maria Luiza da Silva Pinto. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982, p. 207.

²²³ SILVA, Helio. **1922**: sangue na areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 458.

corrêus, a de reclusão por cinco a 10 anos”. A condenação frustrou as expectativas com relação à concessão da anistia e os levou à continuidade das conspirações.²²⁴

Eduardo Gomes, após fugir do Hospital do Exército em fins de 1923, foi para São Paulo, sendo hospedado na república do tenente Custódio de Oliveira, de onde seguiu para o Mato Grosso, utilizando o pseudônimo de Eugênio Guimarães. Refugiou-se na fazenda Taquaraçu, no município de Três Lagoas, no Mato Grosso, onde passou a trabalhar como mestre-escola.²²⁵

Dentre os “focos de conspiração” para a organização da Revolta de 1924, um dos mais citados nos depoimentos foi justamente a residência do tenente Custódio de Oliveira, do 2º Grupo Independente de Artilharia Pesada de Quitaúna, localizada na rua Vautier, n. 27, no Brás.²²⁶ Nascido em 1896, no Rio de Janeiro, Custódio assentou praça na Escola Militar em 1914. Em dezembro de 1921 foi transferido para Jundiá e em setembro de 1923 foi para Quitaúna, em São Paulo.²²⁷

O tenente Custódio possuía funções estratégicas na revolta, que, segundo ele, tinha como objetivo retirar o presidente Arthur Bernardes do poder. O tenente do 2º Grupo Independente de Artilharia Pesada

há um ano vinha trabalhando este movimento na sua república [...] que garantiu a sua bateria para apoio da tomada dos quartéis e guarda dos edifícios públicos e mais o Quarto Regimento de Infantaria de Quitaúna [...]; que em fevereiro recebeu ordem para escolher uma posição para a sua bateria e que escolheu no Campo de Marte [...]; que em fins de junho marcou a data do movimento para a madrugada de cinco de julho, pois da sua bateria dependia o início do movimento [...].²²⁸

Na madrugada do dia cinco, enquanto deslocava sua tropa para o Campo de Marte, simulando exercício noturno, o tenente sofreu um acidente. Tal fato atrasou o

²²⁴ SOARES, Oscar de Macedo. **Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil Comentado**, 7.ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1910, p. 237 e 241.

²²⁵ Os últimos acontecimentos: a condenação do tenente Eduardo Gomes. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 27 jan. 1925, p. 7. DIAS, Sônia. Eduardo Gomes. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gomes-eduardo> Acesso em 21 mai. 2022. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 12, f. 354-357.

²²⁶ Ver 17 no Mapa 1. TJSP. **Sucessos Subversivos de São Paulo**. Denúncia apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 1ª Vara de São Paulo pelo Procurador Criminal da República, em comissão no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 4.

²²⁷ AHEX. **Assentamento de Custodio de Oliveira**. XXX-49-140. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 157, f. 23.

²²⁸ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 11, f. 210-212.

cumprimento do planejado, promoveu desencontros entre os revoltosos, culminando na prisão de Custódio pela manhã.²²⁹

A referida casa onde o tenente vivia era alugada desde primeiro de fevereiro de 1923, pertencente ao fotógrafo português José Francisco Santiago, que morava nos fundos. José Antonio Santiago, também português, provavelmente irmão de José Francisco, era morador da mesma rua onde mantinha um armazém abaixo da residência de Custódio e declarou à polícia que:

a casa era frequentada por muitos paisanos [...] que entre esses frequentadores o depoente conheceu também um, de nome J. Fernandes [...]; que na noite de quatro para cinco de julho, na casa do tenente Custódio, houve grande movimento, chegando mesmo a julgar que ele tivesse dado alguma festa; [...] soube que lá estava o sr. J. Fernandes; que segundo soube esse senhor era o capitão do Exército de nome Távora e que veio a falecer durante a revolução.²³⁰

Joaquim Távora, em 1922, era comandante do 17º Batalhão de Caçadores, localizado em Corumbá, Mato Grosso, e liderou a revolta desta localidade em apoio ao levante do Forte de Copacabana. Preso após este evento, foi libertado e considerado desertor no ano seguinte. João Alberto Lins de Barros, liderança da revolta em Alegrete, no Rio Grande do Sul, afirmou em suas memórias que, quando, após a Revolta de 1922, ficou preso na Fortaleza de Santa Cruz, conviveu “com outros oficiais mais esclarecidos em política”, que lhes ensinaram muita coisa.

O Capitão Joaquim Távora tornou-se nosso líder. Alto de porte, calva à mostra, constituição atlética, juntava ao vigor físico a bravura moral. Falava bem e argumentava com fatos novos para nós, oficiais jovens e bisonhos em política. Socialista ardoroso, explicava-nos os acontecimentos políticos à luz da economia. Era um mundo desconhecido que se abria na minha frente. Recordava-me meu pai, também socialista, criticando, falando mal do Governo. Já preparava, nessa época, a próxima revolução.²³¹

Joaquim Távora passou a articular o próximo movimento angariando forças nos estados de Santa Catarina e Minas Gerais. Fixou-se, por fim, em São Paulo, morando também na casa do tenente Custódio de Oliveira. “Não só se pusera em contato com todas as guarnições do interior de São Paulo, como também com as de Pouso Alegre, Três

²²⁹ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 19. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 1, f. 117.

²³⁰ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 11, f. 215-217.

²³¹ BARROS, João Alberto Lins de. **A Marcha da Coluna**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997, p. 29.

Corações e Itajubá, no Sul de Minas” e estabeleceu contatos com a Força Pública por intermédio do major Miguel Costa.²³²

Seu irmão, Juarez Távora, sentou praça no Realengo e em 1917 iniciou os estudos na Escola Militar, decidido a cursar Engenharia. Em 1920, serviu em Curitiba, no 5º Batalhão e em maio do ano seguinte foi promovido a 1º tenente e classificado no 4º Batalhão, em Itajubá, Minas Gerais, onde comandou a Companhia de Telefonistas e Telegrafistas. Em 1922, foi designado para servir como auxiliar de instrutor de Arma de Engenharia, na Escola Militar do Realengo, substituindo Luiz Carlos Prestes que havia sido promovido a capitão e designado para comandar a Companhia Ferroviária, em Deodoro.²³³

Na Escola Militar, Juarez acabou se envolvendo nos levantes daquele ano. Segundo seus escritos:

Particpei, ativa e conscientemente, do levante militar de 5 de julho de 1922, feito como protesto contra os atos do Presidente Epitácio Pessoa, que considerava ofensivos à dignidade do Exército. [...] Quando, após a prisão do Marechal Hermes, fui notificado, por um de meus colegas instrutores da Escola Militar, de que o levante estava marcado para a noite de 4 para 5 de julho, reiterei-lhe, sem maiores indagações, minha disposição de nele colaborar.²³⁴

No trecho em questão fica evidente a circulação do ideário revoltosos na Escola Militar e nos faz pensar o quanto os instrutores, como era o caso de Luiz Carlos Prestes Juarez Távora, Victor César da Cruz e de tantos outros²³⁵, influenciaram no espalhamento dessas ideias entre seus alunos e colegas.

Em 1922, Juarez Távora foi preso no mesmo dia em que se iniciou a revolta na Escola. Em fins de 1923, a justiça condenou os envolvidos nos levantes à perda de patente e à exclusão do Exército, o que o levou a desertar e a conspirar, primeiramente no Paraná e depois no Rio Grande do Sul, utilizando o nome de Octávio Fernandes e trabalhando como eletricitista.²³⁶

Filinto Muller também esteve junto de Custódio, Joaquim e Juarez tanto em 1922,

²³² TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas**: memórias. Vol. 1 - Da planície à borda do altiplano. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1973, p. 129-132, 142-143.

²³³ PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes**: um comunista brasileiro. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 29-32.; TÁVORA, Uma vida..., op. cit., p. 108.

²³⁴ TÁVORA, Uma vida..., op. cit., p. 115-116.

²³⁵ RODRIGUES, Fernando da Silva. Renovação e Revoltas: A Escola Militar do Realengo entre a Primeira Guerra Mundial e a Revolução de 1930. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 2, n. 2, p. 322-343, 2009, p. 328-329.

²³⁶ STF. **Sucessos Subversivos de São Paulo**. Julgamento da Apelação. Acórdão. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, p. 80-81.

quanto em 1924. Ingressou na Escola Militar do Realengo em 1919 e após a conclusão do curso, em janeiro de 1922, foi para o 1º Regimento de Artilharia Montada, na Vila Militar. Em 18 de fevereiro foi nomeado auxiliar do Diretor da Escola Regimental, substituindo-o por alguns breves períodos e três meses depois, foi promovido a segundo tenente. Em 5 de julho, em decorrências das revoltas de 1922, Filinto, que era inclusive sócio do Clube Militar, foi acusado de envolvimento e preso na Fortaleza de Santa Cruz, onde permaneceu por cinco meses. Ao final da pena, em três de janeiro de 1923, foi transferido para o Regimento de Artilharia Mista em Campo Grande, Mato Grosso. No mesmo ano, foi promovido a primeiro tenente e incluído no efetivo do 2º Grupo independente de Artilharia Pesada, em Quitaúna, junto ao tenente Custódio de Oliveira.²³⁷

Em São Paulo, segundo Juarez Távora, Filinto Muller frequentava as reuniões na casa de Custódio, na Rua Valtier, n. 27, o “verdadeiro Q. G. Revolucionário”. Conforme os planos, Muller, juntamente do tenente Henrique Ricardo Holl, substituiria Custódio de Oliveira no comando da Bateria de Artilharia, depois de revoltada e em posição, como de fato foi feito.²³⁸

Além das articulações na rua Valtier, havia também na Travessa (ou Beco) da Fábrica, nº 6, na Sé. Lá moravam os tenentes Henrique Ricardo Holl e Victor César da Cunha Cruz, também envolvidos nos levantes de 1922 e considerados desertores do Exército. O primeiro vivia como Ricardo Fischer Júnior, engenheiro, e o segundo como Víctor da Silveira.²³⁹

A partir dos casos elencados, podemos verificar que a Escola Militar do Realengo e a condenação dos envolvidos nas revoltas de 1922 foram propulsores do movimento que se contrapunha ao governo de Arthur Bernardes nos anos subsequentes. Eduardo Gomes, Custódio de Oliveira, Juarez Távora, Henrique Ricardo Holl e Victor Cesar da Cunha Cruz eram contemporâneos na Escola Militar. Além destes, havia também por lá, no mesmo período, outros nomes importantes para as revoltas ocorridas no período em outros estados como Antonio Siqueira Campos, Carlos Saldanha da Gama Chevalier,

²³⁷ ROSE, R. S. **homem mais perigoso do país**: biografia de Filinto Muller, o temido chefe de polícia da ditadura Vargas. Trad.: Renato Rezende. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. O momento político. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, 7 fev. 1922, p. 5. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 157, f. 96-101.

²³⁸ TÁVORA, Uma vida..., op. cit., p. 132 e 140.

²³⁹ Ver 18 no Mapa 1. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 5.

Fernando Távora, Luiz Carlos Prestes e Oswaldo Cordeiro de Farias.²⁴⁰

Além dos contatos criados na Escola, havia também entre aqueles que serviam juntos em determinadas localidades, como por exemplo Custódio de Oliveira e Joaquim Nunes de Carvalho, em Jundiá; este último, em 1924, foi transferido para Quitauína, assim como Filinto Muller. Esses contatos acabavam sendo promovidos pelo próprio governo federal, que passou a realizar diversas transferências, a partir de 1922, na tentativa de desarticular os revoltosos. No entanto o efeito foi oposto.

Além de contemporâneos na Escola Militar e nos quartéis, ainda havia aqueles que compartilharam o cárcere quando punidos por envolvimento nas revoltas anteriores à 1924. Esses fatores impulsionaram uma crescente solidariedade entre os militares, que os permitia viver constantemente em fuga da justiça e organizar os vários levantes que ocorreram nos anos seguintes.

Carlos de Saldanha da Gama Chevalier, tenente preso após envolvimento nas revoltas de 1922, questionava:

Não pensou o senhor Arthur Bernardes e não pensaram os demais mandatários do Governo, que esses rapazes pudessem conservar no seio do Exército, amigos que os não deixariam cair sozinhos? [...] aderi ao segundo levante por ter ele como um dos fins principais, fazer voltar ao Exército, de onde foram injustamente afastados, alguns dos seus melhores elementos.²⁴¹

O tenente Orlando Leite Ribeiro esteve envolvido nos levantes de 1922 no Mato Grosso e por este motivo, em 1924, encontrava-se preso no 2º Grupo Independente de Artilharia Pesada, em Quitauína, quando iniciou a segunda revolta, em cinco de julho. Segundo ele,

a revolta de mil novecentos e vinte e dois foi obra dos políticos que viam no Exército, que progredia rapidamente, uma força organizada; que por isso trataram de dividir esse mesmo Exército, com o malévolo fim de enfraquecê-lo com grave prejuízo para a Nação, [...] a revolta atual é consequente da situação presente dos prisioneiros da revolta passada, sem que eles, até agora, fossem julgados; que isso muito preocupava grande número de oficiais legalistas que sabiam do sofrimento e das necessidades por que passavam as famílias daqueles oficiais presos.²⁴²

Nas declarações do último tenente fica evidente o descontentamento com o

²⁴⁰ AHEx. **Escola Militar do Realengo**. Ordem do dia nº 86 de 14 de abril de 1916. Ordem do dia nº 141 de 21 de junho de 1916. Boletim nº 73 de 5 de abril de 1918. Boletim nº 39 de 7 de fevereiro de 1919. Boletim nº 114 de 6 de maio de 1919. Boletim nº 3 de 5 de janeiro de 1920. Boletim nº 47 de 1 de março de 1921.

²⁴¹ CHEVALIER, Carlos Saldanha da Gama. **Memórias de um revoltoso ou legalista?** Niterói: Victoria, 1927, p. 76–77.

²⁴² APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 5, f. 90-97.

desfecho judicial das primeiras revoltas. O estado de sítio, a lei de imprensa e a perseguição judicial impulsionavam a continuidade da conspiração oposicionista ao governo Bernardes, que incorporava não só novas adesões, mas também novas pautas. O incômodo da dependência do Judiciário para com o Executivo se faz presente em alguns manifestos publicados na imprensa durante a Revolta de 1924, como o do dia 17 de julho, que denunciava o desequilíbrio dos três poderes, visto como “desvirtuados pelo regime de compressão e de violências, de ódios e de vindictas que anulam o Legislativo, que pervertem o Judiciário, dando às leis ao Direito o cunho das preferências e paixões do Executivo”²⁴³.

O tenente Orlando Leite Ribeiro em suas declarações disse que não sabia dos planos de 1924, e que quando o quartel onde se encontrava preso se revoltou, aderiu sem que ninguém solicitasse, levado unicamente por suas ideias e “pela sua situação de preso e de perseguido, há dois anos”. Segundo ele, quando questionou seus camaradas o porquê que o haviam deixado de lado na organização da ação lhe responderam que:

como os oficiais presos no Rio de Janeiro haviam sido transferidos para bordo de um navio de guerra e o único preso como envolvido no movimento de mil novecentos e vinte e dois fora daquela guarnição fosse o declarante eles não queriam que este tivesse a sua situação agravada e só por isso com ele não estabeleceram ligação.²⁴⁴

Como já dito, as prisões também foram locais de disseminação das ideias de revolta entre os militares. Em depoimento na Casa de Correção do Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1924, o general Augusto Ximeno de Villeroy disse que não estava em São Paulo quando eclodiu a revolta, mas sabia dos planos, pois havia conversado sobre eles várias vezes com alguns colegas, especialmente com o capitão Joaquim Távora, “com quem fez relações muito cordiais quando juntos estiveram presos em São Cristóvão”, após os levantes de 1922.²⁴⁵

Como pontos de contatos no planejamento da revolta entre membros do Exército e da Força Pública, para além de Joaquim Távora, que era próximo de Miguel Costa, o general do Exército Augusto Ximeno de Villeroy também ajudou indiretamente a ampliar estas redes. Conforme identificado em carta apreendida e confirmado em depoimento pelo próprio general, Villeroy foi quem apresentou o coronel João Francisco ao capitão

²⁴³ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 160, f. 70.

²⁴⁴ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 12, f. 457-458.

²⁴⁵ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 3, f. 367-369.

Joaquim Távora. Acrescentou ainda que antes disso não conhecia, nem de vista, o major Miguel Costa.²⁴⁶

João Francisco Pereira de Sousa integrava o Partido Republicano Rio-Grandense e combateu os federalistas, em apoio a Julio de Castilhos, enquanto membro da Guarda Nacional. Quando extinta a Guarda Nacional, o coronel passou a integrar a Brigada Militar do Rio Grande do Sul. No entanto, em 1910 se afastou das atividades militares e passou a se dedicar à “indústria pastoril”. Em 1924, disse ter se envolvido na revolta por influência de seus genros²⁴⁷ Arlindo de Oliveira e Octaviano Gonçalves da Silveira, ambos tenentes da Força Pública de São Paulo, condenados no processo enquanto cabeças do movimento.

Octaviano Gonçalves da Silveira, nascido em 18 de março de 1896 em Mogi-Mirim, SP, sentou praça na Força Pública em 11 de setembro de 1912. No ano seguinte, foi promovido a sargento e transferido para o Regimento de Cavalaria, chegando a segundo tenente em janeiro de 1918. Foi aluno da primeira turma da Escola de Aviação no ano de 1920 e em sua fé de ofício, bem como na de outros membros da Força Pública, consta o elogio coletivo de 1922 pela prontidão junto a legalidade em meios aos levantes no Rio de Janeiro e no Mato Grosso. No mesmo ano, Octaviano se casou com Inocência Pereira, filha do coronel João Francisco. Na mesma ocasião, seu companheiro de corporação Arlindo de Oliveira casou-se com Domingas, a segunda filha do coronel.²⁴⁸

O tenente Octaviano Gonçalves da Silveira, em sua defesa afirmou que nada sabia dos planos da revolta, que na manhã de seu início, estava no quartel da Cavalaria da Força Pública, onde tinha dormido a noite, quando “foi proibida a livre saída dos oficiais e praças” e que a sua ação, naquelas condições, “se limitou simplesmente àquelas ocupações internas do quartel, não tendo tomado parte em nenhum combate”.²⁴⁹ No entanto, segundo relatório do delegado Cantinho Filho, a residência do tenente Octaviano da Silveira abrigava reuniões entre “os oficiais que idealizaram e resolveram a rebelião”,

²⁴⁶ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 3, f. 367-369.

²⁴⁷ CAGGIANI, Ivo. **João Francisco: a hiena do Cati**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1988, p. 200 e 204.

²⁴⁸ Museu da Polícia Militar. Pastas Suspensas. **Fé de Ofício de Octaviano Gonçalves da Silveira**. IIRGD. **Identificação de Octaviano Gonçalves da Silveira**. Ficha de nº14.458. Núpcias. **Correio Paulistano**. São Paulo, 8 abr. 1922, p. 3.

²⁴⁹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 12, f. 330.

pois, em busca na casa de nº 13 da rua Sá Barbosa, foram localizados papéis, cartas e documentos relacionados ao movimento.²⁵⁰

Entre os documentos apreendidos assinados por Octaviano havia um bilhete destinado ao sargento Nascimento, encarregado dos gêneros da estação Sorocabana, em que solicitava um chapéu, “umas garrafinhas de vinho, doces, etc; [pois] aqui estamos cavando, e precisamos preparar os músculos...”. Em outro bilhete, destinado ao capitão Tolentino, Octaviano informava posições inimigas no Largo Nossa Senhora da Conceição, que tinha ficado sabendo por civis, e solicitava que encaminhasse a informação ao major Miguel Costa.²⁵¹ Indícios de que sua atividade durante a revolta se estendeu para além dos trabalhos internos do quartel, em contraposição ao que havia alegado em sua defesa.

Conforme declarações do capitão da Cavalaria da Força Pública Índio do Brasil, Octaviano e seu cunhado Arlindo de Oliveira frequentavam as reuniões de planejamento da revolta que havia na casa de Miguel Costa, juntamente com os tenentes Ary Cruz, Thales Marcondes e Asdrubal Gwyer de Azevedo (os dois primeiros da Força Pública e o último do Exército). Índio também informou que Octaviano tomou conta da Estação da Luz em meio à ocupação da cidade pelos revoltosos, que parte dos presos que retirou da Penitenciária, sob a ordem de Isidoro para compor as forças revoltosas, e parte do dinheiro que retirou do cofre do Regimento de Cavalaria entregou a Octaviano, “mostrando o papel de valia que ele teve no movimento revolucionário”.²⁵²

O segundo genro de João Francisco, Arlindo de Oliveira, era de Franca, interior de São Paulo. Nascido em 1894, sentou praça na Força Pública de São Paulo em 12 de dezembro de 1911, incluído no efetivo do 4º Batalhão e transferido para a Cavalaria em fins de 1912. Com o início da revolta, em 1924, auxiliou nos levantes dos quartéis da Força Pública e do Corpo Escola, comandou a ocupação da estação ferroviária do Brás até o dia 17, quando foi transferido para o setor da Mooca. Em fins de julho, ainda comandou a retirada das tropas revoltosas de São Paulo pelo interior do estado, sendo

²⁵⁰ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 16, f. 15.

²⁵¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 27, f. 278 e 99; vol. 20, f. 282.

²⁵² APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 11, f. 159, 169 e 179. STF. **Sucessos Subversivos de São Paulo. Julgamento da Apelação...**, op. cit., p. 101.

promovido ao posto de major e preso em Mato Grosso, em combates às forças legalistas.²⁵³

Boa parte dos membros da Força Pública de São Paulo acima citados residiam próximos aos quartéis da Luz, como veremos mais adiante. Certamente tal proximidade auxiliou no estreitamento de laços entre eles e facilitou na organização do levante nos referidos quartéis. Eventualmente, puderam também contar com auxílio de civis que residiam na vizinhança. O tenente Arlindo morava na rua Prates, nº2. No nº 18 morava o civil indiciado Antonio Joaquim Teixeira Lopes, português, que segundo a denúncia:

comandou um grupo de rebeldes armados de fuzis e metralhadoras, tomando posse [...] da garage Santa Catharina, sita a Rua da Consolação, onde construiu uma trincheira, na qual permaneceu até o dia 27 de julho, praticando violências, efetuando prisões e remetendo presos para a Cadeia Pública.²⁵⁴

Embora a Revolta de 1924 em São Paulo tenha contado com significativo envolvimento de civis, melhor analisados nos últimos capítulos, os envolvidos do Exército e da Força Pública, bem como os espaços por onde circulavam, no entorno de ambas as corporações, foram primordiais. Foi a partir destes indivíduos, que mobilizaram seus contatos de parentesco e suas redes de sociabilidade, construídas seja na Escola Militar, quartéis, prisões ou vizinhanças, que os levantes militares e policiais que deram início a Revolta puderam ser articulados.

A partir dos comunicados revoltosos publicados nos jornais ao longo daquele mês de julho de 1924 e dos diversos documentos apreendidos presentes no processo judicial analisado, foi possível notar uma diversidade de motivações e de expectativas que se emaranhavam entre os envolvidos no movimento. Ao que tudo indica, havia uma enorme dificuldade do núcleo conspiratório militar de discutir e tomar decisões coletivas. Seja por falta de hábito ou por cuidado com relação à repressão.

Nestes escritos localizados há uma variedade de intenções a partir de seus diversos autores nem sempre identificados. No entanto, há pontos de aproximações e questões que se repetem com mais intensidade, como é o caso da colocação do Exército enquanto proclamador e protetor da República brasileira. A partir dessa idealização, os militares

²⁵³ Museu da PM. Reserva Técnica do Barro Branco. F.R.E.S.P. 4º B.P. – Oficiais. **Livro de Assentamentos nº 50**, p. 66-69. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 18, f. 78; STF. Sucessos Subversivos de São Paulo. Julgamento da Apelação..., op. cit., p. 102; OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. **1924 A Revolução de Isidoro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 32; TÁVORA, Uma vida..., op. cit., p. 180.

²⁵⁴ Ver 13 e Mapa 3. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., 1925, p. 84.

envolvidos buscavam legitimizar seu movimento remetendo-o às raízes históricas do suposto dever militar para com a Constituição e o modelo republicano. Tal idealização certamente ajudou na difusão e na adesão à revolta entre os militares envolvidos.

Na primeira publicação destinada a população paulistana, datada do dia 8, o chefe general Isidoro Dias Lopes informava que o movimento militar iniciado “por vários elementos essencialmente subordinados aos interesses da Pátria” tinha o “duplo objetivo de integralizar a Nação ao domínio de si mesma e consolidar os princípios liberais”, que haviam sido conquistados com a República e que naquele momento encontravam-se deturpados.²⁵⁵

Após a desocupação do palácio do governo do estado, acompanhada da retirada do grosso das forças legalistas para a Penha, no dia 10 foi publicado um “comunicado dos chefes do movimento revolucionário à imprensa paulista”, no qual reafirmavam o “caráter patriótico” do movimento, que visava não somente a deposição do presidente Arthur Bernardes, o qual havia dirigido ofensas gravíssimas ao Exército que não podiam ser aceitas, mas reformular o governo de maneira mais aprofundada. Segundo a publicação, o modelo republicano vigente era um sistema que, com seus acordos e concessões, arruinava o país, que se utilizava amplamente da repressão e reduzia a cidadania à manifestação nas urnas, sendo o voto objeto de coerção e para poucos, contrariando uma suposta ideia de integridade moral e consciência patriótica.

Estes revoltosos militares declaravam ainda que:

O Exército não tem ambições e não quer postos. Age abnegadamente, por altruísmo brasileiro e fundamentalmente patriótico [...]. O Exército quer a Pátria como a deixou o Império, com os mesmos princípios de integridade moral, consciência patriótica, probidade administrativa e alto descortino político. [...] Quando se proclamou a República, o Exército Nacional jurou fidelidade à Constituição e, por consequência, assumiu perante o povo, implicitamente, sob a sua honra de cidadãos e de militares o compromisso de fazê-la cumprir.²⁵⁶

O tenente Joaquim Nunes de Carvalho, nomeado ajudante de ordens do General Isidoro e encarregado das publicações do Quartel-General, em sua defesa no processo judicial apontou que não conhecia previamente o comunicado do dia 10, que este não foi elaborado pelos preparadores da Revolta e sim pelo coronel Paulo de Oliveira. “Mas não

²⁵⁵ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 27, f. 177.

²⁵⁶ Um comunicado dos chefes do movimento. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 jul. 1924, p. 1. **Diário Popular**, São Paulo, 10 jul. 1924, p. 1.

teve dúvida em aceitá-lo, uma vez que era a expressão da mais franca verdade a totalidade das ideias pregadas entre os revolucionários e do consenso geral da nação”.²⁵⁷

Paulo de Oliveira, nascido em 1864 no Rio de Janeiro, sentou praça em 1883. Processado e condenado por envolvimento nos levantes de 1922, acabou preso. Libertado em 9 de junho de 1924, foi considerado desertor no mês seguinte por não ter se apresentado ao serviço. O coronel era casado com uma irmã do general Abílio de Noronha, comandante da 2ª Região Militar aprisionado pelos revoltosos. Segundo Noronha, ele não mantinha relações com o cunhado, e um dos motivos para isso foi o inquérito que Noronha havia presidido e apontado Oliveira, na época major, como um dos cabeças da tentativa de rebelião dos sargentos em 1915.

A Revolta dos Sargentos pautava o recebimento de salários atrasados, o fim das diferentes classes de sargento no quadro do Exército, estabilidade nos postos e direitos políticos. A referida revolta contou com o envolvimento de políticos, como do deputado Maurício de Lacerda e de líderes ligados ao meio operário. Terminou com diversos sargentos condenados e excluídos das fileiras do Exército.²⁵⁸

Joaquim Nunes de Carvalho, por sua vez, nascido em 1886 na Paraíba, sentou praça no Exército em 1903 em Recife, alcançando o posto de primeiro tenente intendente em 1920. Em 1922, Joaquim assinou a moção do Clube Militar, que repelia os supostos insultos da carta atribuída a Arthur Bernardes, sendo a partir daí diversas vezes transferido até chegar no 2º Grupo de Artilharia de Montanha, em Jundiaí. Neste último posto, frequentava as reuniões que antecederam o movimento de 1924 e, segundo a denúncia policial, "vivia em constantes viagens, a pretexto de desempenhar as funções do seu cargo de intendente, mas, depois se soube que ele fazia ligação entre a sua unidade e os demais núcleos preparadores da rebelião."²⁵⁹

²⁵⁷ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 58. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 160, f. 57.

²⁵⁸ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 156, f. 51-71. NORONHA, Abílio de. **Narrando a verdade**: contribuição para a História da Revolta em São Paulo. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1924, p. 76. Sobre a Revolta dos Sargentos de 1915 ver CARONE, Edgar. **A República Velha**: evolução política. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971, p. 303-307; SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. A revolta dos sargentos de 1915: memória e interpretações. In: **XIX Encontro de História da Anpuh-Rio**. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2020, p. 14.

²⁵⁹ AHEX. **Assentamento de Joaquim Nunes de Carvalho**. XII-10-6. **A Noite**, Rio de Janeiro, 5 jan. 1922, p. 1; TÁVORA, Uma vida..., op. cit., p. 132; TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 134.

Conforme depoimento do sargento Oscar da Silva Vilaça, do Regimento de Caçapava e instrutor do Tiro de Guerra nº 162, o tenente Joaquim Nunes de Carvalho sempre externava suas ideias “contrárias ao governo constituído e em termos inconvenientes e apaixonados em lugares públicos e em qualquer roda que estivesse”. O tenente produziu ainda uma série de escritos que foram utilizados para incriminá-lo no processo judicial, entre eles “Delenda Carthago”, publicação de dez páginas que endereçou, em fevereiro de 1923, “a diversos camaradas”, no qual defendia uma revisão constitucional a fim de destruir a “Carthago política” dos “políticos profissionais”²⁶⁰.

Preso em 1927, Joaquim confessou abertamente sua ação no movimento revoltoso e argumentou que o fez em favor da República. Sua defesa chegou a listar os desrespeitos à Constituição cometidos por Arthur Bernardes, e concluiu que o movimento não havia sido crime e sim um direito, apoiando-se no dever do Exército de “manter as leis” e de “sustentar as instituições constitucionais”.²⁶¹

É também da autoria de Joaquim Nunes de Carvalho o manifesto publicado no dia 17 de julho de 1924 na imprensa, no qual apontou o Exército enquanto proclamador da República, que se manifestava “em nome do povo”, tendo em vista o contexto de decadência moral e desequilíbrio dos três poderes, com a imposição do Executivo sobre os demais:

Violada está a Constituição [...] é este, portanto, o momento em que as forças armadas desempenham um alto e sagrado dever de patrocinar os direitos do povo, tomando das armas para restabelecer o império das leis, o decoro da justiça, limitando a autoridade do Executivo dentro de uma orbita compatível.²⁶²

Destaca-se nos escritos de alguns militares, como é o caso de Joaquim Nunes de Carvalho, a presença da ideia do “soldado-cidadão”. Neste sentido, para eles, havia a

²⁶⁰ CARVALHO, Joaquim Nunes de. **A Revolução no Brasil (1924-1925)**: Apontamentos para a História. Minha Defesa, Buenos Aires: Tallebes Gráficos Argentinos de L. J. Rosso y Cia Belgrano, 1925. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 72, f. 215-222, 258; vol. 67, f. 152-162.

²⁶¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 160, f. 55-66. STF. Sucessos Subversivos de São Paulo. Julgamento da Apelação..., op. cit., p. 89-91. Quando as tropas revoltosas se retiram da cidade de São Paulo em fins de julho, Joaquim seguiu junto, tendo ajudado a tomar a cidade de Bauru, no interior paulista. Após dois anos de campanha, compondo a marcha da Coluna Prestes, abandonou a luta e retirou-se para a Argentina. Em fevereiro de 1927 apresentou-se às autoridades policiais na Capital Federal, onde foi preso, sendo posto em liberdade em outubro de 1929. AHEx. **Assentamento de Joaquim Nunes de Carvalho**. XII-10-6. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., p. 190. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 25 jan. 1927, p. 1. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 01 fev. 1927, p. 3. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 18 out. 1929, p. 12.

²⁶² APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 160, f.70. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 17 jul. 1924.

necessidade da tutela do Exército sobre a República e a Constituição, o que supostamente garantia ao Exército o poder de intervir na República brasileira quando achasse necessário, uma vez que o “povo” era ignorante e incapaz.

José Murilo de Carvalho em seus estudos organizou as concepções políticas militares indicando que a do “soldado-cidadão” defendia uma intervenção reformista:

A ideia do soldado-cidadão serve de instrumento de afirmação militar e, ao mesmo tempo, refletia o sentimento de marginalidade e o ressentimento dos oficiais em relação à sociedade civil, sobretudo à elite política. Implicava a suposição de que o soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser militar.²⁶³

O recrutamento forçado que existia no Império difundiu a ideia de um Exército “constituído de delinquentes, despossuídos e sem expectativas, aos quais se impunham os rigores da caserna e a opressão dos oficiais, com os costumeiros castigos físicos e humilhações. Daí a fuga antes do recrutamento forçado e a deserção”. No entanto, com o envolvimento de militares no movimento republicano e na construção do novo regime após a queda da monarquia, era importante alterar esta perspectiva negativa. Com as reformas no ensino da Escola Militar, “o positivismo estimulou a entrada dos militares na política ao conciliar o caráter científico da sua formação com uma visão da política enquanto ciência.”²⁶⁴

Os debates acerca do papel do Exército na República se associavam ao ideário positivista, que ajudou a forjar uma identidade política para o Exército na virada do século XIX para o XX. Benjamin Constant, um dos maiores expoentes de tal corrente filosófica, condenava a preponderância de qualquer classe no regime republicano e era defensor da subordinação do Exército ao poder civil.²⁶⁵ No entanto, apontava o Exército enquanto guardião da República e da Constituição, como garantia à manutenção da ordem. Segundo ele, os militares deveriam respeitar os poderes, desde que os poderes instituídos cumprissem a lei. Os militares deveriam reagir “quando os desmandos dos governos levassem o desrespeito à lei até a conspiração contra os direitos e brios do Exército,

²⁶³ CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019, p. 63.

²⁶⁴ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. O exército e o positivismo: identidade e autonomia política. **Pro-Posições**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 22–29, 1990, p. 23 e 26.

²⁶⁵ LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, p. 309.

incompatível com a dignidade de uma classe patriótica e que ama extremamente a sua Pátria”.²⁶⁶

Tal ideia se fazia presente na Constituição de 1891, refletindo o destacado envolvimento militar para o fim da monarquia no Brasil. Em seu artigo 14º, no qual muitos militares revoltosos de 1924 recorreram em suas defesas, apontava-se que:

As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior.

A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais.²⁶⁷

Para José Murilo de Carvalho,

o tenentismo herdou dos positivistas o intervencionismo e o reformismo, mas deles se afastou pelo caráter mais militarista de sua ação. Os positivistas eram civilistas, o mesmo não acontecendo com os tenentes, que aceitavam, ou mesmo pregavam, o predomínio militar na política e a necessidade de fortalecimento das Forças Armadas.²⁶⁸

Após a aglutinação de grupos políticos civis e militares, em um primeiro momento, para o estabelecimento da República, estes, em seguida, passaram a disputar o poder entre si. Os primeiros anos do século XX e a Primeira Guerra favoreceram o desenvolvimento do militarismo mundo afora e que teve sua expressão no Brasil com a oposição entre militaristas e civilistas na sucessão presidencial de 1910, disputada entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa. O pleito mobilizou interpretações acerca do movimento republicano. “Fosse para louvá-lo, fosse para criticá-lo, acentuava-se o caráter militar do movimento”.²⁶⁹

A mobilização dessa memória, do Exército e de suas relações com o estabelecimento da República, foi amplamente utilizada nas discussões do Clube Militar, em 1921-1922, e seguia sendo nos escritos oriundos do movimento de 1924, quando militares envolvidos se colocavam enquanto promotores de uma política cívica e patriótica, em contraposição a politicagem feita pelos bacharéis. Tal perspectiva já havia sido amplamente difundida, num período anterior, pela revista militar *A Defesa Nacional*.

O periódico, associado ao grupo civil-militar Liga de Defesa Nacional, era composto por oficiais que haviam voltado de estágio no exército alemão, realizado entre

²⁶⁶ Ibidem, p. 309–313.

²⁶⁷ BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891.**

²⁶⁸ Ibidem, p. 111–112.

²⁶⁹ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** 6 ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 401–405.

1906 e 1910, chamados pejorativamente de “jovens turcos”. Este grupo defendia a modernização do Exército e a difusão dos conhecimentos adquiridos por eles na Alemanha. Na defesa da ideia do “soldado-cidadão”, valorizavam o poder disciplinar do Exército, visto com a missão de interferir quando necessário para conduzir a Nação, possuindo uma função conservadora e estabilizante, com poder decisivo de transformação política. A Liga também era defensora do serviço militar obrigatório e o associava ao civismo e disciplina, tidos como necessários aos cidadãos que constituíssem uma nação. Em contraposição, apontava o bacharelismo, o analfabetismo e a “delinquência moral da má política” ou “politicagem”, como os problemas do Brasil no período.²⁷⁰

Associados a essa ideia, os militares de 1924 em seus escritos apresentavam uma perspectiva elitista e paternalista do “povo” brasileiro, visto como analfabeto, ignorante, incivilizado e explorado pelas oligarquias, incapaz de reagir. Nas palavras de Joaquim Nunes de Carvalho:

Apelar para o povo, esse infeliz povo sobrecarregado de impostos, sem instrução e sem vida, que jaz disseminado pelo imenso território brasileiro, em pontos onde muitas das vezes não chega se quer sombras de civilização, onde não bafeja o sentimento, a ideia de Pátria? Esse povo, só por si, nada poderá fazer; mas se à sua frente estiver a síntese do patriotismo nacional, a síntese desse mesmo povo – o Exército Brasileiro – composto de caracteres bem formados, com a noção exata do cumprimento do dever – de “defensor da Pátria no exterior e mantenedor das leis no interior” – esse povo terá alcançado um nível bem mais elevado do que aquele em que vive [...].²⁷¹

Além dos tenentes Juarez Távora e Joaquim Nunes de Carvalho, do coronel Paulo de Oliveira e do general Isidoro Dias Lopes, o general Augusto Ximeno de Villeroy também estava inserido nas discussões que antecederam a Revolta de 1924. Nascido em 22 de março de 1862, no Rio Grande do Sul, Villeroy sentou praça em 1 de junho de 1876, foi aluno de Benjamin Constant na Escola Militar e esteve envolvido nas articulações do Clube Militar que levou ao fim a monarquia em 15 de novembro de 1889. Nos primeiros anos republicanos, além de nomeado primeiro presidente de estado do Amazonas, Villeroy foi tido como o criador do município de Boa Vista do Rio Branco, atual Rio Branco, em Roraima e responsável pela construção do Forte de Itaipu, no litoral

²⁷⁰ CAPELLA, Leila Maria Correa. **As malhas de aço do tecido social**: a revista “A Defesa Nacional” e o serviço militar obrigatório. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985. ARAGÃO, Isabel. **Da caserna ao cárcere**: uma identidade militar-rebelde construída nas prisões (1922-1930). Jundiaí: Paco Editorial, 2012, p. 78–79. MACEDO, Allony Rezende de Carvalho. Passado, presente e futuro: revisitando as origens do Tenentismo e o nacionalismo autoritário das décadas de 1910 e 1920. **Revista Crítica Histórica**, Maceió, v. 11, n. 21, p. 417–446, 2020, p. 433–434.

²⁷¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 67, f. 159.

paulista. Foi ainda professor substituto interino da Escola Politécnica de São Paulo, cargo que pediu exoneração em 1913²⁷².

Em 1922, Ximeno de Villeroy fez parte da Comissão Julgadora das “Cartas Falsas”, representando o Clube Militar, que atribuiu a autoria a Arthur Bernardes. Considerado uns dos líderes das revoltas que ocorreram naquele ano, o general foi reformado, e seguiu participando dos planejamentos dos próximos levantes. Em 1924, acabou preso no Rio Grande do Sul quando tentava chegar à região de fronteira com o Uruguai. Viajava com o nome de João Silva Borges e estava “levando na bagagem manifestos subversivos, com os quais pretendia precipitar, no Sul, a explosão do movimento”.²⁷³

O general Augusto Ximeno de Villeroy enquanto esteve preso no quartel do 1º Grupo de Artilharia Pesada, em São Cristóvão, escreveu uma biografia de Benjamin Constant. Embora suas linhas pretendessem construir uma memória heroica de seu antigo professor, o autor se afastou em vários momentos do que era defendido pelo biografado, principalmente no que tange às suas aproximações com o liberalismo democrático e ao civismo.²⁷⁴ Em um trecho o general afirmava que:

Benjamin estremeceva devotamente sua classe, mas não era militarista; derrubado o trono pelo Exército devia este entregar o governo a quem de direito, recolhendo-se aos seus quartéis. E diga-se para honra do Exército, este nunca pretendeu implantar no Brasil a ditadura da espada, como pretendem aleivosamente sebastianistas costumazes. E antes o fizesse, pois seguramente, ela seria incomparavelmente mais honesta, mais limpa que a tirania de bacharéis peculatórios que nos tem oprimido por alguns anos.²⁷⁵

A aproximação de Constant com o liberalismo democrático se chocava com posicionamentos de outros militares contemporâneos a ele, como Floriano Peixoto, que o

²⁷² Duque de Caxias de Itaipu. Fortalezas.org. 2021. Disponível em http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=188 Acesso em 18 abr. 2021. Solicitação de exoneração de Augusto Ximeno de Villeroy da Escola Politécnica. Disponível em <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/docs-pdf-atom/BRUSPEPSP-P-4-03-501947.pdf> Acesso em 18 abr. 2021.

²⁷³ BERTARELLI, Maria Eugenia. Augusto Ximeno de Villeroy. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VILLEROY.%20Augusto%20Ximeno%20de.pdf> Acesso em 18 abr. 2021. SILVA, op. cit., p. 66–70. A prisão do general Ximeno Villeroy. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 27 jul. 1924, p. 1. TJSP. **Sucessos Subversivos de São Paulo**. Denúncia..., op. cit., p. 13. APESP. **Processo da Revolução** de 1924, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 3, f. 367-369.

²⁷⁴ LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e. Benjamin Constant: biografia e explicação histórica. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 67–82, 1997, p. 70.

²⁷⁵ VILLEROY, Augusto Ximeno de. **Benjamin Constant e a política Republicana**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1928, p. 122.

substituiu no Ministério da Guerra em 1890, por ser “considerado mais capaz de erradicar das Forças Armadas a agitação política”.²⁷⁶ Villeroy, em discurso de aniversário de morte de Floriano, em 1921, exaltou o marechal, enquanto “supremo defensor da ordem civil e inquebrantável consolidador da República”²⁷⁷, exaltando o recurso da força, tão utilizada no governo de Floriano na repressão às Revoltas da Armada e à Revolução Federalista.

Na obra dedicada a Benjamin Constant, Ximeno de Villeroy criticou ainda seu contemporâneo Oliveira Vianna, a quem chamou de “sebastianista”, embora concordasse com ele quando apontou ser necessário “que se institua o governo próprio a nosso caso, conforme nossas tradições e necessidades”.²⁷⁸ Neste sentido, em “Carta aberta aos Chefes militares da Revolução”, aprendida pela polícia, Villeroy afirmava que

Se, pois, ensejamos sair do lodaçal em que caímos, devemos atacar o mal em sua origem, revendo a Constituição de 24 de fevereiro, criando institutos políticos de acordo com as nossas tradições e aspirações de liberdade e de progresso. Os estadistas do Império resumiam toda a sua ciência política em macaquearem a Inglaterra; e os régulos da República as instituições americanas: ora, a nós, brasileiros, não convém semelhante instituições, como larga experiência o tem mostrado.²⁷⁹

Para o general, por conta da falta de educação política do povo brasileiro, era necessário “adaptar os nossos códigos políticos à situação moral e mental da nossa gente, ao nosso atraso político.”²⁸⁰ Tais ideias se aproximavam das de Alberto Torres e Oliveira Viana, que se opunham ao Estado liberal e ao “bacharelismo” da época. Nesta perspectiva, os bacharéis eram vistos como importadores de ideias estrangeiras que não cabiam à realidade brasileira.²⁸¹

O final da Primeira Guerra Mundial, além de impulsionar o militarismo, marcou a derrubada de regimes liberais democráticos e a ascensão de regimes totalitários na Europa. Essas tendências circulavam o mundo e no contexto brasileiro de crise econômica e política dos anos 1920, as “saídas autoritárias e claramente antiliberais recebiam adesões

²⁷⁶ LEMOS, op. cit., p. 78.

²⁷⁷ Glorificando Floriano. **O Combate**. São Paulo, 1 jul. 1921, p. 1.

²⁷⁸ VILLEROY, op. cit., p. 95 e 53.

²⁷⁹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 2, f. 323.

²⁸⁰ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 2, f. 321.

²⁸¹ CARVALHO, José Murilo. A Utopia de Oliveira Viana. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1991, p. 86. MACEDO, op. cit., p. 425. TORRES, Alberto. **A Organização Nacional**. 3ª. [s.l.]: eBooksBrasil.org, 2002. TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**, 3. ed. [s.l.]: eBooksBrasil.org, 2002. VIANA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938. VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005.

significativas”.²⁸² Reflexo disso, foi a nomeação de Oliveira Viana a sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em junho de 1924, dias antes da eclosão da revolta. Inclusive é possível notar nos escritos de alguns revoltosos de 1924 aproximações com as ideias nacionalistas e autoritárias. Juarez Távora em suas memórias chegou a afirmar que, enquanto esteve preso na Ilha das Cobras, após as revoltas de 1922, leu *O Problema Nacional Brasileiro e A Organização Nacional*, de Alberto Torres.²⁸³ No entanto, estas aproximações ainda eram insipientes e não atingia a totalidade dos militares envolvidos.

Em escritos apreendidos pela polícia, presentes no processo e atribuídos ao general Isidoro Dias Lopes, nos deparamos com as que seriam as principais pautas do movimento, tendo como primeiro item “a implantação do regime republicano democrático, a moralização da administração e da justiça, a difusão do ensino e o saneamento das finanças nacionais.” Para isso previa-se a criação uma junta revolucionária para o Executivo Federal, que seria composta por dois militares e um civil. A direção suprema do país seria confiada, provisoriamente, a uma ditadura até que 60% dos cidadãos maiores de 21 anos estivessem alfabetizados, para então convocar-se uma constituinte.²⁸⁴

Para além do fato de “regime republicano democrático” e “ditadura” integrarem um mesmo suposto plano de governo, posteriormente, em 1927, Juarez Távora comentou que a proposta do estabelecimento de uma ditadura era posicionamento dele, compartilhado com Henrique Ricardo Holl e Granville Lima, sendo está uma opinião pessoal, na qual a coletividade não tinha conhecimento.²⁸⁵ No entanto, em escritos do general Augusto Ximeno de Villeroy, como apontado acima, a ideia da ditadura também se fazia presente. A perspectiva do estabelecimento de uma ditadura enquanto fase intermediária também é localizada no ideário de Oliveira Viana. Segundo José Murilo de Carvalho, Viana estava inserido entre os autoritários instrumentais, que admiravam o liberalismo, mas julgavam que para alcançá-lo faltavam tradições de autogoverno, sendo

²⁸² HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 113–119. VISCARDI, Cláudia. Corporativismos: uma análise conceitual e historiográfica. In: ABREU, Luciano Aronne de; VANNUCCHI, Marco Aurélio (Orgs.). **Corporativismos ibéricos e latino-americanos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019, p. 21.

²⁸³ TÁVORA, Uma vida..., op. cit, p. 122. Francisco José de Oliveira Viana. IHGB, 2022. Disponível em <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/FJOViana.html> Acesso em 17 jul. 2022.

²⁸⁴ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 16, f. 55 a 57.

²⁸⁵ TÁVORA, Juarez. Definindo responsabilidades. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 29 mai. 1927, p. 11.

necessário uma fase centrada na autoridade e no papel do Estado. Sendo assim, estes autoritários instrumentais viam no autoritarismo um meio para que certas sociedades em determinadas circunstâncias históricas alcançassem o desenvolvimento liberal pleno.²⁸⁶

A ideia de ditadura quando aparece nos escritos de 1924 mesclam duas perspectivas, a autoritária e a positivista. O flerte com o autoritarismo se fazia presente também em alguns posicionamentos antiliberais de Villeroy, que se colocava por vezes contrário a democracia, vista por ele como incompatível com o atraso do povo brasileiro, e na defesa do corporativismo.

Na década de 1910, Alberto Torres em *O Problema Nacional Brasileiro*, criticava o sistema representativo colocado pela Constituição de 1891, que teria intensificado as relações paternalistas dos poderes locais. Uma das soluções apontadas era justamente a implantação da representação corporativa, vista como “única capaz de eliminar os conflitos e auxiliar no processo de organização da sociedade por meio do trabalho, libertando o país do mando das oligarquias regionais”.²⁸⁷

Na década de 1920, tais ideias também eram difundidas por Oliveira Vianna, que tratava da “necessidade de se rever o sistema representativo brasileiro, como forma de superar o *‘insolidarismo’* que nos caracterizava, por meio da abolição de partidos políticos e da participação das classes organizadas nos negócios públicos”. Tal representação corporativa acabou sendo implementada pós-1930 e orientou o Código Eleitoral de 1932 para a formação da Assembleia Nacional Constituinte.²⁸⁸ Alguns dos militares revoltosos de 1924 defendiam uma forte interferência do Estado enquanto promotor de um civismo e paz social. “A formação do cidadão devia passar não pelo conflito, mas por sua eliminação, pela implantação de uma sociedade cooperativa, o corporativismo sendo um meio para tal fim.”²⁸⁹

Nas reuniões de preparação dos levantes ocorridas ora em Jundiá, na casa de Joaquim Nunes de Carvalho, ora na rua Valtier, n. 27, na casa do tenente Custodio de Oliveira, discutiu-se, segundo o tenente Carvalho, esboços de organização de poderes baseados em “divisão social”. No entanto, “não foram essas sugestões homologadas até certo ponto pela maioria que supunha afetarem elas de algum modo a forma federativa da

²⁸⁶ CARVALHO, A Utopia..., op. cit., p. 88.

²⁸⁷ VISCARDI, Cláudia. Direitos políticos e representação no Brasil Republicano (1891-1934). **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 9, n. 18, 2017, p. 58.

²⁸⁸ Ibidem, p. 59.

²⁸⁹ CARVALHO, A Utopia..., op. cit., p. 91.

nossa República”²⁹⁰. Documentos com versões destas organizações foram apreendidos pela polícia. Naqueles comentados pelo tenente, cuja autoria foi atribuída ao general Isidoro Dias Lopes, deveriam ter representantes na “Constituinte as seguintes classes: Agricultores; Criadores; Industriais; Comerciantes; Proletários; Magistrados; Professores; Força Pública, Exército, Marinha e Polícias; Classes intelectuais (bacharéis, médicos, engenheiros, etc.); Jornalistas.”²⁹¹

Nos documentos apreendidos com o general Augusto Ximeno de Villeroy havia sugestão para a organização dos poderes da República, com um conselho federal, composto por 200 membros eleitos por 6 anos, que elegeria o Presidente da República. O Legislativo seria composto por três membros de cada estado, eleitos entre os componentes do conselho federal, por três anos. Dever-se-ia respeitar uma representação proporcional entre as classes “Comércio”, “Indústria”, “Agricultura”, “Operariado”, “Magistratura”, “Intelectuais”, “Funcionários públicos civis”, “Exército” e “Marinha”. Caso fosse necessário o estabelecimento de um governo provisório ou revolucionário, ele seria composto com base nas oito classes discriminadas, “escolhendo-se o mais capaz para chefe do Governo.”²⁹²

Em uma terceira proposta, também apreendida com Villeroy, o poder Executivo seria exercido como na Suíça, vista como “um modelo para as democracias”.²⁹³ Segundo ele, somente assim ficaria extinta a “indústria do deputado” acabando também no “mesmo golpe, com o predomínio do nefasto e corrompido bacharelismo”. Nesta perspectiva, mais uma vez aparece a ideia do Exército enquanto “moralizador” da República, deturpada e corrompida pelo bacharelismo. Certamente a distribuição de poderes com base em ocupações buscava tirar a centralidade dos bacharéis.²⁹⁴

²⁹⁰ CARVALHO, A Revolução no Brasil..., op. cit., p. 32–33.

²⁹¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 16, f. 55-57.

²⁹² APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 2, f. 288-292.

²⁹³ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 2, f. 324-325.

²⁹⁴ De fato, todos os presidentes civis do Brasil do período da Primeira República passaram pela Faculdade de Direito de São Paulo. Presidentes da Primeira República e período de passagem pela Faculdade de Direito de São Paulo: Prudente de Moraes (1859-1863); Campos Sales (1859-1863); Rodrigues Alves (1866-1870); Afonso Pena (1866-1870); Nilo Peçanha (Começou na Faculdade de Direito de São Paulo e concluiu em Recife em 1887); Wenceslau Brás (1886 – 1890); Delfim Moreira (1886-1890); Epitácio Pessoa (1882-1886); Arthur Bernardes (1897-1900); Washington Luís (1889-1891); Júlio Prestes (1901-1906). ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Estadão Personalidades, 2022. Disponível em <https://acervo.estadao.com.br/personalidades> Acesso em 10 dez. 2020.

Outra questão recorrente nos planos revoltosos era a necessidade da ampliação do acesso ao ensino. A própria ideia da ditadura se associava a isso, quando se dizia que ela se prolongaria até que 60% dos cidadãos maiores de 21 anos fossem alfabetizados, propondo a criação de escolas e difusão do ensino. Nos escritos de Villeroy se propunha, mais especificamente, a obrigatoriedade da instrução pública²⁹⁵.

A preocupação com a instrução pública se relacionava com a perspectiva elitista do acesso ao voto, destinado apenas para os alfabetizados. No entanto, o ensino poderia ser visto como possibilidade de ampliação dos direitos políticos e da cidadania, restritos até então para uma pequena parcela da população brasileira. Naquele contexto, possibilitaria o fim centralidade do poder das mãos das oligarquias, que tanto incomodava os militares. Além disso, “numa época em que o único meio de comunicação de massa era o jornal, o analfabetismo constituía grande desvantagem política.”²⁹⁶

Por outro lado, a partir uma perspectiva eugênica, o general Villeroy fazia a seguinte análise acerca do povo brasileiro:

Ainda não constituímos um povo propriamente dito homogêneo; mas um aglomerado informe de mestiços sem unidade de raça e de aspirações; e para agravar a triste situação, a maioria de tais mestiços foi corrompida por três séculos de escravidão. [...] Se o nível moral do nosso povo é assim baixo, o intelectual lhe é ainda inferior; porque contamos, no mínimo, 80% de analfabetos. Nestas condições não há nem pode haver uma opinião pública, sendo a massa geral oprimida e explorada por uma minoria de espertos.²⁹⁷

Tal ponto de vista ia de encontro a proposta do estabelecimento de “censo alto” presente em um manifesto revoltoso, publicado na imprensa em 24 de julho de 1924, de autoria reconhecida pelo tenente Joaquim Nunes de Carvalho. No mesmo manifesto, via-se a necessidade de uma reforma educacional, inserindo a noção de que a escola primária deveria promover o “ensino objetivo, a formação de caráter e da mentalidade do jovem brasileiro”. Essa perspectiva se contrapunha ao chamado “ensino livresco”, visto como gerador de uma “classe inútil e improdutiva pela sua verbiagem, que o nosso povo denomina de bacharelesca”.²⁹⁸

²⁹⁵ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 16, f. 55-57; vol. 2, f. 288-292.

²⁹⁶ CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 84.

²⁹⁷ VILLEROY, op. cit., p. 81-82.

²⁹⁸ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 160, f. 73. Ao povo. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 24 de julho de 1924, p. 2.

Em cerimônia de 26 anos de morte de Floriano Peixoto, Augusto Ximeno de Villeroy discursou, em 1921, junto ao túmulo do ex-presidente. Aproveitou o momento para convocar os republicanos a congregação, esquecendo divergências secundárias, “diante dos dias sombrios em que viviam”. Para o general, tinha-se uma tirania desmoralizada e retrógrada, uma política de negociatas, que levava à desvalorização da República, à opressão e miséria às classes populares. Para Villeroy os republicanos deveriam cerrar fileiras no entorno do positivista Borges de Medeiros, que segundo ele era um “estadista que governa com mãos limpas, legítimo herdeiro e continuador da obra imortal de Benjamin, de Julio de Castilhos e João Pinheiro”, acatando a indicação de Nilo Peçanha para concorrer às eleições contra Bernardes, “em bem da salvação da República”. O general finalizou seu discurso com “veteranos de 89! À bala!”, convocando-os a uma reação armada.²⁹⁹

O apoio de Villeroy ao castilhista Borges de Medeiros reflete a existência de uma multiplicidade de opiniões políticas dentre os revoltosos. Isidoro Dias Lopes, por sua vez, lutou na Revolução Federalista (1893-1895) ao lado dos maragatos no combate ao governo de Júlio de Castilhos, que contava com o apoio do então presidente Floriano Peixoto.³⁰⁰ Em 1924, enquanto Villeroy apoiava o governo de Borges de Medeiros, alguns revoltosos, entre eles Isidoro, convidaram Assis Brasil, principal opositor de Medeiros, a assumir a “chefia civil” da “revolução nacional, convite que mais tarde viria a aceitar em público, conforme noticiado nas páginas do jornal *A Federação*, em dezembro daquele ano”³⁰¹.

Esses posicionamentos divergentes refletem o caldeirão de ideias, incômodos e intencionalidades que se juntavam momentaneamente no contexto da revolta. Podemos verificar a existência de um núcleo que pensava em reformas a serem realizadas, caso alcançassem a destituição de Arthur Bernardes, no entanto não havia um projeto coeso. As diversidades de motivações e de projetos se ampliavam à medida que ampliámos o

²⁹⁹ Glorificando Floriano. **O Combate**. São Paulo, 1 jul. 1921, p. 1.

³⁰⁰ KELLER, Vilma. Isidoro Dias Lopes. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lopes-isidoro-dias> Acesso em 24 set. 2022.

³⁰¹ Assis Brasil também foi fundador do Partido Republicano Democrático, em 1908, e do Partido Libertador, em 1928. PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 356. MOREIRA, R. M. Joaquim Francisco de Assis Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-francisco-de-assis-brasil> Acesso em 24 set. 2022.

olhar para os demais comprometidos no movimento, conforme veremos nos próximos capítulos.

O que aglutinava este grupo de militares que pensavam as possíveis reformas a serem feitas era a articulação da ideia da existência de uma classe militar, superior ao restante da população, com deveres patrióticos e morais para com a República e a Constituição. O restante da população, parte era caracterizada como oligarquia politqueira, imoral e incompetente, e o restante como povo incapaz de formular algum posicionamento político, sendo constantemente explorado e manipulado. É neste lugar que se apoiava o discurso de que cabia apenas aos militares o dever de salvar o “povo” dos políticos profissionais e buscava-se construir as figuras heroicas de suas lideranças.³⁰² Tal construção se faz muito presente nos livros de memórias e até mesmo nos depoimentos destes envolvidos citados acima. Há o desejo do registro para posteridade e a idealização de uma imagem específica para si e para o referido coletivo. O Exército possuía, para este núcleo conspirador, um papel de promotor da República e era também uma espécie de guardião da Constituição, que deveria intervir em sua defesa quando necessário, com destaque para a influência dos debates autoritários do período que se misturavam ao forte ideário positivista presente no Exército, reforçando a defesa da ideia do “soldado-cidadão”, em contraposição ao domínio das oligarquias na política brasileira.

Saindo deste núcleo, com o estabelecimento do processo judicial foi comum em depoimento ou defesas de outros militares a alegação de terem sido coagidos por seus superiores a integrarem o movimento, se distanciando do discurso até então visto, que explorava uma ideia de honra e de nobres deveres patrióticos. No entanto, em vários destes casos, tais declarações se contrapunham as provas recolhidas pela polícia. Isso pode ter ocorrido por dois motivos. O primeiro e mais óbvio é a tentativa em se eximir de culpa no processo judicial, e uma outra possibilidade foi a tentativa de centralizar a culpa nas lideranças.

³⁰² “Mais dias ou menos dias, aos golpes certos dos militares sublimes capitaneados pelo puro, pelo grande, pelo genial General Isidoro Lopes, ruirá fragorosamente e para sempre o edifício por tantos anos bamboleante e já completamente podre do absolutismo, da oligarquia, da mentira, do embuste, da advocacia administrativa, [...] do desrespeito à Lei e aos juízes, da irresponsabilidade, da postergação sistemática do mérito e da virtude (...). Apertemos as fileiras ao redor do bravo, do grande, do puro, do democrático, do bom, do genial General Isidoro Dias Lopes, o salvador do povo, da República e do Brasil, o sucessor mais legítimo de Bolívar, de San Martín, de Deodoro, de Floriano, o emulo glorioso de Mussolini e de Primo de Rivera”. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 29, f. 254.

Um indício desta segunda possibilidade se mostrou quando o general Isidoro tentou uma retirada antecipada das tropas revoltosas da cidade, no dia 8 de julho, e Miguel Costa não concordou. O major da Força Pública chegou a escrever uma carta ao presidente de estado se culpabilizando e tentando livrar seus comandados de futuras punições. No final deste episódio, o emissário da carta acabou encontrando o palácio governo vazio, o que deu um novo ânimo para a continuidade ao movimento³⁰³. Neste sentido, Eduardo Gomes em depoimento à justiça afirmou que os soldados do 4º B.C., que o auxiliaram na tomada aos quartéis da Luz, seguiram “ignorando em absoluto o que iam fazer, não lhes cabendo responsabilidade alguma”³⁰⁴. No entanto, embora houvesse aqueles que cumpriam ordens e talvez não soubessem o que se passava, havia também aqueles que agiram para além das ordens, seja por compartilhar de algum dos ideais ou motivações mobilizadas pelo núcleo da revolta, ou por terem seus próprios motivos de insatisfação.

Um dos casos de tentativa de se livrar da culpa foi o do capitão Luso Alves Garrido, de Rio Claro, que segundo seu assentamento era de “cor morena, cabelos pretos lisos”. Preso em 1922, após os levantes, acabou sendo absolvido e posto em liberdade.³⁰⁵ Em depoimento à justiça, disse que, em 9 de julho de 1924, partiu do batalhão de Rio Claro em direção à São Paulo em cumprimento de ordens do Ministro da Guerra, conforme dizia o comandante do batalhão tenente-coronel Bernardo de Araujo Padilha, e que não tinha conhecimento nenhum do que se passava em São Paulo. Somente dois dias depois, descobriu do que se tratava e “não tendo um motivo nem desejo de servir a causa revolucionária resolveu fugir para furtar-se a ser constrangido a pegar em armas contra o governo da República”. No entanto, chegando em Campinas, também em revolta, foi preso pelo capitão Octávio Guimarães, do 6º Regimento de Infantaria de Caçapava, e enviado para apresentar-se ao chefe Isidoro.³⁰⁶

Segundo o tenente, ele chegou a informar ao general “sua repugnância em servir a causa revolucionária, tendo então aquele general louvado a sua franqueza pedindo-lhe que ocupasse um cargo de auxiliar do Chefe de Polícia revolucionário o major Cabral

³⁰³ COSTA, Yuri Abyaza. **Miguel Costa**: um herói brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 41–42.

³⁰⁴ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 1, f. 201-204.

³⁰⁵ AHEX. **Assentamento de Luso Alves Garrido**. Notação: VI-21-25. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 12, f. 260.

³⁰⁶ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 12, f. 260-261.

Velho”. Atendendo ao pedido, esteve em serviço na referida chefatura apenas de ordem interna, devido a “sua condição de prisioneiro dos revoltosos”, e que quando se deu a retirada das tropas, foi obrigado a acompanhar, conseguindo fugir em Presidente Epitácio e, depois de longas caminhadas a pé, se apresentou a uma patrulha.³⁰⁷

Por outro lado, segundo a denúncia, o capitão Luso Alves Garrido era auxiliar de imediata confiança do major Cabral Velho e se encarregou de apreender aparelhos de radiotelefonia da cidade.³⁰⁸ Além disso, um manuscrito de sua autoria foi recolhido pela polícia e se contrapunha às suas declarações. Datado de 17 de julho e publicado com o título “Reflexões de um revoltoso”, através dele o capitão apontava quais ideais o fizeram integrar a Revolta:

[...] Uma gota cristalina de esperança ensejou as minhas fibras e povoou a minha alma me tornando num revoltoso. [...] Doze dias de lutas... de sacrifícios heroicos e de incertezas que matam. [...] na conquista vaidosa dos nossos direitos. Ante o dilema: - ser livres ou escravos – a vaidade vence: [...] os nossos ideais... E por eles que lutamos até a morte, certos de que, na história da civilização, seremos lembrados como repressores do abuso do poder. [...] São vinte e um dias de luta em nossos corações; são companheiros que tombam sem fazer uso de suas armas, mortos pela covardia e traição dos homens do poder. Mas, senhores! Isto tudo me faz convicto revolucionário; me traz força para combater até a morte e não recuar ante o exército da falsidade. Viva a causa da liberdade! Luso Alves Garrido³⁰⁹

Outro caso foi o do tenente da Força Pública José de Oliveira França, de “cor parda escura, cabelos pretos e crespos”, que sentou praça na Força Pública de São Paulo em 15 de junho de 1910. Em 12 de abril de 1917 chegou a ser preso por 25 dias no Estado Maior “por ter, fardado e contra os princípios da ordem e disciplina, pronunciado um discurso, na noite de 11, na praça Antonio Prado, onde grande massa popular manifestava sobre os graves acontecimentos, porque o país estava passando”. Em março de 1924 foi transferido da Guarda Cívica para a Cavalaria.³¹⁰

Segundo a denúncia, foi um dos primeiros a ocupar a estação Sorocabana, auxiliado pelo sargento Antonio do Nascimento e 15 praças. Intimou o Inspetor Geral a paralisar o tráfego de trens, “declarando, nessa ocasião, que o governo do Estado já não existia.”³¹¹ Em suas declarações, prestadas em 22 de julho de 1924, no Arsenal da

³⁰⁷ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 12, f. 261-263, 405.

³⁰⁸ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 74-75.

³⁰⁹ Grifos do autor. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 27, f. 74-75. Publicado em **Argus**. São Paulo, 28 jul. 1924, p. 2.

³¹⁰ Museu da Polícia Militar. Pastas Suspensas. **Fé de Ofício de José de Oliveira França**.

³¹¹ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 46 e 110.

Marinha, Rio de Janeiro, disse que só ficou sabendo da Revolta quando chegou ao quartel da Luz na manhã do 5, onde o major Miguel Costa lhe deu ordem, com o revolver em punho, de que se preparasse para comandar uma força. Que naquela mesma manhã

viu de cima do alpendre, onde se encontrava, o tenente Octaviano fazer um discurso as praças, no meio do pátio do Quartel, concitando-os a cumprir o dever, ocasião em que, próximo do tenente Octaviano, o Coronel João Francisco de chapéu na mão, exclamava: “rapaziada, eu vim vos trazer a liberdade.”³¹²

Na sequência, o tenente França disse ter recebido ordem do major para montar a cavalo “e, com uma força de quinze homens, que já estava equipada em ordem de marcha, foram em nome do governo a estação da Sorocabana, e ali, entendendo-se com o subchefe da Estação, disse-lhe que recebera ordem para ocupar”. No entanto, por não compreender bem a dubiedade da situação de ocupação que fazia na estação, disse ainda que era sua intenção, desde aquele momento, apresentar-se as autoridades legais. Tendo este desejo, abandonou seus comandados na Sorocabana, entendeu-se com um delegado e foi apresentar-se voluntariamente ao Secretário de Justiça, acabando detido na Polícia Central. Disse ainda ter “estanhado muito não haver à frente desse movimento nenhuma pessoa conhecida de responsabilidade social”.³¹³

Em sua defesa, o tenente José de Oliveira França alegou que apenas cumpria ordens de seu superior hierárquico, que o fez persuadido, servindo aos poderes constituídos, e só depois que soube que se tratava de uma revolução. Que enquanto esteve imbuído de sua missão, procurou evitar saques e roubos, e assim que pôde se apresentou às forças legalistas. O *Jornal do Comercio*, após sua condenação comentou: “O acusado serviu com os revoltosos somente durante dois ou três dias, mas não foi iludido [...]. O acusado arrependeu-se do mau passo que dera: mas era tarde para se eximir da responsabilidade penal.”³¹⁴

Tais casos nos apontam possibilidades e mentiras possíveis, noções da realidade ali descrita. “Não há mágico que, lendo esses manuscritos, descubra (...) [quem diz] ‘a verdade’. E isso pouco importa.”³¹⁵ A construção ideológica mobilizada por alguns

³¹² APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 1, f. 71-78.

³¹³ SESSO JR., Geraldo. **Retalhos da velha São Paulo**. 2. ed. São Paulo: OESP Maltese, 1986, p. 309. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 1, f. 80-85.

³¹⁴ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 136, f. 259; v. 160, f. 173. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 20 mai. 1928, p. 13.

³¹⁵ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 59.

militares em 1924, do Exército acima das classes sociais, protetor da Constituição e único agente histórico capaz de formular um projeto republicano, não se estendia a todos os militares envolvidos. O discurso do dever heroico de salvar a República não bastava e como vimos mal alcançava a oficialidade. Certamente outras preocupações, com familiares ou com a própria vida, mais afligia a estes que negavam ou buscavam limitar o tipo de envolvimento que teve com a Revolta. Possivelmente outras demandas os impulsionava, inclusive econômicas como veremos adiante entre os escritos de membros da Força Pública.

2.2 Redes e motivações da Força Pública de São Paulo

Ao longo da Primeira República, a fim de estabelecer um maior controle sobre a população, houve um processo de militarização das forças estaduais conduzidas pelo poder civil, que passou a utilizá-las amplamente a seu serviço. Existe aí o principal ponto diferenciador e opositor entre as forças do Exército e as policiais no período em questão. Enquanto o primeiro se identificava com o poder da União e com sua autonomia frente à ordem civil, as polícias eram fiéis aos estados e aos seus governantes. Para Heloísa Fernandes, “é aqui que se concretiza o próprio conteúdo da campanha civilista: submeter as forças repressivas militares à classe burguesa e à sua representação política civil”.³¹⁶

Esta oposição entre as duas instituições também se fazia presente nas políticas de alistamento. Se no Exército havia ainda a lembrança do desonroso recrutamento forçado de fins do Império, para o ingresso na Força Pública de São Paulo era necessária “moralidade comprovada por atestado policial do lugar de residência”.³¹⁷ André Rosemberg, ao estudar a polícia paulista em fins do Império, afirmou que esta

devia ser composta de indivíduos aptos, honrados e moralmente qualificados para disseminar a missão civilizatória e que, ao mesmo tempo, estivessem desvinculados da imagem associada aos soldados de linha e à marujada, reflexo de uma forma desonrosa de servidão. O policial era um trabalhador de quem, ao contrário do que ocorria com seus homólogos de outras corporações,

³¹⁶ FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Política e Segurança**. Força Pública do Estado de São Paulo: Fundamentos históricos-sociais. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973, p. 155–156.

³¹⁷ SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 348, de 6 de abril de 1896**. O Regulamento da Escola Militar do Realengo reformado em 1924 exigia de seus candidatos ao ingresso ter boa conduta anterior, atestada por autoridade policial do distrito de residência e possuir condições de honorabilidade, certificada por pessoas respeitáveis que conhecesse seus antecedentes. RODRIGUES, Fernando da Silva. **Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2010, p. 112.

não se lhe tinha vilipendiado a honra do provedor nem o estatuto da liberdade.³¹⁸

Corroborando para a construção de uma ideia de superioridade da Força Pública de São Paulo com relação ao Exército, a polícia paulista recebeu a vinda da Missão Francesa duas vezes, uma entre março de 1906 e agosto de 1914, e a segunda em 1919. O Exército brasileiro só a recebeu em 1918. Em protesto a chegada da primeira Missão, o Comandante Geral da Força Pública, coronel Argemiro da Costa Sampaio, oficial do Exército Nacional, exonerou-se. Em seu lugar foi nomeado o primeiro comandante advindo da própria Força Pública, o coronel José Pedro de Oliveira, inaugurando, assim, um comando autônomo.³¹⁹

Para além do treinamento militar, a Missão Francesa na Força Pública influenciou em seu processo de profissionalização, “no sentido de criar ou de elaborar requisitos intelectuais mais ou menos seletivos” para as promoções hierárquicas. Até 1897 essas promoções se baseavam em princípios de antiguidade e merecimento (subordinação, disciplina, zelo, inteligência e bons serviços prestados ao Estado).³²⁰

Em 1901, houve uma reorganização das forças estaduais paulistas, chamadas de Força Policial do Estado ou Força Pública, composta por quatro batalhões de infantaria, um corpo de cavalaria, um corpo de bombeiros e Guarda Cívica da Capital. Outra reforma foi promovida em dezembro de 1905, centralizando o controle da polícia paulista nas mãos do Presidente de Estado, que passou a nomear o Secretário de Justiça e o Chefe de Polícia, bem como os delegados, subdelegados e suplentes. Até a data desta reforma, as atividades policiais, nomeações e demissões de seus membros eram controladas pelos proprietários locais.³²¹

Em aproximação com o Exército, a organização da Força Pública era calcada em uma estrutura militar: hierarquia, disciplina, armamento, uniforme. Para construção e manutenção desta ordem hierárquica eram tecidas relações de dominação e vigilância. Heloísa Fernandes, neste sentido, defende a existência de um processo composto por

³¹⁸ ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim**: uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: Edusp, 2010, p. 66.

³¹⁹ FERNANDES, Polítca e Segurança..., op. cit., p. 157 e 159.

³²⁰ Ibidem, p. 179.

³²¹ Ibidem, p. 149-153. SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 979, de 23 de dezembro de 1905**. Reorganiza o serviço policial do Estado. A partir de 1913 passaram a ser cinco batalhões de infantaria, assim como em 1924. SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 1.343, de 17 de dezembro de 1912**. Fixa a Força Pública do Estado para o exercício de 1913.

doutrinação e treinamento, que propiciava o surgimento de um ideal de bom soldado e bom militar, um princípio integrativo do grupo e da instituição. Este processo, correlato ao surgimento de uma ideologia, permeava a execução das funções repressivas. Neste sentido, “propõe-se ao militar uma função social específica, fundamentada pela ideologia de que o militar está colocado acima das classes sociais”.³²²

Sendo assim, um falso mérito justificaria a divisão hierárquica e criaria uma ideologia de fim de classes sociais, ou de criação de uma outra classe – a militar – acima das outras. No entanto, frente à insegurança estrutural³²³, as baixas patentes muito se aproximavam financeiramente das classes sociais mais baixas. Na Primeira República, o salário dos soldados da Força Pública era “igual, ou apenas pouco superior, ao trabalhador não qualificado”. Quando comparado com os ganhos dos demais funcionários públicos, o soldo do soldado da Força Pública estava entre os salários mais baixos.³²⁴

Embora houvesse o esforço de apagamento das classes, a divisão hierárquica acabava por refletir justamente as diferenças sociais e raciais, com critérios poucos precisos e objetivos, levando à ascensão (acompanhada de maior poder, prestígio e melhor remuneração) de alguns e à permanência de outros em baixos postos. Tal hierarquização, que privilegiava relações familiares e de favoritismos, refletia, desta maneira, a própria estrutura de classes.

Mesmo com a padronização de carreira, desde sempre há um afunilamento crescente na distribuição hierárquica, à medida que se atinge os postos mais elevados (no caso, major e tenente-coronel), os critérios de ascensão tornam-se mais manipuláveis politicamente.³²⁵

Apesar do discurso oficial moralizador que buscava elevar a Força Pública de São Paulo, as condições de trabalho dos soldados da polícia eram bem próximas daqueles que serviam na mesma escala hierárquica no Exército, no que diz respeito às origens sociais e aos baixos salários. O discurso institucional, de negação ou apagamento de classe, de origens e de experiências individuais se apresentava em ambas as instituições como uma possibilidade de ascensão para alguns pobres, mas, terminava por fixar a manutenção de poderes e de detenção da ordem específica. Embora as reformas implementadas a partir

³²² FERNANDES, Política e Segurança..., op. cit., p. 195–198.

³²³ SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio. H. M.; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre. (org.). **Cultura de classes: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 33.

³²⁴ FERNANDES, op. cit., p. 231–234.

³²⁵ Ibidem, p. 187.

da Missão Francesa buscassem aprimorar a profissionalização, os critérios para ascensão na hierarquia em ambas as instituições seguiram sendo manipuláveis politicamente, refletindo no afunilamento hierárquico, que dificultava a ascensão, principalmente de oficiais negros.³²⁶

No entanto, isso não impediu que tais instituições fossem vistas por homens pobres enquanto possibilidade de trabalho. Sendo para alguns, em menor grau, a possibilidade de uma carreira e de ascensão social.³²⁷ Segundo Rosemberg os ingressantes na Força Pública de São Paulo,

apesar de possuírem origens étnicas, nacionais e culturais múltiplas, comungaram duas características - a instabilidade inerente à pobreza (fator que, inclusive, num momento ou outro, funcionou de impulso para se voluntariarem como policiais) e o próprio fato de terem decidido se tornar policiais, como uma das alternativas possíveis dentre o gradiente disponível das ocupações que se ofereciam para os homens, pobre e livres. Escolha essa, que, sem dúvida, marcou, como a pobreza, o transcorrer de suas existências.³²⁸

Arelada à ideia de ascensão, também está o reconhecimento social e a ampliação da ideia de cidadania para estes indivíduos. Por outro lado, o ingresso nas forças policiais, bem como nas Forças Armadas, não apagava as origens e experiências individuais. Proporcionavam variadas interpretações e reações aos códigos e regras institucionais, que acabavam por não atender ao esperado pela ideologia dominante.

Nas brechas do dever, interagiam, e ao interagir, legaram uma marca própria, expunham uma personalidade forjada, não só nos domínios da instituição, mas construída a partir da confluência de influências muito mais complexas, dentre as quais sua origem social, sua biografia e o contato íntimo com a população administrada. Além disso, agrega-se a esse ponto de vista outra dimensão que extravasa o exame da instituição e de seus membros e se estende aos hábitos e costumes da população pobre, de onde os policiais eram oriundos.³²⁹

Embora a hierarquização e as situações de tensão estimulassem a disputa, quando analisamos as práticas cotidianas destes policiais é possível “vislumbrar que a identificação que conectava os companheiros de farda se balizava por outros valores, esses sim baseados na convivência cotidiana e na persistência de hábitos e costumes consagrados por suas experiências.” As relações aconteciam de modo muito mais fluido

³²⁶ Ibidem; RODRIGUES, Indesejáveis..., op. cit., p. 112–113. MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. **A civilização do delegado**: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República (1889-1930). São Paulo: Alameda, 2014, p. 167–168.

³²⁷ BEATTIE, Peter M. **Tributo de Sangue**: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009, p. 371; ROSEMBERG, op. cit., p. 119–120.

³²⁸ ROSEMBERG, op. cit., p. 119–120.

³²⁹ Ibidem, p. 293.

do que o esperado pelos regulamentos. Existiam solidariedades e valores individuais que se sobrepunham à mentalidade corporativa imposta.³³⁰ Esses momentos de solidariedade não estavam restritos entre os membros da Força Pública, e se estendiam para o restante da população, na qual estes policiais tinham suas origens e estavam o tempo todo em contato. Havia também para com os integrantes do Exército. Embora houvesse distanciamentos, como já foi apontado, diversos fatores os aproximavam.

No que diz respeito às revoltas da década de 1920, a historiografia se debruçou sobre o envolvimento e os posicionamentos políticos do Exército, não fazendo o mesmo com relação à Força Pública de São Paulo, havendo aí uma lacuna em aberto. Certamente os membros desta última não ficaram alheios às discussões do período. Conforme evidencia Heloísa Rodrigues Fernandes, desde o levante do Forte em Copacabana em 1922, a Força Pública não era uma instituição coesa. Muitos de seus oficiais aderiram às causas dos militares rebeldes e estabeleceram “um certo antagonismo entre os novos oficiais e os da velha escola”, com destaque para o major da Cavalaria Miguel Costa, “como um dos mais importantes articuladores do movimento paulista de julho de 1924, conseguindo dividir a Força Pública em duas alas: a legalista e a revolucionária”.³³¹

Nascido em Buenos Aires, em 3 de dezembro de 1874, Miguel Costa era filho de imigrantes espanhóis. Quando Miguel ainda era criança, sua família se mudou para Piracicaba, interior do estado de São Paulo. Seu pai, Jaime, trabalhava com escrituração de propriedades e era contratado por fazendeiros da região. Em uma de suas viagens a trabalho foi morto, deixando sua esposa, Dolores, com seis filhos e sem recursos financeiros. Anos depois, a família se mudou para a cidade de São Paulo e passou a residir próxima aos quartéis da Força Pública. Dolores manteve a família servindo refeições para os soldados, cabos e sargentos. Devido a tal proximidade, Miguel Costa e outros dois irmãos ingressaram e constituíram carreira na corporação.³³²

Segundo Juarez Távora, o major Miguel Costa esteve comprometido nos planos de 1922, em seguida “tornou-se, dentro da Paulicéia, o esteio mais vigoroso do movimento revolucionário”, e em 1924 participou ativamente do preparo do plano de ocupação da capital, fornecendo plantas de quartéis e de outros edifícios públicos, bem como angariando homens da Força Pública. Para Cordeiro de Farias, Miguel Costa era “a

³³⁰ *Ibidem*, p. 329.

³³¹ FERNANDES, op. cit., p. 162.

³³² COSTA, Miguel Costa..., op. cit., 2010, p. 18–24.

alma da rebelião em São Paulo”, sendo determinante para “toda a arrancada revolucionária”.³³³

Conforme os escritos do general Abílio de Noronha, em 1924 o governo do estado de São Paulo confiava demasiadamente na Força Pública, descuidando para os fatos de que em 1912 houve um princípio de sedição no Quartel da Luz, e que nas revoltas de 1922,

essa milícia estivera comprometida e tinha até representante que comparecia às reuniões dos rebeldes; não viram que os grandes claros e as contínuas deserções de praças, refletiam um mal-estar que devia afetar os oficiais, os quais, a todo momento, se lamentavam dos reduzidos soldos e davam assim mostras de descontentamento geral, início patente da indisciplina que já contaminava essa corporação. [...] O efetivo orçamentário da Força Pública de S. Paulo para 1924 era de 8.829 homens, mas em realidade era de 6.500 aproximadamente, devido aos claros nela existentes.³³⁴

Alguns dos boletins e manifestos, que circularam pela cidade durante a Revolta de 1924, foram destinados aos membros da Força Pública e exploravam justamente os descontentamentos para com as condições de trabalho e os baixos soldos, visando conquistar a adesão dos soldados da corporação. A discussão acerca da organização do poder republicano, presente entre as médias e altas patentes do Exército, como vimos anteriormente, se fazia sucinta, sendo a proposta retirar o presidente e estabelecer o voto secreto.

Em um destes manifestos, de título “Soldados, compatriotas, irmãos!”, datado de 21 de julho e assinado “os soldados revolucionários”, apontava-se como causas do movimento a exploração do trabalho, que transformava o Brasil “numa senzala de escravos”, as fraudes eleitorais, “que tripudiavam sobre a vontade popular” e o domínio das oligarquias “imorais”. Por isso exigiam “a renúncia do presidente Bernardes, que é o maior inimigo do Exército, da Marinha e do povo”, e pleiteavam o “voto secreto, a fim de que a vontade popular seja de fato ouvida, sem a pressão oficial em benefício das oligarquias reinantes”. Afirmava-se ainda que:

Os soldados da Força Pública viviam num verdadeiro regime da fome, recebendo um soldo miserável, que não dava para o pão aos seus filhinhos, e estavam sujeitos a trabalhos excessivos e vexames por parte da Missão

³³³ TÁVORA, Juarez. **À Guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924**. Vol. 1. São Paulo: O Combate, 1927, p. 119. CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walter de (Org.), **Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 114.

³³⁴ NORONHA, op. cit., p. 110–114.

Francesa. Por isso a quase totalidade da Força Pública do Estado se pôs ao nosso lado, desde os primeiros momentos, para vingar as afrontas recebidas.³³⁵

Destacam-se além das demandas econômicas, as questões próprias dos membros da FPSP, que se misturavam com as insatisfações presentes entre os escritos dos militares.

Em um outro comunicado dedicado à Força Pública, assinado pelo major Miguel Costa e datado de 21 de julho de 1924, podemos ler o seguinte apelo:

A revolução marcha triunfalmente para o saneamento da República e salvação do Brasil. [...] Irmãos de armas, eia avante, sempre, pela cruzada redentora, com desassombro e disciplina, confiai em mim como eu confio inteiramente em vós, com patriotismo, lealdade e amor.³³⁶

O escrito acima aponta para uma maior proximidade e recorre à afetuosidade do comandante para com os seus comandados. Quando comparamos com a liderança que o general Isidoro Dias Lopes exerceu na revolta, de fato Miguel Costa era mais próximo de seus comandados. Isidoro era reformado e não tinha familiaridade com as tropas localizadas em São Paulo. Já o major, por sua vez, era um oficial da Cavalaria da Força Pública, pertencia a uma instituição menor, que possibilitava não só esta aproximação com seus subordinados, como também com a população civil, devido às características próprias de seu trabalho, como o patrulhamento de ruas da cidade e a intervenção em conflitos cotidianos.

Essa aproximação se refletia também no posicionamento que cada uma destas lideranças teve para com o envolvimento civil na Revolta. Waldomiro Rosa, bancário e sócio de Miguel Costa em um fábrica de cigarros³³⁷, por exemplo, foi o único civil apontado enquanto frequentador das reuniões de planejamento. Possivelmente se envolveu no movimento por intermédio do major.

Outro indício dessa aproximação foi localizado em correspondência, datada de 22 de julho de 1924, na qual o chefe do Batalhão Alemão, Plachinchiski, comunicava que já estavam reunidos os oficiais alemães e os voluntários húngaros a fim de tratar de resoluções e ações com o major Miguel Costa.³³⁸ Esta articulação se contrapunha ao defendido por Isidoro Dias Lopes e por Juarez Távora, por exemplo, que achavam por

³³⁵ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 29, f. 253.

³³⁶ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 29, f. 255.

³³⁷ TJSP. **Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia...**, op. cit., p. 4 e 85. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 364.

³³⁸ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 256.

bem afastar da revolução os perigos “da subversão social criada pelo predomínio incontrastável do populacho”³³⁹, como veremos nos últimos capítulos.

Conforme as declarações presentes no processo, a casa de Miguel Costa era bastante frequentada e também se tornou um ponto estratégico para o planejamento na Revolta. Segundo o capitão Índio do Brasil, Miguel Costa exercia outras atividades, que iam além de fiscal do Regimento de Cavalaria da Força Pública e sócio de Waldomiro Rosa em um fábrica de cigarros³⁴⁰, que evidenciam seus contatos e relações pessoais:

No dia vinte e nove de junho, [...] o declarante estando almoçando em casa do major Miguel Costa, ali apareceu o doutor João Baptista Reimão, com o fim de arranjar um chicote da fabricação do referido major, e nessa ocasião, também ali apareceu o veterinário Tancredo Lejeune de Barros, com quem o major Miguel muito conversou; que no dia seguinte, estando em casa do Miguel Costa, viu este receber uma telefonada do citado Tancredo, e, depois, da qual Miguel Costa muito satisfeito, contou ao declarante haver obtido o pagamento geral da Força Pública para o dia três, visto Tancredo ser cunhado ou concunhado do tesoureiro da Polícia, Germano Medeiros [...] e que de fato no dia seguinte, saiu o pagamento da Força Pública.³⁴¹

Índio do Brasil, que prestou longas declarações nos inquéritos policiais, era filho de Juvêncio de Oliveira Guedes e de Ignez Baptista da Luz, nascido em 27 de setembro de 1892 em Itapira, SP. Alistado no 1º Batalhão da Força Pública em agosto de 1909, passou a frequentar a instrução de recrutas, sendo promovido, no ano seguinte, a cabo e empregado como instrutor. Em meio às recorrentes punições pelas faltas ao expediente e atrasos, em 2 de agosto de 1915, foi promovido a tenente e, dois anos depois, transferido para Cavalaria. Em 28 de julho de 1921, chegou ao posto de capitão por antiguidade.³⁴²

Em julho de 1924, em meio à revolta, Índio do Brasil participou da tomada ao 4º Batalhão de Caçadores do Exército e chegou a comandar uma de suas companhias. No processo judicial, foi apontando enquanto um dos cabeças do movimento. Sobre o major, o capitão Índio do Brasil afirmou em depoimentos que “tinha a mais absoluta confiança e amizade, recebendo também de Miguel Costa imensos obséquios tais como empréstimos de dinheiro em ocasião de aperto”. Por morar no Tremembé

³³⁹ TÁVORA, À Guisa..., op. cit., p. 91–92.

³⁴⁰ Ver 12 em Mapa 3. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 4 e 85.

³⁴¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 22, f. 190.

³⁴² IIRGD. **Identificação de Índio do Brasil**. Ficha de n.º 6141-4. Museu da PM. Reserva Técnica do Barro Branco. F.R.E.S.P. 4º B.P. – Oficiais. **Livro de Assentamentos nº 50**, f. 176 – 180. Conforme noticiou o jornal *Correio Paulistano*, entre janeiro e abril de 1920, Índio do Brasil se deparou com a morte de seus dois filhos, Inocente Tupinambá e Inocente Guarany. Todavia, nada consta em seu alistamento, nenhuma licença ou falta neste período, a se destacar as referências indígenas. *Correio Paulistano*, São Paulo, 20 jan. 1920, p. 3. *Correio Paulistano*, São Paulo, 24 abr. 1920, p. 3.

frequentava a casa do major, que residia próximo ao quartel da Força Pública. “Quase que diariamente passava por ali, ora para uma palestra, ora para beber de uma excelente garapa que o major Miguel preparava com limão, ora para almoçar”. Que sempre estava presente nas reuniões de planejamento certo de que o plano não vingaria, porque o tenente Humberto Cursino Villanova, sempre lhe assegurava “que levaria o caso ao conhecimento das autoridades competentes”.³⁴³

A argumentação do capitão era uma tentativa de livrá-lo de maiores responsabilidades no processo judicial, no entanto, nos leva a reflexão do atravessamento das relações sociais, em não querer desagradar um amigo ou superior, que pode ter pesado para alguns e os levado a integrar o movimento. Outro ponto levantado nas declarações, é o fato da casa do major Miguel Costa ser evidenciada como um lugar de sociabilidades e de planejamento da Revolta. Sobre as reuniões que ali aconteciam, Índio do Brasil afirmou que quem as frequentavam eram os irmãos Joaquim e Juarez Távora, os tenentes Custódio de Oliveira, Asdrubal Gwyer de Azevedo (todos estes do Exército), Thales Prado Marcondes, Octaviano Gonçalves da Silveira, Arlindo de Oliveira, Ary Cruz, José Garcia de Toledo e Cursino Villanova (estes últimos integrantes da Cavalaria da Força Pública), além de Nicanor Eloy de Mello, comandante do piquete de Cavalaria da FPSP, em Santos.³⁴⁴ Dos citados, Cursino e Nicanor não foram indiciados. Os outros foram enquanto cabeças do movimento, com exceção de José e Ary, apontados enquanto coautores.³⁴⁵

Humberto Cursino Villanova, em suas declarações, afirmou que em fins de abril de 1922 chegou a ser abordado no quartel da Cavalaria da Força Pública pelo ex-tenente Álvaro Azambuja Cardoso,

que lhe propôs prestar o seu auxílio as tropas do Exército, que preparavam uma revolução naquele ano, que esse ex-oficial acenou ao declarante com algumas vantagens, tais como, a promoção imediata ao posto superior, equiparação dos vencimentos dos oficiais da Força Pública aos dos oficiais do Exército e a adoção para a Força Policial de São Paulo de um Código, nos moldes dos Códigos Penais da Armada e o Exército.³⁴⁶

Cursino Villanova ainda detalhou que posteriormente foi procurado pelo tenente Arlindo de Oliveira, que havia ficado encarregado por Azambuja em transmitir a sua

³⁴³ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 11, f. 157 e vol. 22, f. 157-160.

³⁴⁴ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 11, f. 159.

³⁴⁵ STF. **Sucessos Subversivos de São Paulo. Julgamento da Apelação...**, op. cit., p. 87-88.

³⁴⁶ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 1, f. 43-47.

resposta para o convite. Tais fatos descritos reafirmam a articulação entre membros da Força Pública de São Paulo em apoio aos levantes militares de 1922, que acabaram por serem centralizados no Rio de Janeiro. No entanto, a pauta apresentada no trecho acima inclui interesses específicos dos integrantes da Força Pública de São Paulo: promoção imediata, equiparação de vencimentos aos dos oficiais do Exército e um Código específico para a Força Policial.

Segundo Villanova, assim que recebeu a proposta de Azambuja, comunicou o ocorrido ao major Juvenal Campos de Castro, fiscal da Cavalaria. Certamente medidas foram tomadas no sentido de inibir algum tipo de organização contestatória, pois o ex-oficial Azambuja não voltou para saber da resposta de Villanova. Depois de sua denúncia, foi proibido a entrada de civis em quartéis da Força Pública.³⁴⁷

Arlindo de Oliveira, apontado na denúncia como elemento de ligação entre os organizadores da revolta em São Paulo com os de outras localidades, também foi citado por Villanova como quem o incluiu nos planos de 1924. Por outro lado, sobre tais acusações, Arlindo afirmou serem falsas, pois eram inimigos, “por ter aquele oficial tomado emprestado do declarante a quantia de quinhentos mil reis, e depois, vergonhosamente, se furtado ao pagamento da referida importância”³⁴⁸.

Cursino Villanova afirmou ter frequentado reuniões na casa de Miguel Costa, a fim de descobrir os “verdadeiros chefes da conspiração” e repassar informações ao comandante Joviano Brandão, que estranhava que “um simples major da Força Pública, aliado a oficiais subalternos, fosse assumir tamanha responsabilidade”. Chegou também a ir às reuniões na rua Valtier, na república do tenente Custódio de Oliveira, mas que por desconfianças do major Miguel Costa acerca da vigilância governista para com aquele local, elas foram suspensas.³⁴⁹

Com relação à data de início da revolta, Índio declarou que ficou sabendo no próprio dia 4 de julho que iria começar com a chegada, naquela noite, do general Isidoro vindo do Rio de Janeiro, acompanhado de alunos da Escola Militar. Que, quando saiu de seu expediente, encontrou com Cursino Villanova na porta do Primeiro Batalhão e que lhe informou tudo sobre as últimas novidades.³⁵⁰ Tal informação do capitão Índio do

³⁴⁷ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 1, f. 43-47.

³⁴⁸ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 1, f. 47-48; vol. 12, f. 317.

³⁴⁹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 1, f. 50-53.

³⁵⁰ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 22, f. 190-191.

Brasil, de que havia se encontrado com Villanova e lhe comunicado sobre o início da revolta, se contrapõe ao afirmado pelo tenente, que disse ter sido pego de surpresa quando ela começou.

Estando de serviço no Palácio dos Despachos, na madrugada do dia cinco de julho, Villanova afirmou ter sido

despertado pelo ruído de pessoa que batia à porta; deu com o capitão Juarez Távora, fardado, o qual disse ao declarante que o Major Miguel Costa mandava dizer que retirasse imediatamente a guarda do palácio e com ela se apresentasse no quartel do Primeiro Batalhão, onde ele, Major, o esperaria para lhe falar com urgência; que o capitão Juarez disse ao declarante que o movimento havia rebentado e que os revoltosos já haviam tomado de assalto os quartéis do primeiro e segundo batalhões e que o Corpo Escola havia aderido; que ficou muito surpreso, pelo imprevisto do ocorrido [...] resolveu comunicar imediatamente o fato às autoridades do Estado, e simulando concordar com o capitão Juarez, disse-lhe que ia também retirar a guarda da Polícia Central, que fica ao lado do Palácio do Governo, para levá-la também para o quartel; que o capitão Juarez concordou, dizendo que ficaria esperando do lado de fora [...] dirigiu-se ao edifício da Polícia Central, onde despertou o sargento comandante da guarda, Ignacio Correa Leite, da confiança do governo, recomendando-lhe que pusesse os seus homens a postos e municados [...]; que em seguida o declarante subiu ao andar térreo [...] onde é alojada a guarda e ali despertou o primeiro delegado auxiliar [...] ao regressar a guarda do Palácio, já não encontrou ali o capitão Juarez [...].³⁵¹

Em meio ao conflito, Villanova acabou sendo preso por forças legalistas, entendido enquanto revoltoso em um primeiro momento. Apesar de não ser “possível saber quem está narrando aquilo que acha que realmente viu acontecer e quem está conscientemente torcendo os fatos no sentido de atingir determinados resultados”³⁵², os casos acima tratados revelam importantes redes que havia entre os membros da Força Pública para a organização da Revolta em São Paulo. Suas motivações políticas mais amplas se entrecruzavam com os descontentamentos frente às condições de trabalho. As redes que mobilizavam não se limitavam à corporação, mas se definiam de forma significativa a partir dela, sendo constantes nas relações hierárquicas, nas formações que tinham juntos, nas experiências de trabalho e vivências que partilhavam. Para além da instituição, tinha-se ainda os laços de amizade, as redes estabelecidas nas vizinhanças por onde circulavam e nas relações familiares.

³⁵¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 1, f. 58-61.

³⁵² CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 37.

Exemplo destas relações familiares era o caso do tenente da Força Pública João Baptista Nitrini, cunhado de Índio do Brasil. Em declaração à investigação policial, Nitrini afirmou que em janeiro de 1918 “verificou praça na Força Pública por insinuação de seu cunhado”. Foi para o Regimento de Cavalaria, onde

começou a notar que o Major Miguel Costa lhe dispensava certas atenções, a que lhe obrigava a corresponder, não poupando sacrifícios em bem servi-lo, que depois o declarante conseguiu entrar para o Curso Especial, isso com a proteção do mesmo Major Miguel Costa, que então já não era um superior e sim um verdadeiro pai, que assim conseguiu chegar à segundo tenente [...] que nesse Regimento o declarante era tratado com muita consideração e o Major Miguel procurava todos os meios para lhe ser agradável chegando mesmo a socorrer-lo com dinheiro, algumas vezes que teve necessidades [...] em uma noite achando-se na casa do Major Miguel, este lhe disse, muito por alto, que ia haver uma revolução [...] que o declarante que sempre via no Major Miguel um amigo dedicado e um verdadeiro pai, lhe disse que o auxiliaria na medida do possível, mas que em absoluto não daria um tiro; que o declarante tomou essa atitude somente depois que o Major Miguel lhe chamou de covarde e poltrão, dizendo lhe mesmo que se delatasse qualquer cousa, teria que sofrer pois haviam muitos nesse negócio, quer do Exército, quer da Força Pública e um que ficasse, vingaria o traidor [...].³⁵³

A partir das declarações de Nitrini podemos notar alguma semelhança com as declarações de seu cunhado, Índio do Brasil. Certamente eles podem ter combinado fazer alguns apontamentos em comum. Apesar disso, temos “acesso a todo um universo de percepção dos depoentes”³⁵⁴, sendo notória a existência de apadrinhamentos que havia na Força Pública com relação à ascensão hierárquica e ao ingresso no Curso Especial.³⁵⁵ A proximidade com a Miguel Costa, citada por ambos, pode ter influenciado na adesão destes e de tantos outros membros da Força Pública à Revolta. Por outro lado, a tentativa de mobilizar tais relações podem ter sido feita por ambos com o intuito de apontar que cumpriam ordens de um superior que se aproximava de “um verdadeiro pai”, que não podiam ser desobedecidas. Outro ponto que se repete nas declarações, era o costume de pegar dinheiro emprestado com o major, o que sugere a insuficiência dos soldos frente às adversidades do cotidiano, o estreitamento e até uma certa dependência destas relações.

³⁵³ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 11, f. 147-148.

³⁵⁴ CHALHOUB, *Visões da liberdade*, op. cit., p. 63.

³⁵⁵ “O Curso Especial Militar, criado pela lei n. 1.395-A, de 17 de dezembro de 1913, tem por fim ministrar o ensino das matérias militares, científicas e literárias às praças da Força Pública que se destinam à classe de oficial.” Tendo como um dos critérios de ingresso “ter bom comportamento civil e militar, provado com atestado de autoridades policiais e folha corrida e pelas informações das autoridades militares que procederão às indagações necessárias para apurar as qualidades moraes do candidato, inclusive o seu estado civil”. SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 2.490-A, de 25 de maio de 1914**. Dá regulamento para o Curso Especial Militar.

Acerca dos objetivos da Revolta, segundo o tenente João Baptista Nitrini “uns diziam que a revolução era para conseguir anistia aos revoltosos de julho de mil novecentos e vinte e dois e outros diziam que era para depor o chefe da Nação”. Com a eclosão do movimento, Nitrini recebeu a missão de fazer guarda na sala do comandante do Corpo Escola onde eram mantidos alguns prisioneiros, dentre eles o general Abílio de Noronha, comandante da 2ª Região Militar, o coronel Martins Francisco Cruz, comandante do 4º Batalhão de Caçadores, o capitão Euclides Espindola do Nascimento e o senador Rodolpho Miranda.³⁵⁶

Muito embora Nitrini tenha afirmado que foi pressionado por Miguel Costa a entrar na Revolta, que chegou a chamá-lo de “covarde e poltrão” a fim de persuadi-lo, a missão atribuída ao tenente, de guardar o aprisionamento de militares em postos extremamente importantes para as forças legalistas, indicava uma alta confiança do major para com ele. Posteriormente tais prisioneiros foram transferidos para o prédio da Cadeia Pública, também sob a guarda de Nitrini.³⁵⁷

O fato de a Cadeia Pública ser vizinha aos quartéis policiais também influenciou em algumas aproximações. Neste sentido, o prisioneiro Michel Trad, autor do famoso “crime da mala”³⁵⁸, em suas declarações sobre os ocorridos na Cadeia em meio à Revolta, afirmou que o carcereiro requisitava aos revoltosos mantimentos para os prisioneiros, mas os levava para a casa de sua amante, que era irmã de Miguel Costa.³⁵⁹ Em bilhete recolhido pela polícia na casa de Josephina Costa, a referida irmã do major, é possível verificar uma certa proximidade dela com o carcereiro Francisco Gonçalves do Nascimento, promovido na ocasião a diretor interino.³⁶⁰ Quando interrogada, Josephina disse que tinha sido, há muitos anos, noiva de Francisco, e que ela havia chegado há pouco tempo de Portugal. Nos primeiros dias após a sua chegada, se hospedou na casa de seu

³⁵⁶ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 11, f. 149-151, v. 22, f. 62.

³⁵⁷ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 22, f. 53.

³⁵⁸ Ver 8 em Mapa 3. Caso do comerciante sírio Michel Trad que assassinou seu sócio Elias Farhat, em setembro de 1908, e ocultou o cadáver em uma mala. FAUSTO, Boris. A morte na mala. **Revista Piauí**, ed. 95, ago. 2014. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-morte-na-mala/> Acesso em 24 set. de 2022.

³⁵⁹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 22, f. 66-71. Fuga de detentos. **Diário Popular**, São Paulo, 29 jul. 1924, p. 1.

³⁶⁰ O breve bilhete dizia “Dª Josephina. Apesar de me achar na cama, se necessitar de alguma coisa de mim serei capaz de fazer. Dr. Nascimento.” APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 22, f. 53, 102.

irmão Miguel, que era assiduamente frequentada por seus companheiros de armas e algumas vezes por Joaquim Távora.³⁶¹

Tendo como base um mapa presente no processo judicial junto à documentação apreendida, que retrata a localização dos Quartéis da Força Pública na região da Luz, alguns pontos foram enumerados³⁶². A partir dele é possível notar não só a proximidade dos espaços destinados à Força Pública, bem como a residência de alguns de seus membros aqui citados. A chamada Vila Barbosa (indicada com o nº 14 no mapa), próxima aos quartéis, reunia residências de vários membros indiciados da Força Pública, como João Baptista Nitrini, na rua Amélia Sá Barbosa, nº 21; Índio do Brasil, em endereço fornecido para seu registro de identificação em 1921 era rua Francisca Sá Barbosa, nº 9³⁶³; tenente Augusto Abrantes, na rua Gabriela Sá Barbosa, nº2; tenente Gordiano Pereira, na rua Benedita Sá Barbosa, nº1 e o tenente da Guarda Cívica Benjamin Nery³⁶⁴, na rua Odette Sá Barbosa, nº 23.

Retomando a ideia das redes estabelecidas entre os revoltosos, podemos perceber que nos casos de membros da Força Pública aqui levantados, se entrecruzavam laços de amizade, relações hierárquicas na corporação em que trabalhavam, relações familiares e de vizinhança. Procurando entender os espaços de sociabilidade difusores das ideias revoltosas podemos apontar a Escola Militar do Realengo, pois muitos dos envolvidos foram ali contemporâneos; o Clube Militar, com as acaloradas discussões acerca das Cartas Falsas; os quartéis do Exército, com as frequentes transferências que acabaram por espalhar o movimento por várias partes do país; a região dos quartéis da Força Pública, na Luz; bem como o compartilhamento de moradias, vizinhanças ou vínculos familiares. Além disso, há ainda o caso das prisões de militares envolvidos nos levantes de 1922 e daqueles que se sucederam ao longo e após as revoltas de 1924.

2.3 Vigilância, prisões e punições

Como já mencionado anteriormente, a intensificação das redes de sociabilidade e solidariedade entre os militares revoltosos se deu, principalmente, a partir das transferências feitas pelo governo na tentativa de dismantelar novos possíveis levantes.

³⁶¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 33, f. 308.

³⁶² Ver Mapa 3 no Capítulo I.

³⁶³ IIRDG. **Identificação de Índio do Brasil**. Ficha de nº 6141-4.

³⁶⁴ Augusto Abrantes, Gordiano Pereira e Benjamin Nery eram tenentes da Força Pública de São Paulo condenados enquanto coautores da revolta.

Além de despertar solidariedades, os transferidos propagaram e organizaram outras revoltas nas localidades para onde foram enviados³⁶⁵. Em 1924, além de São Paulo, houve diversos levantes que mobilizaram estes contatos no Rio Grande do Sul, Sergipe, Pará e Amazonas.³⁶⁶

As revoltas militares iniciadas em 1922 estimularam a intensificação da organização da polícia política brasileira, que já vinha sendo ampliada no pós Primeira Guerra. A Inspetoria de Segurança Pública, criada em 1915 e estruturada inicialmente em dez seções, sendo uma de “ordem social” e outra de “segurança pública”, foi transformada por Arthur Bernardes, em 1922, na 4ª Delegacia Auxiliar, cujo antigo inspetor foi substituído por um auxiliar direto do Chefe de Polícia e poderia ser selecionado entre os oficiais da corporação. Em decreto, autorizava que um militar assumisse a Chefia de Polícia, cargo antes reservado aos bacharéis em Direito. Assim, foi nomeado o marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura, que ficou no cargo até abril de 1926, que antes, enquanto comandante da Região Militar, sufocou prontamente o levante de julho de 1922. Quando os levantes em 1922 se iniciaram, as forças legalistas estavam prontamente preparadas devido ao trabalho de vigilância exercido pela então Inspetoria. Diversas prisões e transferências entre os militares foram promovidas antes mesmo da eclosão da Revolta no intuito de desarticular suas organizações. O mesmo ocorreu com relação as revoltas subsequentes. Em 1924, a polícia carioca ao saber da eclosão do movimento em São Paulo, agiu energicamente e prendeu vários anarquistas e outros opositoristas, como o advogado Evaristo de Moraes, José Oiticica e Maurício Lacerda.³⁶⁷

³⁶⁵ Caso semelhante é citado por Savage sobre a formação do sindicalismo dos ferroviários, auxiliada pela prática das empresas em transferir seus trabalhadores entre estações e depósito, facilitando assim o trabalho de ativistas no desenvolvimento de atividades sindicais. SAVAGE, Espaço, redes..., op. cit., p. 26.

³⁶⁶ CASTRO, Maria Clara Spada de. **Além da Marcha: a (re)formação da Coluna Miguel Costa – Prestes**, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016. No fundo Arthur Bernardes foi possível localizar uma correspondência do governador de Alagoas datado de 15 de agosto indicando o nome de pessoas que ajudaram a conter a revolta naquele estado, o que carece de maiores estudos e sugere ter havido articulações em outros estados para além dos inicialmente citados. Arquivo Público Mineiro. **Fundo Arthur Bernardes**. Notação: AB-PR-CX. 83. Doc. 296/1551. Ainda sobre a ocorrência de revoltas em outros lugares, Abílio Noronha cita o deslocamento do 6º Batalhão de Caçadores, de Ipameri, Goiás até Campinas em adesão aos revoltosos, mas que de lá voltaram sem prestar auxílio. NORONHA, op. cit., p. 79.

³⁶⁷ BRETAS, Marcos Luiz, Polícia Política no Rio de Janeiro dos anos 20. **Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 3, 1997, p. 25–33. SILVA, op. cit., p. 127. BRASIL. **Decreto nº 15.848, de 20 de novembro de 1922**. Modifica algumas disposições dos regulamentos da Polícia Civil do Distrito Federal. DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 198-199. SAMIS, Alexandre. **Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil**. São Paulo: Entremares; Intermezzo, 2019, p. 140-143.

Em relatório ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, datado de 18 de julho de 1924, o chefe de polícia do Distrito Federal Carneiro da Fontoura, dizia-se nem um pouco surpreso com a eclosão da Revolta que tomou a cidade de São Paulo, pois a “propaganda revolucionária” era intensa desde o começo daquele ano, o que o obrigava “a trazer em constante vigilância alguns indivíduos, civis e militares, costumazes conspiradores, e que, aliás, tiveram parte saliente na luta em torno da última candidatura presidencial, culminada pela sublevação de 5 de julho de 1922”. Informava ainda que confiou as investigações do caso ao 4º Delegado Auxiliar e este apurou que “os conspiradores procuravam obter o concurso de anarquistas e comunistas ao mesmo tempo que estendiam a propaganda da sedição entre os seus coligados, oficiais do Exército pertencentes às guarnições do Norte e Sul da República”, e que à respeito disso, já tinha levado ao conhecimento dos governos federal e estadual de São Paulo e dos generais Abílio de Noronha, comandante da 2ª Região Militar, e Carlos Arlindo, comandante da 3ª Brigada de Infantaria, bem como ao coronel Abreu Lima, comandante do 4º Regimento de Infantaria de Quitauína.³⁶⁸

O general Noronha, por sua vez, confirmou em suas memórias que, em 23 de dezembro de 1923, foi informado de uma reunião secreta que ocorreria no 4º Regimento de Artilharia Montada, em Itu, e que repassou tal informação ao respectivo comandante, de quem, dias depois, recebeu uma correspondência que lhe assegurava não ter havido reunião alguma, e que, devido as férias de Natal e Ano Novo, quase todos os oficiais se encontravam dispensados.

Em março de 1924, Noronha recebeu novas informações de Fontoura. Desta vez, lhe avisava que o “mazorqueiro Mór Ximeno”, em referência ao general Villeroy, havia partido, no dia anterior, do Rio para São Paulo, “dizendo que ia assumir o comando das forças revoltadas”. Assim que recebeu tal carta, o general foi repassar seu conteúdo ao presidente de estado Washington Luís, que lhe disse que podia ficar tranquilo “porque durante o seu governo não haveria nenhuma perturbação da ordem em São Paulo.”³⁶⁹ De fato, a Revolta se iniciaria no mandato de seu sucessor, Carlos de Campos, empossado em maio daquele mesmo ano.

³⁶⁸ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 1, f. 3-4.

³⁶⁹ NORONHA, op. cit., p. 101-104.

O general, comandante da 2ª Região Militar, quando em reunião com o Ministro da Guerra na capital Federal, em fins de junho, solicitou “remoções urgentes dos tenentes-coronéis Olyntho de Mesquita Vasconcelos, comandante do 2º Grupo de Artilharia de Montanha, e Bernardo de Araujo Padilha, do 5º de Caçadores”, militares de importância para os planos do movimento. Este último “tinha antecedentes que não o recomendavam, pois fora o comandante de um batalhão que, em Florianópolis, tinha saído à rua para depor o governador na noite de 15 para 16 de novembro de 1922”.³⁷⁰ Essas transferências não ocorreram a tempo de atrapalhar os levantes de julho de 1924, embora fossem parte da estratégia governamental para lidar com a situação.

Nos arquivos do presidente Arthur Bernardes foi possível localizar cópias de documentação produzida pela vigilância, relatórios de informantes destinados ao marechal Fontoura e documentação apreendida produzida pelos revoltosos. Em cartas datadas de março, abril e junho de 1924 é possível notar que o governo federal já sabia que os implicados nos movimentos de 1922 tinham novos planos de “revolução” com a intenção de “republicanizar a república”. Após a Revolta de 1924, com estabelecimento do processo judicial e com a dificuldade da polícia em prender vários dos revoltosos, a vigilância se tornou intensa sobre os familiares e possíveis contatos dos foragidos, como os condenados que já havia ou estavam cumprindo suas penas.³⁷¹

Os militares envolvidos na Revolta de 1924 acabaram sendo processados com base no Código Penal e não no Código da Justiça Militar. Muitos foram presos ocupando o mesmo lugar de presos comuns, contrariando o artigo 47 do Código Penal, que previa para crimes políticos o cumprimento da pena de reclusão “em fortalezas, praças de guerra, ou estabelecimentos militares”.³⁷²

Segundo Isabel Aragão,

além da supressão das liberdades civis, incontáveis violências e arbitrariedades foram cometidas em nome de uma suposta legalidade. Violências e arbitrariedades essas que abrangeram desde a manutenção de diversos prisioneiros sem culpa formada, até a tortura e o assassinio de civis e militares. Expunha uma organização policial que empregava não apenas guardas e

³⁷⁰ Ibidem, p. 108–109. Há relatórios de vigilância que citam Padilha e outros no Arquivo Público Mineiro. **Fundo Arthur Bernardes**. Notação: AB-PR-CX76.

³⁷¹ Arquivo Público Mineiro. **Fundo Arthur Bernardes**. Notação: AB-PR- CX.76, CX. 92. No fundo Arthur Bernardes é possível localizar documentação produzida sobre a vigilância exercida sobre a esposa do general Isidoro Dias Lopes e dos deputados Batista Lusardo e Azevedo Lima. Notação: AB-PR-CX. 87. Isabel Aragão cita a vigilância exercida sobre o general Augusto Ximeno de Villeroy, que localizou no APERJ, DESPS, notação 251. ARAGÃO, op. cit., p. 175.

³⁷² SOARES, op. cit., p. 144.

agentes policiais corruptos, mas uma polícia que tinha também aos seu dispor uma hierarquia judiciária de um nível elevado.³⁷³

Foi comum entre os condenados uma sucessão de transferências entre os espaços prisionais. O Estado sabia que os presos continuavam a conspirar, inclusive porque o movimento seguia, durante os anos subsequentes, com a marcha da Coluna Prestes, e assim tentava dificultar as possíveis articulações.

Um destes casos, de submetidos às diversas transferências, foi o tenente Arlindo de Castro Carvalho, que em fevereiro de 1923, sendo doutor em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi nomeado segundo tenente médico e enviado para o 4º Regimento de Artilharia Montada em Itu. Em junho de 1924, enquanto primeiro tenente, foi transferido para o 2º Grupo de Artilharia de Montanha, de Jundiá. Por envolvimento na Revolta, em 11 de agosto daquele ano, Arlindo foi preso no 4º B.C., em São Paulo. Em outubro, foi mandado de volta ao Rio de Janeiro, onde, no dia 4, foi preso no 1º Regimento de Cavalaria Divisionário (1º R.C.D.), em São Cristóvão. No dia 20 foi novamente enviado a São Paulo para ser ouvido pelo Procurador da República.

A fé de ofício de Arlindo Carvalho não explicita quando exatamente foi enviado a Ilha Grande, porém, em 6 de julho de 1925 consta: “foi público ter o Senhor Ministro determinado que venha da Ilha Grande e seja recolhido a um dos Corpos da 1ª Região, a fim de ser ouvido pelo Procurador Criminal da República, regressando logo após.”³⁷⁴ O *Correio da Manhã* noticiou o ocorrido e informou que havia chegado do presídio de Ilha Grande para serem ouvidos pelo Procurador o capitão Jayme de Almeida, o tenente médico Arlindo de Castro Carvalho e o tenente José de Souza Carvalho e que “logo que terminem os seus depoimentos, esses oficiais regressarão de novo ao presídio militar, onde aguardarão a decisão do processo a que respondem ao foro civil”.³⁷⁵

Em outubro de 1925, foi concedido ao tenente médico um *habeas corpus* pelo Supremo Tribunal Federal. No entanto, em dezembro, “pronunciado pelo Juiz Federal como envolvido nos acontecimentos revolucionários de 5 de julho do ano passado” foi novamente preso no 1º R.C.D., em São Cristóvão. Em março de 1926, foi transferido para

³⁷³ ARAGÃO, op. cit., p. 122, 132–133.

³⁷⁴ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 158, f. 127-135. AHEx. **Assentamento de Arlindo de Castro Carvalho**. XIII-7-7.

³⁷⁵ Para serem ouvidos pelo procurador criminal da República. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 7 jul. 1925, p. 2.

um dos Corpos da 1ª Região Militar, não sendo especificada na documentação para qual. Em 22 de novembro, “foi mandado conduzir do Regime Naval, para o H.C.E.”.³⁷⁶

Do Hospital Central do Exército, Arlindo de Castro Carvalho foi enviado para Ilha Trindade. Em seu retorno, já em julho de 1927, Arlindo foi designado para auxiliar “o serviço clínico” do HCE. Doze dias depois, teve seu alvará de soltura publicado, “visto já ter cumprido a pena de dois anos de prisão a que foi condenado”. Entretanto, em janeiro de 1928, consta que “não foi encontrado em sua residência, a fim de ser preso, por ordem superior” e por conta disso foi declarado desertor. Em 11 de fevereiro de 1929, se apresentou espontaneamente e ficou preso por 7 meses. Em liberdade, foi mandado servir no 6º Batalhão de Caçadores em Ipameri, Goiás.³⁷⁷

Um segundo caso é de Honorato Augusto Duguet Leitão, ingressante na Escola Preparatória e de Tática do Realengo em junho de 1898. Em 1922, ingressou na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, sendo transferido em maio para o 6º Regimento de Artilharia Montada, em Cruz Alta, Rio Grande do Sul. No ano seguinte acabou sendo transferido para o 2º Grupo Independente de Artilharia Pesada, em Quitaúna, São Paulo, onde permaneceu até 1924.³⁷⁸

Em 9 de julho, o capitão Honorato Leitão foi designado para comandar seu grupo que aderiu a Revolta, entretanto, neste mesmo dia, “foi preso quando tentava passar de automóvel perto do 4º Batalhão de Polícia”. Em declarações prestadas em 26 de agosto de 1924 no Arsenal da Marinha, disse que soube do movimento na noite do dia 5 de julho, em sua residência. Seguiu para o quartel em Quitaúna e lá ficou, sem ter recebido ordens até o dia 10. Sem ter notícias de sua família, resolveu ir a São Paulo, onde foi preso pelo 4º Batalhão da Força Pública, que de início era legalista. Após a rendição do referido batalhão aos revoltosos, foi posto em liberdade, se recolheu em sua residência e lá ficou “aguardando os acontecimentos”.

Apesar de ter alegado não haver recebido missão alguma, o capitão confirmou que assinou requisições, reconhecendo suas assinaturas que lhes foram exibidas “em número superior a trezentas”. Informou ainda que não participou dos planos do movimento, que ficou sabendo pelo coronel Paulo de Oliveira que a finalidade da revolta era a substituição do governo federal vigente por uma ditadura, que com a retirada dos revoltosos da cidade,

³⁷⁶ AHEX. **Assentamento de Arlindo de Castro Carvalho**. XIII-7-7.

³⁷⁷ AHEX. **Assentamento de Arlindo de Castro Carvalho**. XIII-7-7.

³⁷⁸ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 158, f. 21-22.

quis se apresentar aos legalistas e que por ordem destes, encaminhou-se, no dia 31, para a capital, onde foi recolhido ao vapor Cuiabá.³⁷⁹

Após sua prisão no Rio de Janeiro, Duguet Leitão foi enviado a Ilha Grande onde ficou de 7 de agosto de 1924 a 23 de janeiro de 1925. De Ilha Grande, foi enviado para o 1º R.C.D., em São Cristóvão. Em março de 1926 foi preso na Hospedaria de Imigrantes do Estado de São Paulo e em maio foi transferido para o quartel do 4º Batalhão de Caçadores. Posto em liberdade, em 20 de junho de 1927, por já ter cumprido sua sentença, de dois anos de reclusão, em fevereiro do ano seguinte, “foi de ordem do senhor Ministro mandado recolher preso ao quartel do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária”, de onde seguiu para a Fortaleza de Santa Cruz. Em janeiro de 1929 foi posto em liberdade e em março foi reformado, “visto ter atingido a idade para a reforma compulsória”.³⁸⁰

Segundo Aragão, na repressão às revoltas tenentistas foram utilizados os seguintes espaços prisionais:

Na capital, serviam a este fim a Polícia Central – 4ª Delegacia Auxiliar de Polícia - e as Casas de Correção e Detenção; em São Paulo, a Hospedaria dos Imigrantes transformada em presídio; nos portos, os navios-prisões Alfenas, Benevente, Cuyabá, Jaceguay, Campos, Jahu, Manaus, Baependy e Comandante Vasconcelos – todos requisitados do Lloyd Brasileiro – alguns servindo como prisão [...] outros levando contingentes infelizes, à bordo, para prisões em ilhas oceânicas: Ilha Grande (Lazareto e Colônia Correccional Dois Rios); Ilha de Trindade e, finalmente, à fronteira com a Guiana Francesa, no Oiapoque, para o campo de desterro da Clevelândia. O Audaz, o Mario Alves, o Tonelero, o Laurindo Pita, o Tenente Cláudio eram alguns dos rebocadores usados para levar presos para as Ilhas [...] de Bom Jesus, Ilha das Flores e a Ilha Rasa. [...] Serviam como prisão somente de militares: os quartéis do Corpo de Bombeiros; a Escola de Estado Maior; o Batalhão Naval; a Ilha das Cobras; o 1º e 2º Regimento de Infantaria; o 1º Regimento de Cavalaria Divisionária (RCD) no Rio de Janeiro; o 4º Batalhão de Caçadores de Santana, em São Paulo; a Ilha Trindade, no litoral do Espírito Santo; e outros corpos da 1ª Região Militar no Rio de Janeiro, como a Fortaleza de Santa Cruz, Fortaleza de Lage, entre outros.³⁸¹

³⁷⁹ STF. Sucessos Subversivos de São Paulo. Julgamento da Apelação..., op. cit., p. 115. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 4, f. 470-475; vol. 13, f. 668; vol. 27, f. 179.

³⁸⁰ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 158, f. 23. AHEx. **Assentamento de Honorato Augusto Duguet Leitão**. IV-13-26. Quando procurada a fé de ofício de Honorato Leitão no AHEx, a documentação encontrada diz respeito ao período posterior a 1929. Isso ocorreu com outros vários oficiais. Muito provavelmente a Justiça solicitou junto ao Ministério da Guerra as fés de ofício dos indiciados e possivelmente foram enviadas as originais. Encontram-se nos volumes 155 a 158 do processo. Com relação a documentação do AHEx que diz respeito a Honorato, consta que ele foi reformado compulsoriamente, por Decreto de 21 de março de 1929, no posto de Capitão, com honras de Major, em virtude de haver atingido a idade limite. Todavia, em mensagem n. 153, o Ministério da Guerra ao presidente, em 1º de abril de 1942, consta a resposta de um requerimento de revisão, no qual afirma o direito a promoções modificando sua reforma no posto de coronel.

³⁸¹ ARAGÃO, op. cit., p. 193-194.

A Constituição de 1891 previa em seu artigo 80, referente ao estado de sítio, as seguintes medidas de repressão a serem impostas: “detenção em lugar não destinado aos réus de crimes comuns” e “desterro para outros sítios do território nacional”. Enquanto o primeiro item não era respeitado, o segundo foi utilizado amplamente, na repressão à Revolta da Vacina, em 1904, à Revolta dos Marinheiros, em 1910, às greves da década de 1910 e às revoltas ocorridas na década de 1920.

No Oiapoque, em 1919, foi fundada a colônia Agrícola de “Cleveland” para “ocupação e desenvolvimento” da região fronteira com a Guiana Francesa, atual território do Amapá, mas que no período integrava o Pará. Apesar das dificuldades sanitárias, em julho de 1922, o local passou a receber “algumas dezenas de famílias de trabalhadores nacionais”. Em 1924, foi transformada em campo de desterro como medida necessário do “governo para conter os motins que o assolavam e que se espalhavam por todo o país”.³⁸²

Em relatório de 1926, consta que dos 946 desterrados na Clevelândia, 408 eram oriundos do combate de Catanduvás, no qual os revoltosos de São Paulo acabaram cercados por forças legalistas e sofreram fortes baixas pouco antes de se encontrarem com os revoltosos do Sul, liderados por Luiz Carlos Prestes. Dos ali mantidos, 419 eram procedentes do Rio de Janeiro e 119 do Amazonas. Do total, 401 foram classificados como “indesejáveis”, em sua maioria categorizados enquanto “vadios” e “capoeiras”, em geral sem qualquer formalidade judicial. Ali, 491 deles haviam morrido, a maioria de disenteria, seguido de malária, tuberculose e outras moléstias agravadas devido às péssimas condições sanitárias, de alimentação e de exploração do trabalho forçado.³⁸³

Segundo relato de Lauro Nicacio, sargento do Exército preso em Catanduvás e que não foi condenado no processo, mas, mesmo assim enviado para Clevelândia, quando lá chegou, os barracões eram insuficientes para alojar os mais de 500 desterrados que ali desembarcaram. A maior parte passou a dormir no chão, sob as árvores, até que eles mesmos construíssem ranchos. Com o passar do tempo, devido às péssimas condições, o hospital e enfermaria do local não davam conta de receber o grande número de doentes, que passaram a morrer nos barracões e ranchos que habitavam.³⁸⁴

³⁸² SAMIS, op. cit., p. 212-220.

³⁸³ BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891**. PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 89-104. SAMIS, op. cit., p. 238-242.

³⁸⁴ DIAS, Bastilhas Modernas..., op. cit., p. 238-246.

Outro lugar de desterro era a Ilha Trindade, distante cerca de 1.140 km de Vitória e 2.400 km do Rio de Janeiro. Segundo Everardo Dias, a Ilha foi utilizada como desterro em 1926 para “meia centena de homens quase todos pertencentes ao Exército e à Armada, em sua maioria graduados”³⁸⁵. Juarez Távora, preso no Piauí em dezembro de 1925, foi enviado em um primeiro momento ao Rio de Janeiro, onde ficou recolhido 1º R.C.D., junto a Carlos Chevalier e Eduardo Gomes. Em suas memórias descreveu que ali eram “tratados com alguma consideração”, onde podiam receber visitas de parentes. Em uma destas visitas, os três prisioneiros tiveram acesso a uma serra, com a qual planejaram serrar as grades e fugir. A empreitada, que se prolongou por quase uma semana, deu acesso às janelas externas, e no momento de serrarem estas últimas, foram pegos. Em consequência, foram juntamente com outros revoltosos que estavam recolhidos em outras prisões, enviados para a Ilha.³⁸⁶

Após três dias de viagem, os mais de trinta oficiais que foram embarcados chegaram na Ilha Trindade. Lá, os primeiros prisioneiros, revoltosos de Sergipe, haviam construído barracos com tábuas recobertos com folhas de flandres (material composto de ferro e aço, revestido com estanho), alojamento insuficiente para os que chegavam e que passaram a se abrigar inicialmente em barracas levadas no navio até que construíssem mais um barracão. Com relação à alimentação, recebiam bimensalmente conservas enlatadas trazidas pelo navio que transportava a tropa de revezamento da Marinha, sendo o pescado a base alimentar do grupo.³⁸⁷

³⁸⁵ **Programa de pesquisas científicas na Ilha da Trindade.** Marinha, 2022. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/psrm/protrindade> Acesso em 11 de junho de 2022. DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas: 1924-1926.** São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 210. Documento datado de 06 de outubro de 1926 aponta para os seguintes civis presos na Ilha Trindade: Antonio do Valle, Pedro Nery Ferreira, Joel Carlos de Almeida, Severino Alves de Oliveira. Arquivo Público Mineiro. **Fundo Arthur Bernardes.** Notação: AB-PR-CX. 100. Doc. 292/5478. “Pelo vapor Cuiabá chegaram ontem, a esta Capital, vindos da Ilha da Trindade, a fim de baixarem ao Hospital Central do Exército, os seguintes oficiais presos: General Sylvestre Rocha, capitães Mario de Magalhães Cardoso Barata, Sólton Lopes de Oliveira, Francisco Pereira da Silva, Godofredo Franco de Faria, primeiros tenentes Olyntho Denys, Langleberto Pinheiro Soares, médicos Arlindo de Castro Carvalho, Jose Athayde da Silva e o 2º tenente Aurelio Py”. Vieram da Trindade e baixaram ao Hospital do Exército. **O Jornal.** Rio de Janeiro, 8 out. 1926, p. 2. “Vieram anteontem da Ilha Trindade [...] foram mandados recolher presos aos seguintes estabelecimentos: Ao Regimento Naval - capitão Juarez do Nascimento Fernandes Távora, 1ºs tenentes Arlindo Maurity da Cunha Menezes, Roberto Carneiro de Mendonça, Carlos Saldanha da Gama Chevalier, João Soarino de Mello, Eduardo Gomes, Luiz Cordeiro de Castro Afilhado e Aristóteles de Souza Dantas; À Ilha Grande - capitão Miguel de Vasconcellos Querê, 1ºs tenentes Raphael Fernandes Guimarães, Jonathas de Moraes Correa e 2º tenente Syllas Furtado Soares de Meirelles; ao Hospital Central do Exército, em vista do seu estado de saúde, o 1º tenente Augusto Maynard Gomes”. Os que voltam da Ilha da Trindade. **Correio da Manhã,** Rio de Janeiro, 5 dez. 1926, p. 3.

³⁸⁶ TÁVORA, Uma vida..., op. cit., p. 197–207.

³⁸⁷ Ibidem, p. 208–213.

Em janeiro de 1927, *O Jornal* denunciava as condições que havia na Ilha Trindade, chegando a publicar uma carta dos prisioneiros enviada ao comandante do presídio, que apontavam para os casos de doenças e as condições precárias, “para não dizer miserável, em que se encontra cerca de 100 soldados presos à beira mar, desde há cinco meses, maltrapilhos e descalços, na maior parte, deficientemente alimentados e forçados aos trabalhos de pesadas faxinas diárias”. Devido às tais circunstâncias, noticiava a morte do sargento Oliveira e dos soldados Julio Lopes e Raymundo da Fonseca. Segundo o jornal, saíram da Ilha doentes 17 oficiais, dentre eles o tenente médico Arlindo de Castro Carvalho. O regresso do restante do grupo para o Rio de Janeiro ocorreu em fins de novembro de 1926, com o término do mandato de Arthur Bernardes, sendo Távora e outros encaminhados para a Ilha das Cobras.³⁸⁸

Alguns oficiais da Força Pública também foram presos em fortalezas militares, como os tenentes Benedicto Marcondes da Costa, Gordiano Pereira, Benjamin Nery, José de Oliveira França, João Cabanas, capitão Índio do Brasil e o sargento Antonio do Nascimento mantidos na Fortaleza de Santa Cruz.³⁸⁹ No entanto, boa parte dos membros da FPSP ficou mantida no Presídio da Imigração.

Em São Paulo, a Hospedaria de Imigrantes foi inaugurada em 1888 no bairro do Brás, próxima às linhas das Estradas de Ferro São Paulo Railway, que ligava Santos ao interior, e Central do Brasil, que levava ao Rio de Janeiro. O espaço se destinava a hospedar provisoriamente imigrantes e trabalhadores nacionais que chegavam à São Paulo e que seguiriam para as fazendas produtoras de café em substituição à mão de obra negra até então escravizada. O estabelecimento da Hospedaria integrava, juntamente com as propagandas feitas na Europa e os subsídios de passagens, as políticas migratórias do contexto do pós-abolição, que visavam o branqueamento da população, na virada do século XIX para o XX.³⁹⁰

Em 1924, parte da Hospedaria foi transformada em presídio onde eram mantidos alguns dos que respondiam ao processo por envolvimento na Revolta. Segundo

³⁸⁸ Ibidem, p. 215. Na Sibéria que o quadriênio passado criou no Brasil. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 2 jan. 1927, p. 5

³⁸⁹ Revolucionários recolhidos à fortaleza de Sta. Cruz. **Correio Paulistano**, São Paulo, 14 jul. 1927, p. 8. Revolucionários de S. Paulo às portas da liberdade. **Diário Nacional**, São Paulo, 18 jun. 1929, p. 5.

³⁹⁰ PAIVA, Odair da Cruz; MOURA, Soraya. **Hospedaria de Imigrantes de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 5 e 76. DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Senac, 2004.

levantamento feito com base no processo, 81 indiciados passaram pelo Presídio da Imigração. No entanto, “há poucas informações sobre este episódio, uma delas vem de uma fotografia tirada pela Polícia Técnica que registrou a fuga de um grupo de prisioneiros, cujo instrumento utilizado para a fuga foi a *Teresa*, a tão conhecida corda feita de lençóis”³⁹¹

O caso citado por Paiva e Moura foi promovido por dois ex-alunos da Escola Militar, excluídos por envolvimento nos levantes de 1922, Paulo Vieira da Rosa e Diogo de Figueiredo Moreira Júnior, que foram acompanhados do mecânico austríaco Pedro Muller. Este último, residia no Núcleo Colonial Monção e foi preso por envolvimento no levante em Avaré, no interior do estado. Diogo de Figueiredo Moreira Júnior, por sua vez, foi preso nos combates de ocupação ao prédio do Telégrafo Nacional, no dia 5 de julho, na capital paulista. Frequentava as reuniões de planejamento que ocorriam na rua Valtier e acabou sendo condenado enquanto cúmplice. Paulo Vieira da Rosa, filho do general José Vieira da Rosa, foi preso por forças legalistas na manhã do mesmo dia 5, em companhia de Osmar Soares Dutra, também ex-aluno da EMR. Ambos alegaram que estavam de passagem por São Paulo e não foram condenados. O primeiro dizia que tinha como destino Campinas, onde pretendia arranjar emprego numa agência elétrica, e Osmar, que se dirigia para uma fazenda no Mato Grosso.³⁹²

Na madrugada de 1 de abril de 1925, Paulo, Diogo e Pedro retiraram algumas telhas do salão onde estavam presos, passaram para outro pavilhão da Imigração, de onde acessaram o escritório do presídio. Utilizando lençóis desceram ao pátio e acessaram a linha do trem e a rua. Os ex-alunos da Escola Militar acabaram localizados e presos em Santa Catarina, retornados para o mesmo presídio, enquanto Pedro Muller seguiu foragido.³⁹³

Outra tentativa de fuga da Imigração foi registrada pelos jornais, desta segunda vez envolvendo o tenente de cavalaria da Força Pública Octaviano Gonçalves da Silveira:

Cerca das 22 horas, o sargento do serviço da imigração, foi procurado por um soldado, que lhe disse estar de sentinela à porta do presídio e que, por se

³⁹¹ PAIVA; MOURA, op. cit., p. 76. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 112, f. 131; vols. 120 e 162.

³⁹² TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 206. TÁVORA, Uma vida..., op. cit., p. 132. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 1, f. 111-114; vol. 112, f. 131; vols. 120 e 162. STF. **Sucessos Subversivos de São Paulo**. Julgamento da Apelação..., op. cit., p. 243-244.

³⁹³ No Presídio da Imigração. **Correio Paulistano**, 13 ago. 1925, p. 4. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 162, f. 7.

encontrar atacado de uma dor horrível na bexiga, pedia licença para ir ao médico. O sargento reprovou-o por ter abandonado o posto, mas este justificou-se com a enfermidade que dizia insuportável.

Intimado a voltar para o posto, o soldado fê-lo imediatamente, mas em caminho, passando por um daqueles muros altos que contornam o edifício, tentou saltá-lo, no que foi obstado pelo aspirante Julio Vianna de Alcantara, que lhe deu voz de prisão, conduzindo-o a presença do major Alípio Ferraz.

O soldado trazia no quepe o n. 93. Pedindo informações no corpo de guardas, foi averiguado que nenhum soldado desse número estava de serviço. Então, tirando-lhe o capote, viram que o soldado vestia ‘culote’ e botas de oficial do Exército; verificou-se também que o seu bigode era postiço. Afinal, o preso era o tenente Octaviano Gonçalves da Silveira, genro do coronel João Francisco, e que se acha internado naquele presidio.³⁹⁴

Antes destas tentativas de fugas individuais, em 1º de fevereiro de 1925, segundo jornais, foi descoberto e desmantelado um plano que previa a libertação de presos e a tomada de armas da guarnição que fazia a guarda do edifício.

A delegacia de ordem social [...] acaba de fazer abortar um movimento sedicioso, que devia rebentar ontem, das 2 às 3 horas da madrugada, nesta capital. [...] Engendrado no Rio por oficiais do Exército, e contando nesta capital com elementos civis e alguns militares, que já tomaram parte da sedição de julho, o movimento tinha por objetivo um ataque ao edifício da Imigração, onde se acham recolhidos militares e civis envolvidos na rebelião de julho, entre eles alguns de destaque pela atuação que tiveram naqueles sucessos, como o general Ximeno de Villeroy, o tenente aviador Eduardo Gomes, o ex-tenente da Força Pública Arlindo de Oliveira, o ex-capitão Índio do Brasil e outros.³⁹⁵

Arlindo de Oliveira, também genro do coronel João Francisco, acabou sendo transferido, juntamente com outros envolvidos, da Imigração para a Cadeia Pública. Segundo documentação da vigilância, no Rio de Janeiro os planos contavam com apoio de revoltosos foragidos na Capital Federal que também acabaram presos, entre eles o ex-aluno da Escola Militar João Baptista Monteiro, que declarou que “deveria assumir o comando dos amotinados o tenente Arlindo de Oliveira que se acha[va] recolhido naquela hospedaria dirigindo um ataque aos quartéis de cavalaria e corpo Escola Força Pública”.³⁹⁶

Ao que parece, após a descoberta destes planos a repressão endureceu ainda mais sobre os que estavam aprisionados na Imigração. O juiz federal, responsável pela formação de culpa dos indiciados, interveio em carta ao Secretário de Justiça do Estado

³⁹⁴ Do Presidio da Imigração: um genro de João Francisco tentou evadir-se. **O Combate**. São Paulo. 02 mai. 1925, p. 1.

³⁹⁵ Uma tentativa de sedição em São Paulo. **O Combate**. São Paulo, 02 fev. 1925, p. 1.

³⁹⁶ Arquivo Público Mineiro. **Fundo Arthur Bernardes**. Notação: AB-PR-CX. 89. Doc. 292/2769 e 292/2782.

de São Paulo, Bento Bueno, alegando que os acusados não podiam ficar incomunicáveis pois alegariam cerceamento de defesa e isso prejudicaria seu trabalho.³⁹⁷

Nesse sentido, uma publicação do jornal *O Combate*, de 15 de janeiro de 1926, reproduzia uma carta assinada por alguns dos presos políticos da Imigração destinada ao diretor do jornal. Denunciavam as péssimas condições de higiene do local e outras ocorrências como o fato de estarem sendo enviados para lá criminosos comuns e o não cumprimento de determinações judiciais mesmo após a suspensão do estado de sítio. Citavam também o caso do sargento da Força Pública Francisco Berga que morreu de tuberculose no presídio sem que se conseguissem removê-lo para um hospital e que após a sua morte não houve a desinfetação do local. Tratavam ainda de vários casos de que haviam conseguido autorização judicial para visitar parentes enfermos ou comparecer em velórios, mas que não eram cumpridos pela polícia e pelos responsáveis do local.³⁹⁸

Em 3 de agosto do mesmo ano, o Presídio da Imigração passou a ser utilizado também para aprisionar “mendigos” em uma ação conjunta dos secretários de Justiça e Segurança Pública, Bento Bueno, e da Agricultura, Gabriel Robeiro dos Santos.

Segundo o jornal *Correio Paulistano*, único que teve acesso ao local:

Logo à entrada se nota uma boa ordem reinante na seção dos homens mendigos, submetidos a um regime disciplinar especial, instituído pelo major Alípio Ferraz, comandante do presídio da Imigração, que também dirige com grande cuidado e proveito o internato dos pobres. Foi destacado para chefia a seção dos homens o internado Mario Pereira Pacheco, sargento reformado da Força Pública, que foi preso na Alameda Gleite, quando se achava embriagado, implorando a caridade pública. [...] A permanência dos mendigos não é definitiva; e saem do internamento quando alguém assina a seu favor um termo de responsabilidade [...]. Até agora a lista de entrada acusa 256 mendigos internados; e quando lá estivemos só 79 ainda permaneciam.³⁹⁹

³⁹⁷ “A formação de culpa está sendo feita, como se combinou, no mesmo edifício da hospedaria de imigrantes onde estão detidos os presos políticos, porque o prédio onde funciona a Justiça Federal não comporta esse trabalho excepcional e ainda para evitar as dificuldades e inconveniências do transporte diário de numerosos presos pelas ruas da cidade. Daí a necessidade de conciliar as medidas de segurança e vigilâncias com as exigências legais da formação da culpa [...]. Os atos da formação da culpa não podem deixar de ser públicos; os acusados não podem durante ela, estar incomunicáveis em razão do exercício do direito de defesa que lhes é assegurado. [...] é necessário, pois que V. Ex^a se digne dar instruções convenientes aos comandantes das guardas para que se cumpram as determinações da autoridade judiciária que ali tem de exercer suas atribuições [...] por esse motivo tive de suspender os trabalhos no dia 30 de janeiro.” APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 114, f. 57-60.

³⁹⁸ “Apesar do Supremo Tribunal Federal, em acórdão luminoso, com informação favorável do exmo. Sr. Juiz federal da 1ª Vara desta sessão, já ter condenado este presídio, fazendo remover daqui os que individualmente provocaram o pronunciamento da Suprema Corte de Justiça, até hoje, continua a existir este presídio, que dizem provisório, mas que vai tendo força de definitivo.” Uma vergonha para a magistratura paulista. **O Combate**. São Paulo, 15 jan. 1927, p. 1 e 5.

³⁹⁹ Caridade e assistência social. Ação conjugada dos srs. Secretários da Justiça e da Agricultura, na repressão à mendicância. **Correio Paulistano**, São Paulo, 18 out. 1926, p. 5

Havia ainda a seção de mulheres no andar superior da Hospedaria, isolada da dos homens. Sobre uma das internas, Adelina, o jornal escreveu que não estava insatisfeita com o tratamento que recebia, mas segundo ela, “só não pode acostumar privada do maior bem, que é a liberdade”. As descrições feitas pelo *Correio Paulistano* acerca do Presídio da Imigração não batem com as fornecias por outros veículos de comunicação que seguiam a denunciar as péssimas condições de higiene e o desrespeito aos direitos constitucionais. Em uma destas publicações de maio de 1927 relatava:

A Hospedaria dá-nos o máximo da falta de higiene - disse-nos um dos presos. Há tempos, aqui, tuberculoso, faleceu de inanição, o sargento Berga, da Força Pública de S. Paulo. Faleceu no dormitório da Hospedaria. E este, sem ao menos se ter sido desinfetado, deixando ver ainda, sobre seu soalho, as manchas vermelhas dos escarros, é o salão onde passamos a maior parte do dia.⁴⁰⁰

O Combate chegou a publicar um texto do tenente Cabanas, que reportava e apelava ao chefe de polícia sobre o caso de Anna Fernandes, “uma pobre senhora, mãe de sete filhos menores. Presa sem saber porque, chora o dia inteiro, sem que alguém tome uma providência. Está com seus quatro filhos. Os outros três estão em sua casa abandonados”.⁴⁰¹

A Hospedaria seguiu sendo utilizada como presídio ao longo da década de 1930, sendo as últimas publicações sobre, localizadas na base da Hemeroteca Digital, datadas de novembro de 1943.⁴⁰²

Enquanto os levantes de 1922 impulsionaram a reorganização da polícia do Distrito Federal, a Revolta de 1924 impulsionou a reorganização e a ampliação do aparelho da polícia em São Paulo. Em 30 de dezembro daquele ano, o Gabinete de Investigação e Capturas passou a ser composto por sete delegacias: Segurança Pessoal, Ordem Política e Social, Investigação de Furtos e Roubos, Vigilância Geral e Capturas,

⁴⁰⁰ O “Diário da Noite” visita o presídio da Hospedaria de Imigrantes. **Diário da Noite**, São Paulo, 20 mai. 1927, p. 1. A situação política e militar do país. **Diário da Noite**, São Paulo, 15 jan. 1927, p. 1. Os presídios “políticos”: A Imigração de S. Paulo, um dos focos de infecções onde o bernardismo encerrava os seus inimigos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 14 jan. 1927, p. 2. Os presos políticos em S. Paulo: uma situação degradante e de honra. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 15 mai. 1927, p. 10.

⁴⁰¹ Os mendigos no presídio da Imigração: O que dali nos escreve o tenente Cabanas. **O Combate**, São Paulo, 12 jul. 1927, p. 1.

⁴⁰² Fugiram 3 eixistas do Presídio da Imigração de São Paulo: mas foram recapturados logo. **A Noite**, Rio de Janeiro, 18 jul. 1943. Recapturados os três eixistas que haviam fugido do Presídio da Imigração. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 17 jul. 1943. Chama atenção a seguinte publicação: 1014 eixistas recolhidos ao Presídio da Imigração em São Paulo. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 24 set. 1942, p. 8.

Investigações de Falsificações em Geral, Fiscalização de Costumes e Jogos, Técnica Policial. Em 1926, a Guarda Cívica foi substituída pela Guarda Civil, totalmente independente da Força Pública, com um destacamento inicial de mais de mil homens. As despesas com segurança pública (Judiciário, Polícia Civil, Força Pública e Sistema Penitenciário) foram ampliadas. Em 1921 o gasto foi 23.054:931\$000 e em 1925 passou para 32.716:397\$773.⁴⁰³

Todos os oficiais e praças da Força Pública suspeitos de envolvimento na Revolta foram exonerados, enquanto os leais ao governo foram homenageados com a medalha da legalidade. O contingente policial acabou sendo reduzido de 14.079 para 8 mil praças.⁴⁰⁴ Número bem distante dos 63 indiciados da Força Pública no processo judicial. Tal exclusão é significativa e reflete o intenso envolvimento da Força Pública de São Paulo.

A Revolta de 1924 foi mobilizada pelo Estado para intensificar o controle sobre os considerados “indesejáveis”. É do mesmo ano a criação da Delegacia de Ordem Política e Social (Deops/SP), inserida no Gabinete de Investigações e Capturas, estruturando uma polícia política vigilante e repressora.

Do mesmo modo que o pensamento nacional autoritário influenciava as ideias de alguns militares revoltosos, ele também influenciava no aprimoramento do controle político-social, na criação de leis que visavam os chamados “crimes políticos”, como a de repressão ao anarquismo, e nos decretos de estado de sítio⁴⁰⁵ que se estenderam ao longo do governo de Arthur Bernardes.

⁴⁰³ MARTINS, op. cit., p. 88–89. SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 2.141, de 22 de outubro de 1924.** Cria a Guarda Civil da Capital. SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 2.034, de 30 de dezembro de 1924.** Reorganiza a Polícia do Estado.

⁴⁰⁴ MARTINS, op. cit., p. 88–89. Exoneração de oficiais da Força Pública de S. Paulo. **O Jornal.** Rio de Janeiro, 18 out. 1924. Demissão de oficiais da Polícia Paulista. **Jornal do Brasil,** Rio de Janeiro, 18 out. 1924, p. 8. SÃO PAULO (Estado). **Decreto de 29 de julho de 1924.** Desliga da Força Pública do Estado de São Paulo todos os oficiais inferiores e praça que participaram da recente revolta. SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 3.726-A, de 7 de setembro de 1924.** Cria a Medalha da Legalidade.

⁴⁰⁵ BRASIL. **Decreto nº 15.913, de 1º de janeiro de 1923.** Declara em estado de sítio, até 30 de abril deste ano, o território do Distrito Federal e o do Estado do Rio de Janeiro. BRASIL. **Decreto nº 16.015, de 23 de abril de 1923.** Prorroga o estado de sítio até 31 de dezembro do corrente ano. BRASIL. **Decreto nº 16.422, de 19 de março de 1924.** Declara o estado de sítio por trinta dias, no Estado da Bahia. BRASIL. **Decreto nº 4.836, de 5 de julho de 1924.** Declara o estado de sítio por 60 dias, na Capital Federal e nos Estados do Rio de Janeiro e de S. Paulo. BRASIL. **Decreto nº 16.526-A, de 14 julho de 1924.** Estende aos Estados de Sergipe e Bahia o estado de sítio decretado por sessenta dias pelo Congresso Nacional para a Capital Federal e para os Estados do Rio de Janeiro e de S. Paulo. BRASIL. **Decreto nº 16.535, de 27 de julho de 1924.** Estende aos Estados do Amazonas e Pará o estado de sítio por sessenta dias. BRASIL. **Decreto nº 16.563, de 26 de agosto de 1924.** Estende ao Estado de Matto Grosso o estado de sítio por 90 dias. BRASIL. **Decreto nº 16.579, de 3 de setembro de 1924.** Prorroga, até 31 de dezembro de 1924, o estado de sítio decretado para os territórios do Distrito Federal e dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo,

Matto Grosso, Sergipe, Pará, Amazonas e Bahia. BRASIL. **Decreto nº 16.602, de 17 de setembro de 1924.** Estende ao Estado do Paraná o estado de sítio decretado até 3 de dezembro do corrente ano par aos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Matto Grosso, Sergipe, Pará, Amazonas e Bahia. BRASIL. **Decreto nº 16.671, de 17 de novembro de 1924.** Estende ao estado do Rio Grande do Sul o estado de sítio até 31 de dezembro do corrente ano. BRASIL. **Decreto nº 16.765, de 1 de janeiro de 1925.** Declara em estado de sítio no Distrito Federal e nos Estados de S. Paulo, Matto Grosso, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. BRASIL. **Decreto nº 16.767, de 2 de janeiro de 1925.** Estende aos Estados de Sergipe, Pará e Amazonas o estado sítio, decretado pelo decreto n. 16.765. BRASIL. **Decreto nº 16.816, de 21 de fevereiro de 1925.** Estende ao Estado da Bahia o estado de sítio decretado pelo decreto nº 16.765. BRASIL. **Decreto nº 16.890, de 22 de abril de 1925.** Prorroga o estado de sítio no Distrito Federal e nos Estados do Amazonas, Pará, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Matto Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. BRASIL. **Decreto nº 17.174, de 31 de dezembro de 1925.** Prorroga o estado de sítio no Distrito Federal e nos Estados do Amazonas, Pará, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso. BRASIL. **Decreto nº 17.291, de 23 de abril de 1926.** Prorroga o estado de sítio até o dia 31 de dezembro do corrente ano, no Distrito Federal e nos Estados do Amazonas, Pará, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará. BRASIL. **Decreto nº 17.616, de 31 de dezembro de 1926.** Declara em estado de sítio, até 31 de janeiro de 1927, no território dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás. BRASIL. **Decreto nº 17.658, de 31 de janeiro de 1927.** Prorroga, nos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás, o estado de sítio de que trata o decreto nº 17.616, de 31 de dezembro de 1926, até o dia 28 de fevereiro próximo. BRASIL. **Decreto nº 17.683, de 10 de fevereiro de 1927.** Suspende o estado de sítio nos territórios dos Estados de Mato Grosso e Goiás, por estar extinta a revolta a mão armada que desde 1922 conflagrou o Brasil.

CAPÍTULO III – SARGENTOS

Esse capítulo se dedica em compreender melhor a agência dos sargentos do Exército e da Força Pública. A sua primeira parte faz uma discussão acerca do fato de que na tentativa de verificar os indiciados não brancos na Revolta, a partir do cruzamento das fontes, foi possível localizá-los com mais frequência justamente entre os sargentos.

Ao perseguirmos algumas de suas trajetórias, acompanharmos suas movimentações, os tipos de condenação (coautores) e punições que tiveram, nos revelaram a ação destacada deste grupo, não só em 1924, mas também nos levantes de 1922 e na marcha da Coluna Prestes. Neste sentido, foi frequente em boletins localizados no processo, promoções de muitos destes sargentos, por “serviços prestados à revolução”, sendo estes dados um forte indício de um envolvimento engajado.

Por outro lado, em tentativas de se desvencilharem da Justiça, suas defesas apontavam que os sargentos eram homens sem muita instrução, incapazes de discernir o que faziam, argumentavam de que, na hierarquia militar, se encontravam submetidos ao dever do cumprimento de ordem de seus superiores ou ainda que agiram sob ameaças, inclusive de fuzilamento.

As redes articuladas para a organização do movimento, tão visíveis entre os tenentes envolvidos, como vimos no capítulo anterior, se estendiam aos sargentos, que também compunham o núcleo conspiratório desde 1922. Além disso, foram primordiais para o espalhamento da Revolta pelo interior, que ocorreu a partir de três destacamentos lançados sobre as ferrovias Mogiana, Sorocabana, Paulista e Noroeste. Tal ocupação possibilitou a retirada das tropas revoltosas da cidade de São Paulo e a continuidade do movimento. Para isso, os revoltosos articularam o apoio de diversos trabalhadores das estradas de ferro, que se fizeram presentes efetivamente em combates e na logística de organização do movimento junto aos sargentos.

Essa articulação entre civis e sargentos garantiu a retirada das forças revoltosas da capital e foi fundamental para os desdobramentos do movimento nos meses seguintes, até estes se unirem aos revoltosos do Rio Grande do Sul e constituírem a Coluna Prestes. Apesar das dificuldades em localizar os sargentos nas fontes, nota-se a importância deles para a articulação do chamado *tenentismo*.

3.1 Sargentos negros

O livro *Bombas sobre São Paulo* reúne fotografias de diversas coleções, tiradas em 1924 nos dias de revolta, e que materializam, segundo a autora Ilka Stern Cohen, a ideia de uma guerra urbana⁴⁰⁶. Com um olhar atento, podemos verificar, principalmente nos registros das trincheiras, a presença de diversos soldados negros. Presença essa que se contrapõe a um imaginário, muitas vezes reafirmado pela historiografia, de que a população paulistana do período estudado era, por conta das intensas levas migratórias, majoritariamente branca.

A obra de Carlos José Ferreira dos Santos (Casé Angatu) é de valiosa contribuição neste sentido. A partir do questionamento “tudo era italiano?” o autor buscou os brasileiros na documentação que diz respeito à cidade de São Paulo no pós-abolição, “enriquecendo nossas imagens daquela São Paulo imigrante, italiana e operária, o trabalho coloca em cena as cores e matizes de outras experiências étnicas e culturais”.⁴⁰⁷ Utilizando-se da análise de fotografias, que buscavam muitas delas registrar a modernidade e o progresso da Paulicéia, Santos muito bem observou fora do foco das imagens, em segundo plano, homens e mulheres negros realizando diversos trabalhos. Lavadeiras e quituteiras com suas trouxas e tabuleiros, condutores de carroças, curandeiros e ambulantes que trabalhavam e circulavam pelos espaços da cidade, principalmente naqueles para além do central Triângulo Histórico.

⁴⁰⁶ COHEN, Ilka Stern. **Bombas sobre São Paulo: A Revolução de 1924**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

⁴⁰⁷ SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e Pobreza (1890-1915)**. São Paulo: Annablume, 1998, p. 10.

Fotografia 1 - Grupo de revoltosos em frente ao Palácio Campos Elíseos



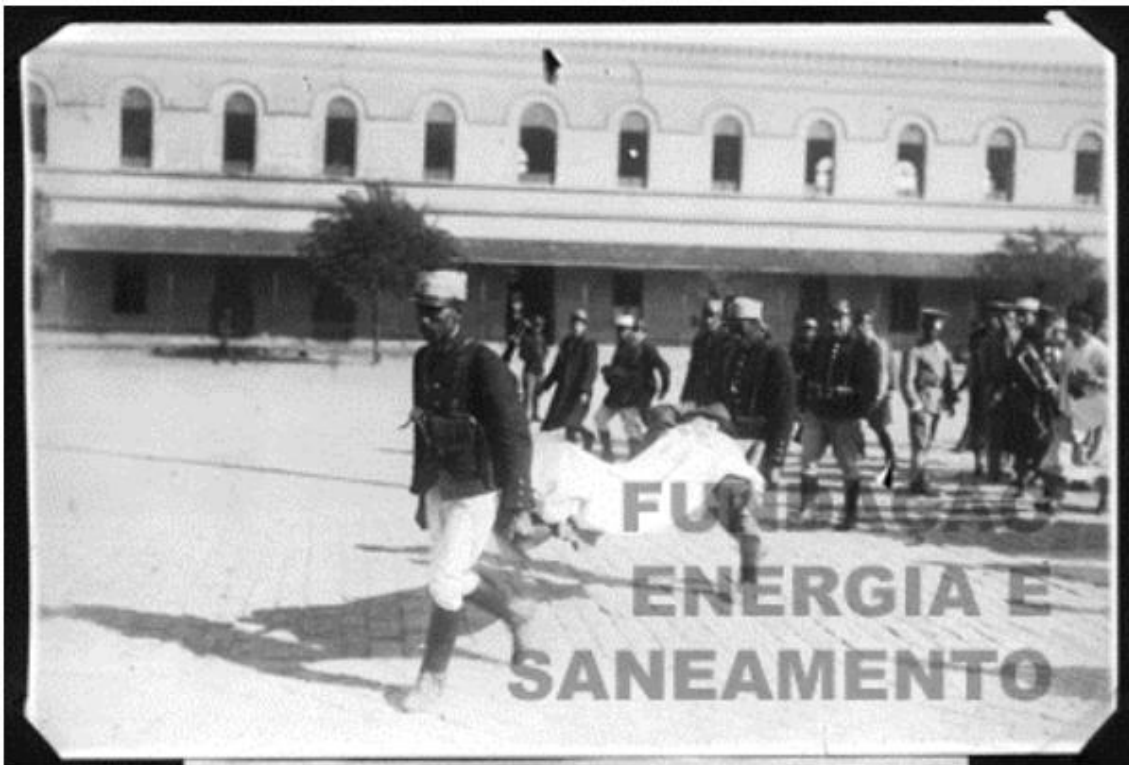
Fonte: Fundação Energia e Saneamento. Banco de imagens. Notação: REV24.001.018. Disponível em <http://acervo.energiaesaneamento.org.br/consulta/MostrarArquivo.aspx?imagem=9390&largura=600&altura=500> Acesso em 28 set. 2022.

Fotografia 2 - Revoltosos em uma barricada levantada na Rua Dutra Ruiz



Fonte: Fundação Energia e Saneamento. Banco de imagens. Notação: REV24.001.048. Disponível em <http://acervo.energiaesaneamento.org.br/consulta/MostrarArquivo.aspx?imagem=9339&largura=600&altura=500> Acesso em 28 set. 2022.

Fotografia 3 - Civil ferido sendo carregado para o interior do Quartel General das Forças Revolucionárias, na Luz



Fonte: Fundação Energia e Saneamento. Banco de imagens. Notação: REV24.001.107. Disponível em <http://acervo.energiaesaneamento.org.br/consulta/MostrarArquivo.aspx?imagem=9364&largura=600&altura=500> Acesso em 28 set. 2022.

Fotografia 4 - Tropas revoltosas em frente ao Palácio dos Campos Elísios



Fonte: O Malho, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1924, n. 1146, p. 32.

Fotografia 5 - Tropas revoltosas da Força Pública no pátio do Quartel da Luz



Fonte: O Malho, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1924, n. 1146, p. 33.

Fotografia 6 - Tenentes Cabanas e Olympio, acompanhados de soldados



Fonte: *O Malho*, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1924, n. 1146, p. 34. “O tenente Cabanas entregando ao tenente Olympio, à paisana, as divisas de cabo, com as quais este condecora um soldado, na ocasião em que ocupavam o Palácio dos Campos Elísios”.

O pós-abolição no estado de São Paulo foi fortemente marcado pela política de importação em massa de mão de obra imigrante, que apoiada no Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, buscava a saturação da disponibilidade de braços para o trabalho, e que, em associação com as teorias racistas de branqueamento, intensificou a marginalização da população nacional negra. O incentivo à vinda de imigrantes se relacionava com a derrubada do preço da força de trabalho, uma vez que “os fazendeiros constantemente estavam preocupados com o aumento dos salários, o que, segundo eles, só uma mão de obra abundante podia evitar”. Tal lógica, pôs fim à possibilidade de os afro-brasileiros barganharem melhores condições de trabalho, ampliando a sua exclusão.⁴⁰⁸

⁴⁰⁸ DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada**: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac, 2004, p. 37, 41 e 45. MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890**, que regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes. PETRONE, Maria Tereza. Imigração. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **O Brasil republicano**: sociedade e instituições (1889-1930), Vol. 9. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 119. ANDREWS, George Red. **Negros e brancos em São Paulo (1889-1988)**. Bauru, SP: Edusc, 1998, p. 136.

Tal política de estado fez com que São Paulo recebesse o maior número dos imigrantes desembarcados no Brasil, totalizando 734.985 na década de 1890. Entre 1885 e 1924, os que chegaram em maior número foram os italianos, portugueses e espanhóis.⁴⁰⁹ Tal população imigrante se concentrou nas regiões mais ricas do estado, enquanto aos trabalhadores negros e caboclos sobravam os demais postos de trabalho. "Na eventualidade de negros e brasileiros miscigenados serem contratados, era para realizar os trabalhos sazonais e precários que não eram suficientemente bem pagos para atrair os imigrantes".⁴¹⁰

Os fazendeiros, apoiados na mentalidade escravocrata, buscavam estabelecer amarras a estes trabalhadores recém-chegados através de amplos esquemas de endividamento, acompanhado do "controle de capatazes e pistoleiros contratados que continuavam muitas práticas brutais do regime da escravidão". As péssimas condições de trabalho no campo, frequentemente relatadas, fizeram com que o governo italiano proibisse seus cidadãos de aceitarem as passagens subsidiadas para o Brasil. Todavia, os atraídos pelo programa brasileiro eram trabalhadores muito pobres, que não tinham condições de custear passagens para as Américas, que vinham, muitas vezes, com suas famílias inteiras, e que eram muito vulneráveis às exigências patronais. A vinda destas famílias aumentou a disponibilidade da barata mão de obra feminina e infantil, preferida, por este motivo, na indústria têxtil do período.⁴¹¹

As transformações sociais e econômicas de fins do século XIX e início do XX, com a abolição, o aumento da urbanização e as grandes levas imigratórias, fizeram com que o Estado brasileiro se preocupasse cada vez mais com a ampliação do aparato jurídico e policial para dominação e repressão. À medida que o sistema escravista se aproximava do fim, a estrutura policial e a legislação que buscava disciplinar (e discriminar) a população (em especial, a negra) foram ampliadas. Com a República, hábitos populares, que se distanciavam do que a elite branca entendia como próprio da nova ordem social, passaram a ser enquadrados no Código Penal de 1890.⁴¹² Para além da embriaguez,

⁴⁰⁹ PAIVA, Odair da Cruz; MOURA, Soraya. **Hospedaria de Imigrantes de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 88–89.; PETRONE, op. cit., p. 114.

⁴¹⁰ ANDREWS, op. cit., p. 110–111.

⁴¹¹ Ibid., p. 136–139.

⁴¹² DOMINGUES, op. cit., p. 36. MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. **A civilização do delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República (1889-1930)**. São Paulo: Alameda, 2014, p. 45. BRASIL. **Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, 1890**.

vadiagem e da capoeira, incluía-se também enquanto alvos da legislação penal a mendicância, jogos e prostituição.⁴¹³

Buscava-se, assim, estabelecer um controle social mais efetivo sobre as chamadas “classes perigosas”. Segundo Chalhoub, “os legisladores brasileiros utilizavam o termo no período em questão como sinônimo de “classes pobres”, uma vez que, para eles, os pobres apresentavam maior tendência à ociosidade, eram cheios de vícios, menos moralizados e podiam facilmente “rolar até o abismo do crime”. O autor estuda e se refere ao período da Belle Époque, que se encerra em 1914 com a eclosão da Primeira Guerra, mas podemos notar uma continuidade da ideia nos anos subsequentes da Primeira República Brasileira.⁴¹⁴

A chegada dos imigrantes, dentre eles anarquistas, socialistas e sindicalistas⁴¹⁵, ampliou a difusão de ideias e experiências sindicais, contribuindo para o fortalecimento da luta operária em São Paulo. Resultou na organização de diversos jornais, associações, sindicatos e greves, que também passaram a ser uma preocupação para os patrões e governantes. Em maio de 1906, uma greve ferroviária paralisou o transporte de café para o Porto de Santos e “mostrou alianças entre a frente grevista e o movimento operário da cidade de São Paulo, mais os muitos artesãos ou pequenos comerciantes imigrados de fidelidades socialistas e republicanas, ou anarquistas”⁴¹⁶. Quatro meses depois, relacionado a uma ideia de ordem social, o nome da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça foi alterado para Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça e da Segurança Pública. Em outubro do ano seguinte, Washington Luís, à frente de tal secretaria, mandou implantar a datiloscopia para identificar os indivíduos recolhidos nas cadeias e presos em flagrante, bem como elaborou um projeto que regulamentava a identificação judiciária civil e previa o recolhimento das impressões digitais de todos os cidadãos, visando um controle maior, em substituição a bertillonage, método francês que recorria a um

⁴¹³ SOUZA, Luís Antônio Francisco de. **Lei, cotidiano e cidade: polícia civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889-1930)**. São Paulo: IBCCRIM, 2009, p. 408. BRASIL. **Decreto nº 6.994, de 19 de junho de 1908**, que aprova o regulamento que organiza a Colônia Correcional de Dois Rios. BRASIL. **Decreto nº 4.294, de 6 de julho de 1921**, que estabelece penalidades para os contraventores na venda de cocaína, ópio, morfina e seus derivados; cria um estabelecimento especial para internação dos intoxicados pelo álcool ou substâncias venenosas; estabelece as formas de processo e julgamento.

⁴¹⁴ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012, p. 76.

⁴¹⁵ TOLEDO, Edilene. **Travessias Revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

⁴¹⁶ BIONDI, Luigi. **Classe e nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo (1890-1920)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 230.

sistema de descrição e medição dos corpos que se mostrara bastante falho, principalmente diante do crescimento populacional.⁴¹⁷

Em 1913, discutia-se o enrijecimento da lei Adolfo Gordo, de 1907, que deliberava sobre a repressão ao anarquismo e a expulsão de estrangeiros, vistos como portadores de ideologias exóticas que agravavam as instabilidades sociais, o chefe de polícia do Distrito Federal no período, Geminiano de França, defendia a expulsão de estrangeiros “desde que se tornassem indesejáveis”⁴¹⁸. A primeira regulamentação sobre o assunto foi, ao longo do tempo, acrescida de outras que buscavam controlar a entrada de estrangeiros no Brasil, prevendo o fechamento de organizações e sindicatos, e punindo casos de “injúrias” e “abusos de liberdade” na imprensa⁴¹⁹.

O termo “indesejáveis”, segundo Endrica Geraldo,

Pôde ser utilizado com significados muito diferentes entre si. Foram considerados indesejáveis os indivíduos portadores de doenças ou deficiências físicas (categorias sanitárias e avaliação da capacidade de trabalho), os envolvidos em movimentos políticos ou sociais (comunistas, anarquistas, entre outros) e, certamente, novos imigrantes negros. [...] Estes grupos não foram combatidos e nem mesmo caracterizados da mesma maneira, não foram compreendidos pelos políticos e intelectuais do período como semelhantes entre si, ou como igualmente “indesejáveis”. [...] É muito provável que essa diversidade e imprecisão dos argumentos, assim como a maleabilidade das categorias raciais, tenha favorecido a sua larga utilização nas políticas imigratórias e na repressão aos estrangeiros.⁴²⁰

Embora a autora analise o período Vargas em sua tese, ela faz apontamentos que iluminam também o período anterior, aqui em questão. Podemos verificar que as bases repressivas do Estado Novo, como a Polícia de Ordem Política e Social, possuem suas raízes na Primeira República e a ocorrência da Revolta de 1924 terminou por intensificar o controle social no que diz respeito à segurança pública. Em certa medida, os

⁴¹⁷ SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 1.006, de 17 de setembro de 1906**. Denominando “Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça e da Segurança Pública” a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, suprimindo o cargo de chefe de Polícia e dando outras providencias. MARTINS, 2014, p. 195–196.

⁴¹⁸ BRASIL. **Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907**. Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. BRASIL. **Decreto nº 2.741, de 8 de janeiro de 1913**. Revoga os arts. 3º e 4º, parágrafo único, e 8 do decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907. CARONE, Edgar. **A República Velha: instituições e classes sociais**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972, p. 168–169 e 239. FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 263.

⁴¹⁹ BRASIL. **Decreto Nº 4.247, de 6 de janeiro de 1921**. Regula a entrada de estrangeiros no território nacional. BRASIL. **Decreto n. 4.269, de 17 de janeiro de 1921**. Regula a repressão do anarquismo. BRASIL. **Decreto n. 4.743, de 31 de outubro de 1923**. Regula a liberdade de imprensa e dá outras providencias.

⁴²⁰ GERALDO, Endrica. **O “perigo alienígena”: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007, p. 6–7.

“indesejáveis” eram aqueles que dificultavam o processo de dominação realizado pelas oligarquias dominantes. O processo de identificação da população, a cargo das polícias, contribuía para uma rápida localização e contenção dos que eram ou poderiam se tornar “indesejáveis”, compondo o desenvolvimento do aparato controlador e repressivo do Estado. Neste sentido, de melhor identificar e controlar, em 1909, foi criado em São Paulo o Gabinete de Investigações, que deu origem, em dezembro de 1924, ao Deops/SP.⁴²¹

Com relação à disponibilidade trabalho para a população negra, no espaço urbano, assim como no rural, os imigrantes eram preferidos na contratação, principalmente nos serviços mais bem remunerados. Em 1920 registrava-se que 52% da população adulta da capital paulista eram de imigrantes, e estes representavam 51% dos empregados das indústrias. Esse último dado pode representar uma relativa paridade com os brasileiros, que não acompanhava os índices do serviço doméstico, exercido em 63,1% por brasileiros, e das Forças Armadas, polícia e bombeiros, sendo composto em 90,7% pelos nacionais. Os censos de 1910, 1920 e 1934 não observaram a cor da população, no entanto, o censo de 1893 apontava que 12,46% da população da cidade de São Paulo não era branca, sendo também constituída por pretos (0,41%), caboclos (7,15%) e pardos (4,9%). Neste ano em questão a quantidade de italianos (44.854) superava o número de brasileiros natos brancos (44.258).⁴²²

Apesar das tentativas de apagamento da população não identificada no censo de 1920, Florestan Fernandes calculou que, para aquele ano, 9% da população da capital paulista era de negros. Segundo Petrônio Domingues, “eles constituíam o terceiro maior grupo étnico da capital. Comparado aos demais, os negros compunham o maior grupo étnico do estado de São Paulo”. Na capital, a quantidade de negros ficava atrás apenas dos números referentes aos italianos e portugueses.⁴²³

⁴²¹ ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 161–178, 2011. Em 1922 um projeto buscava dividir o Gabinete de Investigações em sete delegacias especializadas. No entanto, tal reforma passou a vigorar a em fins de 1924, sendo a II - Delegacia de Ordem Política e Social. MARTINS, op. cit., p. 197 e 214. SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 2.034, de 30 de dezembro de 1924**. Reorganiza a Polícia do Estado.

⁴²² PETRONE, op. cit., p. 121–123. PINHEIRO, Paulo Sérgio, O proletariado industrial na Primeira República. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Ed.). **O Brasil Republicano: sociedade e instituições** (1889-1930), 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 150. ANDREWS, op. cit., p. 111–112. DOMINGUES, op. cit., p. 316. SANTOS, Nem tudo era italiano..., op. cit., p. 39. FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008, p. 125.

⁴²³ DOMINGUES, op. cit., p. 317.

Raquel Rolnik, ao estudar os territórios negros do Rio de Janeiro e São Paulo, apontou que estes nunca foram exclusivamente negros, “desde os tempos da escravidão misturavam os pobres da cidade”. Todavia, no pós-abolição, a população negra de São Paulo concentrava-se em locais específicos: nas regiões dos bairros do Bexiga (oriundo do quilombo da Saracura), Jabaquara (oriundo do quilombo de mesmo nome), Barra Funda (próximo dos armazéns da estrada de ferro que ensacavam café e o destinava ao porto de Santos), Lavapés (reduto de atividades abolicionistas) e periferias (Nossa Senhora do Ó, Penha e São Miguel).⁴²⁴ Territórios estes bastante atingidos pelos confrontos descritos no primeiro capítulo.

Domingues ainda apontou para a existência de 85 associações negras na cidade de São Paulo entre 1897 e 1930, sendo um dado bastante significativo da (re)existência e da importante mobilização dessa população. Dentre elas, havia a entidade Centro Cívico Palmares, criada em 29 de outubro de 1926 por Antonio Carlos, juntamente com José Correia Leite, Gervásio de Moraes, Manoel Antonio dos Santos, Roque dos Santos e Isaltino Veiga dos Santos.⁴²⁵ O primeiro deles, Antônio Carlos, era sargento da Força Pública em Campinas, e “veio para São Paulo em 1924, por ocasião do levante tenentista e, ao término do conflito, acompanhou Miguel Costa ao encontro com Luiz Carlos Prestes para seguir a marcha da Coluna, retornando em 1926 para São Paulo”.⁴²⁶ A sede do Centro Cívico Palmares inicialmente se localizava em uma casa alugada no bairro do Cambuci. Em seguida foi para a rua Lavapés nº138-A. Depois mudou-se temporariamente para a Praça da Sé, até que retornou para a rua Lavapés, onde em 1928 se iniciou a construção da sede própria.⁴²⁷

Após a Revolta de 1924, tanto o Exército quanto a Força Pública passaram por uma série de mudanças em seus regulamentos, que os tornaram mais rígidos e buscaram inibir outros levantes. Neste contexto foi extinta a Guarda Cívica e criada a Guarda Civil, pela Lei Estadual nº 2141, de 22 de outubro de 1926, se tornando independente da Força

⁴²⁴ Ibidem, p. 318–321; ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 83.

⁴²⁵ CARVALHO, Gilmar Luiz de. **A Imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 63.

⁴²⁶ Ibidem, p. 158–159.

⁴²⁷ Ibidem, p. 63.; DOMINGUES, op. cit., p. 332-333.

Pública.⁴²⁸ Segundo Marcelo Thadeu Quintanilha Martins, a nova Guarda Civil apresentava uma contradição:

Se por um lado o seu regulamento exprimia respeito pelo cidadão, por outro, ela excluía os negros de suas fileiras. Como revela um officio, os guardas deveriam ser brancos, ter não menos de 1,75m de altura, bom comportamento moral e civil, saber ler e escrever, ter mais de 21 anos e menos de 45, não ter nenhum defeito físico ou moléstia. Segundo o documento, os negros não eram aptos para representar o policiamento da capital.⁴²⁹

Em 1928, o Centro Cívico Palmares lançou uma campanha contra a proibição do ingresso de negros na Guarda Civil de São Paulo. Lideranças negras se encontraram com o presidente Washington Luiz e o com governador Júlio Prestes, este último suspendeu a restrição na Guarda e proibiu “a participação de crianças negras nas competições de “bebês eugênicos” promovidas pelo Serviço Sanitário de São Paulo”.⁴³⁰ A determinação com relação a Guarda Civil “só foi efetivada no início da década de 1930, por pressão da Frente Negra Brasileira (1931-1937), que havia se organizado justamente a partir da reunião de ex-membros do Centro Cívico Palmares”.⁴³¹

Frente aos incômodos do “paradigma da ausência”⁴³² da população negra na historiografia sobre São Paulo na Primeira República, e em especial sobre o *tenentismo*, que busquei, instigada pelos registros de soldados negros nas fotografias da Revolta de 1924, identificar, sempre que possível, o envolvimento dos não brancos no movimento estudado. Tal questão atravessou a pesquisa e estimulou essa busca para além do processo judicial. Para isso foram levantadas documentação de registro pessoal no Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt⁴³³, da Polícia Civil de São Paulo, e de registro

⁴²⁸ SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 2.141, de 22 de outubro de 1926**. Cria a Guarda Civil da Capital.

⁴²⁹ MARTINS, op. cit., p. 167–168.

⁴³⁰ GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e Política (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 48.

⁴³¹ FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. **Fronteiras em definição: identidades negras e imagens dos Estado Unidos e da África no jornal O Clarim da Alvorada (1924-1932)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 37.

⁴³² NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607–626, 2016.

⁴³³ Com relação à identificação da população paulista, atualmente a documentação está presente no Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (IIRGD), que recebeu esse nome em 1978 em homenagem ao delegado que o dirigiu de 1928 a 1947. Arquivo do Estado de São Paulo. Instituto de Identificação. <http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/index.php/instituto-de-identificacao;isad> Acesso em 29 de janeiro de 2021. De todos os 667 indiciados, 316 tinham seus nomes nos livros índices do Instituto de Identificação. Estes livros se organizam da seguinte maneira: um ou mais livros para cada letra do alfabeto, seguindo a inicial do nome dos identificados em sequência cronológica, o que levou a uma busca sistemática em todos eles. Depois de localizado nos livros os nomes, que eram acompanhados de seus números de registro, seguiu-se em busca das fichas de identificação. Foram localizadas apenas 122 dos 316 localizados

profissional, como livros de assentamento e fés de ofício, junto ao Arquivo Histórico do Exército e ao Museu da Polícia Militar.

É importante destacar a agência destes indivíduos frequentemente excluídos ou pouco presentes nas análises. Com relação aos estudos sobre o Exército e Força Pública de São Paulo, temos pesquisas importantes de autores que também tiveram esta preocupação, mas lacunas seguem a serem preenchidas, principalmente, no que diz respeito ao período estudado, sobretudo com relação à polícia paulista.⁴³⁴

Nessa tentativa de identificar a cor dos indivíduos indiciados no processo, foi possível fazê-lo em 241 casos do total de 667 indiciados. Dos identificados, 89,62% eram brancos ou estrangeiros europeus (132 e 84 indivíduos, respectivamente, totalizando 216 pessoas) e 25 não brancos (1 caboclo, 11 morenos, 1 moreno claro, 1 moreno escuro, 1 negro, 4 pardos, 1 pardo claro, 1 pardo escuro e 4 pretos). Na folha de qualificação dos indiciados utilizada no processo não há o campo cor ou algo do tipo a ser preenchido. No entanto, há o campo nacionalidade, o que facilitou para que todos os estrangeiros fossem indicados.

Outro ponto a ser colocado é que a análise dos indiciados no processo judicial é um recorte entre os envolvidos na Revolta. Como já dito anteriormente, muitos foram presos e punidos sem qualquer processo ou registro. Certamente muitos entre estes eram negros já que, segundo Andrews:

Entre 1880 e 1924, os pretos e os pardos foram presos pela polícia em uma proporção de mais que o dobro daquela de sua representação na população como um todo (28,5 por cento de todas as prisões na capital do Estado,

nos índices do Instituto. Alguns dos indiciados possivelmente podem possuir registro de identificação em outros estados, mas a discrepância entre os índices e as fichas evidenciam o extravio da documentação e também o reaproveitamento da numeração de registros. Em vários casos dos quais foram localizados a numeração nos índices, quando fomos buscar a ficha encontramos outra pessoa no mesmo registro.

⁴³⁴ Se faz presente esta preocupação entre pesquisadores que se associam a chamada Nova História Militar, mas não só. “Muito do que tem sido denominado “a nova história militar” na América inglesa enfatiza a vida cotidiana e as experiências pessoais de soldados e marinheiros, tanto nos períodos de guerra quanto de paz. Retirando sua inspiração daqueles historiadores sociais que procuram resgatar homens e mulheres comuns da “enorme condescendência da história” (...) muitos colaboradores deste livro retratam a vida cotidiana dos soldados”. CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. SOARES, Luís Carlos; VAINFAS, Ronaldo. Nova História Militar. In: CARDOSO, Ciro Flamarion.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, p. 121-140. MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. BEATTIE, Peter M. **Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945**. São Paulo: Edusp, 2009. BARRETO, Adriana. **Duque de Caxias: O Homem Por Trás do Monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. RODRIGUES, Fernando da Silva. **Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2010. Com relação a Força Pública de São Paulo temos ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim: uma história da polícia paulista no final do Império**. São Paulo: Edusp, 2010.

enquanto os afro-brasileiros eram talvez 11-12 por cento da população total). Entretanto, o número de negros que realmente iam a julgamento era muito menor, responsabilizando-se por apenas 12,9 por cento do total de casos julgados durante este período - dado essencialmente comparável à proporção de afro-brasileiros na população em geral. A discrepância entre o número de afro-brasileiros presos e aqueles levados a julgamento reflete tanto a tendência da polícia para prender os negros, mesmo na ausência de evidência suficiente para abrir processo, quanto pela natureza relativamente inócua de seus crimes.⁴³⁵

Em meio às fontes, foi possível notar que a população de São Paulo no período em questão era identificada muitas vezes por nacionalidade e nem sempre entre os “nacionais” havia a distinção por cor nestes registros. Os dados acima apresentados não significam que os negros eram minoria ou maioria na Revolta de 1924. São indícios de que não havia uma preocupação em identificá-los, fator este que deve ser questionado. As políticas de branqueamento da população no pós-abolição, que trouxeram grandes levas de imigrantes europeus, em especial para São Paulo, intensificaram o processo de exclusão e apagamento da população negra e indígena, inclusive dos registros.⁴³⁶ Buscava-se o branqueamento não só na composição da população, mas também dos dados produzidos pelo Estado.

O caso das diversas identificações do capitão da Força Pública Índio do Brasil é indicativo da referida política. Segundo dados do Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt, ele possuía cútis “parda clara”.⁴³⁷ Conforme o livro de assentamento de oficiais era de “cor branca”⁴³⁸ e segundo uma publicação que comemorava sua promoção a capitão em 1920 o dizia “um tanto moreno”⁴³⁹. Tal impasse evidencia que não era visto unanimemente enquanto branco.

⁴³⁵ ANDREWS, op. cit., p. 129.

⁴³⁶ DOMINGUES, op. cit., p. 262.

⁴³⁷ IIRGD. **Identificação de Índio do Brasil**. N.º 6141-4.

⁴³⁸ Museu da PM. Reserva Técnica do Barro Branco. F.R.E.S.P. 4º B.P. – Oficiais. **Livro de Assentamentos n.º 50**, f. 176.

⁴³⁹ MALTUS, Isis. Vida Militar: Índio do Brasil. **Vida Paulista**, n. 17, ano II, 1920, p. 6. “Índio do Brasil é um dos tenentes mais populares da nossa Força Pública. Rapaz, ainda moço, cheio de vida e esperanças, conta, em breve, ser presenteado com uma justa promoção a capitão. Não sei se o conhecem. É muito amável, dedicado, trata a todos com respeito, o que o torna muito querido, no círculo dos oficiais. É de estatura regular, gorducho, olhos e cabelos pretos, um tanto moreno; aprecia muito o futebol e não perde um jogo, sequer, do nosso campeonato, pois, coisa rara: é forte torcedor do quadro palestrino. Apesar de ser um rapaz às direitas, tem lá um seu defeito, visto que ninguém é completo neste mundo. Gosta pouco das verdades, palestrando, horas inteiras, sobre assuntos de importância mínima, quando não, trate de crítica sistemática das grandes resoluções, postas em prática.” O mesmo artigo afirma que Índio era sobrinho do coronel Luz, comandante geral.

Na procura dos negros envolvidos na Revolta, a partir do cruzamento das fontes, foi possível verificar 25 casos, localizados com mais frequência entre os sargentos (13 do Exército e 2 da Força Pública), seguidos de tenentes da Força Pública (5), civis (3) e capitães (1 do Exército e 1 da Força Pública).

Tendo em vistas o penúltimo acórdão do STF, que classificava os condenados em cabeças, coautores e cúmplices, 29,16% dos indiciados brancos identificados foram condenados, em contraposição a 72% dos indiciados identificados enquanto negros, estes últimos com 18 condenações, sendo 17 como coautores e 1 como cabeça. Dos 15 sargentos negros identificados, 13 foram condenados como coautores, o que nos mostra a ação destacada deste grupo, sargentos negros, na Revolta de 1924 em São Paulo.

Em meio à esta tentativa de identificar a cor dos envolvidos, foi mais frequente a sua menção na documentação que dizia respeito aos sargentos, de ambas as corporações, e membros da Força Pública. O mesmo não ocorreu com relação aos tenentes e superiores do Exército, cujas cópias do assentamento militar anexas ao processo eram oriundas da Escola Militar do Realengo. Ali eram todos brancos ou não havia o interesse neste registro?

3.2 Promoções e conexões

Nos estudos sobre a Revolta de 1924, muito destaque se deu aos tenentes e aos oficiais superiores do Exército oriundos do núcleo das revoltas de 1922, mas ainda pouco se sabe para além deles. No processo judicial, as informações sobre sargentos, cabos e soldados são mais escassas e seus depoimentos, em geral, são curtos e apressados. Quando mais inferior na hierarquia militar, mais difícil de localizar informações sobre estes indivíduos.

Em meio à documentação analisada, nota-se que muitos sargentos, cabos e soldados foram promovidos por “serviços prestados à revolução”, conforme os registros feitos em alguns boletins esparsos localizados no processo. Foi possível contabilizar através deles a promoção de 65 sargentos e de 26 cabos, anspeçadas e soldados somados, sendo estes dados um forte indício do envolvimento engajado deste grupo.

Dentre os sargentos promovidos, 36 foram condenados no processo judicial, 25 foram indiciados sem condenação e 4 não foram processados, assim como todos os cabos,

anspeçadas e soldados promovidos.⁴⁴⁰ Mais uma vez é importante lembrar que o fato destes indivíduos não terem sido arrolados no processo não significa que não foram punidos de algum modo. Muitos foram excluídos das fileiras do Exército ou da Força Pública e outros tantos foram remetidos para prisões sem os devidos processos legais.

Nessa pesquisa, me debrucei sobre o nome de alguns sargentos condenados no processo e fui na busca de suas trajetórias⁴⁴¹, assim como fiz com as demais patentes e com os envolvidos civis. Driblando a dificuldade de localizar informações sobre eles, alguns aspectos se repetem e chamam a atenção, como o fato de que suas defesas insistiram amplamente na argumentação de que os sargentos, na hierarquia militar, estavam submetidos ao dever do cumprimento de ordem de seus superiores ou agiam sob ameaças, inclusive de fuzilamento sumário. Algumas defesas ainda apontavam que os sargentos eram homens sem muita instrução, incapazes de discernir o que faziam. No entanto, as acusações e muitas das provas recolhidas pela polícia apontavam em um sentido contrário.

Um destes casos foi o de Austriclinio Ferreira de Brito, então sargento do 4º Batalhão de Caçadores, do bairro de Santana, em São Paulo, onde o levante foi iniciado na madrugada de 5 de julho de 1924. Filho de Manoel Ferreira de Brito e Josepha Guedes Ferreira de Britto, nascido em 1893 em Pernambuco, consta em seu assentamento que era de “cor morena”, que esteve na Guerra do Contestado e, em 1922, enquanto servia no Mato Grosso não se envolveu nos levantes ali ocorridos.⁴⁴²

Em 1924, quando preso e processado por envolvimento na segunda revolta, o sargento Austriclinio de Brito, em interrogatório, disse que havia sido surpreendido, em cinco de julho, com movimentação de forças policiais e que preferiu se conservar no porão de sua casa até o dia dezesseis. Segundo ele, devido à falta de alimentos pela qual passava sua família, decidiu sair e acabou preso por revoltosos. Tido como espião legalista, alegou ter sido maltratado por praças da polícia, que o ameaçaram de fuzilamento e que, preso por dias, ficou “com a moral abalada”.⁴⁴³

⁴⁴⁰ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 27, f. 182-187.

⁴⁴¹ GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Eds.). **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

⁴⁴² APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 164, f. 90-120.

⁴⁴³ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 164, f. 90-120.

No dia vinte e dois ou vinte e três, por conta de um forte bombardeio sobre o quartel em que estava preso, o sargento Austriclinio disse que foi retirado dali, junto com os outros presos, e foram todos apresentados ao major Miguel Costa e a um oficial alemão. Neste ínterim, encontrou o capitão Estillac Leal, que conhecia, e o pediu para ser mandado ao Quartel-General, o que lhe foi atendido. No quartel, recebeu a missão de integrar o corpo de guarda, no entanto, afirmou que no dia 25 fugiu para sua casa e quando as tropas legalistas retomaram a cidade, se apresentou no 4º B.C..⁴⁴⁴

Na defesa deste sargento foi destacado o fator da necessidade familiar, em um momento de privações e dificuldades para se obter gêneros alimentícios naquele contexto de guerra, e que, somente por este motivo, acabou preso e coagido pelos revoltosos. No entanto, em julho de 1924, Austriclinio chegou a ser promovido ao posto de 2º tenente, “por serviços prestados à Revolução”, embora não saibamos os pormenores que o levou a essa promoção. Em memorando apreendido pela polícia, consta que solicitava mantimentos para sua família e junto à sua assinatura utilizava a patente de tenente.⁴⁴⁵

O acórdão do Supremo Tribunal Federal, utilizando deste caso afirmava:

O que se tem visto é que os sargentos, comissionados em 2º tenente ou promovidos a este posto, utilizaram-se logo do mesmo e passaram a exercer funções correspondentes. [...] Assim, as provas reunidas não autorizam o reconhecimento de qualquer das causas excludentes da responsabilidade penal do acusado que, por atos inequívocos, participou do crime político [...].⁴⁴⁶

Caso parecido foi o do sargento Eugenio de La Corte, do mesmo batalhão de Santana, filho de José de La Corte e Raphaela Martins, nascido em 31 de dezembro de 1897, em Santos, branco e excluído do Exército por deserção em 1924.⁴⁴⁷ Em inquérito policial militar, o sargento Eugênio afirmou que na manhã do dia cinco de julho, saiu de sua casa no Bom Retiro e seguiu para Santana. Ao alcançar a Avenida Tiradentes, onde pegava o bonde, viu uma força do 4º B.C. no portão de um dos batalhões da Força Pública. Surpreso, questionou os soldados o que faziam ali e esses lhe responderam que não sabiam, que haviam sido acordados pelo tenente Gwyer e outros oficiais desconhecidos, que os armaram, municiam com munição de guerra e para ali os conduziram. Disseram-

⁴⁴⁴ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 7, f. 371-373.

⁴⁴⁵ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 163, f. 177; vol. 27, f. 186; vol. 20, f. 235.

⁴⁴⁶ STF. **Sucessos Subversivos de São Paulo**. Julgamento da Apelação. Acórdão. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, f. 214-215.

⁴⁴⁷ AHEx. **Assentamento de Eugenio de La Corte**. XX-17-73.

lhe ainda que achavam conveniente que o sargento fugisse para que não fosse preso pelo oficial que os comandava e que no momento estava no interior do quartel da polícia.

O sargento Eugênio disse ter seguido o conselho de seus colegas e retornou para casa, que até tentou se deslocar de carro para o batalhão de Santana, mas os motoristas se recusavam, por ser impossível passar pela Avenida Tiradentes, onde havia intensos tiroteios. Estando doente, resolveu ficar em casa até do dia 12, quando, à tarde, finalmente seguiu para o seu batalhão. Chegando lá, recebeu ordem de se armar e conduzir uma força para o quartel da Luz e sabendo que todo 4º B.C. tinha aderido à Revolta, resolveu retornar para sua casa onde disse ter ficado até o ingresso das forças legais na cidade.

Mais uma vez, apesar do sargento ter alegado não ter se envolvido diretamente, consta seu nome dentre os promovidos a segundo tenente “por serviços prestados à Revolução”. Curiosamente, em 1931, as promoções feitas em meio às revoltas de 1924 em diante passaram a ser validadas oficialmente pelo Exército. No assentamento de Eugênio de La Corte há um requerimento junto ao Ministério da Guerra pedindo revisão do pagamento de seus vencimentos relativos ao tempo em que esteve afastado por motivos políticos, que não levava em consideração tal promoção. Solicitou para que lhe fosse paga a diferença salarial a partir de sua promoção em 1924, retroativamente, já que o governo passou a considerá-la oficial em 1931.⁴⁴⁸

O sargento Benedicto Quirino de Souza, de “cor preta, cabelos carapinhos, nariz chato”, do 5º Batalhão de Caçadores, de Rio Claro, por sua vez, declarou que recebeu ordem de embarcar para São Paulo no dia 9 de julho de 1924, sem saber qual a missão. Somente ao chegar na capital do estado ficou sabendo o que se passava, porque o tenente Azaury de Sá Brito e Souza fez um discurso “concitando a todos à revolta”, e, por conta disso, disse que tratou de desertar. De volta à Rio Claro, recebeu ordens do comandante do destacamento que ali ficou, capitão Raul da Veiga Cabral, para seguir para capital do estado.⁴⁴⁹

Novamente em São Paulo, o sargento Benedicto Quirino foi apresentado ao capitão Tolentino de Freitas Marques, do regimento de Caçapava, “o qual aconselhou-o a não desertar; que a deserção das forças revolucionárias era mesmo arriscada, pois eram

⁴⁴⁸ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 7, f. 381-383; vol. 27, f. 186. AHEx. **Assentamento de Eugênio de La Corte**. XX-17-73.

⁴⁴⁹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 164, f. 174-176; vol. 119, f. 79-83.

fuzilados os desertores”. Apesar dos riscos, fugiu para Campinas, e no dia vinte e nove se apresentou novamente em Rio Claro, onde já não havia mais destacamento, sendo surpreendido pela Coluna do tenente João Cabanas, que fazia a retaguarda das forças que naquele momento se retiravam em direção ao Mato Grosso. Denunciado por outro sargento, acabou conduzido até Presidente Epitácio, onde as tropas revoltosas foram reorganizadas e divididas, ficando ele na intendência do general Isidoro Dias Lopes. Nessa incumbência, chegou à Iguazu em primeiro de outubro. De lá, passou para o Paraguai e seguiu para Posadas, na Argentina, onde ficou trabalhando até janeiro de 1925. Depois disso, seguiu para Porto Alegre, onde foi preso.⁴⁵⁰

Apesar das declarações do sargento, que afirmava ter se envolvido num primeiro momento por cumprir ordens superiores, desconhecendo a missão, e num segundo momento, por coação, sob ameaça de fuzilamento, Benedicto Quirino também foi promovido a segundo tenente pelo general Isidoro por “serviços prestados à Revolução” e utilizava a promoção na assinatura nas requisições que fazia.⁴⁵¹

Sua defesa, conjunta a de diversos sargentos, apoiava-se no artigo 27º do Código Penal, que não eram criminosos “os que forem impelidos a cometer o crime por violência física irresistível ou ameaças acompanhadas de perigo atual”, pois eram inferiores militares, sujeitos a disciplina e a “obediência cega aos oficiais”, que foram forçados, sob ameaças, “à prática de serviços em prol da revolta”, em um “período excepcional de violências e de ação fora da lei”. No entanto, na pronúncia, a promoção recebida, as requisições assinadas e o fato de não ter se apresentado imediatamente ao término da revolta foram motivos suficientes para a não absolvição do sargento Benedicto Quirino de Souza.⁴⁵²

Mais uma vez, nestes casos aqui citados, nos é impossível identificar os limites das distorções dos fatos feitas pelos sargentos com o intuito de abrandarem suas penas na Justiça. Todavia, Austriclinio, Eugênio, Benedicto Quirino e tantos outros que vem a seguir sabiam de muita coisa, embora dissessem o contrário, e agiam de acordo com um

⁴⁵⁰ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 119, f. 79-83.

⁴⁵¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 27, f. 187; vol. 90, f. 572.

⁴⁵² SOARES, Oscar de Macedo. **Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil Comentado**, 7.ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1910, p. 72-79. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 140, f. 62-63. STF. Sucessos Subversivos de São Paulo. Julgamento da Apelação..., op. cit., f. 183-184.

sentido, baseado em suas experiências e expectativas. Seus depoimentos nos dão acesso a toda uma lógica militar que tentavam manobrar a seu favor.

O dever de cumprir as ordens superiores como tentativa de defesa aparecem em depoimentos de outros sargentos, como o de Benedicto Baptista de Souza, nascido em 1897, natural de Pirassununga, de “cor branca” que servia no 2º Grupo de Artilharia de Montanha, em Jundiáí.⁴⁵³ Segundo suas declarações, prestadas no dia 18 de outubro de 1924, quando chegou ao quartel, em cinco de julho, “recebeu ordens para se equipar, armar, passar em revista os seus homens, pois que o grupo iria embarcar para São Paulo”. Ao questionar o motivo da ordem ao comandante tenente-coronel Olyntho Mesquita de Vasconcellos, este lhe perguntou se não havia lido o boletim da véspera, que

retrucou afirmando que sim, embora desconhecesse o conteúdo daquele boletim, o que sendo uma irregularidade não poderia confessá-lo; que diante disso procurou se inteirar daquela ordem do dia ficando então sabendo que de ordem do general comandante da Região, transmitida pelo telefone, o Segundo Grupo de Artilharia de Montanha seguiria para São Paulo.⁴⁵⁴

Desse modo, acreditando cumprir uma ordem do comandante da Região, o sargento Benedicto Baptista seguiu com o seu grupo de trem em direção à estação da Luz. Disse que durante a viagem ficou sabendo que seu grupo era revoltoso e não desertou porque, conversando com vários oficiais, lhe disseram que já estava implicado no movimento, e nessas condições, já perdido, decidiu por não abandonar a “causa revolucionária”. Da estação da Luz, os oriundos de Jundiáí foram encaminhados para o quartel do 2º Batalhão da Força Pública. Benedicto Baptista, junto a seu colega e também sargento Malaquias Ribeiro, receberam ordens de assentar duas peças de artilharia e atirar em direção ao 4º Batalhão. Benedicto, além de ter combatido na região da Luz, foi enviado para o Largo São Paulo (atual Praça João Mendes), e para a esquina da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio com a rua Riachuelo, onde também foi posicionada mais abaixo da avenida outra peça comandada pelo sargento Malaquias.⁴⁵⁵

⁴⁵³ Segundo seu assentamento, em 9 de agosto de 1923 “seguiu para o campeonato regional de futebol, fazendo parte da equipe do Grupo e regressando a vinte e quatro.” Essa referência da proximidade deste sargento com o futebol se repete no jornal Diário Nacional que informava que a Associação Paulista de Esportes Atlético mandou registrá-lo no São João Futebol Clube, de Jundiáí, na Divisão do Interior. AHEx. **Assentamento de Benedicto Baptista de Souza**. XXX-49-92. Resoluções da diretoria da A. P. E. A. **Diário Nacional**, São Paulo, 4 nov. 1928, p. 10.

⁴⁵⁴ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 72, f. 237-238.

⁴⁵⁵ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 72, f. 239-245.

Retornados para Jundiaí, Benedicto e Malaquias declararam que combinaram de fugir e que o fizeram no dia vinte e sete, de carro, juntamente do sargento Firmiano Ribeiro. Seguiram até Araras, onde se separaram. Benedicto disse ter ido até Limeira, mas que retornou para Jundiaí de trem e se apresentou no quartel do 2º Grupo de Artilharia de Montanha.

Segundo o acórdão, Benedicto Baptista de Souza:

Só se apresentou às autoridades legais no dia 17 de outubro do aludido ano [...]. A sua cooperação no crime é também afirmada em depoimentos [...]. A prova circunstancial, por sua vez, é robusta, porque ele não ficou com as forças legais, mas com as revoltosas, nem se ocultou para não participar dos atos violentos.⁴⁵⁶

O sargento Malaquias Ribeiro, natural de Limeira, era contador da enfermaria do 2º G.A.M. de Jundiaí No dia 8 acompanhou o tenente Jonathas na missão de ocupar militarmente a estação de Jundiaí da São Paulo Railway localizada naquele município, que ficou sob sua inspeção. Malaquias, em suas declarações, afirmou que agia “sob às ordens do tenente médico dr. Arlindo de Castro”, que chegando no quartel, pela manhã do dia 5 de julho, “começou a ouvir boatos sob a ida do grupo a São Paulo a fim de abafar uma revolta entre dois batalhões da Força Pública”, mas que depois “leu na ordem do dia uma comunicação em que o comandante Mesquita determinava aquela viagem em virtude de uma ordem nesse sentido, emanada do comandante da Região”.⁴⁵⁷

Segundo o sargento Malaquias, quando chegaram à estação da Luz, aqueles que partiram de Jundiaí foram enviados ao quartel do 2º Batalhão da Força Pública. Na “madrugada do dia seis, as peças da bateria do tenente Aníbal foram assestadas pelos seus chefes, sargentos Antonio Andrielli e Benedicto Baptista de Souza e fizeram vários disparos ao Quarto Batalhão da Força Pública por ordem daquele tenente”. Em retorno à Jundiaí, na altura da Ponte Pequena, dessa vez por ordem do tenente Filinto Muller, de Quitaúna, foram feitos disparos contra um prédio.⁴⁵⁸

A mando do tenente Jonathas de Moares Correia, o sargento Malaquias disse ter ficado encarregado de diversas missões, entre elas da ocupação das repartições ferroviárias em Jundiaí, da São Paulo Railway e Sorocabana que funcionam no mesmo local. Na ocasião da referida ocupação, Malaquias disse que foi acompanhado dos

⁴⁵⁶ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 72, f. 244-245. STF. Sucessos Subversivos de São Paulo. Julgamento da Apelação..., op. cit., p. 181-182.

⁴⁵⁷ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 72, f. 251.

⁴⁵⁸ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 72, f. 252-253.

sargentos Barberino Thomaz de Lima, que ficou responsável pela censura do telégrafo que havia ali, e Franklin Pinheiro, com quem guarnecia a estação. Que recebeu as missões de ir à Campinas recolher munição do quartel da força policial local e posicionar artilharia atrás do cemitério de Jundiaí, “sob o comando dos tenentes Annibal, Jonathas e Muller que tinham como objetivo a defensiva de um possível ataque de forças procedentes de Campinas”.⁴⁵⁹

Em seu retorno à São Paulo, o sargento Malaquias disse que ficou na chefia de uma peça de artilharia posicionada no portão do quartel da Luz, onde permaneceu cerca de quatro dias, sob às ordens do tenente Annibal Brayner Nunes da Silva. Depois foi realocado, primeiro para a baixada da avenida Brigadeiro Luís Antônio, próxima a rua Riachuelo, de onde foram dados vários tiros, por ordem do mesmo tenente, e em seguida para o Morro dos Ingleses, onde “essa peça de artilharia passou a ser chefiada sucessivamente pelos sargentos Francisco Melchior, de Quitaúna, José Hilario Bueno e pelo declarante – mas sempre sob o comando do tenente Annibal”. No dia 24 de julho, “apresentando moléstia”, Malaquias pode retornar para Jundiaí, de onde fugiu para Araras, “em companhia de seu irmão Firmiano Ribeiro, terceiro sargento, e do sargento Sousa, onde dos mesmos se separou, se refugiando então ora aqui ora acolá”. Em 16 de outubro acabou se apresentando aos seus superiores e foi preso, um dia antes da prisão de Benedicto Baptista.⁴⁶⁰

Há anexado ao processo judicial uma confirmação de recebimento de uma capa, certamente para proteger do frio, e uma requisição feita no morro dos Ingleses, ambas com a assinatura de Malaquias, que reconheceu a autenticidade, junto a patente de tenente, promoção essa dada pelo general Isidoro Dias Lopes em boletim, que agraciava também os sargentos Benedicto Baptista e Franklin Pinheiro. No acórdão que o condenava, era apontado que o sargento não havia negado a prática dos atos que lhes eram atribuídos. Outro ponto levantado, era de que Malaquias afirmava ter fugido dos revoltosos em 24 de julho, o que não havia sido provado, e que tinha sido preso somente em 16 de outubro, em Jundiaí.⁴⁶¹

⁴⁵⁹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 72, f. 254-255.

⁴⁶⁰ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 72, f. 256-257.

⁴⁶¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 72, f. 257-560; vol. 27, f. 182. STF. Sucessos Subversivos de São Paulo. Julgamento da Apelação..., op. cit., p. 217-219.

Em depoimento, o sargento Malaquias enfatizou e repetiu por diversas vezes que ele e seus demais colegas sargentos cumpriam ordens, ora de um tenente, ora de outro. A defesa de Malaquias argumentava que ele havia sido iludido, “como o foram todos os seus demais companheiros que inferiores como ele, limitaram-se a obedecer a uma ordem que se lhes afigurava perfeitamente legal”. Que por ter sido fiel a um dos “pontos básicos da organização militar, que é o “ser obediente, que Malaquias Ribeiro se viu atirado e involuntariamente envolvido na revolução de 1924”, não sendo responsável o inferior que executa uma ordem criminosa sem saber.

Além de alegar o cumprimento de ordem superior, comprovada em boletim publicado, apelava-se também para a coação:

O intuito único, exclusivo e visível dos revolucionários promovendo de posto a Malaquias Ribeiro foi o de ver se, por essa forma, o animaria a bater-se pela causa revolucionária, visto como era manifesto e demonstrado de maneira irretorquível pela sua verdadeira atuação que em único ela ainda o precedia aos rebeldes; a obediência a que estava obrigado pela forte coação em que se achava debaixo de regime terrorista e onde eram absolutamente desconhecidas as palavras Direito e Garantia.⁴⁶²

Do mesmo Grupo de Jundiáí era o sargento Franklin Pinheiro, nascido em 1886 no Rio de Janeiro, filho de Diogo Pinheiro. Depois de servir um tempo no Mato Grosso, foi transferido em outubro de 1919 para o 2º G.I.A.P., de Quitaúna em São Paulo. Em novembro de 1922 foi transferido novamente, dessa vez para Jundiáí. Possivelmente esta transferência ocorreu em consequência às suspeitas de envolvimento no levante ocorrido daquele ano em Mato Grosso. Em suas declarações, quando preso em 1924, confirmou que conhecia e havia servido no Mato Grosso juntamente do capitão Joaquim Távora, condenado em 1922, e que este esteve, em junho, no quartel de Jundiáí em companhia do tenente intendente Joaquim Nunes de Carvalho, com quem o sargento havia servido anteriormente no Rio de Janeiro.⁴⁶³ Neste caso podemos notar que as redes de sociabilidade, articuladas para a organização da Revolta, tão visíveis entre os tenentes envolvidos, se estendiam aos sargentos, embora tenhamos mais dificuldade em identificá-las.

O sargento Franklin Pinheiro afirmou que em cinco de julho de 1924, recebeu ordem do comandante tenente coronel Olyntho Mesquita de Vasconcelos de “preparar

⁴⁶² APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 160, f. 27-43.

⁴⁶³ AHEx. **Assentamento de Franklin Pinheiro**. I-3-29. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 72, f. 465-466.

sua bateria armada, municada e equipada em ordem de marcha para seguir com o Grupo com destino a Capital do Estado”, o que o fez ignorando o motivo da partida. Que só teve ciência que seu grupo estava envolvido na revolta ao chegar no Batalhão da Força Pública, “pois tendo sido a partida de Jundiáí publicada em boletim regimental número cento e cinquenta e quatro, de cinco de julho” e “estando o seu comandante a frente do grupo, nada fazia pensar que a ação da unidade a que pertencia estivesse agindo fora da lei”. Repetiu o dito por Malaquias, que seu grupo ficou aquartelado no 2º Batalhão da Força Pública e que disparou em direção ao 4º Batalhão, mas complementou dizendo que os elementos para os tiros haviam sido fornecidos pelo primeiro tenente Eduardo Gomes. No dia seis, afirmou ter seguido para Jundiáí, onde se apresentou ao comandante Mesquita, recebendo, dias depois, ordem do tenente Jonathas de Moraes Correa para acompanhá-lo na ocupação da estação ferroviária local.⁴⁶⁴

Além de comissionado ao posto de 2º tenente, Franklin Pinheiro foi, em 13 de julho de 1924, nomeado pelo general Isidoro comandante da Artilharia de Montanha da tropa revolucionária,⁴⁶⁵ muito embora tenha declarado que sempre foi sua intenção “desertar das fileiras revolucionárias, mas se via sempre impossibilitado de levar a efeito esta sua ideia porque não só lhe faltavam recursos como também, porque estando a sua esposa prestes a dar à luz, temia e não podia mesmo abandoná-la nesse estado”. O parto aconteceu no dia 17. No dia 25, a família fugiu para Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais tendo, um dia antes, o sargento cumprido a mais uma missão, dessa vez dada pelo tenente Newton, que lhe ordenou “conduzir à capital preso o doutor Paulo Cavalheiro, contador da Companhia Paulista de Estrada de Ferro”. Em Santa Rita do Sapucaí, disse ter se apresentado ao delegado de polícia, que lhe recomendou apresentar-se ao departamento da Guerra, o que fez, seguindo para o Rio de Janeiro onde foi preso.⁴⁶⁶

Pinheiro além de manejar o dever do cumprimento de ordens superiores e do publicado em boletim regimental, adicionou uma complicação familiar para justificar a sua suposta deserção das fileiras revoltosas e entregava mais, como veremos adiante. Afinal, além de ser promovido ao posto de tenente, havia sido também nomeado comandante, o que poderia complicar ainda mais a sua situação no inquérito. Segundo ele,

⁴⁶⁴ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 72, f. 457-466.

⁴⁶⁵ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 27, f. 182-183.

⁴⁶⁶ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 72, f. 462-463.

na sua opinião, dois sargentos que deviam conhecer o movimento que se preparava era Alfeu França e Antonio Chaves, inseparáveis do tenente Carvalho, atualmente desertores; que o declarante, segundo boletim revolucionário de treze de julho, foi comissionado em segundo tenente mas sempre conservou o seu fardamento de sargento e nunca usou desse posto na prática de qualquer ato militar, não tendo assinado papel algum com essa qualidade e assim agiu não só por conhecer a ilegalidade dessa comissão, como principalmente porque não comungava com as ideias e com os atos das forças revoltadas.⁴⁶⁷

Os referidos sargentos Alfeu França e Antonio Frederico da Silva Chaves também foram citados nos depoimentos dos sargentos Barberino Thomas de Lima, contador do 2º G.A.M. de Jundiáí, e de Oscar da Silva Villaça, do 6º Regimento de Infantaria de Caçapava e instrutor do Tiro de Guerra cento e trinta e dois. Ambos apontaram os primeiros enquanto envolvidos em 1922 e muitos próximos ao tenente Joaquim Nunes de Carvalho. Villaça ainda afirmou que vários sargentos conheciam o movimento de 1924 desde o período de sua organização. Segundo ele, além de França e Chaves, eram conhecedores do movimento os sargentos Franklin Pinheiro, Malaquias Ribeiro, Pedro Gouveia de Oliveira, Benedicto Baptista de Souza e Ângelo Fuzetti⁴⁶⁸. Embora não saibamos o motivo desses sargentos serem apontados pelos outros, estas declarações nos dão indícios de que o núcleo conspiratório dos tenentes de 1922 que preparavam os levantes de 1924 se estendia aos sargentos.

Quando questionado sobre o assunto, o sargento Ângelo Fuzetti também alegou que se envolveu no movimento porque cumpria ordens, primeiramente do tenente Newton Brayner Nunes da Silva, que sabendo que Fuzetti residia há muitos anos em Jundiáí e “nessas condições conhecia bem a rapaziada reservista do Exército, o chamou e lhe determinou que saísse a rua e intimasse todos os reservistas que encontrasse para comparecer no quartel”. O tenente Nunes também ordenou ao sargento, acompanhado de outros, para que embarcassem para Campinas, onde enfrentariam uma força legalista vinda de Minas Gerais. Lá, Fuzetti foi encarregado pelo governador revoltoso Álvaro Ribeiro de prender o tenente Haraldo Egydio de Sousa Santos, comandante do Tiro de Guerra da localidade. Dias depois, com a chegada da coluna do tenente Cabanas, o sargento, temendo ter que acompanhá-la, disse que “telefonou para Jundiáí e então pediu

⁴⁶⁷ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 72, f. 464 e 467.

⁴⁶⁸ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 72, f. 213-234.

ao sargento Alfeu que prestando um motivo qualquer telefonasse para Campinas determinado o regresso do declarante, que assim foi feito”.⁴⁶⁹

Os sargentos Alfeu França e Antonio Frederico da Silva Chaves foram citados por Ângelo Fuzetti e por diversos outros sargentos enquanto envolvidos no levante 1922. No entanto, poucas são as informações sobre os dois primeiros, que acabaram foragidos. Talvez, exatamente por este motivo que tenham sido citados. Embora Fuzetti tenha afirmado que nada sabia dos planos da Revolta, pelo seu relato parece ter sido bastante próximo ao sargento Alfeu, que os conheciam, ao ponto de este conseguir o seu retorno de Campinas para Jundiáí.

Fuzetti declarou ainda que se lembrava de que, dois meses antes do início da revolta, era frequente a visita de Joaquim Távora, que “conhecera em Campo Grande como segundo tenente”, ao tenente Joaquim Nunes de Carvalho no quartel do 2º G.A.M., onde serviam.⁴⁷⁰ Embora tenhamos dificuldades em localizar a fé de ofício de Ângelo Fuzetti, e a cópia anexada ao processo em algum momento foi molhada, o que dificulta sua leitura, é muito possível que tanto ele, quanto o sargento Franklin Pinheiro, que também afirmou conhecer Joaquim Távora, tenham sido suspeitos de envolvimento no levante de 1922, liderado por Távora no Mato Grosso, e que por este motivo tenham sido transferidos para Jundiáí.

De todo modo, se destaca o envolvimento dos que serviam em Jundiáí. O comandante Olyntho de Mesquita Vasconcelos e o tenente Joaquim Nunes de Carvalho foram importantes para a articulação entre os revoltosos, e contavam ainda com as constantes visitas de Joaquim Távora. Embora os referidos sargentos tenham negado saberem dos planos revoltosos, fica evidente as ligações que possuíam com aqueles que planejavam a revolta.

A alegação fortemente presente entre os sargentos do Exército, de terem se envolvido na Revolta sob o dever do cumprimento de ordens superiores e coerção, se repete entre os sargentos da Força Pública, como foi o caso de Gumercindo Saraiva, nascido em 1891, em Lorena, “de cor morena”, que se alistou na Força Pública em maio de 1912 e que em 1924 era sargento arranchado no 1º Batalhão. Em suas declarações, afirmou ter visto, na manhã do dia 5, um movimento de tropas no quartel, onde havia

⁴⁶⁹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 72, f. 440-442.

⁴⁷⁰ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 72, f. 443-445.

passado a noite dormindo, mas que de lá não saiu durante todo o tempo da revolução, onde prestou serviços internos, não tomando parte em qualquer combate.⁴⁷¹

Declarou ainda que, neste mesmo dia 5, as portas na intendência da Força Pública foram arrombadas e de lá foram retiradas metralhadoras e munição, por ordem do major Miguel Costa. O serviço do sargento Saraiva, segundo ele, era pôr as praças em forma e encaminhar as pessoas que queriam falar com diversos oficiais. No dia vinte e sete, recebendo ordem de embarcar na estação da Luz, o fez, chegando em Itapira, e de lá, disse que fugiu, seguindo a pé para Rio Claro e embarcando de volta para São Paulo.

Certamente na intenção de proteger os demais envolvidos, quando

perguntado se podia declarar nomes de pessoas que viu no pátio deste quartel em entendimento com chefes revoltosos, respondeu: que não; perguntado se pode indicar alguns oficiais, sargentos, cabos ou soldados da Força Pública que tomaram parte na revolução respondeu: que não pode citar nomes por ignorar; perguntado se podia indicar alguns nomes de pessoas que introduziu neste quartel para falar com oficiais, conforme sua declaração, respondeu: que é impossível mencionar nomes em vista do grande movimento que havia neste batalhão de pessoas que procuravam oficiais para diversos fins.⁴⁷²

A defesa do sargento Gumercindo Saraiva se baseava na argumentação de que ele obedecia às ordens de seus chefes, que possuía o dever de cumprir dada a sua função de soldado. Que se fazia “difícil para os soldados da milícia policial, recrutados entre os indivíduos de condição humilde e de nenhum preparo”, verificar a ilegalidade das ordens recebidas. Neste sentido, afirmava-se que não havia a menor intenção do sargento em mudar a Constituição da República ou a forma do Governo estabelecida, que

jamais pensou o denunciado na sua imensa ignorância violar esses princípios básicos de nossa vida política e social. Na modéstia da sua existência, como soldado da Força Pública do Estado a sua única preocupação estava no restrito cumprimento de seus deveres militares.⁴⁷³

Para além da argumentação do dever de cumprir ordens superiores, a defesa do sargento utilizava de outra versão dos fatos daquelas declaradas por ele. Nesta segunda, o sargento havia sido coagido, preso e ameaçado de fuzilamento:

No dia 5 de julho de 1924 entrava às 6 horas no Quartel do Batalhão a cuja unidade pertencia. É preso, desarmado desde logo conduzem-no a presença do Major Miguel Costa [...]. O Major recebe-o amavelmente e convida-o a aderir ao movimento revolucionário. O denunciado imediatamente protesta a sua fidelidade às autoridades constituídas, sendo por esta razão conduzido desde

⁴⁷¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 164, f. 39-47; vol. 112, f. 146; v. 12, f. 394-400.

⁴⁷² Museu da Polícia Militar. Pastas Suspensas. **Termo de declaração de Gumercindo Saraiva**.

⁴⁷³ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 136, f. 20, 73.

logo para o xadrez [...]. Ordena-lhe então o Comandante que na sua qualidade de prisioneiro preste serviços internos dentro do Quartel. É um dos encarregados da limpeza das metralhadoras e fiscalização de todos os seus pertences. E acrescentou o comandante Miguel Costa: ‘espero que seus serviços sejam feitos em ordem, não desejo ter o dessabor de puni-lo com pena marcial pelo seu desídio criminoso ou desleixo no cumprimento das minhas ordens’ [...]. Desta forma o denunciado coagido para não sofrer fuzilamento ou outra pena de guerra, que o arbítrio do comandante lhe poderia impor, esteve durante todo o tempo em que os revolucionários dominaram a cidade prestando seus serviços no Quartel como prisioneiro de guerra e sob ameaça de pena marcial. [...] O denunciado jamais foi promovido, nem o podia ser, quem trabalha como prisioneiro de guerra e coagido em sua liberdade [...].⁴⁷⁴

Sobre o fato de ter sido promovido a segundo tenente, o sargento Saraiva declarou que atribuía à fama que tinha, “de ser um excelente manejador de metralhadora”. A referida promoção não consta em boletins revolucionários, e lhe foi concedida oralmente pelo major Miguel Costa no dia 6 de julho. No volume 12 do processo há uma série de solicitações de mantimentos e fardamento para soldados que Gumercindo Saraiva assinou utilizando a referida promoção. Preso em 18 de setembro de 1924, foi mantido na Cadeia Pública de São Paulo e em janeiro de 1925 foi transferido para o Presídio da Imigração.⁴⁷⁵

Julio Prado das Neves, também sargento da Força Pública, foi acusado de integrar a Revolta e de ter auxiliado no saque à Delegacia Fiscal. Em suas únicas poucas declarações localizadas no processo, afirmou que, no dia 5, desconhecendo o que se passava, se apresentou no quartel do Regimento de Cavalaria e lá foi obrigado a ficar durante todo o período, onde também esteve ocupado nos serviços internos. Disse que nos últimos dias de ocupação militar na cidade, conseguiu fugir para sua casa, mas no dia de retirada das tropas, foi preso, conduzido para a estação e que seguiu com os revoltosos até Presidente Prudente, “onde conseguiu desertar, apresentando-se às forças legalistas, que de fato foi comissionado ao posto de segundo tenente, o que aliás aconteceu a todos os inferiores, em Bauru”.⁴⁷⁶

Há no processo uma série de solicitações de Julio Prado das Neves, reconhecidas na ocasião de seu depoimento, encaminhadas ao sargento da Força Pública Antônio do Nascimento, responsável pela ocupação dos armazéns da Sorocabana. A acusação ainda

⁴⁷⁴ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 136, f. 73-75.

⁴⁷⁵ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol.12, f. 397-400; vol. 15, f. 969; vol. 162, f. 7. Museu da Polícia Militar. Pastas Suspensas. **Termo de declaração de Gumercindo Saraiva**.

⁴⁷⁶ TJSP. **Sucessos Subversivos de São Paulo**. Denúncia apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 1ª Vara de São Paulo pelo Procurador Criminal da República, em comissão no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 124. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 13, f. 636.

utilizava do depoimento do Coronel Martim Francisco Cruz, que esteve preso no Quartel-General das forças revolucionárias, e que “quando lhe comunicaram haver sido sua casa invadida por dois revoltosos, reclamou providencias do general Isidoro, para fazê-las retirar, e foi atendido, recebendo o sargento Julio Prado das Neves a incumbência de despejar os invasores”.⁴⁷⁷

Sua defesa apontava para diversas direções, ora alegando que o sargento havia sido coagido, que tinha o dever de cumprir ordens superiores, que havia sido feito prisioneiro e ameaçado de fuzilamento.

Por ordem do General Isidoro, Julio Prado das Neves, que se achava entre os revolucionários porque fora preso por eles, fez isto: foi a chácara do Coronel legalista Martim Cruz fazer retirarem-se dessa chácara alguns revoltosos que aí tinham entrado. Ato que nada tem de punível e nem é de revolta.⁴⁷⁸

As diversas promoções que vimos até aqui são rastros das responsabilidades que foram atribuídas a estes sargentos por seus superiores, mas também indicam que algo foi feito por eles para merecê-las, inseridas na lógica militar. Diante do processo judicial, tais feitos não podiam ser ditos ou reconhecidos por aqueles indivíduos, ali presentes, naquele momento, com a finalidade de contrapor as acusações que sofriam e evidenciar a sua inocência. Apesar disso, chama a atenção nos diversos casos acima elencados, o uso constante de uma argumentação que procurava sustentar uma narrativa do dever, da obediência, da hierarquia, da subalternidade, do encargo da patente que os sargentos possuíam. Talvez, “ordem dada é ordem cumprida”, e sem contestação, poderia melhor servir como alegação de defesa em meio a um processo que corresse na Justiça Militar, o que não era o caso.

As diversas declarações acabaram por demonstrar as conexões que haviam entre os sargentos e seus superiores, bem como as que haviam entre eles mesmos. Essas relações certamente foram mobilizadas para a organização e ocorrência da Revolta de 1924.

Apesar das várias tentativas de defesa, sendo algumas delas aqui elencadas, parte dos sargentos indiciados foram condenados e punidos. Outros tantos ainda foram excluídos do Exército ou da Força Pública, presos e condenados ao degredo sem processos. Foram localizados 22 sargentos indiciados que ficaram presos na Hospedaria dos Imigrantes, entre eles Malaquias Ribeiro e Gumercindo Saraiva. Destes localizados,

⁴⁷⁷ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 20, f. 177, 204, 220, 252; vol. 118, f. 14. STF. **Sucessos Subversivos de São Paulo**. Julgamento da Apelação..., op. cit., p. 160, 222-223.

⁴⁷⁸ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 136, f. 104-106; vol. 163, f. 178.

8 não chegaram a ser condenados no processo, estando entre eles Francisco Berga, que faleceu no “Presídio da Imigração” devido às péssimas condições de cárcere.⁴⁷⁹

Há ainda os casos de sargentos que foram remetidos para a colônia penal da Clevelândia, como Benedicto Quirino, Lauro Nicacio, que primeiramente ficou encarcerado no Navio Cuyabá, e Casemiro Dias Redal, que faleceu no Oiapoque.⁴⁸⁰ Casemiro era do 4º R.I. de Quitaúna, foi um dos promovidos a tenente por “serviços prestados à Revolução”, compartilhava da defesa de Benedicto Quirino, que argumentava pela coação e o dever do cumprimento de ordens. Chegou a integrar a Coluna Prestes, onde comandava a Companhia de Metralhadoras Terrestres da 2ª Brigada do 3º Batalhão que ocupou Foz do Iguaçu⁴⁸¹.

Estes tantos sargentos punidos e o tipo de condenação que chegaram a receber mais uma vez evidenciam a ação destacada do referido grupo no movimento, não só na Revolta de 1924, mas também no levante de 1922 e na marcha da Coluna Prestes, nos auxiliando a ampliar a compreensão da organização e os mecanismos que o movimento engendrou, ao mesmo tempo em que expande a percepção da dimensão política e social do que se convencionou chamar de *tenentismo*.

3.3 Pelo interior do estado de São Paulo

Embora a Revolta de 1924 tenha tido seu foco na capital paulista, a ação de diversos sargentos acabou por promover o seu espalhamento pelo interior do estado de São Paulo, o que garantiu a contínua chegada de reforços às tropas revoltosas da capital e o sucesso da retirada em direção ao Mato Grosso. Segundo a denúncia, houve registro de revolta em 87 municípios, incluindo a capital, e manifestações de apoio em outros 32. Dos 87 municípios em revolta, em 35 houve a implementação de um governo

⁴⁷⁹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 120 e 162. A rebelião de 5 de julho em S. Paulo. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 jul. 1927, p. 2.

⁴⁸⁰ DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas: 1924-1926**. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 238-240. OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. **1924 A Revolução de Isidoro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 106-107. A tragédia macabra do Oyapock! **A Manhã**, Rio de Janeiro, 9 jan. 1927, p. 2 e 15.

⁴⁸¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 27, f. 184; vol. 140, f. 62-63; vol. 164, f. 153. TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas: memórias**. Vol. 1 - Da planície à borda do altiplano. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1973, p. 156.

“revolucionário” por algum período, com a substituição ou adesão do prefeito e do delegado local.⁴⁸²

A Revolta pelo interior foi impulsionada com a ação de três destacamentos de cobertura lançados sobre os principais eixos ferroviários do estado, que partiram da capital no dia 18 de julho. Um deles era comandado pelo tenente da Força Pública João Cabanas, que seguiu na direção norte, pela Mogiana, com a finalidade de barrar legalistas vindos de Minas Gerais. Outro, comandado pelo capitão do Exército Octávio Muniz Guimarães, seguiu na direção oeste, pelos trilhos das E.F. Paulista e Noroeste, e buscou barrar governistas vindos do Mato Grosso. Um terceiro destacamento foi comandado pelo capitão Francisco Bastos, da Força Pública, e seguiu na direção sul, pela Sorocabana, visando dificultar os avanços de legalistas oriundos do Paraná.⁴⁸³

No dia 5 de julho de 1924, com o início do levante no Regimento de Cavalaria da FPSP, o tenente Cabanas recebeu ordens do major Miguel Costa para ocupar a estação da Luz com a finalidade de impedir o tráfego para o Rio de Janeiro. Além de cumprir essa tarefa, estabeleceu na cidade um serviço de espionagem através da ação de civis, organizou algumas patrulhas policiais e passou a cobrir a missão do tenente José de Oliveira França, que acabou se rendendo aos governistas e que era o encarregado de ocupar a estação da Sorocabana.⁴⁸⁴

No dia 18, Cabanas foi ordenado a seguir com um batalhão para Mogi Mirim, para impedir a concentração de tropas legalistas, vindas em sua maioria de Minas Gerias. Pelo caminho, tal destacamento passou a dispersar grupos civis organizados por chefes locais, que buscavam combater manifestações de apoio à Revolta. Em alguns dos municípios por onde passavam, estes revoltosos reorganizavam o governo local, nomeando um “governador municipal”, um “governador militar” e um novo delegado, garantindo ali aliados.⁴⁸⁵

⁴⁸² Mapa 2, no capítulo 1, e Quadro 7, em Anexos. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., 1925.

⁴⁸³ TÁVORA, Uma vida..., op. cit., p. 144.

⁴⁸⁴ João Cabanas nasceu na cidade de São Paulo em de junho de 1895, filho dos imigrantes espanhóis Artur e Maria Cabanas. Iniciou os estudos no Ginásio Pernambucano, em Recife, e de volta a São Paulo cursou a Faculdade de Direito e a Escola de Oficiais da Força Pública. ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CABANAS,%20Jo%C3%A3o.pdf> Acesso em 08 jul. 2022. CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 5-26.

⁴⁸⁵ Ibidem, p. 53–69.

Ao fazer isso em Mogi Mirim, seguiram e desarticularam governistas que se concentravam em Ribeirão Preto e em Espírito Santo do Pinhal, sendo esta última localidade ocupada no dia 26 de julho, após intensos combates. Ali, tal grupo passou a ser chamado de Coluna da Morte. Segundo Cabanas:

A disposição moral do punhado de bravos que eu comandava era tal, que nenhum soldado tinha sequer a esperança de sair com vida da revolução. Espontaneamente cada um renunciou a vida em benefício da causa que defendia, pedindo sempre ser colocado nos postos de maiores sacrifícios. É por isso que depois da tomada de Pinhal os soldados começaram a chamar de "Coluna da Morte" o batalhão que organizei e que estava sob meu comando.⁴⁸⁶

A próxima localidade ocupada pela referida Coluna foi São João da Boa Vista. De lá, retornou para Mogi Mirim, onde o tenente João Cabanas afirmou ter sido procurado por quatro homens oriundos do Triângulo Mineiro, que foram lhe propor deslocar suas forças até Uberaba,

onde receberia um reforço de 2 mil a 4 mil homens, bem armados e municiados, 500 contos em dinheiro, além do pagamento de todas as despesas da tropa, sob a condição de proclamar a independência do Triângulo e marchar depois sobre Belo Horizonte, a fim de depor o governo do Estado.⁴⁸⁷

Antes que Coluna da Morte se organizasse para a referida missão, Cabanas disse ter recebido um telefonema de Álvaro Ribeiro, que havia sido nomeado governador de Campinas, que lhe informava que as tropas revoltosas estavam se retirando de São Paulo e que boa parte delas já alcançavam Bauru. Ao invés de Uberaba, a Coluna seguiu para Campinas, aonde chegou às 4h da manhã do dia 28, “no momento em que se detinha na estação o último comboio vindo de São Paulo conduzindo tropas e material de guerra”. Neste último comboio estava o major Miguel Costa, que determinou a Cabanas que sua coluna fizesse a retaguarda. Segundo ele:

Organizei um grupo destinado a destruir pontes e passagens de nível da via férrea. A esse grupo, cujo comando confiei ao sargento Filógono Antônio Theodoro, comissionado em tenente, agreguei um mecânico dentre os melhores que havia em Campinas, de nome Jacob José Giacomelli.⁴⁸⁸

Os relatos de Cabanas sobre os combates pelo interior do estado citam alguns dos sargentos que compunham a chamada Coluna da Morte. Além de Filógono, havia José da Silveira Breves, que ficou no comando da guarda na ponte do rio Atibaia, a caminho de Jaguariúna, na tomada de Mogi Mirim. O sargento João Francisco Bispo, que comandava

⁴⁸⁶ Ibidem, p. 69-77.

⁴⁸⁷ Ibidem, p. 78-82.

⁴⁸⁸ Ibidem, p. 82-87.

a guarda de Jaguariúna, quanto o grosso das tropas ocuparam Amparo. O sargento Peres, do regimento de Jundiá, que nos combates pela tomada de Amparo acabou sendo morto com um tiro, confundido por naquele momento estar usando a famosa capa preta de Cabanas.⁴⁸⁹

Além destes, outros tantos sargentos tiveram ação em meio à Revolta registrada pelo interior do estado. Um deles foi Olegário de Araújo, da Força Pública, citado no acórdão como o “sargento que mais se movimentou”. Foragido da polícia, o sargento Olegário foi acusado de ter ocupado Piracicaba e ali ter nomeado um governador. Em Limeira, liderou a ocupação do município, onde prendeu o delegado, nomeou governador e uma nova autoridade policial. Em Rio Claro, por ordem de Cabanas, ajudou a tomar a estação ferroviária e o telégrafo. Ajudou ainda na tomada de Avaré. Juntamente dos sargentos Olavo de Albuquerque, Belisário Leite de Barros Filho e Lazaro da Costa Tanque, Olegário de Araujo esteve envolvido na tomada de Capivari e Monte Mor, onde nomearam governadores. Os referidos sargentos chegaram a convocar os reservistas e organizaram aqueles que se apresentaram. No processo judicial consta uma relação de entrada até o número 40, de reservistas oriundos de Limeira, Capivari, Piracicaba e Pirassununga.⁴⁹⁰

Conforme declarações do soldado Pedro Alves da Silva, da Força Pública, dois dias antes “do assalto” de Pirassununga,

apareceu em Descalvado um sargento preto que diz chamar-se Benedito, vindo de São Carlos e ordenou ao sargento comandante do destacamento policial de Descalvado, a que o declarante pertence, que preparasse suas forças para serem concentradas em Pirassununga, por ordem do general Isidoro Dias Lopes, que esse sargento preto percorreu diversos pontos daquele município arranjando gente e armamento para trazer para esta cidade.⁴⁹¹

O referido sargento da Força Pública, Benedito de Paula, certamente tinha contato com os sargentos citados anteriormente. Benedito era foragido, condenado sob a acusação de ter reunido força em Descalvado, comandado, no dia 28 de julho, a tomada

⁴⁸⁹ Ibidem, p. 59–61.

⁴⁹⁰ STF. Sucessos Subversivos de São Paulo. Julgamento da Apelação..., op. cit., p. 155-156. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 169, 183, 184 e 205. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 61, f. 176-177; vol. 76, f. 59-83; vol. 84, f. 193.

⁴⁹¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 85, f. 68-69.

do quartel do 2º Regimento de Cavalaria Divisionária, de Pirassununga, e de lá ter subtraído objetos, além de ter ocupado o Centro Telefônico.⁴⁹²

Ainda segundo as declarações do soldado Pedro da Silva, o sargento Benedicto de Paula chegou em Pirassununga vindo de São Carlos em companhia do sargento Sebastião de Lima, comandante do destacamento de Descalvado e “que a essas forças reuniram-se outras vindas de Araras, comandadas por um capitão”. Que após a tomada de Pirassununga, os sargentos e civis envolvidos foram a Leme, “a fim de obter a adesão do destacamento daquela cidade aos revolucionários, o que não obtiveram; que o sargento Sebastião de Lima fugiu em companhia do sargento preto, deixando o declarante e seus companheiros desorientados”. O soldado afirmava ainda que ele e seus companheiros do destacamento de Descalvado haviam se envolvido nestes atos, “coagidos pela ameaça tremenda que lhes era feita pelos referidos sargentos”.⁴⁹³

O capitão, que comandava as forças oriundas de Araras citadas pelo soldado Pedro, na verdade era o sargento do Exército Domingos Teixeira de Barros. Segundo seus registros no Instituto de Identificação, era filho de Carlos Augusto de Barros e Elisa Teixeira de Barros, nascido em 28 de outubro de 1895, em Campinas, SP, de cútis branca. O sargento, que em 1924 era estudante de medicina, foi nomeado governador militar de Araras. De 20 a 28 de julho, tomou parte no assalto às Câmaras e delegacias das cidades de Descalvado e Pirassununga, liderando os revoltosos do 2º Regimento de Cavalaria Divisionária na tomada desse último município.⁴⁹⁴

Em Rio Claro, Domingos Teixeira de Barros assinava como “sargento-reservista do Exército Nacional com honras de oficial e comandante organizador da milícia municipal”. Ali, foi nomeado delegado geral e convocava civis e militares, em especial os reservistas, para que organizassem “um batalhão armado, para o policiamento da cidade e demais necessidades”. Para isso instalou um Quartel-General na Avenida 1, “nº23, por cessão louvável dos diretores do Centro Espírita Fé e Caridade”.⁴⁹⁵

Em Araras, no dia 10 de julho, civis locais organizaram um governo provisório, sob a liderança de Luiz Delamain, um dos chefes do Partido Municipal, acompanhado de

⁴⁹² STF. Sucessos Subversivos de São Paulo. Julgamento da Apelação..., op. cit., p. 219-220. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, v. 85, f. 343-344.

⁴⁹³ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 85, f. 68-72.

⁴⁹⁴ IIRGD. **Identificação de Domingos Teixeira de Barros**. Ficha de n.º 37.674. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 162-163.

⁴⁹⁵ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 90, f. 272.

Fernando Delamain, Firmo Lacerda de Vergueiro, Plínio Lacerda de Vergueiro, Ernani Lacerda de Oliveira, Bento Lacerda de Oliveira e Carlos Augusto do Amaral. O grupo tomou a Câmara Municipal, a Santa Casa, a cadeia, a delegacia e o armamento do Tiro de Guerra. No dia 20, o governo municipal de Araras foi entregue para Francisco Octaviano da Silveira, que era advogado e conhecido como “Jaburu”. Conforme publicação apreendida, Francisco foi nomeado ao cargo no dia 18, pela “Junta Revolucionária do Estado”, presidida pelo general Isidoro Dias Lopes, que no mesmo ato nomeou o sargento Domingos Teixeira de Barros chefe militar e o promoveu a capitão.⁴⁹⁶

Na função de governador de Araras, Francisco Octaviano da Silveira proibiu a exportação de gêneros alimentícios, organizou uma tabela de preços dos referidos produtos e assinou requisições. Foi acusado ainda de, juntamente dos sargentos Domingos Teixeira de Barros e Benedicto de Paula, liderar a tomada a Pirassununga, no dia 23 de julho. Na referida cidade, atacaram o quartel legalista do 2º Regimento de Cavalaria Divisionária, ocuparam a delegacia e a Câmara Municipal, nomearam um governador e um novo delegado.⁴⁹⁷

O grupo promoveu a troca do governo municipal de Descalvado, no dia 25, onde, segundo a denúncia, o comandante do destacamento local, sargento Sebastião Gonçalves de Lima, “amotinou os seus comandados, pondo-os a serviço da rebelião”. Lima e seus soldados chegaram a receber ordens do delegado destituído de partirem para Mogi Mirim, onde havia naquele momento tropas legalistas. O grupo desobedeceu e “dando vivas a revolução, tomou de assalto o Posto Policial, quando este estava entregue à guarda municipal”.⁴⁹⁸

Segundo o testemunho do escrevente Lazaro Timoteo do Amaral, as forças que tomaram a cadeia de Descalvado, o fizeram também gritando vivas à revolução. Ali se apresentou espontaneamente o prefeito Augusto de Oliveira Campos,

que assistindo às ovações à revolução, acompanhou-as com “vivas”; que em seguida o sargento Lima improvisou com um lençol de solteiro uma bandeira branca – símbolo da revolução – e entregou-a ao mesmo prefeito [...] que em cima das janelas da sacada do Fórum hasteou-a, fazendo breve alocação sobre a revolta e gritou outros vivas.⁴⁹⁹

⁴⁹⁶ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 161-162. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 111, f. 99; vol. 36, f. 26.

⁴⁹⁷ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 163. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 36, f. 27 e 281.

⁴⁹⁸ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 165. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 63, f. 31.

⁴⁹⁹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 63, f. 63-64.

É notório nestes casos que políticos locais, em especial da oposição municipal, aproveitaram o momento para se aproximar dos sargentos revoltosos em tentativa de se estabelecerem no poder. Luiz Delamain, nomeado o primeiro “governador revolucionário” de Araras, era do Partido Municipal e tomou a Câmara, certamente porque ali não tinha a maioria de seu partido. A sua absolvição no processo, assim como as de outros envolvidos tratados adiante, também lideranças políticas locais, muito possivelmente ocorreu devido às suas relações políticas e sociais, em contraposição aos casos dos sargentos.

A defesa de Francisco Octaviano da Silveira, organizada pelo advogado Francisco Morato, argumentava que ele havia sido “vítima da politicagem de Araras”, que a sua ação ali, em Pirassununga e Descalvado, não configurava em serviço prestados aos revoltosos, mas sim às populações daquelas cidades, às quais “se limitou a policiar”. Que Francisco sempre teve uma atuação pacífica, “tendo em vista a manutenção do sossego e normalidade da vida local”, que “foi o protetor da zona onde agiu, estabelecendo a calma na população e normalizando, quando possível, a vida das cidades”.⁵⁰⁰

Diferentemente de outros casos, o acórdão manteve a condenação de Francisco da Silveira, alegando que ele manifestava sua adesão à causa revoltosa, como era possível comprovar a partir de publicações e outros escritos que foram apreendidos.⁵⁰¹ Em um deles, uma carta do dia 27 de julho, destinada ao general Isidoro, podemos ler o seguinte:

Tendo em vista a manutenção do sossego e da normalidade da vida local, não só desta como das cidades vizinhas que eu, sem aparato de força, aliciei à causa da revolução, rogo a V. Ex. mandar suprimir o governo militar dessa cidade, cuja permanência, absolutamente desnecessária aqui, não consulta, no momento, as necessidades locais, e além disso, estorva a eficácia da minha ação em favor da causa que defendemos. [...] Servidor entusiasta da revolução, ninguém me excederá em dedicação.⁵⁰²

A carta escrita por Francisco evidencia uma tentativa de maior aproximação com o general Isidoro Dias Lopes e as divergências em Araras entre o seu governo civil e o governo militar do sargento, promovido a capitão, Domingos Teixeira de Barros.

Antes da tomada do quartel de Pirassununga, que contou com o envolvimento dos sargentos Benedicto de Paula, Sebastião de Lima, Domingos Teixeira de Barros e do civil Francisco Octaviano da Silveira, no dia 6 de julho, passou por Campinas o grosso das

⁵⁰⁰ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 160, f. 5-7; vol. 163, f. 10.

⁵⁰¹ STF. Sucessos Subversivos de São Paulo. Julgamento da Apelação..., op. cit., p. 276-283.

⁵⁰² APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 36, f. 279.

tropas do 2º Regimento de Cavalaria Divisionário, legalistas, em direção à São Paulo, ficando em Pirassununga uma pequena força para guardar o quartel. Ao passar em Campinas, o regimento levou consigo o destacamento policial local, a fim de reforçar as tropas legalistas que combatiam na capital. Na mesma ocasião, o general legalista Carlos Arlindo “ordenou ao tenente da reserva Haraldo Egydio de Souza Santos, instrutor do Tiro de Guerra 176, que assumisse com seus atiradores o serviço policial” dali.⁵⁰³

O tenente-coronel revoltoso Olyntho de Mesquita Vasconcelos, comandante do 2º G.A.M de Jundiaí, entrou em contato com Haraldo e determinou, uma vez que o delegado de Campinas havia se retirado, que ele continuasse em seu posto, “como delegado militar encarregado do policiamento da cidade, até a chegada do tenente-coronel Padilha, de Rio Claro, que seria o governador militar”. Após perguntar quem era o chefe da oposição, e ao saber que era Álvaro Ribeiro, o encarregou de organizar o governo municipal. Na manhã do dia dez, Álvaro Ribeiro assumiu a prefeitura de Campinas na presença do sargento Aurélio Marciano da Cruz, que ficou como seu ajudante de ordens, e nomeou o advogado Pedro de Magalhães Júnior para delegado regional de polícia e o funcionário municipal Tasso de Magalhães enquanto seu secretário.⁵⁰⁴

Calcula-se que até o dia 17 de julho de 1924 “havam entrado em Campinas nada menos de 25.000 pessoas, sendo que 20.000 se achavam recolhidas nos postos, 10.000 em casas particulares e 5.000 em fazendas do município”. Diante de tal demanda, o governo provisório de Campinas fez publicações chamando voluntários para compor o policiamento da cidade, proibiu a saída de gêneros do município sem a devida autorização, a fim de garantir o abastecimento dali, e organizou uma comissão que definiu o tabelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade. Ainda nomeou um fiscal do expurgo de café, autorizou o Gerente da Limpeza Pública a contratar mais 20 trabalhadores para o seu serviço e abriu um crédito de 20:000\$ para socorrer os refugiados de São Paulo e atender despesas de emergência e de salvação pública.⁵⁰⁵

Álvaro Ribeiro, então nomeado governador municipal, foi vereador de Campinas por sete legislaturas seguidas, desde 1908, e foi um dos organizadores do comitê local da Reação Republicana, junto de outros e de Pedro Magalhães Júnior. Em 1912, foi um dos

⁵⁰³ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 60, f. 297-298.

⁵⁰⁴ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 60, f. 300-302.

⁵⁰⁵ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 60, f. 136; vol. 62, f. 41-48. Uma visita a Campinas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 jul. 1924, p. 3.

fundadores do jornal *Diário do Povo*, que deixou em fins de junho de 1924 para fundar o *Correio Popular*. Neste meio tempo, eclodiu a Revolta, e Álvaro, na condição de governador, mandava publicar no *Diário do Povo* boletins, editais e notícias, enviando algumas já redigidas, sob seu decreto de “que nenhuma publicação fosse feita contra a causa revolucionária”.⁵⁰⁶

Havia também em Campinas no mesmo período o jornal *O Getúlio*, de título em referência ao pseudônimo de Luís Gama, que circulou entre julho de 1923 e maio de 1926. Segundo o autor Júlio Mariano, “quando estava em vias de consolidar-se como jornal bem-feito, *O Getulino* meteu-se em política, aderindo à revolução de 24, e acabou fechando, com sua última edição já composta e paginada, mas não impressa”.⁵⁰⁷

Lino Guedes, chefe redator d’ *O Getulino*, filho de José Pinto Guedes e Benedicta Eugenia Guedes, natural de Piracicaba, também trabalhava como repórter no *O Diário do Povo*. Com o estabelecimento do processo judicial contra os envolvidos na Revolta, chegou a dar esclarecimentos na delegacia da cidade, mas não foi indiciado. Afirmou que em 20 de junho deixou *O Diário do Povo* para trabalhar em um jornal que Álvaro Ribeiro pretendia editar, o *Correio Popular*. Com o início do movimento ali, no dia 9 de julho, foi chamado por Ribeiro, já nomeado governador revoltoso de Campinas, para ajudá-lo nos serviços da delegacia local e em seus demais novos deveres, o que aceitou porque, segundo Guedes, “estava desempregado, ganhando pouco, sofrendo provações e ademais, viu desde logo nesse oferecimento a consecução provável de uma futura colocação” e que sua principal ocupação era fazer “salvos condutos e passes livres para o delegado revolucionário Pedro de Magalhães Júnior assinar”.⁵⁰⁸

⁵⁰⁶ ROSSETO, Pedro Francisco. **A cidade do curto século vinte**: uma história social do advento e difusão do padrão de casa urbana isolada no lote em Campinas como história da síntese (1917-1927) de um novo padrão de cidade. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 37. MARIANO, Julio. **História da imprensa em Campinas**. Campinas: Indústrias Gráficas Massaioli Ltda, 1972, p. 39. A Reação Republicana. **O Combate**, 26 jan. 1922, p. 3. “O Combate em Campinas”. **O Combate**, 24 jun. 1924, p. 1. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 60, f. 153-156.

⁵⁰⁷ MARIANO, op. cit., p. 99. SANTOS, Renan Rosa dos. **Ideias e ações pela integração negra**: a trajetória do jornal O Clarim da Alvorada (1924-1932). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021, p. 66.

⁵⁰⁸ Lino Guedes “em 1915 fundou o mensário A União, órgão da União Cívica dos Homens de Cor. Em 1919 juntamente com Alberto Leite fundou nos escritórios da Companhia Mogiana o bissemanário de sátira, escrito à mão O Rabo, que mais tarde se transformou na A Mogyana. Desde 1912 ocupou o cargo de revisor auxiliar do Diário do Povo desempenhando-se também das funções de correspondente auxiliar do Capital, Correio Paulistano e Plateia, jornais de S. Paulo. Em 1918 entrou como revisor chefe do Correio de Campinas, decano dos jornais locais. Em 1920 voltou para o Diário do Povo. [...] Exonerando-se do

O segundo sargento da Força Pública Alcides Alves da Costa, comandante do destacamento de Limeira, declarou que diante dos boatos que chegavam de São Paulo e Campinas, principalmente pelo *Diário do Povo*, de que o governo não tinha destacamentos para acabar com a Revolta, que já tinha se espalhado para o Rio Grande do Sul e Paraná, viu que não tinha força para organizar uma resistência séria. Em acordo com o delegado local, aconselhou as praças de seu destacamento a fugir, e

que no caso de serem presas pelos revoltosos, desertarem na primeira oportunidade; que o ânimo dos soldados ainda mais se abateu com a tomada das delegacias de Rio Claro, Campinas, Piracicaba, Araras e outras localidades de sorte que se esperava a qualquer momento a invasão desta cidade por praças e oficiais revoltosos do exército.⁵⁰⁹

No dia 15 de julho, a jurisdição de Álvaro Ribeiro foi ampliada pelo “Governo Provisório” comandado pelo general Isidoro Dias Lopes, ficando autorizado a intervir em outros municípios quando achasse conveniente. Assim sendo, nomeou governador “revolucionário” em Monte Mor, Antônio de Oliveira Cordeiro, e em Itapira, João Moro. Quando a força revoltosa de Descalvado tomou o quartel de Pirassununga, o sargento Benedicto de Paula enviou no mesmo dia um telegrama para Álvaro Ribeiro comunicando a tomada do município.⁵¹⁰

Chama atenção o fato de que possuíam autorização para fazer requisições o comando geral, o estado maior revolucionário, alguns comandantes e apenas dois civis: Álvaro Ribeiro, “governador de Campinas e o prefeito de Jundiá”, Olavo de Queiróz Guimarães. Este último era o prefeito local e teve seu trabalho acompanhado dos militares revoltosos do 2º G.A.M.⁵¹¹

A defesa de Álvaro Ribeiro teve também a autoria do advogado Francisco Morato, assim como a de Francisco Octaviano da Silveira, de Araras, e seguia na mesma direção. Que Álvaro, surpreendido com a Revolta, assumiu a posição de governador da cidade a

Diário do Povo, no dia 20, recebeu Lino Guedes convite para entrar para redação do Correio Popular, jornal moderno, com o vereador sr. Álvaro Ribeiro [...]. Foi orador do Centro R. 13 de Maio e do Grêmio D. Estrela Celeste, onde juntamente com Alfredo Alves e Antenor Egydio, fundou uma seção dramática. É fundador e sócio benemérito do G. Dramático Luis Gama, sócio honorário do S.D. Belo Horizonte, e membro da Associação Brasileira de Imprensa.” SÓ, Juvêncio. Lino Guedes. **Getulino**, Campinas, 22 jun. 1924, p. 2. “O Combate em Campinas”. **O Combate**, São Paulo, 24 jun. 1924, p. 1. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 60, f. 185-187.

⁵⁰⁹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 76, f. 114-117.

⁵¹⁰ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 62, f. 44. STF. Sucessos Subversivos de São Paulo. Julgamento da Apelação..., op. cit., p. 219-220, 289. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 157.

⁵¹¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 62, f. 54; vol. 72, f. 34-35.

fim de “evitar o governo militar e as violências que ameaçavam desencadear sobre a cidade” e de defender aos interesses da população local, que se viu “abandonada pelas autoridades constituídas e por elas deixada entregue à própria sorte; o que fez com os aplausos e agradecimentos de todos, havendo prestado ali os mesmos serviços benemerentes que prestara em S. Paulo dr. Firmiano Pinto.”⁵¹²

Com o estabelecimento do processo judicial, Álvaro Ribeiro passou a viver em Portugal, segundo ele, para “evitar arbitrária detenção, quiçá possíveis violências que só injustificada e interminável suspensão de garantias constitucionais poderia permitir com evidente desrespeito pelas decisões judiciais, constantemente menosprezadas por autoridades discricionárias”. Para o acórdão de 1928, “dos civis, é certo, nenhum teve um raio de ação tão amplo como o do acusado, nem o excedeu na eficiência da colaboração criminosa”, muito embora tenha sido absolvido pelo STF no ano seguinte, juntamente com Francisco Octaviano da Silveira, de Araras, e dos irmãos Pedro e Tasso Magalhães, nomeados delegado e secretário no governo revoltoso de Campinas. Reeleito para vereança de Campinas, em 1926, Álvaro Ribeiro retornou ao Brasil e assumiu em junho de 1927.⁵¹³

Durante a Revolta em Campinas, o sargento Aurélio Marciano da Cruz era ajudante de ordens do “governador” e dirigia o policiamento da cidade. Filho de Theodoro Fernandes da Cruz e nascido em 1899 no Paraná, Aurélio era do quadro de instrutores do 4º B.C., e trabalhava como instrutor militar do Atheneu Paulista, colégio de propriedade do vereador. No dia 11 de julho, após “uma desinteligência com Álvaro Ribeiro”, foi a São Paulo, onde se apresentou e passou a fazer parte de uma trincheira na Avenida Celso Garcia, esquina da rua Bresser, sob o comando do capitão Juarez Távora. Permaneceu ali até o dia da retirada das tropas da capital, onde chegou a ser comissionado ao posto de segundo tenente.⁵¹⁴

O sargento Aurélio Marciano da Cruz acabou preso, em 23 de setembro de 1924, junto ao batalhão revoltoso que integrava, na travessia do rio Paraná. Ficou mantido no

⁵¹² APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 163, f. 8; vol. 166, f. 89-91.

⁵¹³ STF. Sucessos Subversivos de São Paulo. Julgamento da Apelação..., op. cit., p. 292. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 111, f. 38; vol. 60, f. 261-262. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 147-148. O sr. Álvaro Ribeiro envia um ofício à Câmara Municipal. **O Combate**, 16 mar. 1926, p. 4. O caso do vereador Álvaro Ribeiro. **O Combate**, 8 mai. 1926, p. 4. Álvaro Ribeiro em Campinas. **O Combate**, 17 jun. 1927, p. 6.

⁵¹⁴ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 111, f. 38; vol. 60, f. 261-278. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 148-153.

Presídio da Imigração, onde reconheceu a autenticidade de solicitações apreendidas pela polícia, nas quais assinou fazendo uso da patente de tenente na trincheira que combatia em São Paulo.⁵¹⁵

As relações entre Francisco Octaviano da Silveira e o sargento Domingos Teixeira de Barros, bem como entre Álvaro Ribeiro e o sargento Aurélio Marciano da Cruz, são indicativos de que a política local, neste contexto, era um campo de conflito que terminava por reproduzir a disputa pelo poder entre forças militares e civis, que vimos anteriormente. Talvez não de um modo tão teorizado, com apoio em leituras como o dos tenentes que tiveram acesso à Escola Militar, mas os sargentos se impunham, possivelmente em um sentido de se colocarem socialmente, uma vez que tinham suas origens sociais e raciais diferentes das dos seus superiores, como vimos no primeiro capítulo.

A 90 quilômetros de Campinas, em Rio Claro, a Revolta teve início com o levante do 5º Batalhão de Caçadores do Exército, ali localizado, comandado pelo tenente-coronel Bernardo de Araújo Padilha, que embarcou no dia 9 para a cidade de São Paulo. O comandante do destacamento policial, tenente Virgílio Ribeiro dos Santos aderiu ao embarque e levou consigo seis praças.⁵¹⁶

Virgílio era mineiro, de Pacatu, nascido em 1891, de “cor parda, cabelos pretos crespos” e pertencia ao 4º batalhão da FPSP, único batalhão da região da Luz que não aderiu à revolta, mas que posteriormente acabou sendo tomado pelos revoltosos. Conforme declarações do capitão da Força Pública Índio do Brasil, “o tenente Virgílio Ribeiro dos Santos, preto, esteve destacado em uma das localidades da zona do quarto batalhão, e, ao rebentar o movimento revolucionário, abandonou o destacamento e veio apresentar-se ao major Miguel Costa”⁵¹⁷.

Após o embarque do 5º B.C. e do destacamento local, ficou em Rio Claro uma companhia comandada pelo capitão Raul da Veiga Machado, nomeado também governador militar dali. Segundo relatório policial de dezembro de 1924, a mando deste capitão, o sargento Cyro Alves Barbosa entregou a Irineu Penteado, prefeito municipal

⁵¹⁵ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 60, f. 262-278.

⁵¹⁶ TJSP. **Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia...**, op. cit., 1925, p. 18. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 37, f. 164.

⁵¹⁷ Museu da PM. **Reserva Técnica do Barro Branco. F.R.E.S.P. 4º B.P. – Oficiais. Livro de Assentamentos n.º 50**, f. 120-121. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 22, f. 197.

de Rio Claro, um ofício que o destituía do cargo. O sargento Cyro também ficou encarregado de destituir o delegado local, colocando em seu lugar o farmacêutico Francisco Salomão.⁵¹⁸

Dias depois do embarque das tropas de Rio Claro para São Paulo, o tenente Virgílio regressou “capitaneando um grupo de soldados e civis que tomaram várias cidades vizinhas” do interior. Em São Carlos, tomou a estação da Companhia Paulista, a Câmara Municipal e o Fórum da localidade. Em Jaboticabal, Virgílio era acompanhado do sargento Aprígio de Freitas, instrutor do Tiro do Ginásio São Luiz, que chegou a ser promovido por “serviços prestados à revolução” e seguiu com os revoltosos até o atual Mato Grosso do Sul, onde morreu próximo a Porto XV de Novembro, em combates no rio Pardo.⁵¹⁹

O tenente Virgílio ainda tomou Araraquara, em companhia do sargento Manoel Mendes de Moraes, “chefiando um grupo de cerca de cinquenta soldados do Exército e da Polícia, armados de fuzis e uma metralhadora”. O sargento Moraes, também promovido a tenente, foi um dos signatários da ata de nomeação do governo estabelecido ali e pertencia ao 5º B.C., de Rio Claro.⁵²⁰

O sargento Manoel Mendes de Moraes era filho de Germano Mendes de Moraes e Honorina Ferreira de Moraes, nascido em 23 de junho de 1898, em Baturité, Ceará. Fez parte da chamada Coluna da Morte, esteve junto ao tenente João Cabanas na requisição de verbas ao coletor estadual de Rio Claro e fez parte das forças que ocuparam São Carlos. Manoel seguiu com as forças revoltosas, juntamente do tenente Virgílio Ribeiro dos Santos, ao longo de toda campanha da Coluna Prestes. Chegaram aos postos de capitão e major fiscal, respectivamente, e integraram o 1º Destacamento até o exílio na Bolívia.⁵²¹

⁵¹⁸ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 173-175. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 27, f. 187; vol. 90, f. 576-578.

⁵¹⁹ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 165-173 e 222. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 27, f. 187. O movimento revolucionário. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 jan. 1927, p. 3.

⁵²⁰ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 165-172.

⁵²¹ IIRDG. **Identificação de Manoel Mendes de Moraes**. Ficha de n.º 1.277.759. AHEX. **Assentamento de Manoel Mendes de Moraes**. XI-10-4. STF. Sucessos Subversivos de São Paulo. Julgamento da Apelação..., op. cit., p. 159. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 37, f. 147 e 164; v. 90, f. 459, 463 e 585. LIMA, Moreira Lourenço. **A Coluna Prestes: marchas e combates**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 99 e 222. LANDUCCI, Ítalo. **Cenas e Episódios da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1952, p. 81-82. Luiz Carlos Prestes a todo povo do Brasil! **A Manhã**, Rio de Janeiro, 6 jul. 1932, p. 2. “O Combate”, ouvindo as figuras de relevo da revolução. **O Combate**, São Paulo, 29 abr. 1927, p. 4

A ação destacada dos sargentos se fazia presente não só disputando poderes nas localidades em meio à Revolta de 1924, mas também compondo as próximas movimentações como Manoel Mendes de Moraes na Marcha da Coluna Prestes. As formas de punição às quais eram submetidos, remetidos para o Presídio da Imigração, chegando a serem desterrados na Clevelândia, também são indícios disso.

Como já dito, além do destacamento liderado pelo tenente Cabanas, avançavam pelo interior do estado de São Paulo outros dois destacamentos revoltosos. Um deles era o comandado pelo capitão Octávio Muniz Guimarães, considerado desertor do Exército após envolvimento no levante de 1922 no Mato Grosso, e que frequentava as reuniões de organização da Revolta de 1924 na casa do tenente Custódio de Oliveira. No dia 17 de julho, o capitão Guimarães chegou em Campinas apresentando dois ofícios assinados pelo general Isidoro Dias Lopes que o nomeava seu representante, com amplas atribuições para agir no que dissesse respeito a transporte, comunicações e requisições. Um dos ofícios era dirigido à diretoria da Companhia Paulista e outro ao presidente da Companhia Mogiana. Para isso nomeou como seus auxiliares o tenente Manoel Ary da Silva Pires, do regimento de Caçapava, e seu irmão Maurio Muniz Guimarães, promovido a capitão e posteriormente nomeado pelo general Isidoro para organizar política e militarmente os municípios de Barretos, Olímpia, Jaboticabal e Bebedouro.⁵²²

O grupo comandado pelo capitão Guimarães chegou em Bauru no dia 19 de julho, tomou posse da direção da E.F. Noroeste, e segundo a denúncia, “fez nomeações, exonerações e promoções; aumentou os vencimentos dos funcionários”. Essa ocupação possibilitou a retirada das tropas revoltosas da cidade de São Paulo e a continuidade do movimento. Para isso, os revoltosos contaram com o apoio de diversos empregados da Estrada, como de Alfredo Lopes da Costa, chefe de locomoção, que aceitou exercer a direção técnica, e José Joaquim de Castro Afilhado, que era ajudante do chefe da contabilidade.⁵²³

Este último era pai do tenente Luiz Cordeiro de Castro Afilhado, do 6º R.I. de Caçapava, que frequentava as reuniões na casa do tenente Custódio de Oliveira e esteve no levante do 4º B.C. de Santana e dos quartéis da Luz na madrugada do dia 5 de julho,

⁵²² TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 4, 154 e 191. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 120, f. 141; vol. 157, f. 127-143.

⁵²³ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 110-112. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 54, f. 1090-1091.

onde a Revolta começou. José Joaquim hospedou em sua residência o capitão Octávio e foi por ele nomeado chefe de contabilidade. Conforme relatório policial, “foi o mentor e guia do capitão Octávio nos desmandos da direção da Estrada” e, na noite de 20 julho, junto com o sargento Gabriel Pereira da Silva, foi em busca Bernardo Barbedo Possolo, tesoureiro revoltoso, para lhes entregar a requisição feita pelo capitão de dois mil contos.⁵²⁴

O sargento Gabriel Pereira da Silva pertencia ao Regimento de Cavalaria da Força Pública e em meio à Revolta foi mais um dos sargentos promovidos a primeiro tenente. Segundo o mesmo relatório, “foi o homem de confiança do capitão Octávio”, fez requisições com a referida promoção e “esteve em diversas cidades do interior a serviço da revolução, como Rio Claro, Rio Preto, Pederneiras, Campinas, Dois Córregos, onde prendeu o Juiz de Direito e organizou a junta local”.⁵²⁵

Sobre a chegada dos revoltosos a Bauru e a ocupação da E.F. Noroeste, o guardalivros Gabriel Rebouças disse que no dia que os revoltosos chegaram, 18 de julho, “muitos empregados da Estrada foram assistir essa chegada e palestraram com oficiais e soldados revoltosos”. No dia seguinte, muitos foram designados para diversos serviços, mas “que acredita que esses empregados aceitavam as designações mais pelo receio de violências do que por outras quaisquer intenções”. Mas que Tharsis Cabral de Mello e Adriano Metello Júnior “auxiliaram a revolução com o ânimo de a ela prestar serviços”.⁵²⁶

Adriano Metello Júnior trabalhava de auxiliar técnico no escritório da E.F. Noroeste e passou a exercer o cargo de chefe de tráfego. Era do Mato Grosso e ex-aluno da Escola Militar, expulso por envolvimento nos levantes de 1922. Em 1924, ajudou a tomar o município de Lins, onde ocupou a estação e organizou um novo governo municipal, requisitou o dinheiro de várias estações da Sorocabana, cujos recibos assinou e posteriormente reconheceu sua assinatura. Declarou que fez por “ordens do general Isidoro” e para o pagamento dos empregados da estrada.⁵²⁷

⁵²⁴ TÁVORA, Juarez. **À Guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924**. Vol. 1. São Paulo: O Combate, 1927, p. 178–181. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 189. APESP. STJ. **Processo da Revolução de 1924**, n.º 1009 de 1927, vol. 54, f. 1091-1092.

⁵²⁵ STF. Sucessos Subversivos de São Paulo. Julgamento da Apelação..., op. cit., p. 162-163. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 54, f. 1101.

⁵²⁶ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 51, f. 103-105.

⁵²⁷ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 189-193. AHEx. **Assentamento de Adriano Metello Júnior**. XVI-9-1. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 51, f. 41; vol. 95, f. 770-771.

Após ser preso, em Porto São João junto a um contingente de revoltosos, Adriano declarou que o capitão Octávio Guimarães “fez lhe ver que necessitava dos seus serviços, não como revoltoso, mas sim para a conservação da própria Estrada com relação ao material rodante”, e prestou os seus serviços neste sentido. Que quando o general Isidoro chegou com as tropas a Bauru, pediu-lhe dispensa, que foi negada, pois “precisava dos seus serviços para acompanhar esse material”. Seguiram pelos trilhos da Sorocabana, por onde andava armado e fardado, e disse que foi promovido ao posto de tenente porque o general resolveu militarizar os funcionários da estrada a fim de facilitar a passagem destes entre os militares. Que seguiu até o Paraná porque somente ali lhe foi permitido regressar e era justamente o que fazia, de lancha, quando foi preso.⁵²⁸

Os envolvimento de Adriano Metello Júnior e de João Joaquim de Castro Afilhado são envoltos por muitas coincidências e muito possivelmente foram premeditados, considerando a importância do domínio da estrada de ferro para a retirada bem-sucedida das tropas da capital paulista e para a continuidade do movimento. Com base na denúncia, relatórios e documentos fornecidos pelas companhias ferroviárias presentes no processo judicial, foi possível identificar o envolvimento de 102 trabalhadores das estradas de ferro, sendo elas Central do Brasil, Dourados, Noroeste, Paulista, São Paulo Railway e Sorocabana, como podemos verificar no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Ferroviários envolvidos na Revolta de 1924

Estrada de Ferro	Quantidade de envolvidos	Quantidade de indiciados	Condenados
Central do Brasil	33	7	2
Dourados	5	4	-
Noroeste	53	14	2
Paulista	1	1	-
SP Railway	4	4	-
Sorocabana	5	4	-
Não identificada	1	1	-
TOTAL	102	35	4

Fonte dos dados: APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927.

⁵²⁸ STF. Sucessos Subversivos de São Paulo. Julgamento da Apelação..., op. cit., p. 269-270. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 53, f. 648-650.

Dos 102 ferroviários identificados no processo, 35 foram indiciados e 4 condenados, sendo estes últimos: Adriano Metello Júnior e Domingos Penna, da Noroeste, Antônio Telles de Menezes Júnior e Luiz Ferrantoni, da Central do Brasil. Tais dados apontam para a importância dos civis na Revolta, presentes efetivamente em combates e na logística de organização do movimento junto aos sargentos.

O terceiro destacamento que partiu de São Paulo no dia 18 de julho em direção ao interior do estado, além daqueles comandados pelo tenente Cabanas e pelo capitão Octávio Muniz Guimarães, era o comandado pelo capitão da Força Pública Francisco Bastos, pertencente ao 2º corpo da Guarda Cívica. Sua missão era “impedir ou retardar a progressão de elementos governistas provindos do Paraná na Estrada de Ferro Sorocabana”. Conforme declarações do capitão Índio do Brasil, Francisco Bastos, ao enviar um cartão para Miguel Costa oferecendo seus serviços ficou “encarregado de uma missão em Sorocaba e São Roque, para onde seguiu levando forças, tendo levado até um pequeno canhão de montanha”.⁵²⁹

Conforme os diversos testemunhos, antes da chegada do capitão Francisco Bastos a São Roque, ali, por volta do dia dezessete de julho, “cerca de trinta homens, todos empregados da Sorocabana, fardados com o uniforme e armados de fuzis”, que se diziam revoltosos”, tomaram a estação ferroviária, o telégrafo e saquearam vagões, estando entre eles Sebastião Silveira, Antônio Lopes, Ludgero de Moraes e Francisco Rodrigues.⁵³⁰

O referido grupo contava com o apoio do comandante do destacamento local, o sargento Bernardino Lopes, que “antes mesmo da entrada dos revoltosos na cidade, manifestava-se francamente revoltoso”. Após se apossar também da delegacia, o grupo fez uma passeata pela cidade, precedido da banda de música, com três discursos realizados na sacada da Cadeia: de um soldado, de Conrado Bernaca, operário da fábrica Brasital, e do sargento Bernardino, “que atacou duramente o governo e seus membros”.⁵³¹

O italiano Conrado Benarca era tecelão e teve contra si uma portaria de expulsão, expedida em 24 de novembro de 1919, por “comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública”, com base na lei Adolfo Gordo, que providenciava a expulsão de estrangeiros do território nacional. Em 1933 era representante do Sindicato dos Operários

⁵²⁹ TÁVORA, Uma vida..., op. cit., p. 144. Vida Militar. **O Correio Paulistano**, São Paulo, 20 de abril de 1924, p. 4. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 11, f. 171.

⁵³⁰ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 185-187. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 105, f. 9.

⁵³¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 105, f. 20, 44, 45 e 191.

em Fiação e Tecelagem de São Roque. Fichado no Deops como comunista e, posteriormente, como fascista, Benarca não obteve a revogação de sua expulsão, mantida em 1945 por ser considerado “pernicioso à sociedade” e por continuar agindo “contra os interesses nacionais”. Sua inclinação para o fascismo era suspeita. Achava-se que ele poderia ser um infiltrado que fazia propaganda comunista dentro das organizações fascistas Opera Nazionale Dopolavoro e da Legione Operaia del Littorio.⁵³²

Dias depois dessas primeiras manifestações revoltosas em São Roque, chegou um outro grupo de cerca de oitenta homens, comandado por Adolpho Moyses Narciso, que também foi recebido pelo sargento Bernardino Lopes. Neste interim, o juiz da comarca, Renato Fulton Silveira da Motta, de início legalista, foi para São Paulo e voltou nomeado pelo general Isidoro governador da cidade e municípios vizinhos.⁵³³

Adolpho Narciso possuía em seu registro de identificação algumas passagens pela polícia. Entre outubro de 1916 e julho de 1923 havia quinze por vadiagem, uma por vagabundagem, uma por desordem, uma por furto e outra por estelionato, sendo absolvido desta última. Ao comandar a referida força que chegou em São Roque, foi acusado de ter “praticado uma série de desatinos, perseguindo a particulares” e “selvagerias, espancando mulheres na praça pública, arrombando casas para saquear”. Promovido a tenente, assinava requisições e foi acusado ainda de ter feito discursos a favor da Revolta. Preso em janeiro de 1925, foi mantido no Presídio da Imigração até junho de 1927, quando foi posto em liberdade por ter cumprido pena.⁵³⁴

Dois dias depois da chegada do grupo comandado por Adolpho a São Roque, apareceu por ali o capitão Francisco Bastos, que substituiu Adolpho no comando das forças rebeldes. Bastos e o sargento Bernardino Lopes, comandante do destacamento

⁵³² BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, junho de 1920, p. 42-44. BRASIL. **Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907**. APESP. Deops. **Prontuário de Conrado Bernaca**. Nº 487. A Batalha recebe a visita dos delegados eleitores, de S. Paulo. **A Batalha**, Rio de Janeiro, 22 jul. 1933, p. 8. RIBEIRO, Mariana Cardoso. Direitos fundamentais em tempo de paz e de guerra. A repressão aos italianos durante o varguismo (1930-1945). In: **Ammentu. Bolletino Storico, Archivistico e Consolare del Mediterraneo**, v. 5, p. 91-110, luglio-dicembre 2014, p. 100. BERTONHA, João Fábio. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 184-185.

⁵³³ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 185-186. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 105, f. 10, 18-23, 42-43.

⁵³⁴ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 185-186. STF. Sucessos Subversivos de São Paulo. Julgamento da Apelação..., op. cit., p. 248-249. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 105, f. 58, 63 e 119; vol. 162, f. 6. A rebelião de 5 de julho em São Paulo. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 jun. 1927, p. 2.

local, “entusiasta dos rebeldes”, e que assinou uma série de requisições em nome do “governo provisório”, tomaram o posto policial e a delegacia de Sorocaba.⁵³⁵

Há uma série de correspondências apreendidas do capitão Francisco Bastos enviadas ao major Miguel Costa informando sobre as atividades de seu destacamento e localização de forças inimigas, solicitando materiais e reforços.⁵³⁶ Em uma delas, do dia 26 de julho, informava que “o sargento Ferreira que ontem se ausentou daqui levando consigo 20 homens e uma metralhadora, seguiu com destino a Sorocaba [...] atacará Sorocaba por Ituporanga, posição excelente para isso”.⁵³⁷

Após sua prisão, o capitão Francisco declarou que se envolveu na revolta coagido pelo major Miguel Costa e ameaçado pelo capitão Juarez Távora, que buscava, ao informar em correspondências sobre o posicionamento de tropas governistas, desnortear os revoltosos. Que era sua intenção entender-se com algum oficial legalista e “baldear-se, mas isto não foi possível devido ao espírito revoltoso da tropa sob seu comando, que permaneceu nessa atitude obrigado pelas circunstâncias, pois receava ser castigado, ou mesmo fuzilado”.⁵³⁸

No caso de São Roque chama atenção a aproximação do sargento comandante do destacamento local Bernardino Lopes com o operário Conrado Bernaca, indicativo das relações dos sargentos com os demais trabalhadores locais. Outras aproximações com o movimento operário veremos no próximo capítulo.

Com relação ao capitão Francisco Bastos, seus escritos nos dão mostras da relevância do sargento Ferreira na tomada de Sorocaba e região. Chama atenção a argumentação do capitão no inquérito, de que não conseguiu desertar dos revoltosos devido a animação de sua tropa. Vimos que foi comum a alegação da coação proveniente dos superiores, ele também alega isso e acrescenta uma coação indireta advinda dos seus subalternos, escapando da lógica militar hierárquica, de pronta obediência, em uma tentativa de se colocar como um comandante que tinha uma autoridade quase que frágil, possivelmente a fim de se desvencilhar dos percalços da justiça.

⁵³⁵ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 185-187. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 105, f. 10, 21, 50-61.

⁵³⁶ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 15, f. 1049-1056; vol. 105, f. 155 e 162.

⁵³⁷ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 15, f. 1046.

⁵³⁸ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 15, f. 1044 a 1045; vol. 105, f. 175-178.

Ao analisarmos a ação dos três destacamentos lançados sobre os principais eixos ferroviários paulistas, com ênfase nas trajetórias de alguns dos sargentos que os compunha, foi possível conhecermos um pouco mais sobre o movimento revoltoso que se estendeu pelos diversos municípios do estado. Pela E.F. Mogiana, a Coluna da Morte, liderada pelo tenente Cabanas, combateu legalistas na região de Campinas a São João da Boa Vista.

Muito embora os trilhos da E.F. Paulista e da E.F. Noroeste tenham ficado sob responsabilidade do capitão Octávio Muniz Guimarães, na E.F. Paulista foi marcante a ação dos grupos que envolviam os sargentos Olegário de Araujo, Benedicto de Paula, Sebastião Gonçalves de Lima, Manoel Mendes de Moraes, Aprígio de Freitas e Domingos Teixeira de Barros, envolvidos na ocupação, a partir de Campinas, dos municípios de Piracicaba, Limeira, Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Araras, Pirassununga, Descalvado e Jaboticabal. Vale destacar que muitos dos sargentos envolvidos com o movimento pelo interior eram locais e não saíram de São Paulo ou chegaram a integrar os três destacamentos que seguiram pelos eixos ferroviários.

Com relação à E.F. Noroeste chama a atenção o significativo envolvimento de seus trabalhadores, localizados 53 deles na documentação, sendo 14 os indiciados, entre eles José Joaquim de Castro Afilhado, pai do tenente Luiz Cordeiro de Castro Afilhado, e Adriano Metello Júnior, ex-aluno da Escola Militar, excluído por envolvimento em 1922. O envolvimento destes dois últimos levanta a possibilidade de ter existido uma articulação prévia, que garantisse o escoamento dos revoltosos em direção ao atual Mato Grosso do Sul pela ferrovia.

Com relação ao destacamento comandado pelo capitão da FPSP Francisco Bastos, encarregado de seguir com as suas forças pela E.F. Sorocabana, foi possível verificar que por ali também tiveram ferroviários que aderiram à revolta. Os quatro indiciados trabalhadores da E.F. Sorocabana o foram por envolvimento na tomada de São Roque⁵³⁹ e contaram com o apoio do comandante do destacamento local, sargento Bernardino Lopes.

Revela-se nos casos aqui mencionados a articulação existente entre os sargentos, que promoveram o espalhamento da Revolta em diversos municípios paulistas, e passaram, em alguns destes casos, a exercer o poder local, pelo menos momentaneamente,

⁵³⁹ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 186.

por vezes em associação, por vezes em disputa, com civis da oposição ao governo municipal. Essa articulação entre civis e sargentos garantiu a retirada das forças revoltosas da capital e foi fundamental para os desdobramentos do movimento nos meses seguintes, até os retirantes se unirem aos revoltosos do Rio Grande do Sul e constituírem a Coluna Prestes.

A temática da Revolta de 1924 pelo interior do estado de São Paulo se trata de um grande campo que segue em aberto para futuras pesquisas. Alguns questionamentos seguem ainda a serem investigados. Será que houve uma articulação prévia entre aqueles que planejavam o movimento com os comandantes de destacamentos do interior, como eram os casos dos sargentos Sebastião de Lima, comandante de Descalvado, e Bernardo Lopes, de São Roque, ou suas adesões foram espontâneas? Como ocorreu o envolvimento popular, principalmente nos 21 municípios, que segundo a denúncia, a Revolta começou a partir de movimentações de civis?⁵⁴⁰

Apesar das dificuldades em localizar os sargentos nas fontes, nota-se a importância deles para a articulação do chamado *tenentismo*. Certamente eles estavam envolvidos nas articulações que precederam a Revolta de 1924 e não se limitavam a São Paulo, como foi caso do sargento Sergio Augusto de Barros, da 1ª Bateria do Forte de Itaipu, no litoral paulista, que foi apresentado a Álvaro Ribeiro, em 14 de julho, em Campinas, por intermédio do tenente-coronel Mendes Teixeira. Nas palavras deste último em correspondência ao vereador: o sargento apareceu “dizendo que se acha pronto a servir à nossa causa”. Ainda do referido forte, houve o envolvimento do sargento Francisco Antonio de Araujo, como ficou apurado pelo encarregado do inquérito militar daquela unidade. O Boletim revolucionário nº 8 ainda indicava a apresentação do sargento ajudante do Regimento de Artilharia Mista, de Campo Grande, MS, Luiz de Paiva Macaggi.⁵⁴¹

Além dos sargentos negros citados, foi possível localizar outros, como o pernambucano, de “cor morena” e cabelos crespos, Antônio Abílio Gonçalves de Oliveira, do 4º R.A.M. de Itu, que havia servido antes nas Fortalezas de São João, da Lage

⁵⁴⁰ São os casos dos municípios de Agudos, Araçatuba, Araras, Barretos, Birigui, Bocaina, Botucatu, Descalvado, Itapuí (Antiga Bica da Pedra), Jaú, Lençóis Paulista, Matão, Mineiros do Tietê, Mogi Guaçu, Piracicaba, Pirajuí, Pirassununga, São Manuel, São Simão, Socorro e Trabiju. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit.

⁵⁴¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 61, f. 162; vol. 7, f. 505; vol. 27, f. 185

e de Copacabana, e que na Revolta combateu em trincheira na capital paulista, chegando a ser promovido a tenente⁵⁴²; o “caboclo” José Rodrigues dos Santos, que servia no 4º R.I., de Quitaúna, também promovido a tenente e preso no Presídio da Imigração⁵⁴³; o cearense José da Cunha Pereira, de “cabelos pretos e crespos, cor morena”, do 5º B.C., de Rio Claro, também promovido e que acompanhou as forças em retirada pelo estado⁵⁴⁴, e Benedicto Vaz de Arruda, que comandava trincheiras em Perdizes, chegando a ser nomeado delegado da Polícia Revolucionária, e, quando preso, fugiu no caminho da delegacia, sendo seus sinais característicos os seguintes: “filho de Dourival Correa de Arruda, nascido em 14 de fevereiro de 1894, natural de Tietê (estado de São Paulo), solteiro, com 1,80 de altura, barba raspada, boca grande, cabelos negros carapinhos, cor preta, nariz chateado”.⁵⁴⁵

Deste modo, é importante pontuar que a Revolta de 1924, bem como o *tenentismo*, não se trata de um movimento político e social apenas de tenentes, bem como não foi apenas de homens brancos. Isso se revela, em especial, quando identificamos os envolvidos.

Outro ponto a ser destacado são as diversas funções que estes sargentos e civis assumiram, atribuídas pelo comando do general Isidoro Dias Lopes, que mal conhecia o território, principalmente no que diz respeito ao interior paulista, e precisava delegar tarefas organizacionais aos seus comandados.

As características de guerra civil que predominaram na Revolta, incluindo o estado de sítio decretado pelo governo federal, colocavam alguns direitos constitucionais em modo de suspensão temporária. Podemos imaginar a dificuldade para os moradores dos municípios que registraram ações revoltosas em compreenderem quais leis vigoravam ou não, apesar de nenhuma funcionar plenamente, e quais eram as autoridades que estavam de fato empossadas nos cargos municipais.

Neste contexto, quais eram os limites do poder destes indivíduos? Como vimos, os sargentos aliados a grupos civis ocuparam diversos municípios e suas repartições

⁵⁴² AHEX. **Assentamento de Antônio Abílio Gonçalves de Oliveira**. II.18.21. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 5, f. 100-101; vol. 163, f. 177; vol. 67, f. 47-66.

⁵⁴³ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 164, f. 158-162; vol. 27, f. 186; vol. 162, f. 8.

⁵⁴⁴ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 164, f. 196-215 e vol. 27, f. 183-185. STF. **Sucessos Subversivos de São Paulo. Julgamento da Apelação...**, op. cit., p. 204-206.

⁵⁴⁵ TJSP. **Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia...**, op. cit., p. 78. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 23, f. 376 e 448.

públicas. Tomaram Câmaras Municipais, delegacias, Tiros de Guerra, centros telefônicos, estações ferroviárias e telegráficas. Convocaram reservistas, criaram guardas locais, nomearam e foram nomeados “governadores militares do governo provisório”. Quem assumia estes postos, seja de governo ou guarda, criavam a suas próprias regras e meios para administrar os municípios no contexto da Revolta, recorriam a ameaças e a práticas violentas como espancamentos e execuções. As decisões tomadas no improviso por quem assumia os poderes nas localidades intensificavam ainda mais o momento de exceção.

CAPÍTULO IV - CIVIS NACIONAIS

Foi possível verificar no período de planejamento e organização, que os militares revoltosos buscaram apoio com o movimento operário organizado, entrando em contato com líderes anarquistas e comunistas. Estes últimos queriam que suas organizações fossem armadas e tivessem parte nos combates, formando batalhões independentes. Em meio à desentendimentos, os trabalhadores organizaram publicações que circularam em apoio e que noticiavam o movimento, os jornais *O 5 de julho* e *O Libertador*.

Com a ocupação militar da cidade, houve aproximação dos revoltosos do Exército e da Força Pública, em especial, com partes da população civil. Com a suspensão dos trabalhos nas fábricas e comércios, houve aumento dos preços dos alimentos, que provocou saques e incêndios intencionais à fábricas e armazéns. Foi possível localizar conexões entre as greves que antecederam a Revolta e estes atos, que expressavam a indignação popular e conferia um peso “moral” ao protesto. Todavia, a aproximação de parte dos mais pobres para com os revoltosos, influenciou para intensificação dos bombardeios legalistas aos bairros operários.

No que diz respeito à presença feminina, poucas foram as mulheres que testemunharam no processo, sendo uma única indiciada. Em busca delas nas fontes, as encontramos nos saques, combates, nas reuniões de planejamento, no socorro aos feridos, nos quartéis e demais espaços públicos ocupados. No entanto, para além das questões de gênero, as de classe e raça atravessaram esse envolvimento, dificultando a localização das mulheres pobres, e em especial as negras, e possibilitando identificar demandas diferentes entre elas. Enquanto as mulheres presentes nos saques buscavam amenizar a sua situação de miséria e fome, piorada pela guerra, outras pleiteavam a ampliação de direitos da mulher. A partir da trajetória da aviadora Anésia Pinheiro Machado, única indiciada no processo, foi possível verificar as aproximações entre a Liga Paulista pelo Progresso Feminino e a Revolta.

Com a ocupação militar da cidade, diversos grupos sociais se mobilizaram frente aos seus interesses, assim como as chamadas classes conservadoras. Incomodada com os seus prejuízos econômicos, a partir da paralização dos trabalhos nas fábricas e comércios, bombardeios, incêndios e saques às suas propriedades, a elite econômica paulista se aproximou dos revoltosos em busca de uma solução para estes problemas. Auxiliou na administração da cidade, negociou acordos de paz junto aos governos estadual e federal.

Enquanto a participação de civis pobres, que poderiam subverter uma ideia específica de ordem, despertava controvérsias entre os militares, o envolvimento de homens abastados foi muito bem-vindo e estimulado.

4.1 Movimento operário

A organização e execução da Revolta de 1924 em São Paulo contou com uma intensa mobilização entre o núcleo de militares insatisfeitos com o governo de Arthur Bernardes. Como foi possível verificar no capítulo anterior, essa movimentação não se restringiu à média patente de tenente do Exército e se estendeu aos sargentos, membros da Força Pública e civis.

Entre os civis envolvidos no planejamento, foi possível notar que havia alguma relação entre eles e os militares que conspiravam, sejam relações familiares, de amizade ou vizinhança. Quando não havia essa relação direta, contatos foram mobilizados. Os envolvidos militares, enquanto membros do Exército, possuíam características distintas dos civis, mas ambos estavam inseridos na formação de um grupo político específico daquele momento histórico, com o desenvolvimento de “vínculos organizacionais e mobilização”⁵⁴⁶, reunidos em torno de um inimigo em comum.

O alto muro muitas vezes construído, separando e classificando definitivamente os indivíduos em “militares” e “civis” se mostra prejudicial para as análises históricas por predeterminá-las, ignorando experiências, origens sociais e a complexidade da vida. Estudar o Exército isolado em si mesmo é bastante problemático, uma vez que ele não está apartado da sociedade e não pode ser compreendido aquém dela, já que seus membros também são cidadãos brasileiros, oriundos de determinadas classes sociais e, ao lado disso, são indivíduos de seu tempo, que possuem ligações e mantêm diferentes formas de relacionamento com os mais diversos setores sociais e políticos, bem como com o próprio poder estatal. Neste sentido, é importante reafirmar que a relação entre as Forças Armadas e o restante da sociedade “não aparecia somente quando alguma desavença política acontecia, de cima para baixo, provocando mudanças no cotidiano das pessoas: ela era

⁵⁴⁶ SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 3, n. 5, 2011, p. 31.

permanentemente, marcada por solidariedades e conflitos reveladores de valores e costumes, que tinham história”.⁵⁴⁷

Como já discutido no capítulo I, embora no senso comum o *tenentismo* seja caracterizado como um movimento militar, a Revolta de 1924 contou com um grande envolvimento civil. Com o recorte de análise da pesquisa, que se limitou aos processados pelo Estado por envolvimento no movimento, foi possível averiguar que 405 civis foram indiciados, representando 61% do total dos 667 indivíduos arrolados, sendo os demais membros do Exército e da Força Pública de São Paulo. Contudo, como apontado anteriormente, antes mesmo da instauração do processo judicial muitos indivíduos foram presos, de forma irregular ou recolhidos ao cárcere sob o pretexto de simples averiguação. Certamente, o envolvimento geral, e em especial o civil, foi maior do que as nossas fontes indicam.

Com relação ao envolvimento mais sistematizado de civis, Everardo Dias⁵⁴⁸ afirmou ter sido procurado em fevereiro ou março de 1923, no Rio de Janeiro, por uma pessoa da confiança de Maurício de Lacerda⁵⁴⁹ para imprimir um apelo-circular aos oficiais comprometidos com os planos da Revolta. Neste manifesto, “por solicitação dos chefes operários, vinha o plano de varrer à baioneta da nossa legislação republicana” as leis Adolpho Gordo, como a de expulsão de estrangeiros e a lei de imprensa, sancionada naquele mesmo ano e conhecida como “lei infame”. Na semana seguinte, Everardo afirmou que foi procurado por um emissário que pedia o apoio do proletariado para

⁵⁴⁷ PRESTES, Anita Leocádia. **Os militares e a Reação Republicana**: as origens do tenentismo. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 15. NASCIMENTO, Álvaro Pereira. **Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros em 1910**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 239.

⁵⁴⁸ Operário gráfico e jornalista, Everardo Dias participou da Greve Geral de 1917 em São Paulo, incentivando a adesão de soldados com a publicação de manifestos, e da insurreição de 1918 no Rio de Janeiro. Em 1919, após tomar parte na greve geral em São Paulo, foi preso e deportado a bordo do navio Benevente, mesmo sendo naturalizado e pai de seis brasileiras. No seu retorno ao Brasil, a partir de 1921 atuou na revista Clarté, (nome inspirado no Grupo parisiense de mesmo nome, simpático à revolução soviética) ao lado de Maurício de Lacerda. Aderiu ao Partido Comunista do Brasil e integrou a campanha da Reação Republicana. Foi preso em agosto de 1924 acusado de envolvimento na revolta. GERALDO, Endrica. Os prisioneiros do Benevente. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n. 64, p. 61–76, 2012. RIDENTI, M. Everardo Dias. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DIAS,%20Everardo.pdf> Acesso em 06 out. 2022.

⁵⁴⁹ Era advogado e exerceu o cargo de oficial de gabinete do presidente Hermes da Fonseca entre 1910 e 1912. Elegeu-se deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro em 1912, sendo reeleito em 1915. Acumulou ainda o cargo de prefeito da cidade de Vassouras de 1915 a 1920. PECHMAN, Robert. Maurício Paiva de Lacerda. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mauricio-paiva-de-lacerda> Acesso em 06 out. 2022.

“deflagrar o movimento armado contra a oligarquia dominante”. Para isso, buscava-se “uma agitação nos meios fabris e de transportes, de forma a desorganizar a vida da cidade e dar ocasião a uma intervenção das forças do Exército e da Armada, que então deporiam o presidente da República”. No entanto, encontrou baixa adesão, devido à vigilância e à repressão do Estado. Segundo Dias, “o proletariado não dispunha mais da força e coesão que tinha em 1919, por exemplo, pois suas fileiras haviam sido dizimadas pelas deportações justamente dos elementos mais firmes e resolutos”.⁵⁵⁰

Sobre tais aproximações, Maurício de Lacerda disse ter conhecido, em 1923, o general Isidoro Dias Lopes, que o procurou buscando a colaboração dos operários do Rio de Janeiro ao movimento que se organizava. Lacerda se comprometeu em ajudá-lo, “apontando-lhe o meio” de entrar em contato com os chefes das organizações operárias. Todavia, em setembro do mesmo ano, se afastou do movimento, que segundo ele, estava rachado. “Operários comunistas e militares de um lado e de outro militares e operários anarquistas, uns sob a chefia de Isidoro e outros querendo a de Klinger, já não se entendiam”.⁵⁵¹

João da Costa Pimenta, um dos fundadores do PCB, também chegou a tratar diretamente com o general Isidoro Dias Lopes para que disponibilizasse armas para a formação de “batalhões verdadeiramente populares, a fim de cortar as comunicações, agitar e levantar a população do interior e organizar guerrilhas contra as forças governamentais”, que não ficou acertado. Conforme o definido pelo II Congresso do PCB, os “tenentes” eram vistos como “essencialmente pequeno-burgueses”, vinculados à burguesia industrial e apoiados pelo imperialismo norte-americano. Entretanto, o mesmo

⁵⁵⁰ LACERDA, Maurício de. **Entre duas revoluções**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro Freitas Bastos, Spicer & Cia, 1927, p. 159. DIAS, Everardo. **História das Lutas Sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 132-133. LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Leis Adolfo Gordo. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEIS%20ADOLFO%20GORDO.pdf>. Acesso em 06 out. 2022.

⁵⁵¹ “Expus-lhe, então, depois de em primeiro lugar lhe ter dito que eu não tinha poderes nem deveres especiais no seio do operariado, de quem era um amigo livre e não um líder, a situação verdadeira das classes trabalhadoras: pobres, desorganizadas, sem eficiência e se armas, incapazes de uma ação coletiva prolongada, mesmo pacífica, para simples greves de fome, e, além disso, subdivididas em extremo por correntes visceralmente inimigas. Julgava, contudo, que no seio destas que de há muito vinham elaborando, com os maiores tropeços policiais, uma organização, o movimento poderia buscar aliados, homens de ação que, por si ou em grupos. Muito poderiam auxiliar. O general pareceu satisfeito com a franqueza. Indagou apenas onde e como se pôr em contato com esses chefes. Apontei-lhe o meio” LACERDA, op. cit., p. 151–157.

Congresso orientava uma aproximação do partido com a pequena-burguesia, visando um alargamento do espectro social a ser atingido.⁵⁵²

Neste sentido, Octávio Brandão escreveu:

Lutemos por impelir a fundo a revolta pequeno-burguesa, fazendo pressão sobre ela, transformando-a em revolução permanente no sentido marxista-leninista, prolongando-a o mais possível, a fim de agitar as camadas mais profundas das multidões proletárias e levar os revoltosos às concessões mais amplas, criando um abismo entre eles e o passado feudal.⁵⁵³

Octávio Brandão fez parte da comissão executiva do PCB em 1923 e no ano seguinte, na clandestinidade, iniciou a redação de *Agrarismo e Industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*, que veio a ser publicado em março de 1926, mas que já circulava em cópias datilografadas e serviu de subsídio para as teses de Astrojildo Pereira, apresentadas no II Congresso do PCB em maio de 1925. Em sua análise acerca do movimento de 1924 em São Paulo, Brandão considerava que ela significava a “segunda batalha que a pequena-burguesia nacional travou contra os fazendeiros de café, senhores da nação”, sendo ela integrante de “uma grande batalha internacional: a guerra internacional das classes.”⁵⁵⁴

Conforme Brandão, o PCB se envolveu com os movimentos *tenentistas* somente em 1923, no planejamento do levante de 1924, oferecendo a organização de guerrilhas de trabalhadores a Isidoro Dias Lopes que, como já sabemos, recusou:

Não podemos iniciar a luta armada, mas, depois de começada, tomaremos uma tipografia, lançaremos um jornal próprio e podemos armar milhares de trabalhadores que decidirão da luta e da vitória. São Paulo sozinho não poderá triunfar. A vitória depende das insurreições armadas simultâneas no Rio de Janeiro e em São Paulo.⁵⁵⁵

Octávio Brandão defendia, desde 1923, uma aliança do partido, “em determinadas condições, com os revoltosos pequeno-burgueses da insurreição de Copacabana” e com a Coluna Prestes contra os ataques reacionários e as confusões dos “esquerdistas” que negavam a importância de tais movimentos políticos. Sua posição foi refletida nas

⁵⁵² ABREU, Alzira Alves de. Partido Comunista Brasileiro (PCB) In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb> Acesso em 06 out. 2022. DIAS, História das Lutas Sociais no Brasil..., op. cit., p. 138; DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 197. KAREPOVS, Dainis. **A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, p. 184-187.

⁵⁵³ BRANDÃO, Octávio. **Agrarismo e Industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil - 1924**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006, p. 133.

⁵⁵⁴ Ibidem, p. 11-12, 25-31.

⁵⁵⁵ BRANDÃO, Octávio. **Combates e batalhas: memórias**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p. 280.

discussões internas do PCB: "Os revolucionários da Coluna Prestes simpatizavam particularmente com a nossa luta contra o imperialismo, o que é da maior importância, sem que sua simpatia parta de um ponto de vista patriótico e nacionalista".⁵⁵⁶

Para John Dulles, neste mesmo período, os militares que planejavam a Revolta de 1924 procuraram e obtiveram o apoio de José Oiticica⁵⁵⁷, das organizações anarquistas, e iniciaram os contatos com Evaristo de Moraes, jurista preso duas vezes por apoiar a candidatura da Reação Republicana e fundador do Partido Socialista Brasileiro em 1925. Também buscaram o apoio da Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira (CSCB), representante do sindicalismo reformista, também chamado pejorativamente pelos sindicalistas revolucionários de "amarelo", dirigida por Sarandi Raposo, que exercia grande influência entre os ferroviários e os mineiros nos estados do extremo sul do país.⁵⁵⁸ Embora conste no processo judicial contra os revoltosos de 1924 o envolvimento de muitos ferroviários, como discutido do capítulo anterior, não parece que tenha sido por influência de Sarandi.

Desde abril de 1924, o chefe de Polícia do Distrito Federal, Carneiro da Fontoura, sabia da conspiração e tomava providências para que ela não ocorresse. Na noite de dois de julho de 1924, três dias antes do início da Revolta em São Paulo, começou a chegar boatos de que havia se iniciado um levante no Rio de Janeiro, com o assalto do palácio presidencial, o que não chegou a acontecer. A agitação era consequência de inspeções e transferências de militares, a fim de desbaratar os planos de levante.⁵⁵⁹

Também reflexo do envolvimento civil nas articulações revoltosas foi a organização dos jornais *O 5 de julho* e *O Libertador*. Desde o início da Revolta em São Paulo, passou a ser editado clandestinamente no Rio de Janeiro *O 5 de julho*, com a finalidade de divulgar informações sobre o movimento, que os veículos da imprensa oposicionista, como o *Correio da Manhã*, eram proibidos de publicar. O semanário que tinha como lema "A vitória da revolução é a nossa lei suprema", era distribuído de mão em mão, impreso na tipografia do ex-dirigente do PCB Antonio Bernardo Canellas, com

⁵⁵⁶ Ibidem, p. 281. PCB. Teses & resoluções adotadas pelo III Congresso do Partido Comunista do Brasil, p. 7. Apud KAREPOVS, op. cit., p. 557.

⁵⁵⁷ Filólogo, professor e destacado militante anarquista. DEMIER, Felipe Abranches. José Oiticica. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁵⁵⁸ DULLES, op. cit., p. 194. BATALHA, Claudio H. M. **O Movimento Operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 26–32; DIAS, História das Lutas Sociais no Brasil, op. cit., p. 134.

⁵⁵⁹ DULLES, op. cit., p. 194 e 199.

a assistência dos irmãos Rodolpho, Pedro e Paulo Mota Lima, estes dois últimos também comunistas.

Everardo Dias sobre *O 5 de Julho*, afirmou que

sua publicação, malgrado todos os processos empregados pela polícia secreta, do Distrito Federal, pelas gordas ofertas em dinheiro (50 contos) a quem denunciasse os editores ou onde estava sendo composto e impresso, nunca foi interrompida nem se conseguiu descobrir quem foi seu autor, seu editor, onde era composto e impresso. Essa publicação saiu interrupta até o fim do governo Bernardes ⁵⁶⁰.

O jornal também chegava em São Paulo. Segundo memórias de dona Jovina, moradora da cidade no período, “chegava às nossas mãos pelo correio. Recortávamos os artigos, tirávamos cópias, pregávamos nos postes”⁵⁶¹. Foi mantido ao longo da marcha da Coluna Prestes, sendo “um elemento importante na articulação de conspiradores civis e militares, particularmente no Rio de Janeiro.”⁵⁶²

Outra publicação surgida no contexto da Revolta foi *O Libertador*, que teve sua primeira edição em cinco de agosto de 1924, como parte de uma solenidade que comemorava o primeiro mês de resistência do movimento, no município de Assis, onde as tropas acampavam em retirada pelo interior do estado de São Paulo através dos trilhos da Sorocabana. Redigido pelo jornalista maranhense José Maria dos Reis Perdigão, o jornal teve publicações até o grupo alcançar Porto Epitácio.

Havia entre os revoltosos oriundos do Rio Grande do Sul um outro jornal também chamado *O Libertador*, publicado pela primeira vez em São Luiz Gonzaga, em 5 de novembro de 1924, dirigido por José D. Pinheiro Machado e que foi mantido ao longo da Marcha da Coluna Prestes. Seus seis primeiros números foram publicados em São Luiz Gonzaga; o número sete em Porto Nacional, Goiás; o número oito em Carolina, Maranhão; e os números nove e dez em Floriano, Piauí. De acordo com Moreira Lima, trabalhava na publicação deste segundo *O Libertador* o sargento Armando Bacellar, que era tipógrafo em Piracicaba, em julho de 1924, e que seguiu na Marcha até a Bolívia. ⁵⁶³

⁵⁶⁰ DIAS, História das Lutas Sociais no Brasil, op. cit., p. 141.

⁵⁶¹ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 294.

⁵⁶² PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 363; DULLES, op. cit., p. 200.

⁵⁶³ Agradeço a professora Anita Prestes por me chamar a atenção neste ponto. PRESTES, A Coluna Prestes, op. cit., p. 141-143. LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes**: marchas e combates. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 262-263. CARVALHO, Joaquim Nunes de. **1922- 5 de julho - 1924**. Rio de Janeiro: Ed. Henrique Velho, 1944, p. 105. MENDES, Felipe Ucijara Guimarães. **Mashorqueiros ou procellários? A**

Conforme Edgard Rodrigues, os anarquistas em São Paulo, no desenrolar da revolta, reuniam-se diariamente em busca de uma maneira que lhes permitisse participar do movimento sem comprometer seus ideais. Assim como os comunistas, chegaram a propor ao general Isidoro que fornecesse armas para que eles formassem um batalhão civil autônomo, sem a disciplina e a interferência militar, o que lhes também foi negado.⁵⁶⁴ Por iniciativa dos anarquistas, também foi organizada uma reunião na sede dos gráficos, no centro da cidade de São Paulo, para decidir “a atitude em face do manifesto dos revolucionários dirigido ao povo”, que havia sido publicado nos jornais a partir da tomada da cidade e da retirada do governo estadual.⁵⁶⁵

Nessa reunião, anarquistas organizaram reivindicações populares, que foram encaminhadas aos chefes do movimento e publicadas no jornal *A Plebe*:

Não podemos, sem transigir com os nossos princípios, deixar de olhar o movimento revolucionário triunfante com devida simpatia porque, vigorando os fins que o determinaram, muito aproveitaremos na propaganda dos nossos ideais de emancipação humana [...]. Já que não contamos com uma força consciente e moral no seio das classes trabalhadoras e populares para fazermos uma revolução genuinamente "nossa", entendemos que, como diz Malatesta, devemos contentar-nos com fazer uma revolução o mais "nossa" que seja possível, favorecendo e participando moral e materialmente, a todo movimento direto no sentido da justiça e da liberdade.⁵⁶⁶

Considerado uns dos principais jornais libertários de São Paulo na Primeira República, *A Plebe* surgiu em meio às mobilizações grevistas de 1917 e circulou até 1951, com interrupções e periodicidade incerta devido às perseguições políticas. Uma dessas interrupções em sua circulação ocorreu em julho de 1924, com o fechamento do jornal por conta do estado de sítio. O gerente responsável, Rodolpho Fellipe, foi preso junto a oito participantes do jornal, processados pela lei de imprensa sob a acusação de fazerem críticas ao governo.⁵⁶⁷

A moção destinada ao “Comitê das Forças Revolucionárias”, realizada na sede dos gráficos, apoiada em transcrição de trechos da publicação dos revoltosos que

experiência tenentista no Maranhão: política, cultura histórica, imaginário, personagens... Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015, p. 89.

⁵⁶⁴ RODRIGUES, Edgar. **Novos Rumos:** pesquisa social 1922-1946. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1976, p. 227.

⁵⁶⁵ LEUENROTH, Edgard. **Anarquismo:** roteiro de libertação social. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963, p. 119.

⁵⁶⁶ A nossa opinião. *A Plebe*, São Paulo, 28 jul. 1924, p. 1.

⁵⁶⁷ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (org.). **A Imprensa confiscada pelo Deops:** 1924-1954. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003, p. 96.

apontavam para garantia de segurança, liberdade de pensamento e de imprensa e disposição em receber “todo e qualquer cidadão que necessite de providencias no sentido das suas necessidades e aspirações”, apresentava as seguintes propostas: salário-mínimo, tabela de preços máximos para os gêneros de primeira necessidade, direito de associação, liberdade de imprensa e a manifestação, revogação na lei de expulsão de estrangeiros, direito de fundar escolas e generalização do dia de 8 horas de trabalho. Ao final, assinaram 27 operários.⁵⁶⁸

Parte dos signatários acabaram deportados “para o Oiapoque, tendo morrido lá. Os outros tiveram de fugir para escapar à perseguição do governo Arthur Bernardes”. Segundo Carlo Romani, os gráficos Pedro Mota e Nino Martins “foram os que mais sofreram nas mãos da polícia bernardesca”. Eram redatores d’A *Plebe*, que tinha forte influência nos sindicatos, e por isso considerados perigosos subversivos. Foram enviados para o Oiapoque em meados de 1925, onde o primeiro chegou a falecer.⁵⁶⁹

Uma análise significativa da Revolta sob o ponto de vista do operariado paulista foi feita pelo referido jornal, que ponderou sobre o fato dela ter em sua direção oficiais do Exército, afirmando que, embora os trabalhadores corressem o risco de serem enganados, tendo em vista experiências anteriores, era preciso arriscar se não quisessem “ficar praticamente inativos e renunciar a concorrer com a força de nossos ideais e da nossa ação para o curso da história.”⁵⁷⁰ Aproximava operários e soldados, que juntos sofriam com a carestia, sendo os últimos vistos como representantes do povo e causa do então triunfo da ocupação da cidade.⁵⁷¹

⁵⁶⁸ Uma moção de militantes operários ao Comitê das Forças Revolucionárias. **A Plebe**. São Paulo, 28 jul. 1924, p. 2. Assinaram: Pedro A. Mota, gráfico; José Righetti, tecelão; José Ribeiro, canteiro; Arsênio Palácios, empregado no comércio; Francisco de Simoni, sapateiro; Paulo Menkitz, tecelão; Pasqual Martinez, engomador; Belmiro da Silva Jacinto, vidreiro; Nino Martins, gráfico; Antonino Domingues, sapateiro; João Peres, sapateiro; Fernando Ganga, sapateiro; Fernando Donaire, metalúrgico; Antonio Cordon Filho, carpinteiro; João Castellani, tecelão; Mario Silva, marceneiro; José Sarmento, chapeleiro; João Badué, sapateiro; Rodolpho Felipe, Francisco Pawlik, lustrador; João Matheus, pintor; Alberto Magagni; Marino Spagnolo, alfaiate; Antonio Lucas, pintor; José Gomes, pedreiro; José Granero, pedreiro; Pedro Zanelia, pedreiro; Affonso Festa, sapateiro.

⁵⁶⁹ ROMANI, Carlo. “**Clevalândia, Oiapoque - aqui começa o Brasil!**” Trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927). Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003, p. 251; RODRIGUES, Novos Rumos..., op. cit., p. 228. RODRIGUES, Edgar. **Alvorada operária**: os congressos operários no Brasil. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979, p. 334. SAMIS, Alexandre. **Clevalândia**: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Entremares; Intermezzo, 2019, p. 306.

⁵⁷⁰ A nossa opinião. **A Plebe**. São Paulo, 28 jul. 1924, p. 1.

⁵⁷¹ “É verdade que esse movimento revolucionário não é uma obra levada a efeito pelo povo. Todavia, embora dirigida e alimentada por oficiais do exército, a causa principal do seu triunfo é devida, sem

Com a ampliação do cerco legalista à capital paulista tomada pela Revolta e com os intensos bombardeios, a edição do jornal, de 28 de julho, discutia a necessidade de o operariado apoiar o movimento que ocorria. Levantou-se o ponto de que, se os legalistas recuperassem a cidade, a vida tornar-se-ia “mais aflitiva, terrificante e miserável”, já prevendo as perseguições que ocorreriam em sequência. Afirmavam que a “nós trabalhadores, a nós explorados, a nós vítimas da tirania capitalista – estatal, compete olhar esse movimento revolucionário com simpatia e com uma manifestação de conquista aos direitos que aspiramos”.⁵⁷² Certamente esta conclusão, de que a retomada legalista dificultaria a vida, foi alcançada por meio de experiências anteriores. Quando analisamos o período da Primeira República, é bastante sintomático a forte repressão e perseguição que se seguiram às tentativas de levantes populares ou organizações que representassem ameaças ao poder constituído.

De fato, com a retomada legalista, diversas associações tiveram suas sedes fechadas como a *Voz Cosmopolita* e *O Alfaiate*. A sede do Sindicato dos Gráficos de São Paulo foi empastelada.⁵⁷³ Em circular patronal de agosto de 1924, o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem informava:

a polícia, aproveitando-se dos dias anormais que atravessamos recentemente, destruiu tudo quanto se continha nas sedes das associações de classes operárias. Assim o grêmio dos operários em indústrias têxteis, em via de organização, desapareceu, como desapareceu o grêmio dos sapateiros, que era bem-organizado. Foi uma medida acertada, a nosso ver, o que nos pôs a salvo de inquietações por via de futuras greves.⁵⁷⁴

Além do apoio publicado no *A Plebe*, houve outros que circularam em folhetos, anexos ao processo. Em um deles, destinado “ao povo” e assinado “a pobreza oprimida de São Paulo”, buscava-se apontar a Revolta como a resolução da carestia, além de colocar operários e militares, mais uma vez, lado a lado em meio às dificuldades de se

desconsiderar os serviços da oficialidade, aos soldados que a secundaram, soldados estes que representam uma partícula desse todo que se chama POVO. Portanto, o movimento, mesmo com as características que apresenta, é uma obra do povo, pois este é quem mais sofre a pressão do Estado, o descaso dos seus administradores, a exploração dos poderosos e os horrores da mais extrema miséria, em consequência dos minguados salários que mal chegam para satisfazer as suas necessidades mais imperiosas, dada a exorbitância dos preços a que chegara os gêneros, inclusive o vestuário e a habitação.” O caráter da revolução. **A Plebe**. São Paulo, 28 jul. 1924, p. 1.

⁵⁷² Ao proletariado paulista. **A Plebe**. São Paulo, 28 jul. 1924, p. 2.

⁵⁷³ HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A classe operária no Brasil no Brasil**. 1889-1930. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 270.

⁵⁷⁴ HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A classe operária no Brasil no Brasil**. 1889-1930. Vol. 2. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 210–211. AEL. **Circular Cift**, nº 346, 14 ago. 1924. Agradeço à Gláucia Fraccaro pela indicação de fonte.

viver com os baixos ordenados. Tal publicação além de indicar os militares enquanto proletários, apontava para o movimento revoltoso enquanto solução para os problemas do comércio e da indústria, que “tomarão grande incremento e atividade”, sendo bom não só para os proletários, mas também para a burguesia.⁵⁷⁵

Em uma outra publicação, de título “Ao proletariado em geral!” e assinado “O Comitê Operário”, foi proposto um momento de discussão para definir-se o apoio das “classes oprimidas” à Revolta:

Convida-se o proletariado para uma reunião sábado, 26 do corrente, a rua Wenceslau Braz, 19, às 2 horas da tarde, onde fincará definitivamente assentado o seu concurso moral e material em favor da Revolução, que ora sacode este Estado ao caminho de um amanhã de mais liberdade, justiça e bem-estar para as classes oprimidas.⁵⁷⁶

No que diz respeito aos civis, as motivações que os levaram a compor a Revolta foram difusas. Para além das pautas do movimento operário, elencadas pelo jornal *A Plebe*, por exemplo, houve também, naqueles dias, a intensificação das questões imediatas, como a fome e a necessidade de garantir a sobrevivência.

4.2 Saques e incêndios

São Paulo, ao longo de julho de 1924, foi palco de guerra civil, com trincheiras nas ruas, combates e bombardeios sobre a população. Os ataques das forças leais ao governo federal, posicionadas na zona leste da cidade, atingiram principalmente os bairros operários, localizados em meio ao fogo cruzado, já que os revoltosos tomaram principalmente a região central. Diante do medo, da destruição de suas moradias, da morte de conhecidos ou familiares, muitos trabalhadores ficaram sem o seu sustento, a partir do fechamento das fábricas, armazéns e comércios.

No início dos confrontos, os revoltosos utilizaram de artilharia posicionada no Campo de Marte e de granadas para atacar a sede do governo estadual, nos Campos Elísios. Ali, teve-se as primeiras vítimas fatais, moradoras do entorno. Para a segurança

⁵⁷⁵ “[...] Qual é o operário ou militar que com o ordenado de 150\$000 mensais pode morar em uma casa e ainda desfrutar do indispensável à sua sobrevivência com sua família? [...] O objeto do atual regime, caros senhores, é pôr as cousas todas em seus lugares. Destruir completamente a anarquia governamental e regular o preço das casas, gêneros, mercadorias e artes: pôr tudo ao alcance da pobreza sem o prejuízo daqueles e ao contrário. Com grande proveito de todos [...] o comércio e a indústria tomarão grande incremento e atividade [...]. Os proletariados, (operários e militares) preencherão os vales de necessidade que desde há muito vem-se alargando nos seus lares e, todos nós, assim felizes, dando graças a Deus (....).” APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 29, f. 248.

⁵⁷⁶ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 29, f. 245.

do presidente de estado Carlos de Campos, o palácio foi evacuado e acabou sendo ocupado pelos revoltosos na madrugada de 8 para 9 de julho. Com o estabelecimento do “governo revolucionário”, iniciou-se uma série de iniciativas que buscavam melhor organizar a cidade.⁵⁷⁷

Neste sentido, foi entregue nas redações dos jornais um manifesto a fim de informar as intenções da revolta para a população, organizou-se o trabalho do prefeito da cidade de São Paulo, Firmiano Pinto⁵⁷⁸, que continuou em seu cargo, e foi criada a “Chefatura de Polícia do Exército Revolucionário”, para solucionar os volumosos problemas de desabastecimentos e de saques que passaram a ser registrados.

Em resposta a tomada de pontos importantes da cidade, os bombardeios legalistas se intensificaram, a partir do dia 11 de julho. A necessidade da retirada do governo estadual para a periferia da cidade evidenciou o perigo que os revoltosos ofereciam à ordem até então estabelecida. Outros fatores podem ser somados às motivações para a intensificação do bombardeio, como o fato de o principal bairro atacado pelos revoltosos naqueles primeiros dias ser o Campos Elíseos, endereço dos palacetes da aristocracia cafeeira paulista, e os saques promovido por populares, que aconteciam com a anuência de alguns revoltosos.

Parte desses bombardeios acabaram por incendiar moradias, comércios e indústrias, como foi o caso da fábrica Crespi.⁵⁷⁹ Em relatório, o 3º Delegado de Polícia, Alfredo Assis, apresentou os dados relativos às perdas dos proprietários de empresas. Dentre as listadas encontramos Companhia Guanabara, São Paulo Railway, Cia Cinematográfica Brasileira, Cia Fiat Luz, Duprat e Fábricas Matarazzo. Segundo o delegado:

Durante o período revolucionário numerosos foram os saques levados a efeito nesta Capital, pelas forças revoltosas aliadas a uma grande parte da baixa classe do povo que os acompanhava confraternizando-se com elas. Além dos saques,

⁵⁷⁷ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 50.

⁵⁷⁸ O prefeito foi acusado por colaborar com os revoltosos. “O dr. procurador criminal em seu parecer [...] pede a pronúncia do dr. Firmiano Pinto por entender que os atos que praticou como prefeito de S. Paulo, continuando no exercício de suas funções administrativas, durante o período da revolta, recebendo o concurso dos revoltosos, mantendo com eles entendimento, e prestando-se ainda a desempenhar incumbências dos mesmos [...]. Era preciso provar-se que antes e durante a execução do dr. Firmiano Pinto prestara aos revoltosos auxílio sem o qual o crime não seria cometido [...]. Sua continuação no exercício do cargo e o entendimento que foi obrigado pela força das circunstâncias [...]”. SOARES, José Carlos de Macedo. **Justiça: Revolta Militar de São Paulo**. Paris: S.C.E., 1925, p. 420–421.

⁵⁷⁹ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 49. Incêndio na Fábrica Crespi. **O Fígaro**, Rio Claro, 25 de julho de 1924, p. 1. In: APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 90, f. 292.

também numerosos foram os danos produzidos pelo bombardeio, pelas necessidades de defesa e pelos repetidos tiros de fuzil e de metralha.⁵⁸⁰

Relatos evidenciam a aproximação e simpatia dos populares para com os revoltosos. Conforme memórias de sr. Ariosto, na época morador da rua da Mooca, “todos os vizinhos rodeavam o tenente Cabanas, que era muito destemido, levavam comida para os soldados, ou iam levar seu abraço” e “os aviadores tiveram ordem de jogar bombas no Brás; diziam que a italianada estava a favor da revolução”. Seu próprio irmão, Amleto, “se uniu aos revoltosos e partiu”. O sr. Abel, que residia na rua Minas Gerais, próxima à Consolação, recorda-se que havia uma trincheira perto de casa e que sua mãe “mandava bolinhos e café para os revolucionários”.⁵⁸¹

A aproximação de parte dos mais pobres para com os revoltosos, certamente influenciaram para intensificação dos bombardeios legalistas aos bairros operários no decorrer dos dias de ocupação da cidade. Indicam também a preocupação do Estado em reaver a “ordem”, defender a propriedade e os interesses da elite paulista, bem como sua hegemonia no poder ali ameaçada, evidenciando o jogo político e a luta de classes.

Como já dito, os casos de saques aos armazéns de certo modo se associavam à fome, gerada pelo desabastecimento da cidade e a paralização dos trabalhos nas fábricas e comércios. Segundo as memórias de sr. Ariosto, “As fábricas pararam muito tempo e os operários não tinham mais mantimento, não tinham nada nas suas casas, então começaram a saquear o Moinho Santista, o Matarazzo. Mas quem saqueava é porque tinha fome.”⁵⁸²

No entanto, seria possível que antigas insatisfações populares fossem associadas à pauta ou às manifestações da Revolta? Embora pensemos aqui o envolvimento civil, que foi significativo e não contou com total aprovação entre os militares, e indaguemos o que teria levado essas pessoas a integrarem a Revolta, as respostas são múltiplas. É nesse sentido que se faz importante estar atento aos alvos físicos, o que eles simbolizavam e como se relacionavam às insatisfações populares. Se faz necessário decifrar o comportamento popular e descobrir as regras invisíveis das ações. Além de reativo,

⁵⁸⁰ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 25.

⁵⁸¹ BOSI, op. cit., p. 166, 190 e 466.

⁵⁸² *Ibidem*, p. 166-167.

enquanto reflexo moral, no caso dos saques, há também a ousadia em desafiar uma certa hegemonia econômica e política, no caso dos incêndios.⁵⁸³

A partir dos debates que circundam a historiografia acerca da chamada história das multidões, Marco Pamplona, em um balanço historiográfico sobre o protesto popular, observa que, em geral, estes contaram com uma ampla participação de pobres urbanos, desprovidos de direitos, acompanhados da “presença, por vezes difusa e transitória, de alguns elementos saídos daqueles grupos comumente identificados com a dita ‘boa sociedade’.” No caso aqui estudado, os possuidores de altas e médias patentes do Exército e da Força Pública envolvidos se inseriam nesta categoria de membros da “boa sociedade”, e tiveram seu status alterado. Essas revoltas populares não eram inspiradas por nenhuma ideologia específica, mas usualmente se apoiavam no tradicionalismo e no conservadorismo, “geralmente com o propósito de emendar ou endireitar uma ordem pré-estabelecida; ordem essa que, conforme a visão dos revoltosos, havia sido arbitrariamente transgredida ou abusada por aqueles que exerciam a autoridade imediata”.⁵⁸⁴

Curiosamente, em 1924, esse discurso de endireitar a ordem pré-estabelecida se apoiava na “república que não foi”⁵⁸⁵. A descrença na possibilidade de mudança através do voto, colocou as revoltas populares, ocorridas ao longo de toda Primeira República brasileira, como “um modo de expressar demandas políticas [...] o ‘legitimismo das barricadas’ pôde, modestamente, ser considerado suficiente”⁵⁸⁶, pelo menos momentaneamente.

A Revolta em São Paulo não ocorreu isolada ou desconexa de outros movimentos políticos e sociais que ocorriam na cidade no mesmo período, como as greves, as organizações populares, os partidos e jornais operários. O não apontamento da adesão de organizações específicas pode significar que os trabalhadores que participaram não o fizeram por meio de suas associações ou representações de classe. “Quando tomaram parte nos conflitos, o fizeram de modo desagregado, menos na condição de membros de

⁵⁸³ RUDÉ, George. **A multidão na história**: estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848). Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1991, p. 9–10. THOMPSON, Edward Palmer. **Tradicón, revuelta y consciencia de clase**: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial, 2. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984, p. 46.

⁵⁸⁴ PAMPLONA, Marco A. A historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas. **Revista Estudos Históricas**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 215–238, 1996.

⁵⁸⁵ CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁵⁸⁶ PAMPLONA, A historiografia sobre protesto popular..., op. cit., p. 229.

categorias organizadas e muito mais como simples moradores pobres da cidade – aliás, o que sempre foram em primeiro lugar”⁵⁸⁷.

Por outro lado, em comunicado à imprensa, os chefes militares do movimento tentavam se distanciar da ideia de uma revolta de multidões desorganizadas. Afirmavam que nenhuma responsabilidade ou conivência tiveram em saques, depredações ou incêndios intencionais.⁵⁸⁸ No entanto, sobre um caso, ocorrido no Mercado Municipal, o tenente João Cabanas, da Força Pública, afirmou que:

Tendo verificado de visu e isto com bastante amargura, o sofrimento de grande parte da população pela escassez de gêneros alimentícios, deliberei atenuar esses sofrimentos, fazendo, de qualquer modo ou meio ao meu alcance, que o comércio de produtos de primeira necessidade abrisse suas portas ao público e o abastecesse pelos preços correntes antes da revolução. [...] As portas do estabelecimento estavam fechadas; em volta dele, uma multidão apinhava-se furiosa e rugia reclamando ingresso aos gritos. [...] Com o administrador do Mercado não tive bom êxito. Este funcionário indiferente às desgraças do povo e à fome que o abatia já há quatro dias, não quis atender-me [...]; os populares ansiosos esperavam uma resolução. Resolvi tomá-la ordenando que se arrombassem as portas e os gêneros fossem distribuídos gratuitamente pelas famílias pobres. Como o abastecimento era livre, alguns abusos foram praticados apesar da vigilância com que se procurava evitá-los. [...] ⁵⁸⁹

Cabanas ainda disse que foi procurado para garantir a proteção dos depósitos da Lapa e Água Branca, mas que a esse pedido não pode atender, pois isso poderia levantar o ódio popular e levaria a revolução ao fracasso. Ele descreveu que os saques eram acompanhados de acalorados discursos e que só conseguiu mandar um piquete de cavalaria para os depósitos da Água Branca porque “o povo estava entretido nos armazéns do Brás”.⁵⁹⁰

Sobre incêndios e saques nas fábricas Gamba, o jornal *A Capital* publicou o seguinte:

É desolador o estado em que se encontra a população de São Paulo por falta de mantimentos. Os armazéns e empórios já esgotaram os seus sortimentos, o

⁵⁸⁷ PAMPLONA, Marco A. **Revoltas, repúblicas e cidadania**: Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da ordem republicana. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 267.

⁵⁸⁸ Um comunicado dos chefes do movimento. **O Estado de São Paulo**, 10 jul. 1924, p. 1.

⁵⁸⁹ CABANAS, op. cit., p. 26–27.

⁵⁹⁰ “que os srs. Matarazzo eram usurários, exploradores do povo, envenenadores da população, vendedores de açúcar com caulim, azeite com matérias nocivas, farinha de trigo com substâncias estranhas, açambarcadores de gêneros alimentícios, cruéis e indiferentes aos sofrimentos de seus operários, especuladores sem consciência das classes proletárias, sugadoras do povo [...] outros oradores brasileiros gritavam em frase estudadas, contra as prepotentes ações governamentais, sobre o depauperamento do tesouro [...], apontavam os mentores da política, hábeis em rasteiras parlamentares, chefes de oligarquias, que impediam a manifestação livre e soberana do povo, nas urnas eleitorais; reclamavam o voto secreto [...]” *Ibidem*, p. 28–30.

povo necessita de pão para matar a fome que já se faz sentir em diversos pontos da cidade. Chegou a tal ponto o desespero das famílias da Mooca, que durante o incêndio das fábricas Gamba, aproveitaram-se das horríveis chamas como claridade e saquearam um armazém nas adjacências, donde apoderaram-se de feijão, arroz, farinha, velas, querosene e outros mantimentos.⁵⁹¹

O mesmo jornal denunciava um dia antes os elevados preços dos produtos:

A nossa situação é das piores possíveis. O povo já começou a sentir as torturas do momento. Os empórios, padarias e armazéns, exploram, cobrando os gêneros de primeira necessidade pelo duplo e triplo dos preços. Em muitos bairros já há falta de mantimentos e grupos de populares, que se reúnem por toda parte, comentam indignados a situação e alguns, mais exaltados, provocam distúrbios.⁵⁹²

Muito possível que os referidos saques ocorreram em reação a esse aumento de preços dos alimentos. O padre Marcigaglia, então diretor do Liceu Coração de Jesus, sobre o assunto escreveu sob o seu ponto de vista elitista que:

Nesse dia [10], os saques aumentaram. O povo, tomado de um feroz instinto bárbaro e contagioso, roubou, destruiu, incendiou. O mercado velho, os moinhos Gamba, Puglisi, Belli, armazéns, depósitos, vagões de estrada de ferro, tudo foi saqueado. Um espetáculo bárbaro e deprimente. Não era a fome ou a necessidade: eram os mais baixos instintos de pilhagens e vandalismo. [...] Homens, mulheres e crianças, todos carregavam o que podiam roubar. [...] Quando carregavam mantimentos, a gente estava tentada a pensar que era para matar a fome. Mas quando iam levando barricas de cimento, rolos de arame farpado, motores, máquinas de escrever, fios elétricos, livros de contabilidade? Muitas vezes depois do saque vinha o incêndio acabar a obra de destruição.⁵⁹³

A partir destes relatos podemos supor que os saques se relacionavam com a carestia e o abrupto aumento dos preços dos alimentos, intensificados a partir da ocupação da cidade pelos rebeldes. Além dos incêndios, havia o quebra-quebra, indício que reflete a existência de outras insatisfações. Macedo Soares descreveu o saque de um armazém Matarazzo localizado no Largo do Arouche, no dia 9 de julho:

Grande multidão, em alarido e desordem, arrombara as portas do prédio, e lá penetrando, comprimia-se, afoita, na conquista de despojos, quer fossem gêneros alimentícios, quer fossem objetos inúteis, quer servissem para matar a fome, quer representassem apenas o triste troféu de uma pilhagem, e, sem nada deixar, carregou até a última tábuas das prateleiras, arrebentando os vidros, inutilizando as balanças, os armários, as vitrinas, os balcões, tudo era partido e carregado, num delírio coletivo de destruição.⁵⁹⁴

⁵⁹¹ **A Capital**, São Paulo, 09 jul. 1924. Fato também descrito em: O povo, faminto, entra a saquear. **A Plebe**. São Paulo, 28 jul. 1924, p. 1.

⁵⁹² A ganância dos comerciantes. **A Capital**, São Paulo, 08 jul. 1924.

⁵⁹³ MARCIGAGLIA, Luiz. Férias de julho: aspectos da revolta ao redor do Liceu Salesiano. In: APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 24.

⁵⁹⁴ SOARES, José Carlos de Macedo. **Justiça**: Revolta Militar de São Paulo. Paris: S.C.E., 1925, p. 32.

O governo de Arthur Bernardes foi “marcado pelo estado de sítio e violentíssima repressão às organizações operárias”⁵⁹⁵, no entanto, mesmo em meio a este contexto elas não deixaram de existir. Em busca da palavra “greve” no jornal *O Combate* através da base de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional para o ano 1924, foi possível identificar que neste ano, antes da revolta de julho, houve greves dos trabalhadores dos armazéns da estação Pari da São Paulo Railway⁵⁹⁶, dos tipógrafos da casa Julio Costa⁵⁹⁷, de padeiros⁵⁹⁸, de estivadores em Santos⁵⁹⁹ e dos tecelões. Essa última perdurou por cerca de um mês e paralisou 30 mil operários⁶⁰⁰. Conforme circular do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, “as greves atuais e as greves esperadas têm motivo já conhecido, isto é: altos preços de aluguéis de casas; altos preços dos gêneros de primeira necessidade, com especialidade o feijão, que entra na alimentação do povo como prato de resistência”.⁶⁰¹

Podemos encontrar o nome de algumas fábricas que entraram em greve em janeiro/fevereiro de 1924 dentre as indústrias que sofreram os maiores saques, como a Matarazzo e Gamba. Esta última, Sociedade Anônima Grandes Moinhos Gamba, ainda consta também na listagem de maiores incêndios. Pode-se ter, neste último caso, se passado algo próximo do descrito pelo diretor do Liceu Coração de Jesus: saque seguido de incêndio. Outra questão, é o fato de um dos signatários do manifesto publicado no jornal *A Plebe* em apoio à Revolta ter sido o tecelão José Righetti, caracterizado, em circular patronal de fevereiro daquele ano, como “grevista por natureza e grevista da pior

⁵⁹⁵ HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 285.

⁵⁹⁶ Devido à carestia de vida. **O Combate**, São Paulo, 12 jan. 1924, p. 1.

⁵⁹⁷ Vida trabalhista. **O Combate**, São Paulo, 18 jan. 1924, p. 4.

⁵⁹⁸ Greve dos padeiros. **O Combate**, São Paulo, 19 abr. 1924, p. 1.

⁵⁹⁹ A “Docas”, de Santos, em greve? **O Combate**, São Paulo, 11 jun. 1924, p. 4. A Greve dos Estivadores. **O Combate**, São Paulo, 13 jun. 1924, p. 1.

⁶⁰⁰ Entraram em greve os operários das seguintes fábricas: Aniagem Paulista, Companhia Alpargatas, Cotonifício Guglielmo Giorgi, Cotonifício Paulista, Cotonifício R. Crespi, Estabelecimento Fabril Pinotti Gamba, Fábrica Maria Zélia, Fábrica Boyes, Fábrica de Indústrias Têxteis, Fábrica de Juta Anglo-Brasileira, Fábrica de Juta Sant’Anna, Fábrica de Tecidos Bernacchi, Fábrica de Tecidos Labor, Fábrica de Tecidos Penteado, Fábrica de Tecidos São Paulo, Fábrica Mariângela, Fábrica Victoria, Industria Fomenti Albini, Lanifício De Camillis, Malharia León, Stamperia Matarazzo, Tecelagem de Seda Bucharías. A Greve dos tecelões. **O Combate**, São Paulo, 24 jan. 1924, p. 4. A Greve dos tecelões. **O Combate**, São Paulo, 29 jan. 1924, p. 1. A Greve dos tecelões. **O Combate**, São Paulo, 30 jan. 1924, p. 4. A Greve dos tecelões. **O Combate**, São Paulo, 14 fev. 1924, p. 1. A Greve dos tecelões. **O Combate**, São Paulo, 27 fev. 1924, p. 1.

⁶⁰¹ AEL. **Circular Cift**, nº 280, 28 jan. 1924.

espécie, pois tem o espírito imbuído de ideias anarquistas [...] e é, presentemente, talvez, a cabeça pensante da greve atual”.⁶⁰²

O prefeito da cidade de São Paulo, Firmiano Pinto, em relatório apontou que:

103 estabelecimentos comerciais e indústrias que sofreram prejuízos provenientes de fogo, saque, bombardeio, roubo e requisições dos sediciosos, na importância total de 3000:000\$000 mais ou menos. Desses estabelecimentos, 7 sofreram prejuízos de fogo; 6 de saque e fogo, 17 de bombardeio, 6 de roubo e 6 de requisições dos sediciosos.⁶⁰³

É importante pontuar que parte significativa dos trabalhadores destas indústrias de tecidos era de mulheres, a exemplo da Liga Operária da Mooca, fundada em 1917, na qual a maioria dos filiados eram trabalhadoras do Cotonifício Crespi.⁶⁰⁴ Embora não tenhamos operárias arroladas no processo é possível identificar a presença feminina nas fotos que registraram os saques ao depósito da Companhia Puglisi, como veremos mais a diante.

Além das fábricas, o Fórum Criminal, localizado na rua Riachuelo, nº 25, também foi alvo de incêndio, que destruiu grande parte do prédio e dos documentos que abrigava: “autos, processos, documentos crime, etc.”. Segundo laudo policial, tratava-se

de construção antiga e de dois pavimentos [...] constataram os peritos, que na parte não incendiada, ala esquerda, em um corredor no fundo do qual há uma janela que dá para o telhado vizinho, havia vestígios positivos de ter o sido o incêndio ateadado por mãos criminosas; pois, além dos vidros e palitos do caixilho da janela referida estarem partidos, o telhado mostrava ainda vestígio de piso apressado sobre o mesmo; além disso, não foi constatado vestígio de ter havido explosão de granada incendiária no local.⁶⁰⁵

A Chefatura de Polícia criada pelos revoltosos para organizar a cidade era comandada pelo major Raul Dovesley Cabral Velho, do 6º R.I., de Caçapava. Ele mandou publicar um comunicado em 19 de julho de 1924 de título “Saques e Pilhagens”, no qual orientava a devolução dos itens saqueados aos proprietários, sob a ameaça de que

⁶⁰² A Prefeitura Municipal de São Paulo em face aos acontecimentos de julho de 1924, relatório do prefeito Firmiano de Moraes Pinto, São Paulo, 1924. Apud HISTÓRIA E ENERGIA. **A Light e a Revolução de 24**. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, nº 4, set. 1987, p. 89. AEL. **Circular Cift**, nº 291, 11 fev. 1924.

⁶⁰³ Relatório apresentado pelo prefeito dr. Firmiano Pinto em sessão da Câmara Municipal de 27 de setembro de 1924. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1924, p. 36 Apud CORREA, Anna Maria Martinez. **A Rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1976, p. 124.

⁶⁰⁴ BIONDI, Luigi. **Classe e nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo (1890-1920)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 338. FRACCARO, Gláucia. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: FGV, 2018, p. 41-43.

⁶⁰⁵ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 25, f. 67.

se tinha fotografias e denúncias para a realização de prisões e submissão a processos sumários.⁶⁰⁶

A chamada Chefatura de Polícia Revolucionária contava com diversos civis, dentre eles Antonio Rodrigues de Carvalho, vulgo Carvalhinho, que segundo a denúncia, era

jogador profissional e autor de vários roubos, estando à paisana, mas de espada e revólver, que foi um dos assaltantes que tomara, a 9 de julho, posse do Gabinete de Investigações e Capturas. Desse Gabinete assumiu ele a direção, no posto de tenente, tendo sido um dos seus primeiros cuidados, ao se investir dessa função, a destruição do prontuário em que se encontrava o registro dos seus antecedentes criminais.⁶⁰⁷

No caso de Carvalhinho e do incêndio do Fórum Criminal podemos notar o aproveitamento de alguns envolvidos do movimento revoltoso para resolver, ou pelo menos dar um sumiço, nas suas pendências com a justiça.

Segundo Rudé, o estereótipo conservador de apontar a “ralé” como sem ideias e impulsos honrosos próprios, sempre enquanto agentes passivos, motivados pelo saque, lucro, desejo de derramamento de sangue ou satisfazer seus instintos criminosos, contribuiu para interpretação dos movimentos de multidão como se estes se tratassem de uma abstração desmaterializada. Para ele, a ideologia popular é fundamentada na experiência, sendo necessário “reconhecer na multidão ‘um ser de carne e sangue’, com sua própria ‘identidade, interesses e aspirações’”, e entender, *a partir de dentro*, “como ela se comportava, de que forma era composta, de que maneira era atraída para suas atividades, o que tentava realizar e até que ponto concretizava seus objetivos”.⁶⁰⁸

Mas essa multidão não era coesa. Thompson aponta que devemos considerar a multidão como ela era, *sui generis*, com seus próprios objetivos, operando dentro de uma complexa e delicada polarização de forças em seu próprio contexto. O mesmo se deve aos seus meios de expressão. Com relação aos incêndios culposos analisados por Rudé, o autor afirma que “sempre resultavam da ação individual cujos responsáveis eram motivados pelo rancor ou desejo de vizinhança pessoal só remotamente relacionado aos

⁶⁰⁶ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 27, f. 178; vol. 22, f. 631.

⁶⁰⁷ TJSP. **Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia...**, op. cit., p. 76.

⁶⁰⁸ RUDÉ, George. **A multidão na história**: estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848). Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1991, p. 7–12.

problemas dos trabalhadores no seu todo”, no entanto havia simpatias entre os trabalhadores e os incendiários.⁶⁰⁹

Embora distantes no tempo e no espaço, os saques e incêndios nas fábricas em 1924 em alguns traços se aproximam dos motins de fome analisados por Thompson. Eles ocorreram em meio a um mal-estar já existente contra os patrões, evidente com as greves registradas naquele ano, e refletiam a indignação popular, com o aumento dos preços dos alimentos retratado nos jornais. A afronta provocada por alguém a lucrar em situação de emergência que ameaça a vida, conferia um peso “moral” particular ao protesto.⁶¹⁰

4.3 A revolta no feminino

Com relação às mulheres envolvidas na Revolta, é importante pontuar que poucas foram aquelas que apareceram no processo enquanto testemunhas, sendo apenas uma indiciada. As pistas do envolvimento feminino foram recolhidas enquanto pequenas migalhas, de um universo que se supunha ser masculino.

A única indiciada, a aviadora Anésia Pinheiro Machado, era uma mulher que aos 20 anos, em 1924, era proprietária de um carro e um avião, conforme podemos notar nos depoimentos que analisaremos mais adiante. A sua situação financeira e de inserção tanto na política quanto na aviação, nos propiciou localizar uma quantidade maior de seus rastros nas fontes escritas, o que não ocorreu com as mulheres pobres, em especial, as negras, que podem ter se envolvido na Revolta. “Observamos muitas vezes que a história “das classes populares era difícil de fazer a partir de arquivos que emanam do olhar dos mestres - prefeitos, magistrados, padres, policiais ... Ora, a exclusão feminina é ainda mais forte.”⁶¹¹

Os saques e incêndios que ocorreram nos armazéns e fábricas, inclusive nas de tecidos, onde as mulheres eram maioria, certamente contou com o envolvimento delas.⁶¹² Chama a atenção nas fotografias dos saques a presença de mulheres, inclusive negras,

⁶⁰⁹ THOMPSON, Tradición, revuelta y consciencia de clase..., op. cit., p. 31–32. HOBBSAWM, Eric; RUDÉ, George. **Capitão Swing**. Trad. Marco A. Pamplona; Maria Luiza da Silva Pinto. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982, p. 197-202.

⁶¹⁰ THOMPSON, Costumes em comum, op. cit., p. 257.

⁶¹¹ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 198.

⁶¹² Nos motins de fome do século XVIII na Inglaterra estudados por Thompson, era frequente eles serem iniciados pelas mulheres, que com facas afiadas, buscavam forçar nos mercados um preço razoável para a venda de cereais. “Na esfera pública da lei, da religião e da propriedade, a mulher estava certamente numa posição subalterna. Mas na economia doméstica, os termos que precisamos empregar são ‘autoridade’, ‘valor’ e ‘respeito’ [...]”. THOMPSON, Costumes em comum..., op. cit., p. 183, 247.

muito embora nenhuma dessas últimas tenham sido encontradas nas fontes escritas, com exceção do diário do professor legalista Henrique Geenen, que, sobre os saques do dia 10 de julho na rua Santo Antônio, afirmou ter visto ali “umas negras correndo às pressas para ver se havia alguma coisa que pudessem roubar”.⁶¹³

Os saques e incêndios demandavam de pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento e evitavam “qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas da elite”. São reflexo do “constante processo de teste e renegociação das relações”, estratégias cotidianas dos que vivem em difíceis condições e se apresentam como tentativas de “aproveitar e salientar cada pequena vantagem”. Com relação às suas intenções, Scott afirma que são sempre bem-vindas, mas que não devemos esperar muito. “O objetivo, afinal, (...) não é derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver”.⁶¹⁴

⁶¹³ GEENEN, Henrique. **Aventuras de uma família de São Paulo durante a Revolta de julho de 1924**. São Paulo: Romero & Comp., 1925, p. 70.

⁶¹⁴ SCOTT, James C.; MENEZES, Marilda A.de; GUERRA, Lemuel. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10–31, 2002, p. 12, 21, 24 e 30.

Fotografia 7 - Populares saqueando depósito da Companhia Puglisi



Fonte: Arquivo Público Mineiro. Fundo Arthur Bernardes. Notação: AB-05-4-032(01). Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fotografico/AB-05-1.11/27106.jpg> Acesso em 11 de set. de 2022.

Fotografia 8 - Saque no depósito da Companhia Puglisi – detalhe da entrada



Fonte: Arquivo Público Mineiro. **Fundo Arthur Bernardes.** Notação: AB-05-4-032(02). Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fotografico/AB-05-1.11/27107.jpg> Acesso em 11 de set. de 2022.

Fotografia 9 - Saque no depósito da Companhia Puglisi – Movimento visto de outro ângulo



Fonte: Arquivo Público Mineiro. **Fundo Arthur Bernardes.** Notação: AB-05-4-032(03). Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fotografico/AB-05-1.11/27108.jpg> Acesso em 11 de set. de 2022.

Com relação ao trabalho negro nas fábricas, Petrônio Domingues aponta que houve um silenciamento sobre a questão racial como uma estratégia das elites dirigentes brasileiras, que omitia “dados quanto à raça/cor nas fichas cadastrais dos trabalhadores”, ficando difícil dimensionar a sua efetiva participação. Todavia, seguindo indícios presentes em jornais do período, o historiador detectou várias notícias nas quais se percebe tal vinculação. “Evidências fragmentadas sinalizam, até mesmo, o engajamento de negros e negras na organização sindical, assumindo, entre outras tarefas, a função de representantes dos trabalhadores da empresa”.⁶¹⁵

De todo modo, segundo Domingues, “a elevada participação em postos precarizados e em atividades manuais deram a tônica da inserção do adulto negro no mercado de trabalho, sobretudo nas áreas menos dinâmicas da economia”, sendo a prestação de serviços e o comércio ambulante os setores com maior concentração de trabalhadores negros no pós-abolição.⁶¹⁶

Ao final da década de 1920, ainda houve uma piora do desemprego estrutural que atingia essa população. Devido a isso, conforme o mesmo autor:

ocasionalmente alguns daqueles trabalhadores negros que viviam em condições precárias furtavam objetos, ferramentas e mercadorias das oficinas, das fábricas e das repartições públicas. Da mesma maneira, o furto e, às vezes, o saque nos armazéns da cidade era uma das táticas de sobrevivência dos negros desempregados. Quando não era para consumo pessoal, o produto da contravenção era negociado no comércio clandestino. A rapinagem nos empórios, feiras, mercados de frutas e verduras incorporou-se ao cotidiano da plebe negra como uma prática paliativa para enfrentar o flagelo estrutural.⁶¹⁷

A Revolta de 1924 intensificou o sofrimento das populações mais pobres com o terrível agravamento da fome. Neste sentido, os saques praticados ocorreram enquanto estratégia de sobrevivência não só por parte das mulheres negras, conforme podemos verificar nas fotografias.

Embora pouco referidas nas fontes, certamente havia mulheres nas reuniões de planejamento da Revolta que aconteciam nas residências, afinal, elas ocupavam e circulavam pelos mais diversos espaços da cidade quando tomada pelo movimento. Algumas apareceram enquanto figuras de segunda importância em meio aos depoimentos, enquanto esposas, mães e irmãs de alguns dos revoltosos, como Josephina

⁶¹⁵ DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada**: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac, 2004, p. 228 e 237.

⁶¹⁶ Ibidem, p. 222 e 238.

⁶¹⁷ Ibidem, p. 243.

Costa, irmã do major da Força Pública Miguel Costa. Nos escritos do tenente Joaquim Nunes de Carvalho, em 24 de maio de 1924, consta que ainda nos preparativos, foi promovida uma “sessão cívica solene” no “Centro Cívico” de Jundiaí, que contou, segundo suas anotações, com “a gentileza do sexo belo” que “compõe e ornava este ambiente animado do mais acendrado patriotismo”. Centros Cívicos era a forma em que se referia aos grupos que organizavam a Revolta⁶¹⁸, indicando que ali havia mulheres que frequentavam as reuniões de planejamento.

Um relato de Aureliano Leite, ao descrever a tomada da Igreja da Glória, no Cambuci, pelos legalistas no dia 24, nos mostra que chegavam a tomar parte em combates: “uma jovem mulher que, ao lado do seu marido, o chefe da fortificação, feito prisioneiro, caiu, exangue, varada de balas, morta, quando bravamente municiaava a carniceria metralhadora colocada na torre da Igreja”⁶¹⁹.

O capitão Índio do Brasil ao indicar suas atividades no movimento, relatou que várias vezes foi encarregado por Miguel Costa para:

percorrer trincheiras, e o declarante, em lugar de cumprir essas missões aproveitava-se para ir a pensões elegantes onde passava algumas horas divertindo-se; que frequentou as pensões da rua Xavier de Toledo nove, Sete de Abril seis e Protestantes trinta e três, em companhia do Major Nonato, que era quem pagava todas as despesas [...] que na rua Sete de Abril seis, existia uma mulher brasileira que tinha um amante, cujo nome ignora e que durante o dia andava fardado prestando serviços como primeiro tenente revolucionário, e à noite, ia para a pensão, que nessa mesma pensão haveria também um moço, amante da proprietária, e que falava muito em ter sido revolucionário em mil novecentos e vinte e dois no Forte de Copacabana; que Benjamim Mota frequentava o quartel revolucionário onde mesmo chegou levar mulheres, e a sua conversa era de franco adepto da revolução e na casa da rua Sete de Abril seis ele tinha um amante”⁶²⁰

Para além dos espaços militares e das residências citadas como locais de planejamento, as “pensões elegantes” também foram espaços de sociabilidade dos revoltosos. O tenente citado por Índio, que frequentava a rua Sete de Abril, nº6 e que andava fardado, pode ser Eduardo Gomes, que esteve no levante do Forte de Copacabana em 1922 e na cidade de São Paulo em julho de 1924.

⁶¹⁸ CARVALHO, Joaquim Nunes de. **A Revolução no Brasil (1924-1925)**: Apontamentos para a História. Minha Defesa. Buenos Aires: Tallebes Gráficos Argentinos de L. J. Rosso y Cia Belgrano, 1925, p. 35. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 2, f. 280-284.

⁶¹⁹ LEITE, Aureliano. **Dias de Pavor**: figuras e cenas da Revolta de S. Paulo. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1924, p. 141.

⁶²⁰ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 22, f. 197-198.

Índio do Brasil citou ainda, além das mulheres que o advogado e militante anarquista Benjamin Mota levava para o quartel revolucionário, Alfredina de Moraes, que:

prestou serviços à revolução, andando armada de revolver e foi apresentada ao General Isidoro pelo Coronel João Francisco, andando em companhia do seu amante Ascanio Accioly sendo certo que no próprio quartel da Luz Alfredina entreteve relações sexuais com o tenente Octaviano Silveira, e disso foi testemunha um velho preso da Cadeia.⁶²¹

Ascanio Accioly Garcia foi citado em relatório policial enquanto advogado e auxiliar da Chefatura de Polícia Revolucionária, criada com o intuito de inibir saques em armazéns. Segundo o mesmo relatório, Ascanio “teve parte ativa no movimento e era visto no Gabinete de Investigações e Capturas e no Quartel da Luz, para onde levou, certa vez, a moça revolucionária Alfredina de Moares”⁶²². Conforme declarações do capitão do Exército Luso Alves Garrido, Alfredina lhe foi apresentada “como noiva do doutor Ascanio Accioli”, que havia oferecido seus serviços na Cruz Vermelha.⁶²³

Em uma reportagem do jornal *Gazeta de Notícias*, que tratava da referida Chefatura de Polícia, não há menção à Alfredina. Dessa vez, a citada foi Winnie Thiré Bueno, cirurgiã dentista, que segundo a publicação, permanecia ali diariamente:

Winnie Thiré Bueno é filha de um cientista muito conhecido aqui no Rio de Janeiro, onde morava [...] era amante de Cabral Velho e o acompanhava para todos os lugares. Fugira, logo que as forças legalistas penetraram na cidade. Chegando à casa da dentista, a autoridade encontrou outros papéis e documentos comprometedores [...]. Esta, como já se sabe, acompanhava sempre a Cabral Velho e era uma pessoa espia, insinuando-se mesmo nas trincheiras legalistas, onde, por vezes, fora surpreendida. Conversava, então, com os oficiais, disfarçada em enfermeira da Cruz Vermelha e, durante o dia era vista, armada de revólver, percorrendo a cidade de automóvel, quando não ia para a Chefatura, dar ordens e exibir-se.⁶²⁴

Winnifrede Thiré Bueno era casada com Joaquim Antonio da Silva Bueno⁶²⁵, e seu nome não consta nos volumes 22 e 23 do processo destinados ao inquérito da Chefatura de Polícia Revolucionária, apesar de por lá, segundo o jornal *Gazeta de Notícias*, ter “dado ordens” e se “exibido”. De todo modo, chama a atenção a forma em

⁶²¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 11, f. 173.

⁶²² APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 23, f. 458.

⁶²³ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 22, f. 113.

⁶²⁴ Criminosos de lesa-pátria. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 ago. 1924, p. 1 e 3.

⁶²⁵ Family Search. **Atestado de óbito de Winnifrede Thiré Bueno**. <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6567-SZ8?i=261&cc=1582573&personUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AWYG4-QYMM> Acesso em 27 jan. 2021.

que ela é apresentada pelo jornal, que chegou a incluir uma foto sua. Por trabalhar na área da saúde, pode ser possível que Winnie tenha oferecido os seus serviços como enfermeira, assim como a austríaca Hermínia, que segundo Lourenço Moreira Lima, secretário da Coluna Prestes, acompanhou o movimento revoltoso desde São Paulo, em 1924, até o exílio na Bolívia, em 1927.⁶²⁶

A enfermeira Hermínia era valente e dedicada a um tempo, socorrendo os feridos na linha de fogo. [...] Era extremamente brava e de uma grande capacidade de trabalho, marchava a pé durante muitos dias, potreava e laçava como um gaúcho.⁶²⁷

Sobre a aviadora Anésia Pinheiro Machado, a denúncia apontou que:

era vista diariamente nos quartéis e no campo de aviação dos rebeldes, armada de revólver, dando-lhes informações; auxiliou o saque do aparelho pertencente à aviadora Thereza de Marzo; prestou auxílio nas requisições de peças de aviação pertencentes aos irmãos Robba; tomou parte nos saques dos aviões de Edu Chaves, no Campo de Guapira, e nos do Governo do Estado no Campo de Marte; convidava aviadores a voarem a serviço da rebelião; e, por fim, munida de uma requisição dos rebeldes apossou-se de um automóvel Ford, pertencente à firma Tobias de Barros & Cia [...].⁶²⁸

Anésia era filha de Gustavo Gomes Pinheiro Machado e residia na rua Guilherme Maw, nº 36-a. Observando o Mapa 3 dos entornos dos quartéis da Força Pública, trata-se da terceira paralela à direita da rua Dutra Roiz, onde residia o major Miguel Costa. Embora residisse próximo de onde ocorria parte dos planos da Revolta, Anésia Machado declarou que nada sabia sobre até o dia 5 de julho. Nesse mesmo dia, pela manhã:

[...] dirigiu-se ao Quartel de Cavalaria da Força Pública; que, quando saiu de sua residência encontrou-se com um indivíduo cujo nome ignora que lhe disse estar a força revolucionada, os comandantes presos e que ele vinha da parte da senhora do comandante de cavalaria pedir notícias. Que a depoente como tinha de ir ao Quartel da Cavalaria buscar seu carro Ford que pernoitara no picadeiro daquele Quartel prontificou-se a dar as notícias pedidas [...] que chegando ao Quartel procurou entender-se com o oficial de dia, encontrando-se com o oficial de cavalaria que estava de guarda o tenente Thales Marcondes que lhe declarara estar o quartel revolucionado, não podendo ela entrar, pedindo-lhe então que entregasse a ração e fornecesse notícias do Comandante Coriolano [...].⁶²⁹

O comandante da Cavalaria em questão era o tenente-coronel Coriolano de Almeida, que foi preso pelos revoltosos com o início do levante. Por meio destas

⁶²⁶ LIMA, op. cit., p. 132.

⁶²⁷ LANDUCCI, Ítalo. **Cenas e Episódios da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1952, p. 169.

⁶²⁸ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 87.

⁶²⁹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 5, f. 51.

declarações de Anésia é possível notar uma certa proximidade da aviadora com integrantes da Força Pública: era próxima do comandante Coriolano, amiga de sua esposa que lhe pedia notícias do marido preso no batalhão e deixava seu carro estacionado no picadeiro da Cavalaria. O tenente João Baptista Nitrini chegou a declarar que antes da Revolta “viu uma vez na casa do major Miguel a aviadora Anésia que ali foi tratar de negócio referente a cavalo; que esta e o tenente Reynaldo eram sócios em aeroplanos”⁶³⁰.

No dia 5 de julho de 1924, depois de pegar seu carro, Anésia Pinheiro Machado afirmou que tentou chegar ao Campo de Marte apesar do tenente Thales lhe ter avisado ser impossível por conta da ocupação revoltosa e dos combates que havia na região. Impedida de chegar ao seu destino, recolheu-se em casa em companhia da esposa do tenente Ary Cruz, que morava em Santana e que por conta do forte tiroteio não podia regressar. Passaram a noite ali, em companhia do tenente Reynaldo. “Na segunda-feira, procurando atingir ao Campo de Marte, foi detido o automóvel em que viajava por praças do Quarto Batalhão, tendo o capitão Pietscher detido a depoente.”⁶³¹

Após o início da Revolta, houve disputas ao longo de cinco dias para que o 4º Batalhão da Força Pública aderisse. Ali as forças legalistas eram organizadas pelo capitão Pedro de Moraes Pinto e pelo tenente Antonio Pietscher. Nestes dias que Anésia ficou por lá, estavam também presos os irmãos Távora e o capitão Índio do Brasil. Este último confirmou que “ali estiveram detidas a aviadora Anésia Pinheiro Machado e a mulher do tenente Ary Cruz, Sinhá Barbosa”⁶³².

O referido tenente próximo a Anésia era Antonio Reynaldo Gonçalves, da Cavalaria da Força Pública. Era aviador, embora naquele período a Escola de Aviação da Força Pública tivesse sido extinta. Segundo publicação de 1921, Anésia era sua aluna⁶³³. Interrogado no dia 8 de agosto de 1924, afirmou que dormiu em um endereço igual ao de Anésia, que pela manhã foi ao Quartel da Cavalaria “buscar um automóvel de sua propriedade no picadeiro” e chegando lá foi avisado para que não entrasse, pois corria o risco de ser preso. Em seguida, Antonio Reynaldo foi para a casa de sua avó, onde foi procurado por revoltosos. Disse que fugiu dali escalando o muro, chegando a fraturar o

⁶³⁰ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 41. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 11, f. 152.

⁶³¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 5, f. 51-52.

⁶³² TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 43. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 22, f. 193.

⁶³³ Jornal **O Combate**. São Paulo, 31 dez. 1921, p. 3.

punho, “refugiando-se na casa número trinta e seis A, da rua Guilherme Maw, residência de uma família italiana e ali permanecendo até o dia oito”.⁶³⁴

Índio do Brasil afirmou que via o tenente Reynaldo Gonçalves diariamente no quartel da Luz

à paisana com o braço amarrado, até que dia vinte e poucos, apareceu fardado de primeiro tenente do Regimento de Cavalaria e que certo dia, em companhia de Anésia Pinheiro Machado, negociou com o major Miguel Costa, por cento e vinte contos o aeroplano e apetrechos de aviação pertencentes à referida Anésia, tendo nessa ocasião o tenente Reynaldo declarado ao Major Miguel que dos cento e vinte contos, cinquenta lhe pertenciam e o restante à Anésia.⁶³⁵

Anésia Machado também era próxima do tenente da Cavalaria da Força Pública Thales Prado Marcondes. Em sua defesa, por ter sido vista circulando em seu carro com ele, afirmou que foram à casa da família do tenente, que lhe pediu que o acompanhasse, o que fez, já que era amiga da mãe dele. Sobre o uso do carro da aviadora, o capitão Índio do Brasil afirmou que, por ficar guardado na Cavalaria, foi utilizado para levar membros da Força Pública à Jundiaí, para uma reunião de planejamento.⁶³⁶

Frente às diversas acusações, em sua defesa, a aviadora afirmou que nos dias de Revolta

[...] cuidou tão somente de salvar os seus aparelhos guardados no Campo de Marte e também desejosa de prestar alguns serviços de ordem humanitária esteve repetidas vezes no hospital militar onde trabalhou no serviço de transporte de medicamentos e mercadorias e bem assim procurou prestar serviços aos presos do Regimento de Cavalaria e a particulares necessitados; [...] sobre as demais referências deste inquérito, cujas testemunhas apontam a declarante como sendo revoltosa e como tendo prestado grande auxílio aos mesmos respondeu que atribui essas acusações a rivalidade dos seus colegas, pois no seu entender muito maior serviços prestaram aos revoltosos os seus colegas tais como o aviador Fritz Roetzler, [...], os irmãos Robba [...] e Thereza de Marzo, que foi vista muitas vezes no campo de aviação dos revoltosos e andava sempre em companhia destes [...] e referente a distribuição de serviços entre os aviadores revoltosos lembra-se de que nesta relação Thereza de Marzo figurava como sendo chefe de pista [...].⁶³⁷

Seu advogado, Vicente Rao, apontava a falta de provas documentais no inquérito.

Segundo ele,

Essa moça de vinte e poucos anos têm sido o espantinho das autoridades policiais! Bastaram as intrigas e as falsas acusações de uma sua rival de ofício, a senhorita Theresa de Marzo, para que Anésia fosse tida e havida, muito a sério, como um perigo para a República! E daí tem sido posta entre grades,

⁶³⁴ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 22, f. 97; vol. 5, f. 56-60.

⁶³⁵ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 11, f. 170.

⁶³⁶ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 5, f. 54; vol. 11, f. 159-160.

⁶³⁷ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 21, f. 70-72.

para maior segurança das instituições! Conservam-na presa contraordem do juiz que negou sua prisão preventiva; invadiram-lhe o domicílio, sequestrando-lhe documentos de defesa; prenderam importante testemunha de sua inocência.⁶³⁸

O advogado anexava ainda na defesa uma carta do pastor da Igreja Unidade de São Paulo Mathias Gomes dos Santos, na qual afirmava que Anésia tinha visitado três vezes o abrigo onde refugiavam-se fugitivos dos bairros da Mooca e do Cambuci e levado “socorros para aqueles infelizes”.⁶³⁹

Em 1931, o Ministro da Aviação questionou Miguel Costa, então marechal e Secretário da Segurança Pública, sobre os serviços prestados por Anésia à Revolução e obteve a seguinte resposta:

tenho a informar que Anésia conspirou comigo e Joaquim Távora, prestando depois serviços durante a campanha militar. A Revolução requisitou o automóvel e o avião pertencentes a Anésia, sem nenhuma indenização e lhe dando um prejuízo aproximado em 50:000\$000. Posteriormente à nossa retirada desta capital, Anésia foi presa, passando oito meses no presídio da Imigração. Posta em liberdade por despacho de impronúncia do juiz, sofreu, todavia, outras prisões nos imundos xadrezes da antiga Polícia Paulista, sendo obrigada a foragir-se no interior, passando privações e vexames materiais.⁶⁴⁰

O tenente Eduardo Gomes, participante do levante do Forte de Copacabana responsabilizou-se no processo pela organização da utilização de aviões pelos revoltosos. Thereza de Marzo negou que tivesse se envolvido por sua vontade, que na verdade buscava reaver seu aeroplano requisitado “pelas forças revoltosas por intermédio de tenente Reynaldo, Anésia Pinheiro Machado e Eduardo Gomes”.⁶⁴¹

Anésia Pinheiro Machado e Thereza de Marzo foram pioneiras na aviação. Thereza, nascida em 1903, foi a primeira brasileira a receber o diploma de piloto aviador internacional, brevê⁶⁴² n.º 76. Recebeu instruções do piloto alemão Fritz Roesler e dos irmãos João e Enrico Robba, acusados por Anésia de terem também se envolvido na Revolta. Em 1926, Thereza se casou com Roesler que a proibiu de voar, uma vez que o Código Civil de 1916 previa que mulheres casadas necessitavam da autorização do marido para exercer atividades diversas.

⁶³⁸ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 140, f. 64.

⁶³⁹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 140, f. 109.

⁶⁴⁰ A Aviadora Anésia Pinheiro Machado. **Jornal do Comércio**, São Paulo, 19 jul. 1924, p. 1. A situação. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 23 fev. 1931, p. 3.

⁶⁴¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 21, f. 15.

⁶⁴² Documento de permissão para pilotar avião.

Anésia Pinheiro Machado, por sua vez, se aposentou enquanto aviadora. Foi a segunda mulher a receber o brevê de piloto no Brasil, um dia após ao de Thereza. Foi a primeira a realizar um voo interestadual, entre São Paulo e Rio de Janeiro, em 1922, chegando a receber cumprimentos de Santos Dumont. Anésia participou do I Congresso Feminista Internacional como representante da Liga Paulista pelo Progresso Feminino e enquanto esteve presa em São Paulo no Presídio da Imigração, correspondia-se com Bertha Lutz.⁶⁴³

A Liga pela Emancipação da Mulher, transformada naquele mesmo ano na Liga Brasileira para o Progresso da Mulher, chegou a publicar um manifesto em fevereiro de 1922, em apoio aos candidatos da Reação Republicana:

O manifesto inicia com as palavras: “Brasileiras! - não está longe o dia em que a nós também será dado o primordial direito de cidadania e de influir diretamente na vida política do nosso país” e, enquanto esse dia não chegava, solicitavam o apoio de todas para fazerem propaganda em prol da eleição dos candidatos Nilo Peçanha e J.J. Seabra - candidatos ao cargo de presidente e vice-presidente da República. Nilo Peçanha defendia o voto feminino desde o início do período republicano, tendo sido um dos deputados que apoiaram a causa em 1890, quando da feitura da nova Constituição. Artur Bernardes, outro candidato ao cargo de presidente, por sua vez, declarava-se avesso à possibilidade de se estender o voto para as brasileiras.⁶⁴⁴

Nas fontes analisadas sobre a Revolta de 1924 pouquíssimas mulheres tiveram suas falas ou simplesmente suas existências registradas. Isso não significa que as aqui citadas eram excepcionais ou casos raros. Tal fato é sintomático do monopólio masculino sobre a produção textual e da coisa pública no período estudado. Nos casos em que elas foram localizadas nas fontes é importante pontuar que foram registradas a partir da observação e da descrição de homens⁶⁴⁵, que poderiam julgar que mulheres não se envolviam em movimentos políticos ou que não deviam ser arroladas naquele processo judicial.

⁶⁴³ EMBRAER. **Mulheres na aviação.** São Paulo, p. 6-7. <http://web.archive.org/web/20181124055408/http://institutoembraer.org.br/wp-content/uploads/2017/03/livro-mulheres.pdf> Acesso em 14 dez. 2020. Family Search. **Atestado de óbito de Anésia Pinheiro Machado.** <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-DR5S-PJS?i=310&cc=1582573&personUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A794K-1HN2> Acesso em 14 dez. 2020. Arquivo Nacional. Fundo: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. **Carta de Anésia Pinheiro Machado para Bertha Lutz.** Identificação: BR RJANRIO Q0.ADM, COR.A925.10

⁶⁴⁴ KARAWEJCZYK, Mônica. O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018, p. 3–4.

⁶⁴⁵ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018, p. 197-198.

Com os casos aqui apontados, podemos observar dois polos, um relacionado a moralidade e outro a imoralidade. De um lado, as enfermeiras, associadas à ideia do papel moral de cuidar, atribuído ao feminino. Do outro, as ladras saqueadoras, as imorais das “casas elegantes”, a Alfredina que, segundo Índio do Brasil, traiu Ascânio com Octaviano, muito embora Luso Garrido tenha dito que a moça havia oferecido seus serviços na Cruz Vermelha. Ou ainda Winnie, tida como a espiã que se exibia na Chefatura disfarçada de “enfermeira da Cruz Vermelha”.

Até mesmo a aviadora Anésia justificou seu envolvimento a partir da “prestação de serviços humanitários” ao Hospital Militar. Ao que parece, a única justificativa apontada enquanto plausível para o envolvimento destas mulheres era o dever de cuidar e servir, como o caso das chamadas vivandeiras da Coluna Prestes⁶⁴⁶, apesar das evidências sugerirem algo a mais com relação as atividades que exerciam.⁶⁴⁷

A publicação da Liga pela Emancipação da Mulher em apoio a Reação Republicana em 1922 e o significativo envolvimento de Anésia em 1924, são indícios de uma participação que não podemos classificar como apolítica, como foi o caso daquelas mulheres de 1932 estudadas por Barbara Weinstein⁶⁴⁸. Embora bastante relacionadas nas fontes aos seus companheiros envolvidos na Revolta, temos aí um indicativo de que talvez essas envolvidas tivessem suas próprias expectativas acerca do movimento. No entanto, é importante pontuar que a Liga Paulista pelo Progresso Feminino pleiteava o sufrágio e representava um grupo específico de mulheres, distantes daquelas que “trabalhavam em fábricas ou em postos menos favorecidos”⁶⁴⁹, como o caso das mulheres presentes nas fotografias dos saques que foram realizados na cidade de São Paulo, que buscavam certamente amenizar o flagelo imposto pela fome.

Por fim, o caso de Thereza de Marzo, aquela que aprendeu aviação com o marido, mas que depois do casamento foi por ele impedida de voar, é representativo de como se davam as relações entre homens e mulheres naquele contexto, marcada pela

⁶⁴⁶ CARVALHO, Maria Meire de. **Vivendo a verdadeira vida**: vivandeiras, mulheres em outras frentes de combates. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

⁶⁴⁷ CASTRO, Maria Clara Spada de. **Além da Marcha**: a (re)formação da Coluna Miguel Costa – Prestes. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

⁶⁴⁸ WEINSTEIN, Barbara. Inventando a “mulher paulista”: política, rebelião e a generificação das identidades regionais brasileiras. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 1, 2004.

⁶⁴⁹ FRACCARO, Glauca. **Os direitos das mulheres**: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: FGV, 2018, p. 77.

masculinidade hegemônica da época, por mais que fossem rebeldes e se aproximassem de um discurso mais progressista para o período.

4.4 A burguesia paulista

Com a tomada da cidade de São Paulo pelos revoltosos, o prefeito Firmiano Pinto foi mantido em seu posto. Autorizado pelo general Isidoro Dias Lopes e com o auxílio do presidente da Associação Comercial, José Carlos de Macedo Soares, algumas medidas foram tomadas, como a criação de uma Guarda Municipal, uma Subcomissão de Socorros aos Indigentes e uma Comissão de Abastecimento Público, responsável por regular os preços dos gêneros de primeira necessidade.⁶⁵⁰ Essa última comissão era composta, dos três já referidos, Firmiano Pinto, general Isidoro e Macedo Soares, e contava ainda com o bispo metropolitano Dom Duarte Leopoldo, Julio de Mesquita, diretor do jornal *O Estado de São Paulo* e Frederico Vergueiro Steidel, presidente da Liga Nacionalista.

A Liga Nacionalista de São Paulo era uma associação que defendia o voto secreto, a difusão da educação e a obrigatoriedade do serviço militar, entendendo a passagem pelo Exército como a melhor escola de moral e civismo. Boa parte dos integrantes de sua diretoria e conselho deliberativo eram profissionais liberais, como jornalistas e advogados, pertencentes às famílias de políticos tradicionais, entre eles Julio de Mesquita. Segundo Silvia Levi-Moreira, a intensa campanha da Liga pelo voto secreto visava desmobilizar o movimento operário através do alistamento eleitoral como forma de conter a insatisfação social, agravada com a elevação do custo de vida. Embora defendesse a abstenção das Forças Armadas das questões partidárias, a Liga acabou fechada em agosto de 1924 por envolvimento na Revolta. Seus membros e seu programa acabaram sendo absorvidos pelo Partido Democrático, fundado em 1926.⁶⁵¹

A manutenção da autoridade do prefeito da capital, que pertencia ao tão criticado Partido Republicano Paulista, durante a ocupação revoltosa refletia o posicionamento elitista e reformista de algumas lideranças militares, que se aproximaram em 1922 da Reação Republicana e que buscavam costurar alianças com as chamadas oligarquias dissidentes. Por outro lado, tal escolha permitia aos revoltosos dispenderem menos

⁶⁵⁰ DUARTE, Paulo. **Agora Nós! Crônica da Revolução Paulista**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 63 e 144; SOARES, Justiça..., op. cit., p. 42.

⁶⁵¹ LEVI-MOREIRA, S. Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924). **Revista de História**, São Paulo, n. 116, p. 67-74, 1984.

energia na organização da cidade e se dedicarem ao foco principal que era tomada da capital federal e a retirada do presidente Arthur Bernardes. A conclusão desse objetivo maior certamente culminaria com a reorganização dos governos locais. Todavia, nem todos pareciam concordar com tal decisão, entre eles, o coronel Paulo de Oliveira, que, segundo Índio do Brasil, “desejava ser prefeito da Capital, tendo discussões com o Grande, isto é, o General Isidoro, por esses motivos”.⁶⁵²

Segundo Juarez Távora, manter a administração de Firmino Pinto permitiu aos “revolucionários toda a liberdade de ação que lhes facultavam as circunstâncias militares do momento”:

Guiado por estas ideias moderadas, o General Isidoro Dias Lopes acolheu com satisfação o propósito manifestado pelo Prefeito de S. Paulo de não desertar do seu posto, naquela hora de apreensões que surgia para a cidade. Idêntica atitude foi recomendada nas várias cidades do interior do Estado, onde se exerceu o domínio da revolução. Apenas, em cada uma delas foi substituído o delegado de polícia por um agente de confiança da revolução, intitulado Governador Militar. E se, algumas vezes, esta nomeou autoridades civis para substituírem os prefeitos, deve-se ao fato a explorações locais ou ao abandono voluntário do posto pela respectiva autoridade.⁶⁵³

O trecho de Távora transparece sua discordância com as alterações dos governos municipais que ocorreram pelo interior, como vimos no capítulo anterior, e a preocupação em haver moderação nas tomadas de decisões entre os revoltosos. A moderação e a aproximação com nomes da elite econômica se evidenciam com a acusação do envolvimento dos irmãos José Paulo, José Eduardo e José Carlos de Macedo Soares, netos de grande fazendeiro fluminense e sobrinhos de conselheiro e ministro do STF. O escritório do dentista José Paulo de Macedo Soares, na rua da Quitanda, n. 14, na Sé, chegou a ser apontado na denúncia como um dos locais de planejamento da Revolta, embora tal acusação não tenha se sustentado.⁶⁵⁴

José Eduardo de Macedo Soares, por sua vez, adentrou a Escola Naval em 1898, chegando a primeiro-tenente em 1908, mas deixou a Marinha em 1912 e passou a se dedicar ao jornalismo, fundando o jornal *O Imparcial*, de oposição ao governo Hermes da Fonseca. Foi deputado federal pelo Rio de Janeiro de 1915 a 1923, e em 1922, integrou

⁶⁵² APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 19, f. 195.

⁶⁵³ TÁVORA, Juarez. **À Guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924**. Vol. 1. São Paulo: O Combate, 1927, p. 241.

⁶⁵⁴ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 4. TJSP. **Sucessos Subversivos de São Paulo**. Despacho de Pronúncia. Parecer do Procurador Criminal da República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 179.

a Reação Republicana. Envolvido nos levantes de 1922, auxiliando na ocupação da Companhia Telefônica de Niterói, refugiou-se inicialmente na Argentina e acabou preso em Maricá, de onde fugiu. Em 1924, foi acusado de ser um dos articuladores da revolta e de ter se deslocado diversas vezes do Rio para São Paulo neste intuito. “No dia 5 de julho pela manhã tomou um trem da Central do Brasil com destino ao estado do Rio de Janeiro, onde foi preso pela polícia” no dia seguinte, novamente em Maricá.

Segundo testemunho do capitão Euclides Espindola do Nascimento, o general Abílio de Noronha,

em conversa amistosa com seu amigo José Carlos, em casa deste, ouvira de José Eduardo, por acaso aí encontrado, uma exposição de visionário, a que não dera importância, e julgou mais oportuno dar-lhe conselhos paternos, numa conversa de amigos, com plena aprovação de José Carlos, que declarou estar cansado de dar os mesmos conselhos [...] que os conselhos dados pelo general [...] deram resultado, segundo disse José Paulo de Macedo Soares, agradecido ao General, pois o irmão havia abandonado ideias de revolta e partira para o Rio de Janeiro, para fundar um jornal de oposição, procurando, por esse meio, pôr em prática seus intuítos de modificações políticas.⁶⁵⁵

A defesa de José Eduardo apontava que ter ideias oposicionistas não era crime e que suas idas e vindas a São Paulo se justificava pelo fato de ter ali diversos irmãos. Exilado na Europa, em seu retorno ao Brasil fundou, em 1928, o *Diário Carioca*, integrou a Aliança Liberal e chegou a compor a Assembleia Constituinte de 1934.⁶⁵⁶

José Carlos era um dos principais financiadores do *O Imparcial*, e em 1923 tornou-se presidente da Associação Comercial de São Paulo. Ao saber do início da Revolta de 1924, estava em Campos do Jordão de onde telegrafou a Carlos de Campos, declarando sua solidariedade. No retorno à capital, reuniu a diretoria da Associação e publicou um boletim “às classes conservadoras”, aconselhando-as a acompanharem com “máxima simpatia e apoio a heroica resistência” que desenvolvia o governo do Estado, diante do bombardeio que atentava contra o Palácio dos Campos Elísios.⁶⁵⁷

⁶⁵⁵ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 12. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Despacho de Pronúncia..., op. cit., p. 200-201.

⁶⁵⁶ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Despacho de Pronúncia..., op. cit., p. 200-201. PECHMAN, Robert. José Eduardo de Macedo Soares. PECHMAN, Robert. José Eduardo de Macedo Soares. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-eduardo-de-macedo> Acesso em 06 jul. 2022.

⁶⁵⁷ KELLER, Vilma. José Carlos de Macedo Soares. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-carlos-de-macedo> Acesso em 06 jul. 2022. SOARES, Justiça..., op. cit., p. 4-26.

No dia 7, José Carlos telefonou para o presidente do estado e lembrou-lhe da “conveniência da decretação de feriado, que suspendesse, durante alguns dias, o vencimento das obrigações comerciais”, o que saiu publicado no dia seguinte. Com a retirada do governo estadual e com a ocorrência dos saques na cidade, Macedo Soares foi ao chefe do gabinete do prefeito pedir-lhe que levasse ao prefeito Firmiano Pinto a necessidade de organização de um “serviço de policiamento, que pusesse cobro aos saques vandálicos, [...] começo, por certo, da generalizada pilhagem tão característica da irrupção bolchevista na Rússia.” Naquele mesmo dia, ocorreu uma reunião de empresários com o presidente da Associação Comercial e o prefeito da cidade, que foram buscar entendimento com o general Isidoro para a organização do policiamento. O general, que manteve a autoridade do prefeito, se comprometeu em fornecer tropas para a função e todo os auxílios possíveis.⁶⁵⁸

No dia 10, os empresários e o prefeito da cidade, decidiram criar uma comissão que garantisse o abastecimento de produtos e a fixação de uma tabela de preços dos gêneros de primeira necessidade. Neste mesmo dia, foi convocada uma reunião “das classes conservadoras” na casa de Macedo Soares, na qual compareceram Isidoro Dias Lopes, o prefeito Firmiano Pinto, além de “banqueiros opulentos, grandes industriais, importantes comerciantes, advogados eminentes, professores eméritos, médicos afamados, vereadores municipais e jornalistas conhecidos”, conforme as memórias do advogado Aureliano Leite.⁶⁵⁹

Segundo o presidente da Associação Comercial, nesta ocasião, o general Isidoro o convidou para assumir o governo do estado de São Paulo, em um triunvirato, junto ao marechal Odílio Bacelar e do tenente-coronel Olyntho de Mesquita Vasconcellos:

Disse ainda o general Isidoro que, no conciliábulo dos seus oficiais superiores, ao discutir-se o civil que deveria fazer parte do governo, vários nomes foram lembrados, entre os quais os do srs. Conselheiro Antonio Prado, dr. Julio de Mesquita, dr. João Sampaio, dr. Reynaldo Porchat, dr. Vergueiro Steidel e outros. O nosso nome – acrescentou – reuniu a unanimidade das opiniões presentes.⁶⁶⁰

A proposta não foi aceita por Macedo Soares, mas o grupo ali reunido aproveitou a presença do general para lhe pedir que não permitisse os saques. O general respondeu assumir ali o compromisso de que não permitiria, bem como “só se utilizaria, em

⁶⁵⁸ Ibidem, p. 29–38.

⁶⁵⁹ LEITE, op. cit., p. 39.

⁶⁶⁰ SOARES, Justiça..., op. cit., p. 43.

benefício da Revolta, de dinheiros pertencentes ao governo”, avisando que considerava o Banco do Brasil como instituição oficial.⁶⁶¹ Desse modo, Isidoro buscava tecer boas relações com os banqueiros e empresários paulistas. De fato, publicou-se nos jornais da cidade uma série de comunicados, assinados “O Governo Provisório”, que tinham a intenção de inibir saques e outros distúrbios. Com muito zelo pela ordem, informava-se que estava sendo restabelecida a guarda da cidade e aqueles que fossem “apanhados em atitudes desordeiras” seriam presos e punidos.⁶⁶²

Com o objetivo claro de preservar os interesses dos empresários, José Carlos de Macedo Soares intercedeu não só na administração da cidade como também participou das negociações pelo término do conflito. Buscou o fim do bombardeamento da capital junto ao Exército e ao governo, e comunicou em carta ao general Sócrates, comandante das forças legalistas o seguinte:

Os operários agitam-se já e as aspirações bolchevistas manifestam-se abertamente. Será mais tarde pelos sem trabalho tentada com certeza a subversão da ordem social. O ânimo da leal e fiel população de São Paulo está batido, mas compara com azedume o tratamento generoso que tem recebido dos revolucionários, com a desumanidade inútil do interrupto bombardeio.⁶⁶³

Macedo Soares chegou a escrever ao general Sócrates acusando as autoridades federais e o comando das tropas legais de desconhecerem a realidade e advertiu acerca da agitação social, que se intensificava por conta do intenso bombardeio, e que passou a ser uma nova preocupação para as classes abastadas. O presidente da Associação Comercial também propôs a rendição para o presidente Carlos de Campos. Esse respondeu através de Paulo Duarte, comandante da Brigada Acadêmica e encarregado de fazer a entrega da correspondência: "Diga a ele que a resposta é essa: vou mandar intensificar o bombardeio".⁶⁶⁴

A Associação Comercial convocou os "moços de boa moral" para formarem a Brigada Acadêmica com o intuito de inibir saques e desordens. Encabeçada justamente por Paulo Duarte, contou com cerca de 200 estudantes. A Brigada se dissolveu com a retirada das tropas rebeldes, contudo Raul Renato Cardoso de Mello, aluno do segundo

⁶⁶¹ Ibidem, p. 44–45.

⁶⁶² Ao povo. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 11 jul. 1924, p. 1. Comunicados das Forças Revolucionárias. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 22 jul. 1924, p. 1. Ao povo. **A Capital**. 2ª Edição. São Paulo, 09 jul. 1924, p. 2.

⁶⁶³ DUARTE, op. cit., p. 180.

⁶⁶⁴ O Policiamento. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 jul. 1924, p. 1.

ano da Faculdade de Direito foi preso em setembro de 1924 por envolvimento nos acontecimentos de julho, tendo assinado um boletim revolucionário.⁶⁶⁵

Em folhetos e boletins que circularam no período foi possível verificar que com a tomada da cidade pela Revolta, diversos grupos sociais se mobilizaram frente aos seus interesses⁶⁶⁶, não foi diferente com relação as chamadas classes conservadoras. Além da criação da Guarda Municipal e da Brigada Acadêmica, a criação da Chefatura de Polícia Revolucionária ocorreu em resposta a uma pressão advinda da elite econômica, que até podia concordar com a ideia de substituir o governo federal ou reorganizar a república instituída, mas não concordava em ver a ordem em risco, muito menos seu patrimônio e ganhos econômicos.

Quando, com os intensos bombardeios à cidade, Isidoro abriu para negociações de fim do conflito, propôs a seguinte condição para a rendição: “Entrega imediata do Governo da União a um governo provisório composto de nomes de reconhecida probidade e da confiança dos revolucionários. Exemplo: Dr. Wenceslau Brás”.⁶⁶⁷

A caracterização dos presentes na reunião citada por Aureliano Leite e os indicados ao governo pelo general Isidoro evidenciam que a oposição “bacharéis” versus “militares”, presentes em escritos revoltosos, como vimos no capítulo II, não era tão simples. Havia alianças e aproximações. Em meio às articulações para a organização da Revolta, segundo Maurício de Lacerda, Isidoro Dias Lopes e Nilo Peçanha chegaram a se encontrar algumas vezes,

em frente à estátua do Caxias, ou em diversas missas de defuntos desconhecidos, um pouco por toda a parte em que seus encontros se revestissem da naturalidade indispensável ao seu segredo. Nessas várias conferências, soube ainda e já preso, Nilo traçara muitos os pontos do programa revolucionário de 1924. Mas Nilo, como Hermes, como Joaquim Ignacio, devia morrer logo após.⁶⁶⁸

⁶⁶⁵ DUARTE, op. cit., p. 189 e 292.

⁶⁶⁶ Ao povo! À mocidade! “[...] Convidam-se as classes conservadoras, a gloriosa mocidade paulista, a classe de valor nunca desmentido dos estudantes, o operariado – força viva do progresso – e o povo em geral, para um comício cívico, que se realizara hoje, às 3 horas da tarde, no Largo do Arouche. O comício será de protesto contra o bombardeio à cidade [...]” APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 29, f. 842. “Por terem sido distribuídos tarde, ontem, os boletins convidando o povo para uma reunião cívica de protesto, contra o bombardeio da cidade, falará hoje novamente sobre a Revolução, no Largo da Sé, às 4 horas da tarde, o dr. Lindolpho Barbosa Lima.” Comício. **A Capital**. São Paulo, 15 jul. 1924, p. 1.

⁶⁶⁷ CARVALHO, A Revolução no Brasil..., op. cit., p. 34; NORONHA, Abílio de. **Narrando a verdade**: contribuição para a História da Revolta em São Paulo, São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1924, p. 86.

⁶⁶⁸ LACERDA, op. cit., p. 158.

Enquanto alguns militares concordavam com o envolvimento civil, caso fosse controlado e submetido ao seu comando, como vimos na primeira parte deste capítulo, outros foram críticos vorazes. Orlando Leite Ribeiro, por exemplo, afirmou em depoimento que sua impressão, ao chegar no quartel-general revoltoso, era de anarquia, tal a desordem, “a promiscuidade existente entre os oficiais, praças e civis de aparência pouco recomendáveis”, que “ficou convencido que aquele motim não provinha do Exército e portanto não correspondia ao ideal do depoente que visava somente a felicidade da Pátria”, e isso o fez desistir de “toda e qualquer ilusão à respeito do sucesso do movimento”, pois tais ideais jamais seriam atingidos nessas condições. Disse ainda que externou suas impressões com o tenente Filinto Muller, que concordou com a análise feita.⁶⁶⁹

Embora não saibamos se Orlando Leite Ribeiro de fato desistiu do movimento, o declarado por ele, as ações citadas acima, bem como a própria manutenção do prefeito da capital, que era integrante do PRP, revelam o elitismo e o reformismo por parte dos líderes militares da Revolta.

De todo modo, é importante pontuar que o afastado por este grupo de militares era o envolvimento de civis pobres, operários, que pudessem subverter a sua ideia de ordem. O envolvimento de homens abastados parece ter sido muito bem-vindo e até estimulado. Estes últimos aqui citados, como Macedo Soares, eram opositores do Partido Republicano Paulista e passaram a integrar o Partido Democrático, quando fundado em 1928, que também se apoiava na retórica reformista de “republicanizar a República” e moralizar os costumes desvirtuados pelas “oligarquias”.⁶⁷⁰

José Carlos de Macedo Soares, foi preso em agosto de 1924 e libertado dois meses depois, seguindo para o exílio na Europa. No ano seguinte, assim como Firmiano Pinto, acabou por não responder ao processo, “sendo incluído entre aqueles que agiram visando prestar “serviços à coletividade, exercendo funções essenciais à manutenção da ordem, na ausência das autoridades legalmente constituídas”.⁶⁷¹

⁶⁶⁹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 5, f. 89-97.

⁶⁷⁰ PRADO, Maria Lígia Coelho. O Partido Democrático de São Paulo: adesões e aliciamento de eleitores (1926-1934). **Revista de História**, São Paulo, n. 117, p. 71-85, 1984.

⁶⁷¹ KELLER, Vilma. José Carlos de Macedo Soares. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

CAPÍTULO V – ESTRANGEIROS

O envolvimento estrangeiro na Revolta foi organizado a partir de três Batalhões: Alemão, Húngaro e Italiano. Boa parte destes envolvidos, recém-chegados ao Brasil pontuaram que suas principais motivações foram a falta de recursos, o desemprego e a fome diante o estado de guerra. Foi possível verificar que estes Batalhões foram compostos após o dia 20 de julho, com o agravamento da situação econômica de seus componentes com a intensificação dos bombardeios. Por serem ex-combatentes da Primeira Guerra Mundial, possuíam importantes conhecimentos específicos, que os diferiam tecnicamente dos brasileiros. A diversidade das produções bélicas, como granadas, bombas e blindados, em meio ao improvisado e a falta de recursos, denotam a especialização e experiência destes estrangeiros e o quanto contribuíram de forma extremamente qualificada para o movimento.

A análise das trajetórias de alguns destes estrangeiros indiciados no processo descortinou espaços de sociabilidade que acabaram sendo utilizados para angariar forças para os revoltosos e a mobilização de redes familiares, de vizinhança e de trabalho com o mesmo intuito. Em meio a isso, foi possível verificar envolvimento que não partiam das necessidades econômicas do momento, de indivíduos que se aproximavam das ideias socialistas, comunistas e anarquistas.

Essas contribuições foram amplamente mobilizadas para a construção da ideia dos “alienígenas” “indesejáveis”, do mito da ameaça estrangeira. Neste sentido, o Estado e partes da imprensa exploraram o desrespeito que tinham estes estrangeiros para com a população brasileira e a sua periculosidade, ao produzirem bombas e granadas, e por promoverem “aspirações bolchevistas”.

5.1 Batalhões Estrangeiros

Dentre os 405 civis indiciados no processo judicial, foi possível identificar 93 estrangeiros. 81 deles integravam os chamados Batalhões Estrangeiros, sendo que 12 acabaram condenados, 11 enquanto cúmplices em grau máximo, com pena de 6 anos e 8 meses de reclusão. Com relação a este envolvimento sobreveio uma questão: o que levou estes imigrantes a constituírem batalhões na Revolta? Como já apontado, havia toda uma estrutura estatal repressiva exercida pela polícia e pela justiça, que prendia e deportava os

considerados “indesejáveis”. O que lhes fez correr tão grande risco? A análise de algumas trajetórias a seguir nos trouxe algumas pistas.

Os referidos batalhões foram organizados por nacionalidades específicas: Alemão, Húngaro e Italiano. Dentre os indiciados, 61 integravam o Batalhão Alemão (sendo 45 alemães, 8 austríacos, 2 brasileiros, 2 suíços, 1 sueco, 1 dinamarquês, 1 holandês e 1 russo), 7 foram condenados (todos alemães); 17 indiciados pertenciam ao Batalhão Húngaro (sendo 14 húngaros, 1 austríaco, 1 holandês e 1 tchecoslovaco), 2 húngaros acabaram condenados; e apenas 5 dos indiciados compuseram o Batalhão Italiano (4 italianos e 1 suíço), sendo 1 condenado (italiano).

Curiosamente, enquanto os italianos representavam a maioria dos imigrantes em São Paulo, foram minoria entre os indiciados e condenados estrangeiros. Conforme os depoimentos e os livros de memórias, percebe-se que os números gerais de envolvidos civis atingiram cifras bem maiores. Todavia, podemos notar uma dificuldade de a justiça identificar estes estrangeiros e até mesmo em nomeá-los. Há uma série de nomes escritos ao longo da documentação de diversas maneiras, ou com apenas um dos nomes ou apelido. Isso certamente prejudicou a investigação. Outros tantos civis fugiram sem deixar pistas para a polícia. Contaram provavelmente com a conivência e solidariedades de suas vizinhanças e colônias. Muitos acabaram por serem retirados do processo, a exemplo de Ítalo Landucci, absolvido por falta de provas, embora estivesse nas tropas revoltosas que se retiraram da cidade de São Paulo em direção ao interior do estado, além de ter integrado a Coluna Prestes até o exílio da Bolívia, e de ter sido autor de um livro de memórias sobre a Marcha⁶⁷². Se fez presente em uma fotografia que registrou o comando da Coluna, que segue, sendo o último de pé da esquerda para direita:

⁶⁷² LANDUCCI, Ítalo. **Cenas e Episódios da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1952.

Fotografia 10 - Alto comando e outros membros da Coluna Prestes (out. 1925)



Fonte: CPDOC/FGV. Arquivo Ítalo Landucci. ILA foto 006.

Legenda: Esq./dir.: (sentados) Djalma Dutra, Siqueira Campos, Luiz Carlos Prestes, Miguel Costa, Juarez Távora, João Alberto e Cordeiro de Farias; (em pé) Pinheiro Machado, Atanagildo França, Emídio da Costa, João Pedro, Paulo Kruger da Cunha Cruz, Ari Salgado freire, Néelson Machado, Manuel Lima Nascimento, Sadi Vale Machado, Trifino Correia e Ítalo Landucci.

Quando comparamos a quantidade de pessoas que compunham os Batalhões Estrangeiros, segundo os depoimentos, com a quantidade dos que foram indiciados e processados notamos uma redução progressiva.⁶⁷³ Reforçando a perspectiva da existência de cumplicidade e solidariedade entre os imigrantes, em muitos dos depoimentos, os depoentes descreveram uma série de acontecimentos, mas “ignoravam” nomes, ou diziam não saber, citando apenas as lideranças ou os mortos em combate.

Conforme a denúncia do Procurador Criminal da República, o Batalhão Alemão possuiu diversos comandantes, dentre eles o Dr. Plachichinsky, apontado como um dos organizadores. Este não esteve em contato com as tropas, pois ficou junto ao estado maior do general do Exército Isidoro Dias Lopes. Plachichinsky, apesar da denúncia, foi pouco referenciado na documentação, sendo um dos casos nos quais nem o restante do nome do

⁶⁷³ Segundo depoimentos, o batalhão alemão chegava a ser composto por 200 soldados. Yoham Sternh afirmou que era constituído por 2 pelotões de 80 soldados mais 40 reservas. Carlos Gangl afirmou que havia por volta de 120 a 130 soldados mais os oficiais. Ricardo Linriker falou que chegou a ter 300 soldados na cidade, contando com 180 na retirada. Manoel Spihllek falou em 190 ou 200. Oscar Wilke apontou entre 180 a 185 soldados. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 142, 209, 222-228.

indiciado (e neste caso em específico, condenado) aparece nas fontes, inclusive nos jornais que noticiavam o andamento do processo judicial pós 1924.

Outras lideranças do Batalhão Alemão foram João Joaquim Tuchen, nomeado por Isidoro “comandante do Batalhão patriótico constituído com elementos da colônia alemã que voluntariamente se apresentaram”; Antonio Missoni, citado enquanto capitão que assinou alguns documentos enquanto chefe; Arnaldo Kuhn, um dos mais ativos estrangeiros durante a rebelião, também citado enquanto capitão e chefe; e Henrique Schulz, capitão e tido como um dos maiores entusiastas da Revolta. Dentre as lideranças alemãs, a mais citada nas declarações presentes no inquérito foi Arnaldo Kuhn, que inclusive assinou alguns documentos anexados ao processo enquanto comandante do referido batalhão.⁶⁷⁴

Muito embora o alemão João Joaquim Tuchen tenha sido nomeado por Isidoro Dias Lopes, no dia 19 de julho de 1924, e o Dr. Plachichinsky tenha sido identificado no processo como um dos organizadores do Batalhão Alemão e integrante do Estado Maior, temos poucas informações sobre eles. O próprio Procurador evidencia a deficiência da qualificação em relação a alguns oficiais. Justificou dizendo que era “devido ao fato de que os graduados só assinavam o apelido nos escritos deixados, e só pelo apelido serem conhecidos de seus soldados, circunstâncias estas do hábito dos exércitos europeus”.⁶⁷⁵

Outro ponto que chama a atenção sobre estes batalhões é o fato de que muitos dos seus integrantes possuíam experiências de guerra, que acabaram sendo aproveitadas pelos revoltosos brasileiros. Na documentação apreendida pela polícia consta listas de voluntários. Dentre os húngaros, por exemplo, ao lado dos nomes já estava inserida uma patente militar⁶⁷⁶, provavelmente alcançada na Primeira Guerra Mundial. As promoções hierárquicas ocorridas em meio à Revolta eram, em geral, publicadas em boletins assinados pelo general Isidoro Dias Lopes e não há dentre eles a promoção destas lideranças dos Batalhões Estrangeiros referenciadas enquanto capitães.

⁶⁷⁴ TJSP. **Sucessos Subversivos de São Paulo**. Denúncia apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 1ª Vara de São Paulo pelo Procurador Criminal da República, em comissão no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 93 e 94. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, documento n.º 2, f. 253; documentos n.º 4 e 5 em f. 258 e documentos n.º 16, 17 e 18 em f. 263.

⁶⁷⁵ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, documentos n.º 6 a 10, f. 256-258. APESP. **Sucessos Subversivos de São Paulo**. Denúncia..., op. cit., p. 95.

⁶⁷⁶ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, documento n.º 38.

Dentre as motivações apresentadas nos depoimentos para o ingresso imigrante na Revolta, a falta de recurso, o desemprego e a fome foram as principais citadas. Dos 32 indivíduos que depuseram sobre o envolvimento do alemão Arnaldo Kuhn, 25 apontaram que estes fatores os levaram a se apresentar aos revoltosos. Otto Grossz, alemão, com 24 anos, solteiro, negociante, residente na rua Vitória nº 30, disse em depoimento que havia chegado no Brasil em janeiro daquele ano de 1924 e que com o rompimento da Revolta ficou desempregado. “Em vista disso e acabando os seus últimos recursos, foi forçado a entrar com os revoltosos, onde esperava encontrar, pelo menos, comida e abrigo”.⁶⁷⁷

Situação parecida era a de Carlos Gangl, austríaco, com 26 anos, que declarou ter chegado no Brasil em dezembro de 1922 e “que ficando algum tempo sem trabalho e sem recursos, ofereceu-se para servir no Batalhão Alemão”⁶⁷⁸, assim como Ricardo Linriker, alemão, natural de Berlim, com vinte anos, solteiro, mecânico, residente no Tremembé, que declarou ter “sua mãe para sustentar e não dispondo de recursos, apresentou-se no Quartel da Luz aos revoltosos no dia 26 de julho, sendo incorporado no Batalhão Alemão, então composto de cerca de trezentos homens, mediante o salário de dez mil réis diários”.⁶⁷⁹

Mesmo após a retirada da cidade de São Paulo, imigrantes continuaram a incorporar os quadros revoltosos, que seguiam pelo interior do estado, também levados pela falta de víveres, como foi o caso de Joseph Hieble, alemão, com 21 anos, solteiro, padeiro, residente em Bauru, e Theodoro Rami, austríaco, com 23 anos, solteiro, garçom em Presidente Wenceslau.⁶⁸⁰

O ingresso nas tropas revoltosas se mostrou como possibilidade de sobrevivência não só entre os membros do Batalhão Alemão. Floriano Czucz, austríaco, operário, residente na Lapa, não sabendo escrever, afirmou que “tendo sua mulher doente, passou dois dias de fome, devido ao fato de estarem fechados os armazéns e não haver trabalho; que a vista disso se alistou no Quartel da Luz no Batalhão Húngaro, no dia 25 de julho”.⁶⁸¹

Dentre os 32 depoentes integrantes do Batalhão Alemão que citaram Arnaldo Kuhn, 11 deles pontuaram que haviam chegado ao Brasil há menos de dois anos (5 haviam chegado em 1924, 2 em 1923 e 4 em 1922). Certamente não interessava a estes

⁶⁷⁷ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 131.

⁶⁷⁸ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 209.

⁶⁷⁹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 222.

⁶⁸⁰ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 148 e 210.

⁶⁸¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 228-232.

recém-chegados o contexto político brasileiro, as disputas eleitorais e as pautas levantadas em meio ao movimento que tomou o estado de São Paulo ao longo de julho de 1924. O bombardeamento de onde viviam, o fechamento dos seus postos de trabalho, as dificuldades de abastecimento e o espalhamento da fome, segundo suas próprias declarações, os afligia muito mais.

Apesar do envolvimento civil ter sido registrado desde o primeiro dia da Revolta, os Batalhões Estrangeiros foram compostos após o dia 20 de julho, conforme as datas de nomeação de suas lideranças, momento em que suas condições financeiras estavam ainda mais deterioradas após dias de interrupção de trabalho. A composição destes batalhões contribuiu para o sucesso da retirada dos revoltosos da cidade, que pôde contar com estes soldados. A maioria dos estrangeiros que tiveram seus depoimentos aqui analisados ingressaram nos últimos dias de ocupação da cidade, com raras exceções, como foi o caso do suíço Frederico Brunner que entrou em trabalho para os revoltosos no dia 10 e foi enviado para a trincheira na Rua Galvão Bueno.⁶⁸²

Outros tantos depoentes disseram-se persuadidos pelas vantagens oferecidas pelos revoltosos, que proporcionavam melhores rendimentos, e a promessa da tão sonhada terra, que seria dada após a vitória do movimento. Yoham Sternh, alemão, com 23 anos, solteiro, lavrador do município de Presidente Wenceslau, declarou que

quando nada mais tinha para se alimentar, [...] foi a estrada de ferro, com o intuito de abandonar a zona, ali encontrando com um revoltoso, alemão, que o convidou para acompanhá-lo, prometendo-lhe uma diária de dez mil reis, pensão e terrenos gratuitos, que voltou para a sua casa, refletiu sobre o assunto e no dia treze do corrente, tornando-se aflitivo a sua situação, foi, a pé, até a primeira estação, Caiuá, ai embarcando até o Porto Epitácio Pessoa; neste local, conversou com um oficial brasileiro, que falava um pouco de alemão, este afirmou ao declarante as promessas feitas dias antes pelo soldado e mandou que o declarante se incorporasse no batalhão alemão que estava sob o comando do Capitão Kuhn.⁶⁸³

Foi também recorrente nos depoimentos referências à influência que um indivíduo ou um grupo exerciam para o ingresso de outrem. Ao analisar os dados dos alistados no Batalhão Alemão foi possível localizar registros seguidos de pessoas diferentes que possuíam o mesmo sobrenome ou indicavam um mesmo endereço, evidenciado os laços de amizade, parentesco e de vizinhança entre eles. Jacob Beiser, com 24 anos, alemão, solteiro, servente, residente na rua Santa Marina, nº 30, Água Branca, São Paulo, disse

⁶⁸² APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 223.

⁶⁸³ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 142.

que havia chegado ao Brasil em março de 1924 e que foi incluído nas tropas revoltosas em companhia do seu amigo Carlos Gitz, no Quartel da Luz, “por estar sem dinheiro e já com dívidas”. Daniel Schinek, com 22 anos, solteiro, mecânico das oficinas da Estrada de Ferro Noroeste, residente em Bauru, afirmou que após promessas de “prêmio de um conto de réis, terreno gratuitamente e uma diária de dez mil reis durante a campanha [...] incorporou-se aos revoltosos juntamente com seus companheiros de oficina”.⁶⁸⁴ Tais casos nos permitem imaginar o fluxo de homens que adentravam aos batalhões, mas que também buscavam sair.

Se entre os membros da Força Pública e do Exército brasileiro pudemos identificar casos nos quais oficiais justificaram o seu ingresso na revolta sob a alegação de que eram coagidos ou que não podiam recusar uma ordem superior, entre alguns estrangeiros apareceu a justificativa de que sofriam ameaças para não desertarem dos batalhões alemão e húngaro. Sobre isso, Frederico Zeuke, alemão, de 35 anos, modelador e residente em São Bernardo do Campo, declarou que

[...] faltando recursos para sua mulher e quatro filhos, tendo já perdido um dos filhos durante a revolução, apresentou-se no Quartel da Luz a fim de angariar mantimentos, isto no dia 26 de julho, sendo aí obrigado a trabalhar; [...] em Botucatu, o declarante, juntamente com vinte e quatro companheiros, quis fugir, mas não o fez porque o capitão Kuhn disse-lhes que seriam mortos pelas costas, por ele, o que já havia acontecido a três brasileiros que tentaram desertar [...].⁶⁸⁵

Balárs Czezarovics, sacerdote húngaro que buscava orientar os seus compatriotas a ficarem na “neutralidade”, afirmou que Maximiliano Agid, um dos organizadores do Batalhão Húngaro chamou sua atenção “para sermos prudentes no falar ao povo, pois, se os revoltosos chegassem a conhecer o que estávamos falando, poderíamos ser pelos mesmos fuzilados”. O romeno Gyula Chernel também afirmou presenciar ameaça de fuzilamento para aqueles que desertassem.⁶⁸⁶

Outro fator que se repetiu nos depoimentos dos estrangeiros como justificativa para seguirem com as forças revoltosas em retirada pelo interior do estado era o temor de que os legalistas os fuzilariam ao retomarem a cidade. O dinamarquês Oscar Wilke, de 25 anos, empregado no comércio e residente na rua dos Italianos, nº 35, no Bom Retiro, disse que seguiu com os revoltosos “por receios de ser apanhado e maltratado pelos

⁶⁸⁴ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 133 e 136.

⁶⁸⁵ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 228-232.

⁶⁸⁶ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 15 e 82-85.

legalistas”. João Berudt, alemão, com 19 anos, solteiro, residente no Largo do Riachuelo, nº 9, em São Paulo, que seguiu para o Mato Grosso com os revoltosos “com receio de ser aqui preso pelas tropas legalistas e castigado”.⁶⁸⁷ Richard Starubacher, austríaco, com dezenove anos, solteiro, operário, residente a rua dos Otonis, nº 1, afirmou que ficou desempregado e por conta disso entrou para o Batalhão Alemão, que “depois de receber cem mil réis adiantados, foi para uma trincheira no Cambuci”, mas no mesmo dia recebeu a ordem de embarcar e ao manifestar sua vontade de ficar em São Paulo, lhe disseram “que seguisse, porque se aqui ficasse poderia ser preso e fuzilado”.⁶⁸⁸

A fome e a violência marcaram os dias de guerra que tomaram a cidade daqueles dias de julho. Embora tal argumentação possa ter sido formulada pelos depoentes para tentar justificar, diante da justiça, o acompanhamento das tropas em retirada, vários foram os registros de casos de abusos cometidos pelas forças legalistas na retomada da cidade, abordados pelo jornalista Paulo Duarte, pelos jornais *Marreta e A Plebe*. Este último denunciou: “o ultraje, a violação dos lares, o desrespeito a família e o que é mais pavoroso, a violação de donzelas inermes, o estupro, as sevícias e tudo quanto instinto bestial da luxúria desperta”.⁶⁸⁹

As tropas revoltosas que saíram da cidade de São Paulo foram reunidas e reorganizadas na cidade de Bauru no dia 29 de julho, que somavam cerca de 3.000 homens entre soldados do Exército, Força Pública e civis. De lá, a intenção era chegar a Porto Tibiriçá, localizado em Presidente Epitácio, e para isso o 3º Batalhão, sob o comando de Juarez Távora, deveria ocupar Botucatu, onde, nas proximidades, havia uma ramificação da Sorocabana, que de um lado leva ao município de Bauru e do outro à Presidente Epitácio.

Segundo Távora, quando chegou a Botucatu, no amanhecer do dia 30 de julho, lá encontrou uma linha de defesa já esboçada pelo alemão capitão Kuhn. Após a chegada de alguns revoltosos em Presidente Epitácio, localizaram forças governistas rio acima, nas proximidades de Três Lagoas. Decidiram então ocupar a região, na ideia de aliviar a

⁶⁸⁷ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 216 e 228.

⁶⁸⁸ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 201.

⁶⁸⁹ DUARTE, Paulo. **Agora Nós! Crônica da Revolução Paulista**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 8. Na Penha. **Marreta**: seminário de combate, São Paulo, 19 jul. 1924, p. 4. A luta continua. **A Plebe**. São Paulo, 28 jul. 1924, p. 2.

pressão governista da Estrada Sorocabana, por onde escoava o restante das tropas revoltosas. No entanto, foram surpreendidos.⁶⁹⁰

Conforme os escritos do capitão Távora, seu batalhão acabou sendo,

[...] após duro combate de várias horas, obrigado a retirar-se, já sem munições, e sob a ameaça de envolvimento por fogo ateadado à macega e por elementos inimigos que se deslocavam sobre um de seus flancos, encobertos pela fumaça da queimada. [...] Deixava, em Campo Japonês, entre mortos, feridos e prisioneiros, cerca de 100 homens, com o respectivo armamento, inclusive 4 metralhadoras pesadas. Conduzia cerca de 20 feridos e uma tropa moralmente abatida pela derrota.⁶⁹¹

O chamado Campo Japonês se localizava na região de fronteira entre os estados de São Paulo e o atual Mato Grosso do Sul, nas proximidades do rio Paraná. Ali, 42 estrangeiros envolvidos acabaram presos e arrolados no processo, sendo alguns deles aqui citados.⁶⁹² Alfredo Bergami, filho de Richard Bergami, alemão, residente a rua Abílio Soares, nº 167, afirmou que seguiu com os revoltosos até o Rio Paraná, “sete ou oito quilômetros aquém de Três Lagoas; que neste lugar o declarante tomou parte da reserva e aí travou-se um combate, no qual pereceu o pai do declarante”.⁶⁹³ Sobre isso, o austríaco Theodoro Rami disse “que conheceu os capitães Kuhn, Schutz e Menzel, sendo que este morreu no combate referido, sendo o seu cadáver sepultado pelo declarante; que as tropas legais, no combate, incendiaram o campo, tendo perecido vários feridos que não se puderam salvar”.⁶⁹⁴ Ali, o enfermeiro alemão José Tambert, com 28 anos, residente no bairro do Tucuruvi, disse que “morreram umas vinte pessoas, ficando feridos umas doze, cujo nomes não se recorda, havendo entre os mortos, duas pessoas carbonizadas [...] e que depois de preso trabalhou no Hospital de Sangue”.⁶⁹⁵

O referido combate significou uma perda importante para os revoltosos e acabou fornecendo aos legalistas boa parte das informações que eles obtiveram sobre o envolvimento dos alemães, em especial. Dos 81 estrangeiros indiciados no processo enquanto integrantes dos Batalhões, 41 foram presos e 3 acabaram mortos na região do

⁶⁹⁰ TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas**: Memórias 1º Volume - Da planície à Borda do Altiplano. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1974, p. 145–148.

⁶⁹¹ Ibidem, p. 148–151.

⁶⁹² Os aqui citados presos nas proximidades do rio Paraná são Demétrio Nazarenko, Alfredo Bergami, Alberto Baumer, Otto Grossz, Daniel Schinek, Jacob Beiser, Josef Hieble, Ernesto Urbschat, Carlos Gangl, Theodoro Rami, João Thaller, Frederico Dawel, Luiz Temporeli, Frederico Brunner, José Tembent e Oscar Wilke. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 372-380.

⁶⁹³ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 126.

⁶⁹⁴ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 210.

⁶⁹⁵ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 228-232.

Campo Japonês. Apenas dois dos presos na ocasião não faziam parte do Batalhão Alemão, que contava inicialmente com 61 indiciados.⁶⁹⁶ Isso significa que mais da metade dos indiciados do Batalhão Alemão foi aprisionada a partir de um único combate, o que provavelmente favoreceu o alinhamento de um discurso entre eles.

Lourenço Moreira Lima, secretário da Coluna Prestes, quando descreveu sobre o encontro dos destacamentos paulista e gaúcho, no começo do ano de 1925, seis meses depois dos combates na região de Três Lagoas, citou que conheceu o capitão Kuhn, “da extinta companhia alemã.” Em 29 abril do mesmo ano, quando os destacamentos concluíram a travessia do rio Paraná e entraram no Paraguai para alcançar Mato Grosso, vários obtiveram licença para migrar, dentre eles Kuhn.⁶⁹⁷

Foi possível verificar ainda a aproximação de alguns brasileiros com o Batalhão Alemão, como foi o caso de Miguel de Mattos Freitas, residente do município de Agudos, ajudante de engenheiro, natural de Minas Gerais e alemão naturalizado, “pelo fato de viver na Alemanha mais de quinze anos, em companhia de seus patrões que o obrigaram a essa deliberação”. Quando preso, Miguel declarou que em meados do mês de julho, foi à Araçatuba, para fazer compras e ali foi convidado por Apolinário, dono do hotel onde se hospedou naquela noite, e por um sargento “mulato claro, cabelos crespos, ex-mecânico do primeiro batalhão”, para “tomar parte no movimento que se desenrolava em São Paulo, dizendo-lhe que era a oportunidade de mostrar que eram um brasileiro”.⁶⁹⁸

Aceitando o convite, segundo ele, na convicção de que se tratava “de elemento italiano que pretendia depor o governo constituído”, Miguel foi para São Paulo, onde chegou no dia dezessete ou dezoito de julho, juntamente com mais oitenta homens oriundos da sua região. Na capital, foram apresentados ao 2º Batalhão, receberam armas e fardamento, sendo ele designado para uma trincheira na Ponte Grande, comandada pelo capitão Vogl, que ficou muito satisfeito por Miguel falar alemão e o escolheu para sua ordenança. Mas, no dia seguinte, percebendo “que se tratava de uma revolta contra o governo”, Miguel disse que tentou desertar, alegando estar doente. Conseguiu licença

⁶⁹⁶ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 93-108. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 313-322.

⁶⁹⁷ LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes: marchas e combates**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 119-123.

⁶⁹⁸ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 157-158.

para tratar-se na Santa Casa. Quando a legalidade retomou a cidade, apresentou-se no 1º batalhão, onde entregou suas armas e munições, e acabou preso como revoltoso.⁶⁹⁹

A defesa de Miguel de Mattos Freitas afirmava que ele havia sido ludibriado pelo dono do hotel e pelo sargento, e que quando entendeu o que se passava de fato, tinha receio de desertar e sofrer alguma punição. Dizia que tanto Miguel, quando os demais civis, foram apanhados de surpresa, e sendo homem de trabalho honesto, não se prestaria como mercenário. Afirmava ainda que sua participação na Revolta se deu “depois de já parecer a todos os habitantes deste grande Estado de São Paulo, que o governo implantado por eles já era um governo constituído, que devia ser acatado por toda a população”, que homens de estudo ainda poderiam questionar a situação, “mas, para a plebe, que está sempre acostumada a conformar-se com qualquer situação, e sujeitar-se ao direito da força por não poder opor contra ela a força do direito, impunha-se a contingência de acreditar e sujeitar-se ao mando dos revoltosos”. A defesa concluía afirmando que o modo com que os revoltosos aliciavam forças a seu serviço era idêntico ao modo do governo legal, assim, “tanto os soldados legalistas como os revolucionários, que por essa forma foram aliciados, entendiam de cumprir um dever patriótico, que absolutamente não pode sujeitá-los a pena alguma imposta pela lei”.⁷⁰⁰

Tal argumentação, de que Miguel desconhecia qual era o real poder constituído, era uma tentativa de abrandar a sua culpa. Todavia, nos indica o quanto as disputas pelos poderes locais podiam de fato confundir as pessoas. Ao final do processo, Miguel acabou condenado sob a alegação de que “o estado inteiro sabia que o movimento revolucionário era feito por militares e quais os seus objetivos. O acusado e os seus 80 homens seriam as únicas pessoas a ignorar isso e a supor que a morigerada colônia italiana perturbava profundamente a ordem”.⁷⁰¹ De todo modo, o apontamento de que envolver-se na Revolta era a oportunidade de mostrar-se ser brasileiro, seja do lado dos revoltosos ou dos legalistas, nos dá o indício do quando o sentimento patriótico foi mobilizado por ambos os lados do conflito.

⁶⁹⁹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 157-158.

⁷⁰⁰ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 163, f. 6-36.

⁷⁰¹ STF. **Sucessos Subversivos de São Paulo**. Julgamento da Apelação. Acórdão. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, p. 265-266.

5.2 Sociabilidades em revolta

Um local em especial para a comunidade húngara na Primeira República na cidade de São Paulo era a Vila Anastácio, na região oeste, atualmente pertencente ao distrito da Lapa. Urbanizado em 1919, o bairro recebeu imigrantes advindos do leste europeu, “atraídos pelos baixos preços de lotes e proximidade de fábricas”⁷⁰², além do acesso ao bonde e às estradas de ferro São Paulo Railway e Sorocabana, que passam em seu entorno.

A Vila Anastácio localizava-se em uma área alagadiça, o que certamente influenciava nos baixos preços dos terrenos e o aumento da ocupação estrangeira. Segundo dados publicados na *Gazeta Húngara*, em junho de 1927, o lugar contava com 260 famílias, chegando a 400 em abril de 1928.⁷⁰³ O bairro foi frequentemente citado nas declarações que diziam respeito ao Batalhão Húngaro, evidenciando as redes de sociabilidade construídas por estes imigrantes ali e que foram mobilizadas.

O tenente Maximiliano Agid foi o nomeado pelo general Isidoro Dias Lopes, em 21 de julho de 1924, enquanto “comandante do Batalhão Patriótico, constituído com elementos da Colônia Húngara, que voluntariamente se apresentarem.” O Batalhão tinha sua sede provisória na Avenida Tiradentes, nº 15, e o seu comandante tinha autorização para angariar “dos diversos pontos da Capital e do Interior, os voluntários que necessitar para a formação do Batalhão”⁷⁰⁴. Um dos locais onde ocorria o referido engajamento era no restaurante Budapeste, localizado na rua Santa Efigênia, citado em diversos depoimentos entre os húngaros envolvidos.

Dentre os documentos que compunham a acusação contra Maximiliano Agid, havia solicitações encaminhadas ao general Isidoro. Uma pedia seis contos de réis para fazer propaganda do Batalhão no *Jornal Húngaro*, outra listava materiais, como dinamite e pólvora, para a feitura de 2 modelos do que parecem ser garrafas explosivas, espécies de bombas. Em uma terceira solicitação, requisitava materiais e operários para blindagem de 4 caminhões e para fabricação de granadas.⁷⁰⁵ Essas requisições nos dão uma ideia dos

⁷⁰² Prefeitura de São Paulo. **Histórico**: Origem da Lapa remonta aos primórdios do povoamento de São Paulo. <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/lapa/historico/index.php?p=328> Acesso em 30 jul. 2020.

⁷⁰³ APESP. **Planta da Cidade de S. Paulo – 1924**. Escala: 1:30.000 Dimensão 90X74. ONODY, Oliver. O culto dos santos húngaros no Brasil e a História da Igreja Católica Romana Húngara no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 153, n. 374, 1992, p. 164.

⁷⁰⁴ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 96. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 267 e 269.

⁷⁰⁵ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 271, 294-297.

conhecimentos de guerra que estes homens tinham e que os revoltosos brasileiros puderam aproveitar.

Balárs Czezarovics⁷⁰⁶, sacerdote húngaro residente no Colégio Sagrado Coração de Jesus, no bairro Campos Elíseos, contou que ao ter ficado sabendo da formação de um Batalhão Húngaro, “revoltoso, a imitação de um alemão, já formado”, compreendeu “o grave perigo em que ia ser arrastada a colônia Húngara da Capital, cerca de seis mil homens, ex-combatentes, na miséria, sem trabalho e sem meios de vida”.⁷⁰⁷ Por conta disso, afirmou ter ido inicialmente ao proprietário do jornal húngaro local, a fim de alertar a comunidade sobre os perigos dos alistamentos e para orientá-la que se mantivesse neutra, mas nada conseguiu. Disse ainda que, ao lado do tenente-coronel Francisco Nemay⁷⁰⁸, entrou em discussão com Arnaldo Siklosi⁷⁰⁹ e Agid, no prédio ocupado pelo batalhão na Avenida Tiradentes, e que este último tentava

provar que a vitória dos revoltosos não era impossível e dizia que ganhando os revoltosos, os húngaros teriam grandes vantagens, contando, então, que ele entrara na revolta por ser de um espírito aventureiro, mas que não chamara a ninguém e que, apenas, procurava dar pão aos húngaros pobres e necessitados, ocupando-os como alfaiates, sapateiros, etc... dos revoltosos [...].⁷¹⁰

Segundo o padre Czezarovics, Siklosi convidou Agid a abandonar a revolta, e que este até estava disposto a ceder, mas ao refletirem sobre o envolvimento dos húngaros naquele momento, pensaram que seria bom deixar o pessoal ir desertando aos poucos. Na ocasião, Agid prometeu não levar os húngaros para combates e utilizá-los apenas no policiamento da cidade, que chamaria, para isso, os vinte cinco ou trinta húngaros que já estavam combatendo.⁷¹¹ Certamente a fala de Agid buscava acalmar o padre, pois os húngaros, sob sua liderança, compuseram as fileiras revoltosas ao longo da retirada pelo interior do estado.

⁷⁰⁶ Salesiano que vivia em São Paulo desde 1918. Comprador do terreno de 29 alqueires que deu origem a colônia húngara de Taipas, chamada Vila de Santo Estevão Rei (Szent István Király Falva), “localizado a 16km de São Paulo, na estrada Santos-Jundiaí-Campinas, no Vale Passa Parada, onde se encontra a estação de Taipas, cercadas pelas serras de Cantareira e Itapiru.” ONODY, O culto dos santos húngaros no Brasil..., op. cit., p. 192–193.

⁷⁰⁷ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 12.

⁷⁰⁸ Segundo a Denúncia, “o tenente-coronel reformado do Exército Húngaro, Francisco Nemay de Gyorsziget, que atualmente exerce a profissão de pintor retratista”. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 99.

⁷⁰⁹ Segundo a Denúncia, Arnaldo Siklosi era veterinário conhecido, “companheiro inseparável de Agid e seu colaborador entusiasta”. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 97.

⁷¹⁰ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 12-13.

⁷¹¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 14.

Ainda segundo os depoimentos do sacerdote, em um outro dia, encontrou Agid na parada do bonde, na Vila Anastácio, e ele lhe pediu que “dissesse aos húngaros que podia dar trabalho a uns trezentos operários”. Com a finalidade de inibir o alistamento dos húngaros por falta de alimentos, Balárs, com o auxílio da prefeitura, montou no bairro uma cozinha que distribuía refeições. Disse que:

antes e durante a revolta, várias vezes falou-se com Nemay, porém, só de passagem, da necessidade de um novo periódico húngaro, pois, o que existia nesta capital, estava em mãos de comunistas notórios e seus coniventes, os quais usam de todos os meios para infiltrar no povo suas ideias mascaradas, indispondo o povo contra o governo atual da Hungria, sempre que lhes oferece ocasião. Que todo mundo sabe – e aqui o declarante chama a atenção da Polícia de São Paulo – que o redator do jornal húngaro nesta capital – Kovács Ferencz – é um daqueles refugiados no Brasil, que tiveram posição de destaque no infeliz governo comunista que arruinou a Hungria e que ele tem as mãos bem manchadas.⁷¹²

Derrotada na Primeira Guerra, juntamente da Alemanha, a Hungria passava por momentos de intensa crise econômica e disputas políticas. Chegou, em 1919, a se tornar uma República Soviética, que caiu naquele mesmo ano, passando para uma República Democrática e em seguida para uma monarquia sob a regência de Miklós Horthy. (1920-1944).

Conforme as declarações do indiciado Eugênio Walter, com 30 anos, solteiro, guarda-livros, natural de Budapeste, residente na Alameda Barão de Rio Branco, nº 10, ele conhecia Maximiliano Agid há um ano, mais ou menos, como farmacêutico e proprietário de um laboratório de cosméticos. Disse que no dia em que rompeu a Revolta, estava empregado na Companhia Cinematográfica Universal e ao sair do trabalho, “devido ao grande tiroteio, a falta de iluminação e as emoções provenientes da perturbação da cidade, o declarante recaiu de sua antiga moléstia, adquirida em consequência da guerra mundial, indo para o leito onde ficou durante seis dias”. Com a sua piora, foi levado para o Hospital Alemão, onde recebeu a visita de Agid.⁷¹³

Em outro dia, já tendo retornado a sua residência, por volta das 21 horas,

parou em frente da sua casa um automóvel, com grande barulho do qual desceram Agid e Paulo Harmath que entraram no quarto dele declarante, encontrando-o deitado; que estes, comovidos e em voz alta, disseram ao mesmo tempo que pretendiam montar um jornal húngaro, com o único fim de defender os interesses dos seus patrícios e também com a intenção de destruir o jornal húngaro existente de propriedade de Kertecz, cujo redator chefe, Kovacs, até a presente data, só vendiam e forneciam aos fazendeiros, como

⁷¹² APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 15-16.

⁷¹³ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 18.

escravos, os seus patrícios [...]; que Kertecz declarou que visto o jornal não dar rendimentos, dispensava o pessoal da redação, entre eles, Harmath [...].⁷¹⁴

Podemos notar nas declarações dos indiciados que integraram o Batalhão Húngaro as disputas de poder e de influência. O jornal era um mecanismo para isso, auxiliando na propagação de ideias e influência em meio à comunidade.

Segundo o autor Oliver Onody,

o *Délamerikai Magyar Ujság* (Jornal Húngaro Sul-Americano), de orientação nacional-democrata, foi por Gyula Kertész, proprietário do restaurante “Budapest”, fundado em 1º de setembro de 1922. Um ano mais tarde, tornou-se seu proprietário Alexandre Zimmermann e redator responsável János Walter, László Rónai, Jenő Liki e Miklós Harmath [...].⁷¹⁵

Ao que tudo indica, János Walter, citado no trecho, e Eugênio Walter, indiciado no processo, são a mesma pessoa. “Sandor (Alexandre) Zinner”, depoente no qual trataremos mais adiante, afirmou que um dos seus amigos de nome “Jano Walter mandou chamá-lo e foi a sua casa, à Alameda Visconde do Rio Branco⁷¹⁶, número dez, [...] com quem, junto se transportou para o Hospital Alemão”⁷¹⁷. O próprio Sandor, presente no processo, provavelmente era o Alexandre Zimmermann, citado nos textos de Oliver Onody e de Lajos Boglár, conforme ficará evidenciado mais a frente. A partir destes indícios, parece que era comum aos húngaros adotarem outros nomes ao chegarem no Brasil, ou os simplificarem, usando uma versão em português.

No mesmo período em que o *Jornal Húngaro Sul-Americano* circulava em São Paulo, existia no Rio de Janeiro o *Délamerikai Magyar Hírlap* (Gazeta Húngara) fundado em 1922 por Leo Orbán, que o transferiu para São Paulo, em 1925, para a Rua Santa Ifigênia, nº 123. Ambos os jornais lucravam com propagandas de colonização e eram acusados de serem empreendimentos comerciais, como fez o padre em seu depoimento à polícia. No entanto, particulares denunciavam as péssimas condições de trabalho e o

⁷¹⁴ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 20.

⁷¹⁵ ONODY, Oliver. A Imprensa Húngara no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 156, n. 379, 1995, p. 632.

⁷¹⁶ A atual Avenida Rio Branco é composta pela antigas Rua Visconde do Rio Branco, citada por Zinner, e Alameda Barão do Rio Branco, citada por Walter, conforme a lei municipal nº 4608, de 31 de dezembro de 1954.

⁷¹⁷ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 24.

editorial “Húngaros, não sigam para as fazendas!” chegou a fazer parte do *Hírlap* contra a arregimentação de mão de obra húngara, o que levou o redator do jornal à prisão.⁷¹⁸

O indiciado “Pal Harmath (Paulo)”, húngaro, natural de Budapeste, 29 anos, casado, jornalista, residente a Rua Augusta, nº 2, afirmou que havia chegado à São Paulo naquele mesmo ano de 1924, tendo trabalhado no

Jornal Húngaro Sul-Americano, editado nesta capital até o dia doze de julho, data em que foi despedido; que ele declarante foi autor dos dois últimos artigos publicados naquele jornal, nos quais chamava atenção dos seus compatriotas para guardarem restrita neutralidade, aconselhando-os a não tomarem parte nos acontecimentos revolucionários. [...] que no dia vinte e um pela manhã, estava o declarante no restaurante Budapeste, a rua Santa Ifigênia, n. 73, quando viu ali aparecer um homem seu desconhecido, fardado e armado de revolver, o qual perguntou ao dono do restaurante onde se achava o senhor Ferencz, isto em idioma húngaro, ao que foi-lhe respondido que esse senhor estava ausente, acrescentando ele declarante que o mesmo estava em Caieiras; que interpelado aquele militar pelo dono do restaurante, qual o motivo que procuravam Ferencz, ele respondeu que precisava falar com esse senhor para arranjar operários de diversas profissões, tais como sapateiros, alfaiates, etc. [...] para servirem junto ao batalhão húngaro, em via de organização, sob o comando do capitão Agid; dito isto o militar retirou-se, ficando no restaurante o declarante, o proprietário e outros fregueses; [...] que achando o declarante essa notícia dada pelo militar tão sensacional, procurou imediatamente descobrir o quartel a fim de lá ir e esclarecer o que acabara de ouvir.⁷¹⁹

O *Jornal Húngaro Sul-americano*, antes do seu fechamento, recomendou a imparcialidade, conforme foi possível constatar a partir de outros jornais.⁷²⁰ Na continuação da declaração de Harmath, este disse ter ido ao quartel da Luz, onde Siklosi lhe afirmou que “não pretendiam combater, apenas estavam em organização, que eles, oficiais, tinham aderido ao movimento, premido pela necessidade e pela falta de recursos, tratando-se por enquanto de procurarem operários profissionais e não soldados.”⁷²¹

Em ambas as possibilidades disponíveis perante as dificuldades enfrentadas por estes imigrantes, seja na de Harmath seguir com o Neway e o Balárs no socorro dos compatriotas que buscavam refúgio, ou na dos oficiais organizadores do Batalhão Húngaro em oferecer trabalho e recursos, notamos a preocupação e solidariedade, ou pelo

⁷¹⁸ CINTRA, Marcelo. **A imprensa imigrante**: trajetória da imprensa das comunidades imigrantes em São Paulo, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 115–117. BOGLÁR, Lajos. **Mundo húngaro no Brasil**: do século passado até 1942. São Paulo: Humanitas, 2000, p. 92–93. ONODY, A *Imprensa Húngara no Brasil*, op. cit., p. 630.

⁷¹⁹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 177-178.

⁷²⁰ “Os húngaros, entretanto, mantiveram neutralidade pois, a sua ação junto às forças revoltadas, é constatada pelo órgão da colônia *Jornal Húngaro Sul-Americano*”. A *Victoria da Legalidade*. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, 3 ago. 1924, p. 1.

⁷²¹ TJSP. **Sucessos Subversivos de São Paulo**. Denúncia..., op. cit., p. 97. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 178-179.

menos o discurso, para com o conjunto da colônia, que diante do contexto de guerra passava pelo agravamento das necessidades financeiras e ainda corria riscos frente à legislação de expulsão aos estrangeiros “indesejáveis”.

Através das declarações do padre Czezarovics, foi possível notar que ele e os redatores do jornal tinham posicionamentos políticos diferentes com relação ao governo da Hungria e com relação à imigração de seus compatriotas⁷²². Por outro lado, havia divergências dentro da própria organização inicial do jornal, tendo de um lado o proprietário Kertész e o redator Ferencz, que dispensaram os jornalistas Harmath e Walter. Estes últimos, passaram a integrar as discussões e os planos acerca de um novo jornal húngaro. O líder do batalhão Húngaro, Maximiliano Agid, se mostrou próximo a um dos principais editores, Janos Walter.

Conforme os depoimentos, o restaurante Budapeste era um local em que o recrutamento para Revolta acontecia e seu proprietário, também dono do jornal, nada fazia para inibir. Inclusive neste mesmo local buscava-se Ferencz, o redator responsável, para que ele arranjasse operários para servissem no Batalhão. Sendo assim, abrem-se duas possibilidades: os organizadores do *Jornal Húngaro Sul-Americano* tinham relações mais estreitas com a Revolta de 1924 ou há uma tentativa de seus opositores em incriminá-los e abrir assim espaço para a criação de um novo jornal destinado à comunidade.

Na manhã do dia 27, segundo declarações de Harmath, sabendo do fim da revolta, conversou com tenente-coronel Neway, que disponibilizou o dinheiro para o empreendimento do novo jornal húngaro. No dia seguinte, 28, foi à tipografia fazer um pagamento de mil reis e ao sair

encontrou-se com o senhor Wenig o qual lhe preveniu que desaparecesse porque os seus adversários o tinham denunciado como revolucionário. Que encontrando-se com Neway, o declarante contou-lhe esse fato, sendo pelo mesmo tranquilizado, podendo em qualquer tempo provar a sua inocência. Nessa ocasião Neway pediu ao declarante que procurasse o padre, para irem juntos ao comando militar a fim de certificarem-se o que havia de verdade sobre os boatos de fuzilamento de húngaros. Que passando, de bonde, com o padre, na rua Santa Efigênia, saltaram aos sinais dados por Geiger que [...] dirigindo-se ao declarante disse-lhe que desaparecesse, pelo menos algum tempo, até que tudo se normalizasse, porque Kovacs fazia todo o possível para mandar prender ele declarante, dizendo ainda Geiger que já havia avisado a esposa do declarante e que se ele fosse encontrado, naturalmente seria fuzilado

⁷²² “A Delegacia de Vigilância e Capturas está processando o húngaro Gyula Kerterz, proprietário do Restaurante Húngaro Budapest, a rua Santa Ifigênia, n. 73, pelo fato deste indivíduo ter explorado alguns seus patrícios, inculcando-se agente de imigração.” Falso agente de imigração: Intrujice de um húngaro. *Correio Paulistano*, São Paulo, 11 nov. 1925, p. 5.

[...] no dia seguinte não encontrando o declarante com esses seus amigos, aterrorizado com a situação, resolveu seguir para Santos e de lá para o Rio a fim de conseguir um emprego com um seu amigo. Que antes da sua partida, escreveu uma carta ao seu amigo Walter, despedindo-se explicando toda a sua situação.⁷²³

Paulo Harmath, sobre a denúncia de ser um revoltoso, afirmou que alguns dias antes, lhe disseram que havia contra ele uma intriga que partia do restaurante Budapeste. No entanto, mais tarde, veio saber que partia de “Vadász e alguns sócios do Círculo Republicano Húngaro, em S. Paulo”.⁷²⁴

Conforme o relatório do 4º delegado auxiliar Everardo Bandeira de Mello, diretor do Gabinete de Investigação e Capturas, que compõe a denúncia, Paulo Harmath era, para além de jornalista e repórter da grande guerra, “ex-detetive da polícia de Budapeste”. Segundo o relatório, ele havia se aproximado de Agid com a intenção de tirar proveito financeiros dos revoltosos: “inteligente, culto, ambicioso e habituado a uma vida mais ou menos folgada, Harmath, arruinado financeiramente, tentou tirar do movimento subversivo vantagens reais”. No entanto, não fica evidente de que maneira o delegado tirou estas conclusões. O argumento de Paulo Harmath, que dizia estar junto aos revoltosos para orientar a população húngara a manter-se na neutralidade e que seus inimigos o denunciaram enquanto revoltoso por intriga, cai por terra com os documentos apreendidos. Em meio a eles, segundo as notas do tradutor intérprete, os candidatos a oficiais apresentavam fé de ofício da guerra europeia. Entre os candidatos, temos justamente Harmath.⁷²⁵

De todo modo, ficam algumas indagações. Como que, em um momento, Kovacs emprega Harmath no jornal e em outro momento quer vê-lo preso? O que Harmath teria feito para ter inimizades no Restaurante Budapeste e no Círculo Republicano Húngaro? As relações descritas, existentes entre o comandante Agid e o jornalista Harmath, o fato de, em comum, conhecerem Janos Walter, amigo de longa data de Agid e que trabalhava no jornal com Harmath, nos faz questionar se este último havia se aproximado do comandante do batalhão apenas com interesses financeiros. Fica evidente que outras relações já os aproximavam antes de julho de 1924.

⁷²³ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 184-185.

⁷²⁴ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 180. O Círculo Republicano Húngaro teve a sua primeira assembleia geral no dia 22 de junho de 1924. BOGLÁR, op. cit., p. 79.

⁷²⁵ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 98 e 99. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 304.

Como já dito, temos indícios de que Alexandre Zimmermann, citado pelo autor húngaro Oliver Onody enquanto proprietário do *Jornal Húngaro* em 1923⁷²⁶, e o declarante “Sandor (Alexandre) Zinner” são a mesma pessoa. Harmath em depoimento disse que Walter lhe apresentou Zinner, que os ajudaria no novo jornal.⁷²⁷ Todavia, Zinner, com 29 anos de idade, casado, engenheiro mecânico, húngaro, natural de Budapeste, residente na rua Vitória, nº 144, afirmou

que está no Brasil desde vinte e um de julho de mil novecentos e vinte e três [...] que no dia primeiro de novembro de 1923 entrou para as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (oficina Mariângela) [...]; que no dia em que irrompeu a revolução, isto é, no dia 5 de julho de 1924, trabalhava na fábrica até a hora de costume; que nos dias seguintes, apesar de notar que a fábrica não funcionava, visitou-a diariamente, até o dia onze [...] que aconteceu nestes dias encontrar-se com Agid, à paisana, que meio sorrindo e meio sério, falou-lhe da probabilidade de entrar no exército dos revoltosos, na qualidade de oficial de artilharia; que não tomou a sério essa sua declaração, porque nunca considerou Agid como homem sério; que no dia vinte e dois de julho encontrou-se outra vez com Agid, que estava na companhia do Doutor Arnaldo Siklosi; que Agid comunicou que havia procurado o declarante e entregou-lhe uma ordem, na qual o Conde Matarazzo foi convidado para fabricar sob sua chefia, artigos de guerra; que o declarante, atrapalhando essa tarefa, devolveu a ordem escrita, com o argumento que ele mesmo (Agid) entregasse ao Conde; que Agid tentou persuadir ao declarante para auxiliá-lo, porém, sem efeito.⁷²⁸

A forma que Zinner descreve Maximiliano Agid, “que meio sorrindo e meio sério, falou-lhe da probabilidade de entrar no exército dos revoltosos, na qualidade de oficial de artilharia; que não tomou a sério essa sua declaração, porque nunca considerou Agid como homem sério”, bem como a insistência, a visita que fez a sua casa e outras solicitações nas quais analisaremos mais adiante, nos leva a crer que Zinner conhecia Maximiliano Agid antes da Revolta. Outro ponto que salta a este depoimento é a tentativa de aproximação dos revoltosos com o industrial Matarazzo e a proposta para que este fabricasse artigos de guerra. O convite não foi atendido, mas os revoltosos deram um outro jeito para a produção destes artigos necessários ao enfrentamento das tropas legalistas. Sandor Zinner em outro trecho de suas declarações afirmou que foi procurado por Agid para que ele fabricasse automóveis blindados e granadas nas oficinas adaptadas pelos revoltosos.⁷²⁹

⁷²⁶ ONODY, A Imprensa Húngara no Brasil, op. cit., p. 632.

⁷²⁷ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 183.

⁷²⁸ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 24.

⁷²⁹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 24.

Alguns detalhes também aproximam Zinner da discussão do *Jornal Húngaro*. Eugênio Walter afirmou que após sentir-se mal, um dos amigos que o levou para o Hospital Alemão foi “Alexandre Zinner, engenheiro na Casa Matarazzo”⁷³⁰, e em um outro momento, Harmath declarou que Walter o apresentou a Zinner e disse que este podia ajudá-los no jornal que planejavam fundar.

Outro empregado no *Jornal Húngaro* que teve seu depoimento utilizado para incriminar e condenar Agid foi o de Rodolpho Eisinger, de 35 anos, casado, húngaro, residente na Rua Vitória, nº 19, que disse que trabalhou por três meses ali e que no dia vinte e dois de julho, enquanto saía do restaurante Budapeste, foi abordado por um indivíduo alemão, fardado, que disse que o chamavam ao quartel da Luz. Que lá, no dia seguinte, foi encarregado, pelos capitães húngaros Siklosi e Houtzager, da folha de pagamento, e para isso lhe entregaram “a respectiva importância de quinze contos e duzentos mil réis, mais ou menos”.

Deveria pagar, como pagou, cento e vinte soldados, a cinquenta mil réis – sete contos e quinhentos mil réis; três capitães, a seiscentos mil réis cada um, no total um conto e oitocentos mil réis; dez tenentes, a quinhentos mil réis, somando cinco contos de réis; trezentos mil réis a cada um dos três choferes, no total de novecentos mil réis, somando, pois, quinze contos e duzentos mil réis. Esse pagamento foi efetuado adiantadamente.⁷³¹

Quando comparamos o depoimento com os documentos apreendidos, que constam nome dos soldados e os valores a receber, o descrito por Rodolpho está dobrado. O nome de Harmath parece ter sido incluído em uma destas listagens em um segundo momento por Agid, quando este foi acrescentar os valores a serem pagos e assinar ao final. Podemos perceber isso ao observarmos a cor preta destes escritos em contraposição ao restante em azul. Em uma tentativa de defesa, Harmath inclusive apontou este fato, de seu nome ter sido incluído posteriormente, como componente da intriga que dizia ter sido vítima.⁷³²

A quantidade de soldados dessa primeira listagem numerada se encerra no número 122. No entanto, logo em seguida, começa uma segunda listagem, que apresenta a graduação militar do alistado, idade e região de residência. Imagino que se tratam dos mesmos soldados em ambas as listas, pois, embora o documento esteja comprometido pelo tempo, o que dificulta a leitura e comparação dos nomes, foi possível, por exemplo,

⁷³⁰ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 18.

⁷³¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 27-29.

⁷³² APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 269-270.

identificar o nome “Daniel Mandel” na quinta entrada da primeira listagem e o nome “Mendel Daniel” na segunda entrada da segunda listagem.⁷³³

Aproveitando esta segunda listagem, nela contém 62 entradas, o que contempla um número aproximado da metade da primeira. Analisando os locais de residências dos soldados, os mais recorrentes foram justamente a região da Lapa (Vila Pompéia - 11; Lapa - 10; Vila Leopoldina - 10; Vila Anastácio – 9) seguida pelas ruas próximas à Santa Ifigênia (Rua dos Gusmões - 4; Rua Timbiras - 2; Rua Senador Queiroz - 1.)

Há ainda uma terceira listagem, na qual, segundo as “notas do tradutor intérprete”, contém diversos nomes falsos. Para o tradutor, tanto a terceira quanto a segunda, trata-se de rascunhos da primeira, que continham os valores a serem pagos e a assinatura de Maximiliano Agid.⁷³⁴

Rodolpho, húngaro responsável pelos pagamentos e que não acabou entre os indiciados, descreveu que Agid tinha reuniões com alemães e italianos, e que devido a sua curiosidade, um dia entrou subitamente, sem bater à porta e viu desenhos de granadas de mão sobre a mesa. Posteriormente, “soube pelos alemães que se estava cogitando dar construções de automóveis blindados e da feitura de granadas e outros projeteis explosivos”. Afirmou ainda, que, após a saída dos alemães e italianos, Agid com o auxílio de um tenente “pôs-se a contar o dinheiro, apurando dezesseis contos e trezentos mil réis. A esse tempo Agid voltou e disse que deveria entregar aquele dinheiro aos alemães e italianos com os quais acabara de conferenciar.”⁷³⁵

O encarregado do dinheiro, que dizia ter se separado recentemente da esposa, foi para casa na rua Vitória, encontrou-se com seu companheiro de quarto, Fekete, contou-lhe tudo e

resolveu com ele fugir com o dinheiro, com o propósito de procurar uma autoridade legalista constituída a quem entregaria aquela importância, relatando tudo o que ocorria, pois, ambos reprovavam o procedimento de seus patrícios e estrangeiros. [...] andaram o restante da madrugada, até chegarem na Lapa; tomaram o leito da estrada de ferro e caminharam até Belém. Ali tomaram um trem e seguiram para Campinas, onde chegaram antes do meio dia. Procuraram um automóvel que os conduzisse o mais próximo possível de Minas Gerais, pois tinham ideia de irem ao Rio de Janeiro a fim de se apresentarem a Polícia.⁷³⁶

⁷³³ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 278-279.

⁷³⁴ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 303-306.

⁷³⁵ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 29-30.

⁷³⁶ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 31-37.

Ao descrever a saga, a partir da tomada do trem no Belém, na zona leste da cidade de São Paulo, Rodolpho cita, na sequência, a passagem pelas cidades de Pirassununga, Casa Branca, São José do Rio Pardo, Muzambinho, Tuiuti e Cruzeiro, onde acabaram presos, conduzidos para o Rio de Janeiro e depois para São Paulo. Na Denúncia, a parte sobre ele afirma que

não foi combatente, nem propagandista, tendo exercido tão somente o cargo de intendente. Como tal, efetuou o primeiro pagamento da tropa. Mas, ao receber o dinheiro relativo ao segundo pagamento, resolveu fugir, carregando consigo o dinheiro que recebera. Foi preso em Cruzeiro. É homem de cultura. Doutor em Direito, mas inutilizado pelos horrores da guerra europeia, sofrendo de amnésias prolongadas.⁷³⁷

Os depoimentos de Rodolpho se contrapunham as “amnésias prolongadas” que sofria, citadas na denúncia, pois nos trazem relatos repletos de detalhes e nomes, chegando a indicar uma sequência de cidades de um país que ele havia chegado há pouco tempo.

Em relatório, o delegado diretor do Gabinete de Investigação e Capturas, afirmou que o documento n. 36, com 7 páginas - a terceira listagem de voluntários húngaros com nomes falsos - “constitui a prova provada de uma refinada velhacaria”, na qual o capitão Agid teria simulado a existência de 33 soldados na intenção de embolsar os soldos”.⁷³⁸ No entanto, não sabemos se de fato Agid era o responsável pelo alistamento ou se não conferiu os nomes dos alistados antes de assinar. Inclusive, se compararmos, por exemplo, na primeira folha seu nome que consta na primeira entrada e sua assinatura, elas possuem características diferentes. Mas sobre isso, temos apenas as declarações de um lado dos envolvidos, uma vez que Agid não foi preso.

Sobre o amigo citado na fuga com Rodolpho, “Károly (Carlos) Fekete”, com 29 anos, solteiro, romeno, residente a Rua Vitória, nº 19, declarou

que no dia três de julho combinou com um patrício seu conhecido de nome Gyula Keresztezy de confeccionarem junto um pequeno volume de conversação e gramática, traduzindo um livro em seu poder, edição alemã-portuguesa para o idioma húngaro-português, começando esse trabalho no dia quatro de julho com a intenção de trabalhar todas as noites, tendo, porém, arrebatado no dia cinco de julho a revolução, e o declarante ficado sem trabalho.⁷³⁹

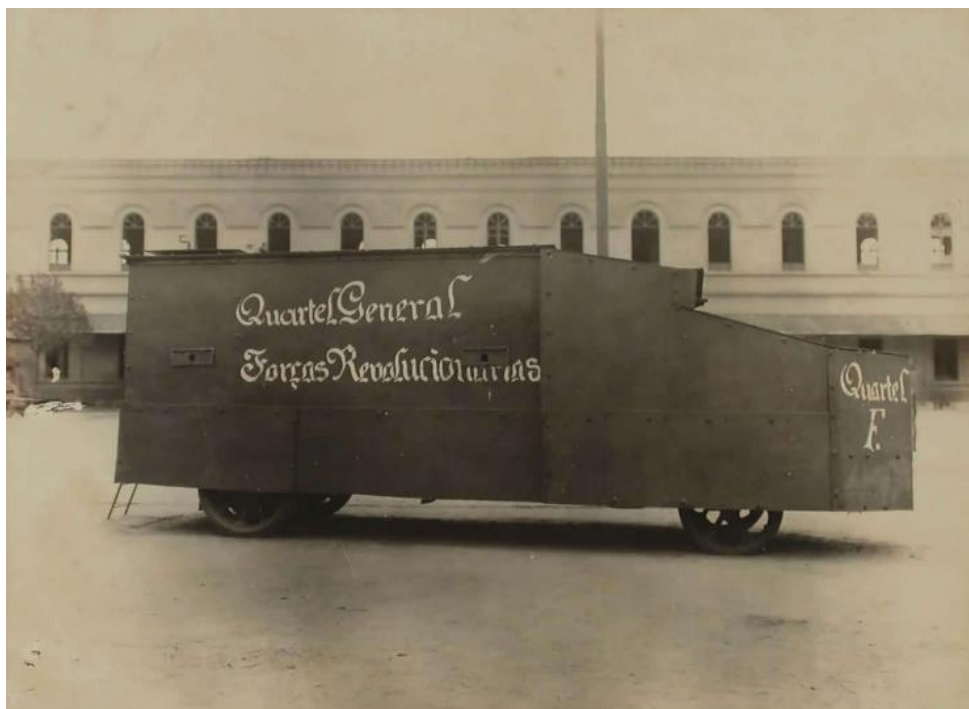
⁷³⁷ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 97.

⁷³⁸ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 317-318. TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 93.

⁷³⁹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 38.

O Gyula citado é, mais uma vez, o proprietário do *Jornal Húngaro* e do restaurante Budapeste. Retomando o caso das bombas descritas por Rodolpho, podemos notar que vários destes estrangeiros envolvidos na Revolta lutaram na Primeira Guerra Mundial e possuíam experiência e importantes conhecimentos específicos de guerra, o que certamente os diferenciavam tecnicamente dos brasileiros. A diversidade das produções bélicas citadas nas declarações, como granadas, bombas e blindados, em meio ao improvisado e a falta de recursos denotam a especialização e experiência destes estrangeiros e o quanto contribuíram de forma extremamente qualificada, não se restringindo aos alemães e húngaros como veremos mais adiante.

Fotografia 11 - Blindado dos revoltosos



Fonte: Arquivo Público Mineiro. **Fundo Arthur Bernardes.** AB-05-4-024(04). “Foto vendo-se a face lateral direita do auto blindado de aço das forças revolucionárias, tomado no Quartel do 1º Batalhão da Força Pública.”

O lavrador “romeno de origem húngara”, de 52 anos de idade, residente na Rua Anastácio, n. 37 (atual rua Nossa Senhora da Lapa), Gyula Chernel retomou em suas declarações alguns pontos anteriormente já abordados, descreveu a retirada da cidade e o término do Batalhão Húngaro. Segundo ele, quando teve início a Revolta encontrava-se desempregado e teve contato com soldados húngaros no dia vinte e dois de julho. Estava ele no ponto final da linha trinta e cinco do bonde, na Lapa, quando chegou de carro Kardos Bela, Faludi e Harmath, e o convidou para acompanhá-los até o local chamado de

“pequena imigração”, na Vila Anastácio, onde pretendiam recrutar operários de diversas profissões e homens para os serviços de policiamento. Ofereciam refeições e de dez a quinze mil réis como diária. Três dias depois do ocorrido, 25 de julho, Chernel se apresentou ao serviço militar. No entanto, quando começou a retirada para o interior do estado tentou desertar, mas foi ameaçado de fuzilamento.

Até que

quando chegaram a estação final (Presidente Epitácio), [...] ele, declarante, o tenente Kardos e o sargento José Szalma, aproveitaram para visitar uns colonos patrícios ali localizados a pouco tempo, em terras compradas a prestações; que esta colônia se chamava “Arpád Falva”⁷⁴⁰; que ele declarante nesta ocasião entregou duzentos mil réis e o seu companheiro Lzalmer cem mil réis, a um patrício a título de sinal, pois desejavam também adquirir um lote de terras naquela colônia, desejando apenas entender-se primeiro com a sua família; declara ainda que, apesar de terem recebido o soldo, os soldados se negaram de prosseguir com os oficiais e que devido a essa circunstâncias, os dois oficiais italianos se zangaram [...], o declarante e os outros soldados foram fechados num círculo formado por tropas nacionais, de armas embaladas e levados a uma baixada, inclusive os oficiais; que ai receberam ordens de depor as armas e as fardas, acontecendo o mesmo aos oficiais; [...] já a noitinha, foram desembarcados, recebendo rancho; que, nesta ocasião aproveitando da escuridão da noite, cada qual, de acordo com a combinação prévia, tratou de evadir-se [...].⁷⁴¹

A “pequena imigração”, citada por Chernel, servia como albergue, em especial para os recém-chegados, e em 1924 abrigou continuamente mais de cem húngaros. Em 7 de julho, chegou a abrigar cento e vinte sete. As condições eram precárias e em uma visita o presidente da Associação Húngara lamentou a morte de 29 húngaros em um mês, vítimas de tifo.⁷⁴² A busca pelo recrutamento daqueles abrigados evidencia o quão necessitados eram os alistados.

Com relação ao desfecho do Batalhão Húngaro, a referência de que em determinado momento o grupo foi desarmado às margens do rio Paraná, na região de Presidente Epitácio, se repete entre os depoimentos. Tudo indica que o que levou o

⁷⁴⁰ A colônia citada, Arpád (Arpádfalva), se localiza em Caiuá, próximo a Presidente Epitácio, na divisa marcada pelo rio Paraná entre os estados de São Paulo e atual Mato Grosso do Sul, próxima a estrada de ferro. Segundo Oliver Onody, encontra-se os primeiros anúncios sobre ela no jornal húngaro em fins de fevereiro de 1924, promovido pela Hans Marth & Ciampolini. O representante húngaro da companhia se encontrava justamente na Rua Santa Ifigênia, n. 73, mesmo endereço do restaurante Budapeste. Inicialmente com 25 famílias, aos poucos a colônia foi se expandindo, atingindo 100 famílias em 1925, 250 em 1930 e 600 em 1934. Tais colonos teriam suas origens em regiões desmembradas da Hungria e anexadas à Romênia e à Iugoslávia, como Transilvânia e Bácska. ONODY, O culto dos santos húngaros no Brasil..., op. cit., p. 148–149.

⁷⁴¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 81-85. Gyulia Chernel publicou um livro de poesias e reemigrou com seus nove filhos em 1929. BOGLÁR, op. cit., p. 90.

⁷⁴² BOGLÁR, op. cit., p. 80.

comando a tal atitude foi o desejo entre os húngaros de deserção. No entanto, há ainda o caso da fuga de Rodolpho com o dinheiro do batalhão, fato que não sabemos se ficou conhecido pelo comando e se acabou por influenciar em tal decisão. Antes disso, na publicação de nº 2 de *O Libertador*, em 7 de agosto na cidade de Assis, consta a organização das tropas revoltosas naquele momento. Em um trecho, podemos ler: “Esquadrão da Cavalaria Húngara. Comando: cap. Maximiliano Agid.”⁷⁴³

Segundo o depoimento do indiciado João Thaller, austríaco, com 24 anos, solteiro, ferroviário, residente em Candido Motta, na linha da Sorocabana, entre Palmital e Assis, este

chegou ao Brasil, como imigrantes espontâneo, em 10 de janeiro de 1923 [...] passando os revoltosos por aquela localidade a 2 de agosto, engajou-se a serviço dos mesmos e isso por lhe faltar recursos, que já escasseavam; que entrou para o batalhão húngaro, que acompanhava os rebeldes, conhecendo vários oficiais, cujos nomes não se recorda, lembrando-se apenas do Capitão Maximiliano Agid; que seguiu com o batalhão húngaro até o fim da Linha Sorocabana, sendo os mesmos soldados desarmados e presos, permanecendo o declarante detido num vagão até a chegada do capitão Kuhn; que este o levou para o batalhão alemão, tomando o declarante parte no combate do Campo Japonês, sendo-lhes dada a incumbência do transporte das munições para as metralhadoras [...].⁷⁴⁴

Sendo assim, o envolvimento húngaro na Revolta se estendeu um pouco mais no tempo, mesmo com o fim do batalhão específico de tal nacionalidade, sendo Thaller o único húngaro preso no combate em Campo Japonês, que, como já dito anteriormente, acabou com o aprisionamento de diversos alemães.

Com relação ao Batalhão Italiano, este foi organizado por Lamberti Sorrentino juntamente com Aldo Mario Geri e Ítalo Landucci. Conforme foi possível verificar, Sorrentino, durante a Primeira Guerra Mundial, serviu como voluntário no Arditi, espécie de tropa de assalto do Exército Real italiano, e integrou o grupo liderado por Gabriele d’Annunzio que buscava anexar Fiume (atual Rijeka, na Croácia). Enquanto oficial, conheceu Luigi Bakunin, neto de Mikhail Bakunin, conhecido filósofo e revolucionário anarquista. No período, enquanto correspondente do Jornal *Roma*, tentou emigrar para o

⁷⁴³ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 286-288.

⁷⁴⁴ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 212.

Congo Belga, mas acabou vindo para São Paulo em 1923. Na capital paulista, antes da Revolta, foi redator do *La Tribuna Italiana* e do jornal *Il Piccolo*.⁷⁴⁵

Conforme a denúncia e depoimentos do processo, Sorrentino esteve em julho de 1924 no Consulado italiano em São Paulo para buscar apoio e justificar a criação do Batalhão Italiano, no entanto, foi expulso do local pelo Cônsul. Também esteve na redação do jornal *Il Piccolo*, fardado e à frente de um grupo de 50 homens a cavalo, buscando mais adesões.⁷⁴⁶

Arthur Frippa, com 42 anos, italiano de Bologna, jornalista e diretor do *Il Piccolo*, residente na rua Jaceguai, nº 23, declarou:

que desde o início da revolução Lamberti Sorrentino não apareceu na redação do *Il Piccolo*, o que só fez no dia vinte e dois de julho, dizendo ao depoente que não apareceu antes por ter estado enfermo; que Sorrentino nessa ocasião apresentava-se com a cabeça enfaixada [...] manifestou o desejo de se alistar as hostes revolucionárias, pedindo conselho ao depoente que incontinentemente manifestou a sua desaprovação, dizendo a Sorrentino que se de fato estava resolvido a se imiscuir no movimento revolucionário, que desde aquele momento se considerasse desligado da redação [...]; que depois disso só viu Sorrentino uma vez, fardado, que foi à presença do depoente, queixar-se contra o modo por que foi recebido pelo cônsul italiano que o havia maltratado quando o procurara para lhe explicar quais os fins da organização do Batalhão Italiano, de que se incumbiu [...] que algum tempo depois, uns três dias talvez, passou pela redação do “Il Piccolo”, durante o dia, uma força de cavalaria composta de uns cinquenta homens, dentre os quais o depoente reconheceu Lamberti Sorrentino e Mario Geri, ambos fardos de oficial, parecendo ao depoente que eram os comandantes da referida força [...].⁷⁴⁷

Germano Borba, com 47 anos, italiano de Turim, solteiro, jornalista, residente a rua Antonio de Godoy, nº10, por sua vez confirmou o declarado pelo diretor do jornal e acrescentou que pela manhã do dia 22, Lamberti Sorrentino, “fardado de tenente e municiado, apareceu na redação do *Il Piccolo* onde manteve acalorada discussão com Arthur Frippa, procurando por todos os meios que este último, pelas colunas de seu jornal, concitasse a colônia italiana a pegar em armas”.⁷⁴⁸

⁷⁴⁵ AA.VV., **Bakunin cent’anni dopo**. Atti del convegno Internazionale di studi bakuniani. Milano: Edizioni Antistato, 1977, p. 58. Está no Rio um Jornalista italiano que tomou parte na revolução de 1924 em São Paulo. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 1 jan. 1931, p. 9. COLITTI, Giuseppe. **Centro Studi e Ricerche del Vallo di Diano**. Uomini Illustri di Sala Consilina.

http://www.centrostudivalloiddiano.it/document/uomini_illustri_di_sala_consilina?catid=cf0a3d9b4ba64d3f98d5028eaece3740 Acesso em 11 jul. 2020. Quem são eles... **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 25 abr. 1925, p. 1 e 3. Biografias dos artistas de “amanhã é outro dia”. **Correio Paulistano**, São Paulo, 2 jul. 1953, p. 14.

⁷⁴⁶ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 109. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 330-362.

⁷⁴⁷ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 330 e 331.

⁷⁴⁸ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 339.

Pedro de Alcantara Tocci, outro citado enquanto liderança do Batalhão Italiano, tomou a estação radiotelefônica junto com Waldomiro Rosa. Tocci era advogado e, segundo a denúncia baseada em declarações do capitão Índio do Brasil, foi orador dos rebeldes, trabalhando na transmissão de discursos revoltosos. "Prestou grandes serviços redigindo manifestos, falando nas praças públicas no Brás, e irradiando discursos radiográficos, andando armado de revólver e cheio de aparato".⁷⁴⁹

Dentre os apontados enquanto frequentadores das reuniões de planejamento, o único que não pertencia ao Exército ou à Força Pública de São Paulo era Waldomiro Rosa, auxiliar de caixa do banco Ítalo-Belga e sócio do major Miguel Costa em uma fábrica de cigarros. Na Revolta, auxiliou na tomada da estação radiotelefônica de Dias Carneiro & Cia, localizada na Rua 7 de Abril, no centro da cidade, e acompanhou os revoltosos em retirada com o posto de capitão.⁷⁵⁰

Segundo relatório do diretor do Gabinete de Investigações e Capturas, datado de outubro de 1924, Waldomiro tinha uma irmã (não nomeada no relatório), casada com José Victor Buccioni, contador no mesmo banco Ítalo-Belga. Buccioni comunicou ao Gabinete que Waldomiro, junto de seu irmão Leocádio, tinha desaparecido desde a Revolta, mas que o cunhado nunca havia se manifestado à respeito e que trabalhou no banco até dia 15 de julho. Por sua vez, Luiz Antonio da Rocha, concunhado de Leocádio, cunhado e vizinho de Waldomiro, disse que este último costumava reunir em sua casa vários militares e mulheres, "uma moça que pelos traços que lhe foram descritos parece ser a aviadora Anésia Pinheiro Machado, e outras".

Segundo o último depoente, as reuniões eram feitas em frente ao quartel da Guarda Cívica e que eram frequentadas por civis ou por "oficiais à paisano". Um outro vizinho de Waldomiro, em depoimento, confirmou também ter visto as ditas reuniões, na "travessa do Hospício", atual rua Frederico Alvarenga, onde se localizava o quartel da

⁷⁴⁹ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 79 e 85. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 11, f. 173.

⁷⁵⁰ TJSP. **Sucessos Subversivos de São Paulo**. Denúncia apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 1ª Vara de São Paulo pelo Procurador Criminal da República, em comissão no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 85. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 33, f. 272; vol. 35, f. 364.

Guarda Cívica, prédio que até 1903 abrigou o Hospício dos Alienados, motivo da antiga nomenclatura da rua.⁷⁵¹

Maria do Carmo Rocha Rosa, esposa de Waldomiro, por sua vez, declarou “que antes da revolução nunca houve reunião de oficiais em sua casa”. Disse ainda que seu marido havia abandonado o emprego no banco para seguir com os revoltosos, juntamente do irmão Leocádio, sendo muito amigo de vários oficiais da Força Pública, dentre eles do tenente Thales Marcondes e do major Miguel Costa, com quem tinha uma fábrica de cigarros em sociedade.⁷⁵² Maria do Carmo ao negar a existência das reuniões em sua casa certamente tentava proteger a si mesma no inquérito. Os dois oficiais citados por ela como amigos de Waldomiro foram de extrema importância para a articulação dos planos da Revolta, nos quais ele estava inserido. O major Miguel Costa enquanto liderança do movimento e o tenente Thales, que fazia propaganda do movimento entre os membros da Força Pública desde abril de 1924. Segundo depoimentos do capitão Índio do Brasil, e de outros oficiais da Força Pública, Waldomiro também frequentava as reuniões que havia na casa de Miguel Costa.⁷⁵³

Conforme o testemunho do argentino Ramon Aton, técnico da estação radiotelefônica da casa Dias Carneiro & Cia, ele foi obrigado pelos revoltosos a fazer os aparelhos funcionar, sendo ali “irradiados discursos proferidos por um indivíduo de grande cabeleira, de nome doutor Tocci e pelos irmãos Leocádio e Waldomiro Rosa”. O tenente da Cavalaria da Força Pública Mario Rangel, por sua vez, afirmou que nos dias de Revolta viu “um indivíduo de cabeleira, que soube ser o dr. Alcantara Tocci, que era o secretário do major Miguel Costa”. A cabeleira foi uma marca de Tocci, citada inclusive por Graciliano Ramos posteriormente.⁷⁵⁴

Dentre os documentos que foram apreendidos pela polícia no Quartel da Luz, há

uma lista com três nomes de pessoas que pretendiam se alistar na “Legião dos Patriotas”, tendo a assinatura “Alcantara Tocci”. O primeiro dos patriotas é um

⁷⁵¹ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 363; vol. 33, f. 268-269. MEZZALIRA, Isabel Maria Alves; FLANDOLI, Ornella Regina. O Hospício de Alienados da província de São Paulo. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.º 51, dez. 2011. Rua Frederico Alvarenga. **Dicionário de Ruas**. Disponível em <https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/logradouro/rua-frederico-alvarenga> Acesso em 30 de julho de 2022.

⁷⁵² APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 33, f. 274-275.

⁷⁵³ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 1, f. 43-71; vol. 33, f. 296.

⁷⁵⁴ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 33, f. 266; vol. 11, f. 126. RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. 46ª Edição. Editora Record: Rio de Janeiro, 2013, p. 97 (Formato ePub).

austriaco o segundo um alemão e o terceiro também alemão. O doc. de fls. 302 a 303 é um manifesto aos operários, assinado “O Partido do Trabalho”.⁷⁵⁵

Acerca do referido partido, há anexado ao processo o *Manifesto aos operários do Partido do Trabalho*, datado de 23 de julho de 1924, que afirmava o seguinte:

O momento porque vai passando o Brasil inteiro, com as forças revolucionárias aquarteladas brilhantemente, em S. Paulo, com elementos militares e civis da mais alta valia, determinou que desde o início da Revolução também o operário prestasse o seu concurso, porque o problema militar se desdobra e se consolida com o amplo problema social. Para a garantia da hora certa, da melhoria dos salários, da instrução, do amparo às crianças e às mulheres, minorando moral e economicamente a vida do trabalhador na luta contra a carestia no geral e contra as pretensões descabidas do capitalismo sem entranhas e explorador. Assim pois, o Partido do Trabalho desvanecido com os operários que já atenderam o seu apelo, dos que sempre apoiaram esse movimento redentor, - pede e insiste de que os operários compareçam ao Quartel-General das Forças Revolucionárias, a avenida Tiradentes, a fim de prestarem os seus serviços civis e militares e com toda a urgência.⁷⁵⁶

É possível notar no manifesto acima, possivelmente escrito por Tocci, uma tentativa de aproximação dos revoltosos com os operários da cidade, bem como um discurso político que se opõe ao capitalismo. O advogado italiano acompanhou as tropas revoltosas em retirada e posteriormente se exilou em Buenos Aires, regressando ao Brasil em dezembro de 1930. Conforme declarou em entrevista ao jornal *A Crítica*, enquanto esteve em Buenos Aires:

Nós queríamos e continuamos querendo a mais absoluta liberdade de sufrágio, a liberdade de imprensa, a liberdade de pensamento, da cátedra e do livro; direitos civis e políticos à mulher; nacionalização da produção, fracionamento da propriedade rural; a eliminação da política dos empréstimos; organização de mercados de consumo sobre princípios do cooperativismo; legislação do trabalho; transformação dos métodos educacionais; etc.⁷⁵⁷

Tocci esteve presente no I Congresso Nacional Revolucionário, convocado pela matriz carioca da Legião Cívica 5 de Julho, que ocorreu no Rio de Janeiro de 15 a 25 de novembro de 1932, no qual, ao seu final, foi fundado o Partido Socialista Brasileiro e integrou o Conselho Diretor da Legião Cívica 5 de Julho, de São Paulo, fundada em 1º de novembro de 1932, em apoio ao Governo Provisório.⁷⁵⁸

⁷⁵⁵ STF. Sucessos Subversivos de São Paulo. Julgamento da Apelação..., op. cit., p. 246-247.

⁷⁵⁶ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 29, f. 249.

⁷⁵⁷ Como Alcantara Tocci – o boêmio da Revolução – falou sobre a situação econômica e política do Brasil. *A Crítica*, Rio de Janeiro, 2 dez. 1928, p. 1. Regressou a S. Paulo o dr. Alcantara Tocci. **Diário Nacional**, São Paulo, 7 dez. 1930, p.1.

⁷⁵⁸ KAREPOVS, Dainis. PSB-SP: Socialismo e tenentismo na Constituinte de 1933-34. **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 13, n. 16, p. 169–198, 2006, p. 171 e 196. ARAUJO NETO,

Com a retirada das tropas revoltosas da cidade de São Paulo, Sorrentino junto ao batalhão por ele comandado ajudou a ocupar Bauru, no interior do estado⁷⁵⁹, e seguiu para Foz do Iguaçu.

Tomou parte nos combates de Três Lagoas, do Porto de Tibiriçá, no rio Paraná, onde perdeu 17 homens, a esse tempo já com os galões de capitão e fazendo parte do estado-maior do general João Francisco. Resolvida a internação na Bolívia, a Legião Italiana, que contava, apenas 19 homens, de 71 legionários, abandonou armas e homiziou-se na Argentina. Seu comandante que em São Paulo em 1924, era redator do “Gicolo”, entrou no corpo de redação da “La Nación”, onde escreveu vários artigos sobre a Revolução Brasileira.⁷⁶⁰

O “Gicolo” é na verdade o *Il Piccolo*. Embora Sorrentino tenha se retirado para Argentina⁷⁶¹, outros continuaram na marcha da Coluna Prestes ao longo do território brasileiro, como os casos de Ítalo Landucci, já citado e apontado em fotografia do comando da Coluna, e de Alcantara Tocci, que em março de 1925 enviou a Luiz Carlos Prestes uma carta oferecendo soldados estrangeiros.⁷⁶²

Adalberto Coutinho. O Socialismo tenentista: a Legião Cívica 5 de Julho de São Paulo. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, nº 48, jun. 2011.

⁷⁵⁹ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 191.

⁷⁶⁰ Está no Rio um Jornalista italiano que tomou parte na revolução de 1924 em São Paulo. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 1 jan. 1931, p. 9.

⁷⁶¹ Sorrentino, em Buenos Aires, casou-se com Susy, filha do anarquista Emilio Zuccarini. Depois de sua passagem pela Argentina, onde também fez parte da redação de “Patria degli Italiani” e foi chefe do “Il Mattino d’Italia”, Sorrentino voltou para a Itália como correspondente dos jornais italianos publicados em Buenos Aires. Realizou atividades jornalísticas na Etiópia e Espanha. Em meio à Segunda Guerra Mundial, participou como correspondente nas campanhas da Líbia, Albânia, Grécia e Rússia, sendo um dos primeiros jornalistas “a ir pessoalmente para a retaguarda e para os campos de batalha”. Foi capturado pela Gestapo e detido no campo de concentração de Mauthausen, sendo libertado em 1945. No pós-guerra, Sorrentino escreveu para grandes jornais italianos, foi correspondente no Oriente Médio e Canadá, escreveu livros e teve também experiência no cinema com “Domani è un altro giorno” (Amanhã é outro dia), dirigido por Léonide Moguy (1951). Quatro edições do prêmio jornalístico “Chroniclers of War” foram em sua homenagem e atualmente existe o Prêmio Nacional de Jornalismo “Lamberti Sorrentino – repórteres de guerra”, criado em 1995. Biografias dos artistas de “amanhã é outro dia”. **Correio Paulistano**, São Paulo, 2 jul. 1953, p. 14. LEVI, Primo; BENEDETTI, Leonardo de. **Assim foi Auschwitz: Testemunhos 1945-1986**. Organização Fabio Levi e Domenico Scarpa; Tradução de Federico Carotti. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. CORSI, Ermanno. **Aspettando Capri**. Napoli: Guida, 2003. COLITTI, Giuseppe. **Centro Studi e Ricerche del Vallo di Diano**. Uomini Illustri di Sala Consilina.

http://www.centrostudiodivalloidiario.it/document/uomini_illustri_di_sala_consilina?catid=cf0a3d9b4ba64d3f98d5028eaece3740 Acesso em 11 jul. 2020. Vallo Web. **Per due giorni Sala Consilina capitale dei giornalisti di guerra**. http://www.valloweb.com/view_news.php?id_notizia=2994 e http://www.casertanews.it/economia/art_20080703074732.html Acesso em 11 jul. 2020.

⁷⁶² “Como talvez não ignore, tenho como sempre desde S. Paulo, muita confiança na ajuda para a Revolução de elementos estrangeiros, que aliás nos prestaram, com pequenas exceções, os melhores serviços. [...] Por isto que consulto se lhes convém aí uns 150 soldados dos melhores, entre alemães, austríacos e uns poucos italianos. Entre eles há uns que fabricam granadas, outros que são ótimos soldados de fuzis e metralhadoras [...]” CPDOC/FGV. Fundo Juarez Távora. **Carta de Alcantara Tocci para Luiz Carlos Prestes**. 3 de março de 1925.

De modo geral, podemos notar que os organizadores do Batalhão Italiano aqui citados, estavam conectados de algum modo com jornal *Il Piccolo* ou com Banco Ítalo Belga, seja por conta do trabalho que exerciam nestes espaços ou por relações de sociabilidade com os que trabalhavam nesses locais.

Assim como nos outros dois batalhões estrangeiros, o Batalhão Italiano continuou a ter incorporações ao longo da retirada pelo estado de São Paulo, como foi o caso de Luiz Temporeli, suíço, de vinte e seis anos e oleiro. Este afirmou “que residia em Presidente Wenceslau quando as tropas revoltosas por ali passaram e já estando a ela incorporados vários companheiros de serviço, arrebanhados em Santo Anastácio, os quais concitaram o declarante a acompanhá-los”.⁷⁶³

O Batalhão Italiano foi apontado na documentação como o menor dos três compostos por estrangeiros, o que é curioso por ser a nacionalidade que mais ingressava no estado naquele período. No processo judicial há apenas nove depoentes italianos, e de modo geral ao longo de todo volume 35 do processo, dedicado ao envolvimento estrangeiro, os depoimentos afirmam que o Batalhão Italiano tinha algo em torno de 60 integrantes, sendo a maioria deles italianos, mas possuindo ainda outras nacionalidades, inclusive brasileiros. Destes, por estarem envolvidos também com a organização do movimento operário, muitos foram presos antecipadamente à eclosão do movimento.

Por outro lado, os italianos contavam com redes de solidariedade que, como aponta a historiografia do Mundos do Trabalho, se encontravam mais bem estruturadas em sociedades de auxílio mútuo e em sindicatos. Isso pode ter contribuído para que estes escapassem da polícia e do processo judicial. Ou ainda, por se misturarem as fileiras de brasileiros, acabaram mais próximos da segurança que cercava as lideranças do comando militar. Vale lembrar que, pelo fato da imigração italiana no Brasil ser mais antiga quando comparada à dos húngaros e alemães, provavelmente os brasileiros que compunham o referido Batalhão representavam uma segunda geração, eram filhos de italianos nascidos no Brasil. No entanto, o fato de a polícia ter conseguido apreender documentação produzida pelos Batalhões Húngaro e Alemão permitiu termos uma maior noção de sua organização e de seus envolvidos, fato que não ocorreu com o Batalhão Italiano.

⁷⁶³ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 222-223.

5.3 Os “mercenários” estrangeiros

O trecho que aborda o envolvimento de estrangeiros na denúncia do processo judicial foi dividido em quatro partes: uma para cada Batalhão (Alemão, Húngaro e Italiano), onde há referência aos principais envolvidos, e uma quarta parte intitulada “mercenários estrangeiros”. Nesta última, são listados 58 homens identificados enquanto coautores e que integraram, em sua maioria, os Batalhões Estrangeiros.⁷⁶⁴ O que os caracteriza, para serem incluídos nesta quarta listagem, é o fato de serem subalternos na hierarquia militar. A utilização do termo “mercenário”, busca se aproximar da ideia de que estes soldados se alistaram em um exército estrangeiro apenas pelo interesse financeiro ou em busca de vantagens materiais, não existindo lealdade, patriotismo ou qualquer tipo de compromisso.

Um destes casos foi o do aviador tchecoslovaco Carlos Herdler, que realizou voos à Sorocaba e à Santos com a finalidade de verificar o posicionamento de forças governistas e lançar boletins revoltosos. Em uma viagem com destino ao Rio de Janeiro com a mesma finalidade e acompanhado do tenente Eduardo Gomes, acabaram por aterrissar em Cunha. Posteriormente, no avião que conduziam, foi encontrada uma bomba de dinamite, que seria lançada sobre o Palácio do Catete, e jornais de São Paulo, que descreviam os últimos acontecimentos, em uma tentativa de romper com a censura governista.⁷⁶⁵

Conforme as declarações de Herdler, ele estava no Bar Progresso, onde era proprietário, na rua do Triunfo, quando apareceram por lá dois oficiais que o interrogaram se entendia de aviação, o que respondeu ser aviador e mecânico. Os oficiais o conduziram para um campo em Santana, certamente o Campo de Marte, onde o fizeram realizar um pequeno voo. No dia seguinte, através de um intérprete, os revoltosos lhe disseram que deveria conduzir um avião até o Rio de Janeiro e que receberia o pagamento de dez contos de réis. Disse que ao ver ser impossível recusar, aceitou com a ideia de não chegar ao destino, pois acreditava que lá chegando seriam bombardeados e não iria sacrificar a sua vida por este dinheiro. No trajeto ao Rio, quando arranhou um lugar que julgou apropriado, desligou o motor sem que Eduardo Gomes percebesse. Ao aterrissarem, o tenente se

⁷⁶⁴ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 88-109.

⁷⁶⁵ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 86-87. STF. Sucessos Subversivos de São Paulo. Julgamento da Apelação..., op. cit., p. 257-258. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 1, f. 201-204.

despediu, disse que desse um jeito de voltar a São Paulo e lhe pagou seiscentos mil réis.⁷⁶⁶ Embora o depoimento de Herdler induzisse a ideia de que se envolveu coagido, “sendo impossível recusar”, se entrecruza o pagamento que recebeu de Eduardo Gomes, o que o levou a ser apontado enquanto mercenário.

A expressão “mercenários estrangeiros” também foi explorada pela imprensa para criar uma perspectiva negativa do envolvimento imigrante, principalmente dos alemães, húngaros, russos e outros oriundos do leste europeu, como podemos notar no caso abaixo, publicado no *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP)⁷⁶⁷:

O crime dos homens que invadiram S. Paulo assume proporções de um verdadeiro e brutal assalto, a que não faltou a ignóbil colaboração de mercenários estrangeiros – uma quadrilha de matadores, que, a soldo generoso, se propuseram a saquear e a arrasar [...].⁷⁶⁸

Acima é notório o reforço da construção dos “alienígenas” “indesejáveis”. Na mesma publicação, o jornal descreveu o caso de Rodolpho Eisinger, encarregado do pagamento do Batalhão Húngaro que fugiu com o dinheiro. Incluiu a foto de seu rosto, detalhou ainda os valores dos pagamentos e complementou:

[...] o chefe dos bandoleiros mandou dar 100\$ aos feridos, para incentivar a abominável tropa. [...] o “pagador” recebia de Isidoro a quantia de 18:700\$000. Desse dinheiro ele deu 3:000\$000 para um jornal húngaro de propaganda, que estava em projeto, tendo também feito encomenda a alemães de bombas, granadas e até ao que se diz, de gazes asfixiantes [...].⁷⁶⁹

O caso das bombas planejadas pelos revoltosos foi também explorado para demonstrar a “periculosidade” e o desrespeito que tinham estes estrangeiros para com a população brasileira. O jornal carioca *Gazeta de Notícias*⁷⁷⁰ elaborou uma grande reportagem que se iniciava na primeira página retratando vários casos ocorridos. Trazia, ao abordar o caso das bombas, a imagem da solicitação de materiais necessários e o esquema do dispositivo enviado ao general Isidoro apreendidos pela polícia.

⁷⁶⁶ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 21, f. 62-64; vol. 35, f. 213.

⁷⁶⁷ COHN, Amélia. *Correio Paulistano*. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-paulistano> Acesso em 08 out. 2022.

⁷⁶⁸ Quadrilha de Mercenários: os batalhões alemão e húngaro. **Correio Paulistano**, São Paulo, 12 ago. 1924, p.1.

⁷⁶⁹ Quadrilha de Mercenários: os batalhões alemão e húngaro. **Correio Paulistano**, São Paulo, 12 ago. 1924, p.1.

⁷⁷⁰ Criminosos de lesa-pátria. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 ago. 1924, p. 1. LEAL, Carlos Eduardo. *Gazeta de Notícias*. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/gazeta-de-noticias> Acesso em 08 out. 2022.

A mesma reportagem, ainda tratava dos russos Nicolau Kisselew e Nicolau Kotsehetoff que trabalharam na Revolta sob o comando de Manoel Garcia Senra. Este último era espanhol nascido em Potevedra, em 28 agosto de 1887, filho de José Garcia e Rosa Senra Garcia.⁷⁷¹ José e o seu filho mais velho, Lisardo Garcia Senra, teriam vindo ao Brasil primeiro, na última década do século XIX.

Como muito dos espanhóis imigrantes radicados em São Paulo se estabeleceriam na região de Catanduva e pelo oeste paulista. Segundo os mesmos relatos, foi com o dinheiro enviado do Brasil, que Manoel Garcia Senra se formara “engenheiro” e depois disso tomaria o caminho da imigração. [...] Do profissional o mais significativo dos documentos, são as plantas de seu projeto para a Vila Aurora, datadas de 23 de novembro de 1923 e entregues pelo proprietário do terreno, Gabriel Perez Brú.⁷⁷²

Conforme a denúncia, em julho de 1924, Manoel era superintendente das oficinas da São Paulo Railway e, quando as estradas de ferro foram ocupadas pelos rebeldes, ele passou a auxiliá-los na fabricação de carros blindados, não integrando nenhum dos três Batalhões Estrangeiros.⁷⁷³

Em fotografia anexa ao processo⁷⁷⁴, que foi apresentada aos russos Nicolau Kisselew e Nicolau Kotsehetoff, eles afirmaram reconhecer que o homem em questão era o engenheiro Manoel Garcia Senra, que havia construído o trem blindado dos revoltosos nas oficinas da São Paulo Railway, e que os convidou para trabalhar “como oficiais”.⁷⁷⁵ Conforme depoimento dos dois, Garcia morava na rua 15 de Novembro, número 61, e entrou em contato com eles no Café Toledo, localizado na mesma rua. Quando questionado se seria um serviço para os militares revoltosos, ele negava. Manoel Garcia dizia, segundo os russos, que seria um trabalho civil na Estação da Luz e que por estarem desempregados aceitaram. Kotsehetoff ainda disse que nunca esteve no Quartel da Luz e que nada tinha a ver com os carros blindados lá construídos.⁷⁷⁶

⁷⁷¹ APESP. Deops. **Prontuário de Manoel Garcia Senra**. Nº 78.101. Datado de 5 de agosto de 1947 por atividade “comunista”.

⁷⁷² CRISTOFI, Renato Brancaglione. **O Orientalismo arquitetônico em São Paulo (1895-1937)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 145–146.

⁷⁷³ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 112.

⁷⁷⁴ A fotografia localizada no processo está colada em uma folha com o cabeçalho da Seção de Identificação do Gabinete de Investigações e Capturas. Junto a foto lê-se: “Fotografia tirada em 29-2-24”. Na parte inferior da mesma folha lê-se: “Fotografia de Manoel Garcia Senra, reproduzida da cópia constante no registro civil nº 111.355 da Seção de Identificação”. No IIRGD o nome de Manoel Garcia Senra consta nos livros de índices, mas sua ficha não foi localizada.

⁷⁷⁵ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 19, f. 99-101.

⁷⁷⁶ APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 165-168.

Os russos não afirmaram que se conheciam antes, ou se tinham sido abordados juntos, o que nos abre a possibilidade em pensar que talvez o Café Toledo também fosse um lugar de recrutamento destes estrangeiros, bem como o restaurante Budapeste.

Muito embora, assim como os envolvidos de outras nacionalidades, os russos argumentassem terem se juntado aos revoltosos por buscarem condições de sobrevivência e que prestaram apenas trabalhos não militares ao movimento, tais participações foram exploradas pelo jornal *Correio Paulistano*, defensor da oligarquia paulista, com o intuito de criar uma perspectiva negativa da Revolta e de suas lideranças, que financiaram “mercenários estrangeiros” contra o seu próprio povo⁷⁷⁷. Embora se soubesse das diversas nacionalidades dos envolvidos nos Batalhões Estrangeiros, foram citados apenas húngaros e russos. Por serem grupos menores de imigrantes (a título de comparação, no ano de 1924 registrou-se no Porto de Santos a chegada de 866 húngaros, 219 russos e 10.443 italianos), estas duas nacionalidades foram exploradas na construção do “mito da ameaça estrangeira”⁷⁷⁸, acrescentando aos russos o fator de serem oriundos da Rússia soviética.

Comparados aos húngaros, os russos tiveram participação em bem menores proporções. Apenas dois, Demetrio Nazarenko e Ernesto Urbschat, foram indiciados enquanto “russos”, muito embora em suas declarações Demetrio tenha declarado ser de Kiev, Ucrânia (que no período integrava a União Soviética), e que seguiu com os revoltosos até Bauru, onde encontrou no Batalhão Húngaro um judeu que falava russo, de nome Lembuszki, que estava à paisana e que se dizia enfermeiro. Afirmou ainda que em Porto Tibiriça, o Batalhão Húngaro foi desarmado e ele e outros passaram para um batalhão brasileiro, onde havia oitenta italianos. José Kolski, tchecoslovaco, 27 anos, comerciante, residente na rua Eça de Queiroz, 75, em seu depoimento afirmou que seguiu

⁷⁷⁷ “Nenhuma das misérias morais do general Isidoro Dias excede em gravidade ao crime de comprar estrangeiros para o assassinato de brasileiros. Com dinheiro roubado a brasileiros, o caricato governo provisório pagou estrangeiros, que combateram, no meio de alguns soldados do Exército Nacional [...]. O governo provisório não recuou diante do crime nefando de fardar, entre soldados do Exército Nacional, centenas de húngaros e de russos, recém-chegados ao Brasil, para o espingardeamento de brasileiros, que defendiam a legalidade em sua pátria. A cultura moral de Isidoro Dias mede-se por esse ato: ele pagou húngaros e a russos, ainda na Hospedaria dos Imigrantes, a tarefa negra de combater brasileiros, que defendiam o governo de sua terra” Crime de lesa-pátria. *Correio Paulistano*, São Paulo, 05 ago. 1924, p.1.

⁷⁷⁸ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 87-131.

para o Mato Grosso juntamente de um russo, “que servia de intérprete dos estrangeiros, o qual pereceu afogado no Rio Paraná quando tomava banho”.⁷⁷⁹

Podemos notar que o Estado e parte da imprensa mobilizou a participação de estrangeiros na Revolta de 1924 para reforçar a ideia do perigo que os “indesejáveis” ofereciam. Destacava-se o medo da burguesia de que houvesse o espalhamento dos ideais promovidos pela Revolução Russa, a exemplo de José Carlos Macedo Soares, presidente da Associação Comercial de São Paulo, que diante do bombardeio que realizavam as forças legais sobre a cidade, advertiu em carta ao general Sócrates, comandante das forças governistas, que por conta de tal atitude “os operários agitam-se já e as aspirações bolchevistas manifestam-se abertamente. Será mais tarde pelos sem trabalho tentada com certeza a subversão da ordem social”.⁷⁸⁰

Em outra perspectiva, buscando explorar os outros perigos que ofereciam estes estrangeiros, em abril de 1925, o jornal *Gazeta de Notícias* publicou, inclusive em fac-símile um documento apreendido escrito pelo jornalista italiano Lamberti Sorrentino, que inicialmente era dirigido ao jornal *Patria degli Italiani*, de Buenos Aires. No texto enviado, em um subtítulo “A dissolução da Campanha Alemã”, ele informava que na cidade de Britânia, Goiás:

desertaram para o Paraguai setenta dos restantes do ex-batalhão alemão, que magníficos serviços prestaram à revolução, deixando em vários campos de luta cerca de cem mortos, inclusive cinco oficiais. O batalhão alemão era comandado pelo capitão Kuhn, corajosíssimo idealista que, na Alemanha, foi o autor do atentado a Rathenau. Os motivos da deserção devem ser procurados no fato de não ter podido o capitão em virtude de dificuldades logísticas, satisfazer compromissos assumidos, por contrato, com a sua milícia. O capitão Kuhn comandava todas as tropas que combateram na batalha de Três Lagoas.⁷⁸¹

O caso do assassinato do Ministro das Relações Exteriores Walther Rathenau, judeu e democrata, em junho de 1922, marcou o início de uma série de atentados praticados pela extrema direita alemã. Não foi possível verificar se Arnaldo Kuhn realmente teve envolvimento com o caso, se, a partir de uma acusação tão grave, teria

⁷⁷⁹ TJSP. Sucessos Subversivos de São Paulo. Denúncia..., op. cit., p. 103 e 104. APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 35, f. 121, 228-232, 372. Nazarenko foi apresentando a Álvaro Ribeiro, “governador” de Campinas, juntamente com Armando Rizzo e Paschoal Mascella, por Angelo Candia, “governador” de Socorro em 16 de julho de 1924. Trabalhou no policiamento de Campinas, seguiu com os revoltosos, mas acabou preso no Mato Grosso. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927, vol. 61, f. 166.

⁷⁸⁰ DUARTE, op. cit., p. 179–180.

⁷⁸¹ Quem são eles...*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 25 abr. 1925, p. 1 e 3.

conseguido sair da Alemanha e vindo para o Brasil. No entanto, tal informação também foi utilizada para apontar o tipo de gente e o quão perigosos eram os tais estrangeiros contratados por Isidoro.

Segundo Carlos José Ferreira dos Santos, esperava-se que os imigrantes tivessem um comportamento regrado, moralizado, disciplinado e civilizado,

por estarem supostamente “motivados” e por serem originários do continente idealizado como exemplo. [...] o ideário de europeização e branqueamento confunde-se com o da exploração do trabalho e a perspectiva de consolidar a dominação por parte dos grupos mais abastados. O oposto às expectativas criadas, “os inconscientes” (nacionais ou europeus que não se subordinavam) deveriam ser desqualificados ou omitidos, isto é: marginalizados, excluídos e mesmo afastados da Paulicéia que buscava europeizar.⁷⁸²

Não atoa os estrangeiros condenados no processo receberam, segundo o último acórdão, de 1929, punições maiores do que as dos militares outrora considerados cabeças do movimento, quatro anos de reclusão para os estrangeiros enquanto os militares receberam dois anos.⁷⁸³

A análise das trajetórias de alguns estrangeiros indiciados no processo descortinou alguns dos espaços de sociabilidade desenvolvidos por estes imigrantes e que acabaram sendo utilizados para angariar forças para os revoltosos, como os casos do restaurante Budapeste e do Café Toledo. Foi possível notar a recorrência de bairros e a regiões específicas da cidade, além dos contatos familiares e de vizinhança. Foram identificadas também sociabilidades nos espaços de trabalho, como nos casos do banco Ítalo-Belga e dos jornais *Húngaro* e *Il Piccolo*.

Em meio aos depoimentos dos acusados, saltam, em uma ampla maioria, as justificativas destes estrangeiros em participar do movimento por conta da falta de emprego e da situação de fome que se instalou na cidade com o conflito. Embora surjam outras motivações, como a coerção, predominou os casos que citam as instabilidades estruturais e econômicas, e foi com base nisso que parte destes civis acabou absolvida ao longo do processo.

Todavia, também foi possível notar envolvimento que não partiam das necessidades econômicas do momento. Principalmente nos casos que podemos associar

⁷⁸² SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e Pobreza (1890-1915)**. São Paulo: Annablume, 1998, p. 63.

⁷⁸³ COSTA, Edgard. **Os grandes julgamentos do Supremo Tribunal Federal**. Primeiro volume (1892-1925), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 491-492.

a uma ideia de “classe média”, como os jornalistas, advogados, funcionários de banco. Vimos que estes acabaram se desligando de seus locais de trabalho por iniciativa própria. Contudo, ainda pouco sabemos o que os levaram a ingressarem na Revolta, certamente suas motivações diferiam daqueles mais pobres.

Podemos arriscar pensar em aproximações com as ideias socialistas, comunistas e anarquistas. Vimos que muitos dos envolvidos possivelmente tinham estas aproximações, como Tocci, que posteriormente integrou o Partido Socialista Brasileiro, o caso dos húngaros, “acusados” de comunistas em alguns depoimentos, e dos italianos, próximos às organizações anarquistas e de lideranças do movimento operário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversidade social e política dos implicados na Revolta de 1924 em São Paulo, como pudemos analisar ao longo da tese, extrapola os supostos marcadores convencionais da definição de *tenentismo*, que acaba por focalizar nos agentes militares detentores da patente de tenente e turvar a compreensão do todo, deixando de oferecer maiores análises sobre as patentes militares inferiores, pouco refletindo acerca do envolvimento civil e não questionando as questões de classe, de raça e de gênero, que atravessam a toda a sociedade e conseqüentemente o referido movimento.

A análise de trajetórias de indivíduos processados, com as suas diferentes origens sociais, possibilitou ir além dos tenentes, revelando a agência dos outros sujeitos envolvidos, rompendo com a ideia dualista presente em algumas interpretações de que a Revolta e o *tenentismo*, em geral, mobilizavam as classes médias urbanas em oposição as oligarquias, o industrialismo *versus* o agrarismo.

Essa concepção focalizada nos tenentes parte da observação de apenas um dos grupos que compuseram a Revolta. Aqui os coloquei como um núcleo que a articulou, mas que não era o único componente ou construtor do movimento. Estes militares de altas e médias patentes, mobilizando a ideia de que anteriormente derrubaram a Monarquia, se colocavam como únicos capazes de pensarem as reformas a serem feitas e articulavam a ideia da existência de uma classe militar, superior aos civis, com deveres patrióticos e morais de tutela para com a Constituição e a República. Para esse grupo, o Exército tinha a obrigação constitucional de intervir quando necessário, como naquele momento em que viam a República corrompida pelo domínio dos bacharéis, que, entendiam eles, desrespeitavam a Constituição e as atribuições dos Três Poderes. Tal discurso, que se contrapunha ao domínio oligárquico, apoiado na ideia do “soldado-cidadão”, recebia, no período, influência dos debates autoritários, muito em voga no entreguerras.

Entretanto o discurso “do soldado-cidadão” não atingia a totalidade dos indivíduos analisados e outras motivações para o envolvimento na Revolta se revelaram. Junto a isso, ainda foram inseridas outras pautas difusas como o voto secreto e a instrução pública. Para articular os planos, este núcleo militar mobilizou seus diversos contatos oriundos da Escola Militar do Realengo (muitos formaram-se ali), do Clube Militar (onde se organizavam com destaque para as discussões no entorno das Cartas Falsas), além dos

quartéis por onde haviam servido e das prisões por onde passaram, a partir das punições por envolvimento nos levantes de 1922.

Vimos que o contato de alguns destes se estendia, desde 1922, a membros da Força Pública de São Paulo. Com relação a polícia paulista, foi possível notar que além dos laços de amizade e relações hierárquicas, motivações econômicas e demandas próprias dentre os membros da instituição também foram mobilizadas com intuito de estimular adesões.

Em busca de compreender a complexidade do movimento em uma perspectiva que incluísse os “de baixo”, com relação aos sargentos do Exército e da Força Pública destacou-se a identificação de indivíduos negros. Parte significativa destes sargentos foi promovida durante a Revolta e acabou condenada no processo judicial, revelando a ação destacada destes indivíduos. A busca por estas trajetórias revelou que havia articulações envolvendo estes sargentos para a execução dos levantes desde 1922, e que vários deles chegaram a compor a Coluna Prestes. Outros tantos foram excluídos das fileiras de suas corporações, presos e condenados ao degredo sem qualquer tipo de processo judicial.

A partir dos sargentos verificamos como se desenrolou o movimento revoltoso pelo interior do estado. Em associação com civis locais, auxiliaram no espalhamento da Revolta e reorganizaram governos municipais. Junto aos ferroviários, garantiram o sucesso da retirada da capital e foram fundamentais para a continuidade do movimento, que se estendeu aos anos posteriores.

Com relação aos civis, destaca-se o fato de que compunham maioria dos indiciados no processo. Não estavam restritos a dar apoio ao movimento, mas possuíram uma ação ativa. Alguns deles, envolvidos desde o planejamento, tinham contatos mais próximos com o núcleo militar, a partir de relações de amizade, familiares ou de vizinhança. Outros, foram procurados, em um primeiro momento, para que articulassem organizações mais amplas.

Neste contexto, líderes operários buscavam não só a resolução da carestia, mas também incluir suas reivindicações na pauta da Revolta. Embora tenham proposto a composição de batalhões populares, que não foram autorizados pelos chefes militares, essas lideranças operárias contribuíram com a propagação dos ideais do movimento em seus jornais e auxiliaram na construção de outros dois *O 5 de Julho* e *O Libertador*, fazendo desta “revolução” a mais sua possível.

A despeito das tentativas de aproximações e distanciamentos entre militares e civis envolvidos, a maior parte das adesões civis se deu a partir das aflições que a guerra

impunha ao cotidiano. Diante da destruição e da morte, fábricas e comércios tiveram suas portas fechadas e seus trabalhadores ficaram sem sustento. Muitos homens começaram a ver no alistamento às forças rebeldes como possibilidade de sobrevivência, já que recebiam alimentos e soldo.

Esse amplo envolvimento civil e a retirada do governo estadual do centro da cidade impulsionaram a intensificação dos bombardeios promovidos pelo governo federal. Aumentou-se, assim, a dificuldade de sobrevivência dos mais pobres, pois a escassez promovia o aumento dos preços dos alimentos. A fome, o mal-estar que já existia, evidenciado pelas ocorrências de greves na primeira metade daquele ano de 1924, e a afronta provocada por quem buscava lucrar em uma situação como aquela, suscitaram saques, incêndios intencionais e quebra-quebras, atribuindo um peso moral ao protesto popular.

Diante disso, as chamadas “classes conservadoras” se mobilizaram em defesa de seus interesses e de seu patrimônio. Cobraram do governo federal a suspensão do bombardeio e dos revoltosos a garantia da ordem. Tal envolvimento estava aliado a perspectivas reformistas e elitistas de parte dos chefes militares da Revolta, que preferiram manter o prefeito da cidade, integrante do tão criticado Partido Republicano Paulista em seu posto, reunir-se e discutir com banqueiros, industriais, grandes comerciantes e políticos, mas não com representantes da classe trabalhadora. Talvez a ampliação da participação das baixas patentes, compostas por pobres e em boa parte negros, acompanhada de adesões populares, explique o afastamento da alta oficialidade e da elite oligárquica do movimento que outrora eram aliados na Reação Republicana.

Apesar dos poucos testemunhos acerca da agência feminina na Revolta, constatamos que elas se fizeram presentes nas reuniões de planejamento, nos combates, nos saques e nas prisões. A trajetória da única indiciada no processo, a aviadora Anésia Pinheiro Machado, representante da Liga Paulista pelo Progresso Feminino, evidenciou o apoio da Liga aos movimentos oposicionistas à Arthur Bernardes, que se declarava avesso ao voto feminino e à ampliação de direitos das mulheres. A participação também se deu de forma indireta, seja em incentivo ao oferecer um café nas trincheiras ou promovendo saques a fim diminuir o flagelo da fome, enquanto estratégia de sobrevivência.

Por último, vimos que os estrangeiros se organizaram na Revolta compondo três batalhões por nacionalidades. Estes imigrantes, em parte ex-combatentes da Primeira Guerra, contribuíram qualitativamente para a manutenção do movimento. Segundo seus

depoimentos, as motivações mais recorrentes que os levaram a se envolver eram justamente a falta de recursos, o desemprego e fome que assolou a cidade. Outros ainda se diziam atraídos pelas promessas de bons rendimentos e terra após o sucesso da empreitada. No entanto, havia ainda jornalistas, advogados e bancários que possuíam outras motivações e que se aproximavam das ideias comunistas e anarquistas. A análise das ações dos estrangeiros apontou ainda para a existência de alguns espaços de sociabilidade que acabaram sendo utilizados para angariar forças e que o envolvimento do referido grupo foi mobilizado pelo Estado e pela imprensa na construção do mito da ameaça estrangeira, que se esforçava em dividir os trabalhadores por nacionalidade.

A Revolta de 1924 foi amplamente mobilizada pelo Estado para intensificar o controle sobre a população. A partir daquele ano, as despesas com a Segurança Pública foram ampliadas, criou-se a Delegacia de Ordem Política e Social (Deops/SP), inserida no Gabinete de Investigações e Capturas, estruturando uma polícia política vigilante e repressora. Além disso, o governo Arthur Bernardes foi marcado pelos vários decretos de estado de sítio, totalizando, em quatro anos, menos de dois meses governados em estado de normalidade. Tais decretos, presentes em quase a integralidade do referido mandato, facilitaram e deram ares de legalidade para práticas violentas e ilegais, que violavam direitos humanos básicos. Reflexo disso foi a adaptação da Hospedaria dos Imigrantes em presídio político e a instituição de uma colônia penal no extremo norte do país, a Clevelândia, que condenava os desterrados indiretamente à morte, fossem eles envolvidos nas revoltas tenentistas ou anarquistas, capoeiras, opositores políticos e demais classificados enquanto “indesejáveis”.⁷⁸⁴

Houve decretos de estado de sítio em nove dos doze primeiros governos republicanos. O autoritarismo, presente nos escritos de parte dos militares envolvidos na Revolta, foi característica marcante do governo de Arthur Bernardes, assim como também foi da Primeira República, fortemente violenta e excludente. Movimentos que contestaram tal dinâmica foram duramente reprimidos à medida que contavam com

⁷⁸⁴ GOMES, Ana Suelen Tossige Gomes; MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. O estado de exceção no Brasil republicano. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 3, jul., 2017, p. 1764-1781. ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 161-178, 2011. FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. **O pensamento nacional-autoritário e o estado de sítio na Primeira República: faces do governo de Arthur Bernardes (1922-1926)**. Anais do 30º Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História, Recife, 2019.

envolvimento popular, a exemplo de Canudos e Contestado que a partir da ação violenta do estado se tornaram guerras internas. A Revolta de 1924 foi mais uma das guerras civis que ocorreram na Primeira República, mobilizando tropas que não se limitavam a militares, implicando o alto escalão do Exército e provocando um grande número de mortos. A guerra de trincheiras que tomou a cidade de São Paulo passou, no ano seguinte, a ter características de guerrilha com a formação da Coluna Prestes.

A exclusão foi um princípio do projeto republicano, visto em 1889 como um meio de conter os avanços democráticos conquistados pela mobilização social das massas urbanas durante a campanha abolicionista. Os ideais republicanos acabaram sendo apropriados por uma elite de fazendeiros e intelectuais que reproduziam valores europeus e que fizeram “do positivismo e da ditadura republicana suas armas ideológicas para moldar uma política de reconstrução nacional”. Buscavam, assim, recriar uma nação europeizada e branca, “a partir dos seus ideais iluministas, civilizatórios e positivistas, domesticando à força a plebe urbana e rural, que resistia por meio de revoltas”.⁷⁸⁵

Neste sentido, o estabelecimento da República pelos militares e fazendeiros se deu enquanto medida para preservar uma ordem conservadora, em indenização à Abolição, colocando fim em uma monarquia constitucional para dar lugar a uma “oligarquia absoluta”⁷⁸⁶. Muito interessava aos cafeicultores paulistas uma definição individualista do pacto social, que se distanciava da ampla participação popular. Desse modo, o liberalismo “adquiria um caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte. Acoplado ao presidencialismo, o darwinismo republicano tinha em mãos instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário.”⁷⁸⁷

A exclusão se fazia evidente na Constituição de 1891, que definia o voto como direito de todo cidadão brasileiro do sexo masculino maior de 21 anos, excetuando-se mendigos, analfabetos, praças de pré (aspirantes, **sargentos**, cabos, anspeçadas e soldados), alunos das escolas militares de ensino superior e religiosos sujeitos a voto de

⁷⁸⁵ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça). **Contemporânea Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v.1, n. 2, p. 17-36, 2011, p. 21-23.

⁷⁸⁶ ASSIS, Machado de. **Bons Dias**. Domínio Público. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000167.pdf> Acesso em 24 jan. 2023.

⁷⁸⁷ CARVALHO, José Murilo de. Entre a liberdade dos Antigos e a dos Modernos: A República no Brasil. **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 265-280, 1989, p. 271-272.

obediência que importasse na renúncia da liberdade individual.⁷⁸⁸ Em 1920 apenas 7,15% da população brasileira possuía o direito ao voto. No mesmo ano, o analfabetismo atingia cerca de 70% da população, em um Brasil de ordem liberal e cidadania excludente, no qual a instrução não era obrigação do governo. A exclusão de analfabetos e de mulheres, associado ao voto facultativo, que proporcionavam altos índices de abstenção eleitoral, mantiveram baixos os indicadores de participação popular nos processos eleitorais do período. Todavia, tal limitação imposta, não impedia a participação política daqueles que não eram eleitores, visto que direito político não se reduz ao voto, e se manifesta também através das organizações sociais de diversos tipos.⁷⁸⁹

Neste contexto, notamos uma série de movimentações sociais e políticas que buscavam, de uma forma ou de outra, a ampliação de direitos e de cidadania, como a Revolta da Vacina, em 1904, a Revolta dos Marinheiros, em 1910, e também a Revolta de 1924. Comparando estas duas últimas, tanto os marinheiros em 1910 quanto os sargentos, que representavam a maioria dos militares condenados em 1924, não possuíam direitos políticos. Este fato dificultava a defesa de “suas reivindicações na arena política” e os distanciavam “das principais instituições e de homens ligados ao Estado”.⁷⁹⁰

Ao observarmos as experiências ao longo da História, fica evidente que a obtenção de direitos avançou a partir da pressão popular. É também através dela que se dão as disputas pela manutenção de direitos já conquistados, mas que sofrem de permanentes

⁷⁸⁸ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930.** V.1. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. BRASIL. **Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908**, que regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o Exército. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1860-4-janeiro-1908-580934-publicacaooriginal-103780-pl.html> Acesso em 23 out. 2022. BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm Acesso em 23 out. 2022.

⁷⁸⁹ KAREPOVS, Dainis. **A classe operária vai ao Parlamento: O Bloco Operário e Camponês no Brasil (1924-1930).** São Paulo: Alameda, 2006, p. 15. LUCCA, Tânia Regina. Direitos Sociais no Brasil. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **História da Cidadania.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 470. CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 45. VISCARDI, Cláudia Maria R.; FIGUEIREDO, V. F. Eleições na Primeira República: **Locus: Revista de História, Juiz de Fora**, v. 25, n. 2, 2019, p. 18. VISCARDI, Cláudia Maria R. Direitos políticos e representação no Brasil Republicano (1891-1934). **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 9, n. 18, 2017, p. 53-58.

⁷⁹⁰ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. **Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros em 1910.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 237-238. BRASIL. **Decreto nº 18, de 7 de março de 1891**, que estabelece novo Código Penal para a Armada. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1824-1899/decreto-18-7-marco-1891-526137-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 23 out. 2022. BRASIL. **Lei nº 612, de 29 de setembro de 1899**, que aprova e amplia ao Exército nacional, o Código Penal para a Armada, que acompanhou o decreto nº 18, de 7 de março de 1891.

ataques. Inevitavelmente, a expansão dos direitos é “resultado de avanços e recuos, vitórias e derrotas dos diferentes grupos de interesse”⁷⁹¹. A luta por direitos e, conseqüentemente, por cidadania, é inerente à luta de classes. Não é à toa o interesse das elites ao longo do tempo em limitar a cidadania dos outrora excluídos.

Os pobres urbanos em São Paulo viviam divididos por raças, nacionalidades, etnias, nível de educação, tipos de emprego e ocupação, “apresentavam uma diversidade de atitudes, aspirações e atividades”, sendo as maiores divisões “entre os que recebiam salários estáveis e a grande massa dos pobres sem emprego fixo, os não-qualificados, analfabetos e marginalizados.” Inclusive, a grande maioria destes trabalhadores não compunha o operariado organizado e não se articulava com políticos da oposição.⁷⁹² Apesar disso, por meios de distúrbios violentos expunham a sua situação e pressionavam o sistema político.

1924 em São Paulo foi um destes momentos, no qual uma diversidade de interesses, redes de sociabilidade e solidariedade mobilizaram laços familiares, de amizade e de vizinhança na articulação da Revolta. Esta complexidade formou, naquele contexto específico, um grupo político único, que se mobilizou e se organizou de forma própria, reunindo indivíduos e suas várias motivações em torno da oposição ao governo de Arthur Bernardes e ao sistema que ele representava. Vários envolvidos almejavam a ampliação da cidadania, pleiteando salário-mínimo, jornada de 8 horas de trabalho, direito de associação e de fundação de escolas, bem como a revogação das Leis Adolfo Gordo, que previa a repressão ao anarquismo, a expulsão de estrangeiros e a censura à imprensa.

Esta pluralidade de indivíduos, de motivações e de expectativas nos faz pensar na existência de muitas revoltas dentro de uma só.⁷⁹³ A de 1924 em São Paulo foi a Revolta multifacetada de uma sociedade complexa, com seus emaranhados de demandas e disputas, sendo a fragmentação existente entre as camadas populares um projeto muito bem-sucedido das elites econômicas que detinham do poder. A despeito do sucesso deste projeto, a desestabilização da Primeira República ocorreu a partir do “adensamento das frentes de contestação interna”, inserido no contexto do entreguerras, que “instaura uma crítica nacionalista dos modelos cosmopolitas vigentes, dando origem a novos discursos

⁷⁹¹ VISCARDI, Mundos do Trabalho, op. cit., p. 51.

⁷⁹² HAHNER, June E. **Pobreza e política**: os pobres urbanos no Brasil, 1870-1970. Trad. Cecy Ramires Maduro. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993, p. 318-319.

⁷⁹³ José Murilo de Carvalho, quando analisou a Revolta da Vacina, de 1904, afirmou que ela “era a revolta fragmentada de uma sociedade fragmentada”. CARVALHO, Os bestializados, op. cit., p. 138.

nativistas, que se tornariam o cimento ideológico do populismo em gestação”.⁷⁹⁴ Foi neste mesmo contexto, que o Estado brasileiro passou a ser visto como algo que podia ser tomado ou pelo menos pressionado para obtenção de conquistas, sendo os tenentes um grupo em meio à essa disputa.

Como já apontado, a Revolta estudada não se tratou de um movimento político e social que se restringiu aos tenentes, bem como não foi apenas de homens brancos. Isso se revela, em especial, quando identificamos os seus envolvidos. Essas muitas facetas apontadas acima devem ser refletidas na própria definição do conceito, que se alarga, nesta perspectiva, pois, como nos aponta Kosselleck, os conceitos são “indicadores das transformações políticas e sociais de profundidade histórica”, em constante construção, sempre recebendo definições adicionais decorrentes das transformações temporais ou de interpretação”.⁷⁹⁵

A construção ideológica no entorno do *tenentismo* se restringia a apenas um dos diversos grupos que compôs a Revolta de 1924, os “vencedores” do pós-1930. Construção limitada por não conter a complexidade dos fatos, excluindo os inferiores na hierarquia militar, os sargentos e soldados, além dos membros da Força Pública de São Paulo, mulheres, civis das mais diversas origens sociais e que exerciam diversos ofícios. A negação de parte das lideranças militares de altas e médias patentes em aceitar o envolvimento popular, a busca por afastar os outros grupos e centralizar em si o protagonismo do movimento, terminou por obscurecer a ação dos demais.

A ideia das Forças Armadas como garantidoras dos poderes constitucionais, mobilizada por parte dos revoltosos militares de 1924 e presente na Constituição de 1891, segundo José Murilo de Carvalho, se aproximava do poder moderador, previsto no artigo 98 da Constituição imperial de 1824. “É como se a República desconfiasse de sua capacidade de exercer o autogoverno civil e entregasse às Forças Armadas o papel político de tutela.”⁷⁹⁶

Com o passar do tempo, o processo de modernização dos militares não previu um afastamento destes do mundo político ou um controle por parte da sociedade civil, como é característica de democracias liberais mundo a fora. No Brasil, as Forças Armadas

⁷⁹⁴ SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: **História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 37.

⁷⁹⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 101-109.

⁷⁹⁶ CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019, p. 25.

foram se firmando, “intervindo na arena política através de golpes e contragolpes.” Essa “república tutelada”, apontada por Carvalho, perdura até os dias de hoje, reiterada no artigo 142 da Constituição de 1988, que diz destinar-se as Forças Armadas “à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. Historicamente, estas intervenções que se propuseram trazer estabilidade política trouxeram justamente o efeito contrário, dificultando a consolidação de um estado democrático inclusivo, efetivamente republicano.⁷⁹⁷

O recurso da intervenção militar segue pujante na República brasileira. Conforme a nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que analisou dados da Controladoria-Geral da União (CGU) no Portal da Transparência referente a presença de militares na ocupação de cargos em comissão no Poder Executivo Federal Brasileiro entre 2013 e 2021, apontou que a presença de militares em cargos e funções comissionadas teve aumento de 59%, sendo o aumento de 193% de militares ocupando cargos civis.⁷⁹⁸

Acompanhamos nos dois últimos processos eleitorais (2018 e 2022) uma série de candidaturas, e de eleitos, advindos do Exército, que mobilizaram seus postos hierárquicos em atividades partidárias. Não à toa, o brado da Brigada de Infantaria Paraquedista, “Brasil acima de tudo”, veio a se tornar slogan do governo federal. Embora a Constituição de 1988 aponte em seu artigo 142 que “o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente será transferido para a reserva” e que “o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos”, fica evidente o seu não cumprimento nos últimos tempos. Junto a isso, foi frequente acompanharmos reuniões de civis, militares da ativa e da reserva em manifestações que atacaram o Judiciário e que contrariaram o dever das Forças Armadas de garantir os poderes constitucionais.

Desrespeitado também foi o Estatuto dos Militares em diversos pontos, como seu artigo 45 que diz serem “proibidas quaisquer manifestações coletivas, tanto sobre atos de

⁷⁹⁷ CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. CARVALHO, op. cit., p. 22-25. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 23 out. 2022.

⁷⁹⁸ SCHMIDT, Flávia de Holanda. **Presença de militares em cargos e funções comissionados do Executivo Federal**. Nota Técnica. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. Disponível em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11211/1/NT_Presenca_de_militares_Publicacao_Preliminar.pdf Acesso em 23 out. 2022.

superiores quanto as de caráter reivindicatório ou político”. Prevê o artigo 28 o dever do militar em se abster “de fazer uso do posto ou da graduação para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros”, de “abster-se, na inatividade, do uso das designações hierárquicas em atividades político-partidárias”, de “discutir ou provocar discussões pela imprensa a respeito de assuntos políticos ou militares, excetuando-se os de natureza exclusivamente técnica, se devidamente autorizado”. O mesmo ocorreu com relação ao Regulamento Disciplinar, que especifica as transgressões militares. Vimos diariamente uma série delas sendo cometidas em especial por membros do governo (2019-2022).⁷⁹⁹

Embora tenhamos mecanismos que buscam estabelecer limites para este intervencionismo e para o envolvimento político dos militares, eles se mostram frágeis. Um exemplo é o caso do ex-Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, até então general da ativa, transferido para reserva em março de 2022. Em sua gestão, de maio de 2020 a março de 2021, o país sofreu com sucessivos recordes de mortes por Covid em meio às políticas que incentivavam o consumo de medicamento ineficaz contra a doença e polêmicas envolvendo a compra de vacinas. Em 23 de maio de 2021, participou de um ato político público ao lado do presidente da República, motivo pelo qual no dia seguinte foi aberto um processo disciplinar para apurar a conduta inadequada do general. Dias depois, o Exército atribuiu o sigilo de 100 anos ao processo.⁸⁰⁰

Como já apontado por outros pesquisadores, “boa parte da responsabilidade pela interferência dos militares na política cabe também aos civis”⁸⁰¹. Há aqueles que se

⁷⁹⁹ “56. Tomar parte, em área militar ou sob jurisdição militar, em discussão a respeito de assuntos de natureza político-partidária ou religiosa; 57. Manifestar-se, publicamente, o militar da ativa, sem que esteja autorizado, a respeito de assuntos de natureza político-partidária; 58. Tomar parte, fardado, em manifestações de natureza político-partidária; 59. Discutir ou provocar discussão, por qualquer veículo de comunicação, sobre assuntos políticos ou militares, exceto se devidamente autorizado; 103. Autorizar, promover ou tomar parte em qualquer manifestação coletiva, seja de caráter reivindicatório ou político, seja de crítica ou de apoio a ato de superior hierárquico, com exceção das demonstrações íntimas de boa e sã camaradagem e com consentimento do homenageado; 104. Aceitar qualquer manifestação coletiva de seus subordinados, com exceção das demonstrações íntimas de boa e sã camaradagem e com consentimento do homenageado; 105. Autorizar, promover, assinar representações, documentos coletivos ou publicações de qualquer tipo, com finalidade política, de reivindicação coletiva ou de crítica a autoridades constituídas ou às suas atividades”. BRASIL. **Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002**. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm Acesso em 23 out. 2022.

⁸⁰⁰ GOMES, Pedro Henrique. **Exército diz que agiu conforme a lei ao estabelecer sigilo de 100 anos a processo de Pazuello**. G1. 08 jun. 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/08/exercito-atribui-a-lei-sigilo-de-100-anos-em-processo-sobre-ida-de-pazuello-a-ato-com-bolsonaro.ghtml> Acesso em 23 out. 2022.

⁸⁰¹ CARVALHO, Forças Armadas e política no Brasil, op. cit., p. 215.

omitem sistematicamente da discussão sobre a função das Forças Armadas e da defesa nacional na República brasileira e outros que veem benefícios na possibilidade de intervenção militar em defesa de seus interesses políticos e econômicos, e por essa razão não se preocupam em limitar tal poder. A memória do Golpe civil-militar de 1964 ainda se mantém viva neste segundo grupo.

Os militares são agentes políticos na História Brasileira e não só meros agentes do poder do Estado, sujeitos aos governos civis ou aos interesses das classes dominantes. Eles são diversos e têm os seus próprios interesses, que os levam a ora congregarem e ora se afastarem de determinados grupos civis. A chegada da República por meio de um golpe militar contra o governo imperial marcou e definiu, até então, a atribuição do Exército enquanto mantenedor das leis. Não podemos negar a importância de discutirmos tal dimensão na disputa política no contexto brasileiro e nem omitirmos a responsabilidade civil para que determinado grupo alcançasse tal influência. Politizar essa discussão e redimensionar o lugar das Forças Armadas é essencial e urgente para a consolidação da democracia brasileira.

ANEXOS

Quadro 4 - Categoria/patente por tipo de condenação em 1928

Condenados		Cabeça	%	Coautor	%	Cumplíce	%
Civis	48	0	0%	0	0%	48	100%
Exército	102	19	18,62%	83	81,37%	0	0%
Força Pública	38	6	15,78%	30	78,94%	2	5,26%
Militares por patente		Cabeça	%	Coautor	%	Cumplíce	%
Altas Patentes	10	9	90%	1	10%	0	0%
Capitão	18	4	22,22%	14	77,77%	0	0%
Tenente	46	12	26,08%	33	71,73%	1	2,17%
Sargento	66	0	0%	65	98,48%	1	1,51%

Fonte dos dados: APESP. Processo da Revolução de 1924, STF, n.º 1009 de 1927.

Quadro 5 - Tipo de condenação por categoria/patente em 1928

	Civis		Exército		Força Pública			
Cabeça	0	0%	19	76%	6	24%		
Coautor	0	0%	83	73,45%	30	26,55%		
Cumplíce	48	100%	0	0%	2	4%		
	Altas Patentes		Capitão		Tenente		Sargento	
Cabeça	9	36%	4	16%	12	48%	0	0%
Coautor	1	0,88%	14	12,38%	33	29,20%	65	57,52%
Cumplíce	0	0%	0	0%	1	50%	1	50%

Fonte dos dados: APESP. Processo da Revolução de 1924, STF, n.º 1009 de 1927.

Quadro 6 - Condenados do Exército por localidade

Localidade			Tipo Cond.	Alta patente	Capitão	Tenente	Sargento	TOTAL
SP	2ª Região Militar		Cabeça	-	-	-	-	6
			Coautor	-	-	1	5	
	Capital (Santana)	4º Batalhão de Caçadores	Cabeça	-	-	1	-	7
			Coautor	-	-	-	6	
	Caçapava	6º Regimento de Infantaria	Cabeça	2	1	1	-	11
			Coautor	-	3	3	1	
	Itu	4º Regimento de Artilharia Montada	Cabeça	-	1	-	-	20
			Coautor	-	4	4	11	
	Jundiaí	2º Grupo de Artilharia de Montanha	Cabeça	1	-	1	-	15
			Coautor	-	-	4	9	
	Pirassununga	2º Regimento de Cavalaria Divisionário	Cabeça	-	-	-	-	1
			Coautor	-	-	-	1	
	Quitaúna (Osasco)	4º Regimento de Infantaria	Cabeça	-	-	1	-	6
			Coautor	-	-	1	4	
2º Grupo Independente de Artilharia Pesada		Cabeça	-	-	1	-	9	
		Coautor	-	1	3	4		
Rio Claro	5º Batalhão de Caçadores	Cabeça	-	-	1	-	17	
		Coautor	-	3	1	12		
RJ			Cabeça	1	1	4	-	9
			Coautor	3	-	-	-	
PR	Ponta Grossa	13º Regimento de Infantaria	Cabeça	-	-	-	-	1
			Coautor	-	-	1	-	
TOTAL GERAL								102

Fonte dos dados: APESP. Processo da Revolução de 1924, STF, n.º 1009 de 1927.

Quadro 7 - Municípios paulistas com registro de revolta

Município	Apoio ou revolta	Quartel Local	Início com levante civil	Governo revoltoso	Passagem da Coluna da Morte	Estrada de Ferro
Agudos	Revolta	-	Sim	Sim	-	Sorocabana
Amparo	Revolta	-	-	Sim	Sim	Mogiana
Anápolis	Apoio	-	-	-	-	Paulista
Apiáí	Apoio	-	-	-	-	-
Araçatuba	Revolta	-	Sim	Sim	-	Noroeste
Araçoiaba da Serra (Antiga Campo Largo de Sorocaba)	Apoio	-	-	-	-	-
Araraquara	Revolta	-	-	Sim	-	Paulista (Araraquara)
Araras	Revolta	-	Sim	Sim	-	Paulista
Assis	Revolta	-	-	-	-	Sorocabana
Atibaia	Revolta	-	-	-	-	Central do Brasil (Bragantina)
Avaí	Revolta	-	-	Sim	-	Noroeste
Avaré	Revolta	-	-	-	-	Sorocabana
Barra Bonita	Apoio	-	-	-	-	Paulista
Barretos	Revolta	-	Sim	-	-	Paulista
Bauru	Revolta	-	-	-	-	Noroeste, Paulista e Sorocabana
Bernardino de Campos	Revolta	-	-	Sim	Sim	Sorocabana
Birigui	Revolta	-	Sim	-	-	Noroeste
Bocaina	Revolta	-	Sim	Sim	-	Dourado
Botucatu	Revolta	-	Sim	Sim	-	Sorocabana
Bragança	Revolta	-	-	-	-	Central do Brasil (Bragantina)
Caçapava	Revolta	Revoltoso	-	-	-	Central do Brasil
Caiuá	Revolta	-	-	-	Sim	Sorocabana
Campinas	Revolta	-	-	Sim	-	Mogiana, Paulista e Sorocabana
Capivari	Revolta	-	-	Sim	-	Sorocabana
Casa Branca	Apoio	-	-	-	-	Mogiana
Catanduva	Revolta	-	-	-	-	Paulista (Araraquara)
Cerqueira César	Revolta	-	-	-	Sim	Sorocabana
Chavantes	Revolta	-	-	-	Sim	Sorocabana
Descalvado	Revolta	-	Sim	Sim	-	Paulista
Dois Córregos	Revolta	-	-	Sim	-	Paulista

Espírito Santo do Pinhal	Revolta	-	-	Sim	Sim	Mogiana
Guariba	Apoio	-	-	-	-	Paulista
Ibirá	Apoio	-	-	-	-	-
Ibitinga	Revolta	-	-	Sim	-	Paulista
Indaiatuba	Apoio	-	-	-	-	Sorocabana
Indiana	Revolta	-	-	-	Sim	Sorocabana
Itajobi	Apoio	-	-	-	-	-
Itapira	Revolta	-	-	Sim	Sim	Mogiana
Itápolis	Apoio	-	-	-	-	Paulista (Dourado)
Itapuí (Antiga Bica da Pedra)	Revolta	-	Sim	Sim	-	Paulista (Dourado)
Itatiba	Revolta	-	-	-	-	Paulista
Itatinga	Revolta	-	-	-	-	Sorocabana
Itirapina	Revolta	-	-	-	Sim	Paulista
Itu	Revolta	Revolto	-	-	-	Sorocabana
Jaboticabal	Revolta	-	-	Sim	-	Paulista
Jaguariúna (Antiga Jaguary)	Revolta	-	-	-	Sim	Mogiana
Jaú	Revolta	-	Sim	Sim	-	Paulista
Jundiá	Revolta	Revolto	-	-	-	Paulista e SP Railway
Laranjal Paulista	Apoio	-	-	-	-	Sorocabana
Leme	Revolta	-	-	-	-	Paulista
Lençóis Paulista	Revolta	-	Sim	Sim	-	Sorocabana
Limeira	Revolta	-	-	Sim	-	Paulista
Lins	Revolta	-	-	Sim	-	Noroeste
Lorena	Apoio	Revolto	-	-	-	Central do Brasil
Mairinque	Revolta	-	-	-	-	Central do Brasil (Bragantina)
Manduri	Revolta	-	-	-	Sim	Sorocabana
Matão	Revolta	-	Sim	-	-	Paulista (Araraquara)
Mineiros do Tietê	Revolta	-	Sim	Sim	-	Paulista
Mococa	Apoio	-	-	-	-	Mogiana
Mogi Mirim	Revolta	-	-	Sim	Sim	Mogiana
Mogi Guaçu	Revolta	-	Sim	-	-	Mogiana
Monte Aprazível	Apoio	-	-	-	-	-
Monte Mor	Revolta	-	-	Sim	-	Sorocabana
Nazaré Paulista	Revolta	-	-	-	-	-
Olímpia	Apoio	-	-	-	-	Paulista
Osasco (Quitaúna)	Revolta	Revolto	-	-	-	Sorocabana
Ourinhos	Revolta	-	-	-	Sim	Sorocabana
Palmital	Revolta	-	-	-	Sim	Sorocabana
Paraguaçu	Revolta	-	-	-	Sim	Sorocabana

Pederneiras	Revolta	-	-	Sim	-	Paulista
Pedregulho	Apoio	-	-	-	-	Mogiana
Pedreira	Apoio	-	-	-	-	Mogiana
Penápolis	Apoio	-	-	-	-	Noroeste
Pindorama	Revolta	-	-	-	-	Paulista (Araraquara)
Piquerobi	Revolta	-	-	-	Sim	Sorocabana
Piracaia	Revolta	-	-	-	-	Central do Brasil (Bragantina)
Piracicaba	Revolta	-	Sim	Sim	-	Paulista e Sorocabana
Pirajú	Revolta	-	-	-	-	Sorocabana
Pirajuí	Revolta	-	Sim	-	-	Noroeste
Pirassununga	Revolta	Legalista	Sim	-	-	Paulista
Piratininga	Revolta	-	-	-	-	Paulista
Pitangueiras	Apoio	-	-	-	-	Paulista
Platina	Revolta	-	-	-	Sim	-
Pontal	Apoio	-	-	-	-	-
Porto Tibiriçá	Revolta	-	-	-	Sim	Sorocabana
Presidente Prudente	Revolta	-	-	-	-	Sorocabana
Promissão	Revolta	-	-	Sim	-	Noroeste
Quatá	Revolta	-	-	-	Sim	Sorocabana
Regente Feijó	Revolta	-	-	-	Sim	Sorocabana
Ribeirão Preto	Apoio	-	-	-	-	Mogiana
Rio Claro	Revolta	Revoltoso	-	Sim	-	Paulista
Rio das Pedras	Apoio	-	-	-	-	Sorocabana
Rio Preto	Revolta	-	-	-	-	Paulista (Araraquara)
Rubião Júnior	Revolta	-	-	-	Sim	Sorocabana
Salesópolis	Apoio	-	-	-	-	-
Salto	Apoio	-	-	-	-	Sorocabana
Salto Grande	Revolta	-	-	-	Sim	Sorocabana
Santa Bárbara d'Oeste	Revolta	-	-	Sim	-	Paulista
Santa Cruz do Rio Pardo	Revolta	-	-	-	-	Sorocabana
Santo Anastácio	Revolta	-	-	-	Sim	Sorocabana
São Bento do Sapucaí	Apoio	-	-	-	-	-
São Carlos	Revolta	-	-	-	-	Paulista
São João da Boa Vista	Revolta	-	-	Sim	Sim	Mogiana
São Joao do Paudalho	Revolta	-	-	-	Sim	Sorocabana
São Manuel	Revolta	-	Sim	Sim	Sim	Sorocabana
São Miguel Arcanjo	Apoio	-	-	-	-	-
São Paulo	Revolta	Revoltoso	-	Sim	-	Central do Brasil, Sorocabana e SP Railway
São Pedro	Apoio	-	-	-	-	Sorocabana

São Roque	Revolta	-	-	Sim	-	Sorocabana
São Simão	Revolta	-	Sim	-	-	Mogiana
Sertãozinho	Apoio	-	-	-	-	Mogiana
Socorro	Revolta	-	Sim	Sim	-	Mogiana
Sorocaba	Revolta	-	-	-	-	Sorocabana
Tambaú	Apoio	-	-	-	-	Mogiana
Taquaritinga	Revolta	-	-	-	-	Paulista (Araraquara)
Tatuí	Apoio	-	-	-	-	Sorocabana
Tietê	Apoio	-	-	-	-	Sorocabana
Trabiju	Revolta	-	Sim	-	-	Paulista (Dourado)
Uchoa	Apoio	-	-	-	-	Paulista (Araraquara)
TOTAL: 119						

Fonte dos dados: CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2014. TJSP. **Sucessos Subversivos de São Paulo**. Denúncia apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 1ª Vara de São Paulo pelo Procurador Criminal da República, em comissão no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **Estações ferroviárias do Brasil**. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/index.html> Acesso em 11 set. 2022.

Quadro 8 - Indiciados e condenados: Altas patentes do Exército e da Força Pública

Patente	E.N. / FPSP	Nome	Acórdão (STF, 1928)
Major	Exército	Antonio Mendes Teixeira	10 anos de reclusão como cabeça
General	Exército	Augusto Ximeno de Villeroy*	10 anos de reclusão como cabeça
Tenente Coronel	Exército	Bernardo de Araujo Padilha	10 anos de reclusão como cabeça
General	Exército	Isidoro Dias Lopes*	10 anos de reclusão como cabeça
Tenente Coronel	Exército	Olyntho Mesquita de Vasconcellos	10 anos de reclusão como cabeça
Coronel	Exército	Paulo José de Oliveira	10 anos de reclusão como cabeça
Major	Exército	Raul Dowsley Cabral Velho	10 anos de reclusão como cabeça
Coronel	Força Pública	João Franciso Pereira de Souza	10 anos de reclusão como cabeça
Major	Força Pública	Miguel Costa*	10 anos de reclusão como cabeça
Major	Exército	Raymundo Nonato de Meneses	5 anos de reclusão como coautor
General	Exército	Abílio Augusto da Silva Noronha	Não condenado
Marechal	Exército	Odílio Bacellar	Não condenado
General	Exército	Pompeu da Silva Loureiro	Não condenado
TOTAL: 13			

Fonte dos dados: APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927.

*Selecionado para análise de trajetória.

Quadro 9 - Indiciados e condenados: Médias patentes do Exército

Patente	Nome	Acórdão (STF, 1928)
Tenente	Alfredo de Simas Enéas	10 anos de reclusão como cabeça
Tenente	Asdrubal Gwyer de Azevedo	10 anos de reclusão como cabeça
Tenente	Custódio de Oliveira*	10 anos de reclusão como cabeça
Tenente	Eduardo Gomes	10 anos de reclusão como cabeça
Tenente	Granville Belerofonte de Lima	10 anos de reclusão como cabeça
Tenente	Henrique Ricardo Fischer Hall	10 anos de reclusão como cabeça
Tenente	Joaquim Nunes de Carvalho*	10 anos de reclusão como cabeça
Capitão	Juarez do Nascimento Fernandes Távora*	10 anos de reclusão como cabeça
Tenente	Luiz Cordeiro de Castro Afilhado	10 anos de reclusão como cabeça
Capitão	Newton Estillac Leal	10 anos de reclusão como cabeça
Capitão	Octávio Muniz Guimarães	10 anos de reclusão como cabeça
Tenente	Victor Cezar da Cunha Cruz	10 anos de reclusão como cabeça
Primeiro Tenente	Aguinaldo Valente de Menezes	5 anos de reclusão como coautor
Segundo Tenente	Alcides Teixeira de Araujo	5 anos de reclusão como coautor
Capitão	Álvaro Agrícola Soares Dutra	5 anos de reclusão como coautor
Primeiro Tenente	Annibal Brayner Nunes da Silva	5 anos de reclusão como coautor
Tenente	Arlindo de Castro Carvalho*	5 anos de reclusão como coautor
Primeiro Tenente	Climério Nestor dos Santos Filho	5 anos de reclusão como coautor
Capitão	Cleisthenes Barbosa	5 anos de reclusão como coautor
Capitão	Faustino Candido Gomes	5 anos de reclusão como coautor
Segundo Tenente	Filinto Muller*	5 anos de reclusão como coautor
Segundo Tenente	Gumercindo Martins Toledo	5 anos de reclusão como coautor
Capitão	Honorato Augusto Douguet Leitão*	5 anos de reclusão como coautor
Capitão	Hugo Freire Gameiro	5 anos de reclusão como coautor
Capitão	Jayme de Almeida	5 anos de reclusão como coautor
Capitão	João Rodrigues de Jesus	5 anos de reclusão como coautor
Segundo Tenente	Joaquim Sigmaringa da Costa	5 anos de reclusão como coautor
Tenente	Jonathas de Moraes Correia*	5 anos de reclusão como coautor
Tenente	José Bibiano Chaves	5 anos de reclusão como coautor
Segundo Tenente	José de Souza Carvalho	5 anos de reclusão como coautor
Primeiro Tenente	Luiz de França Albuquerque	5 anos de reclusão como coautor
Capitão	Luso Alves Garrido*	5 anos de reclusão como coautor
Primeiro Tenente	Manoel Ary da Silva Pires	5 anos de reclusão como coautor
Segundo Tenente	Mario Barbosa de Oliveira	5 anos de reclusão como coautor
Segundo Tenente	Nelson de Mello	5 anos de reclusão como coautor
Primeiro Tenente	Newton Brayner Nunes da Silva*	5 anos de reclusão como coautor
Capitão	Olyntho Tolentino de Freitas Marques*	5 anos de reclusão como coautor
Tenente	Orlando Leite Ribeiro*	5 anos de reclusão como coautor
Capitão	Raul da Veiga Machado	5 anos de reclusão como coautor
Capitão	Sólon Lopes de Oliveira	5 anos de reclusão como coautor
Segundo Tenente	Waldemar Levy Cardoso	5 anos de reclusão como coautor
Primeiro Tenente	Álvaro Nunes Galvão	Não condenado

Capitão	Arthur Guedes de Abreu	Não condenado
Primeiro Tenente	Azaury de Sá Britto e Souza	Não condenado
Tenente	C. Coelho	Não condenado
Tenente	Ebroíno Dias Uruguay	Não condenado
Segundo Tenente	Flavio de Oliveira Alencar	Não condenado
Segundo Tenente	Haraldo Egydio de Souza Santos	Não condenado
Segundo Tenente	Manoel Carlos de Souza Ferreira	Não condenado
Capitão	Mario Maciel Wanderley	Não condenado
Segundo Tenente	Newton Franklin do Nascimento	Não condenado
Capitão	Olarico Xavier Barbosa	Não condenado
Capitão	Oscar Sampaio Vianna	Não condenado
Segundo Tenente	Raymundo Newton de Paiva Leitão	Não condenado
Segundo Tenente	Roberto Drummond	Não condenado
Primeiro Tenente	Voltaire de Paiva Cruz	Não condenado
Capitão	Waldomiro Pereira da Cunha	Não condenado
TOTAL: 57		

Fonte dos dados: APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927.

*Selecionado para análise de trajetória.

Quadro 10 - Iniciados e condenados: Médias patentes da Força Pública de SP

Patente	Nome	Acórdão (STF, 1928)
Tenente	Arlindo de Oliveira	10 anos de reclusão como cabeça
Capitão	Índio do Brasil*	10 anos de reclusão como cabeça
Tenente	Octaviano Gonçalves da Silveira*	10 anos de reclusão como cabeça
Tenente	Thales do Prado Marcondes	10 anos de reclusão como cabeça
Tenente	Benedicto Manoel Pedroso	3 anos e 4 meses de reclusão, como cúmplice
Segundo Tenente	Ary da Fonseca Cruz	5 anos de reclusão como coautor
Segundo Tenente	Augusto Abrantes	5 anos de reclusão como coautor
Tenente	Benedicto de Oliveira Godoy	5 anos de reclusão como coautor
Segundo Tenente	Benedicto Marcondes da Costa	5 anos de reclusão como coautor
Tenente	Benedicto Ribas D'Avila	5 anos de reclusão como coautor
Segundo Tenente	Benjamim Nery*	5 anos de reclusão como coautor
Segundo Tenente	Cesar Honório de Campos	5 anos de reclusão como coautor
Capitão	Coriolano de Almeida Júnior	5 anos de reclusão como coautor
Capitão	Francisco Bastos*	5 anos de reclusão como coautor
Capitão	Francisco Gonçalves Barbosa	5 anos de reclusão como coautor
Segundo Tenente	Gordiano Pereira	5 anos de reclusão como coautor
Tenente	João Baptista Nitrini*	5 anos de reclusão como coautor
Segundo Tenente	João Cabanas*	5 anos de reclusão como coautor
Segundo Tenente	João Procópio da Silva	5 anos de reclusão como coautor
Tenente	José Acylino de Castro	5 anos de reclusão como coautor
Segundo Tenente	José de Oliveira França*	5 anos de reclusão como coautor
Segundo Tenente	José Garcia de Toledo	5 anos de reclusão como coautor
Segundo Tenente	Virgílio Ribeiro dos Santos*	5 anos de reclusão como coautor

Capitão	Affonso Henrique Lucas	Não condenado
Segundo Tenente	Amadeu de Oliveira Valim	Não condenado
Segundo Tenente	Antonio Reynaldo Gonçalves	Não condenado
Segundo Tenente	Benedicto Candido dos Santos	Não condenado
Capitão	Eugenio Cupola	Não condenado
Segundo Tenente	Irineu Rangel de Carvalho	Não condenado
Segundo Tenente	João Fernandes Cezar	Não condenado
Segundo Tenente	Manoel Augusto Balthazar	Não condenado
Segundo Tenente	Manoel Chaves Braga	Não condenado
Segundo Tenente	Mario Augusto Brandão	Não condenado
Segundo Tenente	Salvador Pires da Silva	Não condenado
TOTAL: 34		

Fonte dos dados: APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927.

*Selecionado para análise de trajetória.

Quadro 11 - Indiciados e condenados: Baixas patentes do Exército

Patente	Nome	Acórdão (STF, 1928)
Sargento	Acácio Bueno de Queiroz	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Alarico Pinto de Barros	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Alfeu Ferreira Linhares	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Alfeu França	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Ângelo Fuzetti	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Ângelo Rodrigues dos Santos	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Annibal Villani	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Antonio Abílio Gonçalves de Oliveira*	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Antonio Canos Quadros	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Antonio Fernandes de Oliveira Camargo	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Antonio Frederico da Silva Chaves	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Antonio Godoy Júnior	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Antonio Rodrigues de Souza	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Antonio Telles de Menezes Júnior	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Arthur Barbosa	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Augusto Lourenção	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Aurelio Marciano da Cruz*	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Austreclínio Ferreira de Britto*	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Benedicto Baptista de Souza*	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Benedicto Quirino de Souza*	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Casemiro Dias Redal	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Cyro Alves Barbosa*	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Darwin Machado de Barros	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Deocleciano Garcia Pantoja	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Domingos Teixeira de Barros*	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Eugenio de La Corte*	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Eurico Sanzoni de Lyra	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Francisco de Paulo Rosas	5 anos de reclusão como coautor

Sargento	Franklin Pinheiro*	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Gentil Capitulino Tiburcio	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	João Acacio de Almeida	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	João Ayres	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	João Correia Leal	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	João de Almeida	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	João Leite Penteado	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	João Rodrigues dos Santos*	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Joaquim Teixeira Vaz	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	José Antonio Real	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	José Carreri*	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	José da Cunha Pereira*	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	José Hilario Bueno	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	José Jeronymo Verger [ou Vergne]	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	José Pedro Moreira	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Luiz Ferrantoni	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Malaquias Ribeiro*	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Manoel Mendes de Moraes*	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Octávio Garcia Feijó	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Olegário de Araujo*	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Pedro Ayres do Amaral	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Pedro Gouveia de Oliveira	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Peryllo Mendes de Oliveira	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Roberto Maitre	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Wenceslau Guimarães de Barros	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Abdon Pinto de Siqueira Campos	Não condenado
Sargento	Abílio de Moraes	Não condenado
Sargento	Alberto Gonçalves Vasques	Não condenado
Sargento	Alípio Camargo	Não condenado
Sargento	Antonio Camargo de Barros	Não condenado
Sargento	Antonio Romão de Souza	Não condenado
Sargento	Aprígio de Queiroz	Não condenado
Sargento	Archimedes de Carvalho Bastos	Não condenado
Sargento	Armando Costa	Não condenado
Sargento	Armando Dias de Andrade	Não condenado
Sargento	Arthur Ferreira de Santana	Não condenado
Sargento	Ascendino de Souza Reis	Não condenado
Sargento	Barberino Thomaz de Lima	Não condenado
Sargento	Belisário Leite de Barros Filho	Não condenado
Sargento	Benedicto Vaz de Arruda	Não condenado
Sargento	Caetano Schiavon	Não condenado
Sargento	Carlos Pinto Marinho	Não condenado
Sargento	Carmine Hyppolito Drawin Machado Barros	Não condenado
Sargento	Cícero Guedes	Não condenado
Sargento	Clério de Souza Carvalho	Não condenado

Sargento	Daniel Vitter Júnior	Não condenado
Sargento	Elizário Andrade Fogaça	Não condenado
Sargento	Elpídio Pereira	Não condenado
Sargento	Francisco Correia Leite	Não condenado
Sargento	Francisco Melchior	Não condenado
Sargento	Godofredo de Moura Paula	Não condenado
Sargento	Jesuíno Ribeiro	Não condenado
Sargento	João Alves da Silva	Não condenado
Sargento	João Baptista Gonzaga	Não condenado
Sargento	João Barreiros	Não condenado
Sargento	João do Nascimento	Não condenado
Sargento	Joaquim de Oliveira Gusmão	Não condenado
Sargento	José Augusto Martins	Não condenado
Sargento	José de Souza Bueno	Não condenado
Sargento	José Domingos Torres	Não condenado
Sargento	José Mabilia	Não condenado
Sargento	José Maria de Abreu Júnior	Não condenado
Sargento	José Maria de Rezende Pimentel	Não condenado
Sargento	José Pereira Vasques	Não condenado
Sargento	José Xavier Júnior	Não condenado
Sargento	Julio Waldemar Renault	Não condenado
Sargento	Lauro Nicacio	Não condenado
Sargento	Lazaro da Costa Tanque	Não condenado
Sargento	Leônidas Brasileiro Pinheiro	Não condenado
Sargento	Leônidas de Lima Castro	Não condenado
Sargento	Manoel Alves Cavalcante	Não condenado
Sargento	Manoel da Silva Garcia	Não condenado
Sargento	Manoel Gomes	Não condenado
Sargento	Manoel Pellizari de Almeida	Não condenado
Sargento	Manoel Silva Garcia	Não condenado
Sargento	Mario Mariatte de Albuquerque	Não condenado
Sargento	Miguel Alves de Andrade	Não condenado
Sargento	Miguel de Almeida	Não condenado
Sargento	Miguel Pinto	Não condenado
Sargento	Nelson Amaral de Oliveira China	Não condenado
Sargento	Nuno Lossio Siblitz	Não condenado
Sargento	Orlando Alves	Não condenado
Sargento	Orlando Gonçalves Dias	Não condenado
Sargento	Oscar Alves [ou Álvares] Magalhães	Não condenado
Sargento	Otto Teixeira	Não condenado
Sargento	Pedro de Mello	Não condenado
Sargento	Pedro Gomes	Não condenado
Sargento	Rufino D'Avila	Não condenado
Sargento	Sebastião Ferreira	Não condenado
Sargento	Sebastião Gonçalves de Lima	Não condenado

Sargento	Sebastião Medeiros Portella	Não condenado
Sargento	Severino Pereira da Veiga	Não condenado
Sargento	Thomaz Antonio Lefrini [ou Zeferino]	Não condenado
Sargento	Urbano Ribeiro de Assis Bastos	Não condenado
Sargento	Venerando Pinto da Fonseca	Não condenado
Sargento	Ventura de Britto Fonseca	Não condenado
Sargento	Waldomiro de Oliveira Stipp	Não condenado
TOTAL: 125		

Fonte dos dados: APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927.

*Selecionado para análise de trajetória.

Quadro 12 - Indiciados e condenados: Sargentos da Força Pública de SP

Patente	Nome	Acórdão (STF, 1928)
Sargento	Antenor Macedo	3 anos e 4 meses de reclusão, como cúmplice
Sargento	Antonio do Nascimento	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Benedicto de Paula*	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Bernardino Lopes*	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Bonifácio Rodrigues da Silva	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Dorival Pereira de Almeida	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Francisco Pereira Coutinho	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Gabriel Pereira da Silva	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Gumercindo Saraiva*	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	João Pires [ou Pinto] dos Santos	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Joaquim José de Oliveira Neves	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Jorge Danton da Silva	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Julio Prado das Neves*	5 anos de reclusão como coautor
Sargento	Antonio Quirino Monteiro de Oliveira	Não condenado
Sargento	Azarias Augusto de Britto	Não condenado
Sargento	Adherbal Serpa	Não condenado
Sargento	Agostinho Navarro Munhoz	Não condenado
Cabo	Benedicto Auricelino	Não condenado
Sargento	Francisco Alvarez	Não condenado
Sargento	Francisco Berga	Não condenado
Sargento	Francisco Candido dos Santos	Não condenado
Sargento	José Gumercindo da Cunha	Não condenado
Sargento	Manoel Tapia Fugas	Não condenado
Sargento	Maxilon Gonçalves de Souza	Não condenado
Sargento	Oswaldo Ferreira de Mello	Não condenado
Sargento	Virgílio Cony [Gomes] Júnior	Não condenado
Sargento	Waldemar da Silva Braga	Não condenado
TOTAL: 27		

Fonte dos dados: APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927.

*Selecionado para análise de trajetória

Quadro 13 - Indiciados não identificados

Patente	Nome	Acórdão (STF, 1928)
Tenente	Jeovah Prestes	Não condenado
Tenente	Jorge Ferreira	Não condenado
Sargento	Leonel Tini	Não condenado
Tenente	Moraes Barros	Não condenado
Sargento	Olavo de Albuquerque	Não condenado
Sargento	Ralpho Carvalho	Não condenado
TOTAL: 6		

Fonte dos dados: APESP. Processo da Revolução de 1924, STF, n.º 1009 de 1927.

Quadro 14 - Condenados: Civis (Cumplices - grau máximo)

	Nome	Acórdão (STF, 1928)
Civil	Antonio Missoni	6 anos e 8 meses de reclusão, como cúmplice
Civil	Arnaldo Kuhn*	6 anos e 8 meses de reclusão, como cúmplice
Civil	Henrique Schulz	6 anos e 8 meses de reclusão, como cúmplice
Civil	João Ellinsen	6 anos e 8 meses de reclusão, como cúmplice
Civil	João Joaquim Tuchen	6 anos e 8 meses de reclusão, como cúmplice
Civil	Lamberti Sorrentino*	6 anos e 8 meses de reclusão, como cúmplice
Civil	Manoel Garcia Senra*	6 anos e 8 meses de reclusão, como cúmplice
Civil	Maximiliano Agid*	6 anos e 8 meses de reclusão, como cúmplice
Civil	Paulo Paludi [ou Jaludi]	6 anos e 8 meses de reclusão, como cúmplice
Civil	Plachichinsky	6 anos e 8 meses de reclusão, como cúmplice
Civil	Roberto Wogel	6 anos e 8 meses de reclusão, como cúmplice
TOTAL: 11		

Fonte dos dados: APESP. Processo da Revolução de 1924, STF, n.º 1009 de 1927.

*Selecionado para análise de trajetória.

Quadro 15 - Condenados: Civis (Cumplices - grau médio)

	Nome	Acórdão (STF, 1928)	Acórdão (STF, 1929)
Civil	Adolpho Moysés Narciso*	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado
Civil	Affonso Paulo Cavalcante de Albuquerque	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado
Civil	Alberto Costa	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado
Civil	Alcino Hind Paes Leme e Esselin*	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado
Civil	Arthur de Castro Carneiro Leão	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado
Civil	Carl Herdler*	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado
Civil	Carlos de Azambuja Ferreira*	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado
Ex-aluno da EMR	Diogo de Figueiredo Moreira Júnior	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado

Civil	Domingos Penna	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado
Civil	Heitor da Cunha Bueno*	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado
Ex-aluno da EMR	Hiram de Oliveira	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado
Civil	João de Almeida Ramalho	5 anos reclusão, como cúmplice	ABSOLVIDO
Civil	Julio Correa	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado
Civil	Leônidas da Silva Cardoso	5 anos reclusão, como cúmplice	ABSOLVIDO
Civil	Leopoldo de Abreu Cambraia	5 anos reclusão, como cúmplice	ABSOLVIDO
Civil	Lucio Gordines	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado
Civil	Marcos de Aguiar	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado
Civil	Maurio Muniz Guimarães	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado
Civil	Mauro Machado	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado
Civil	Miguel de Mattos Freitas*	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado
Civil	Orestes Correa de Castro	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado
Civil	Pedro de Alcantara Tocci*	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado
Civil	Romulo Antonelli	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado
Civil	Scyllas Borba	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado
Civil	Waldemar Hertel	5 anos reclusão, como cúmplice	Condenado
TOTAL: 25			

Fonte dos dados: APESP. Processo da Revolução de 1924, STF, n.º 1009 de 1927.

*Selecionado para análise de trajetória.

Quadro 16 - Condenados: Civis (Cúmplices - grau mínimo)

	Nome	Acórdão (STF, 1928)	Acórdão (STF, 1929)
Ex-aluno da EMR	Adriano Metello Júnior*	3 anos e 4 meses de reclusão, como cúmplices	Condenado
Civil	Álvaro Ribeiro*	3 anos e 4 meses de reclusão, como cúmplices	ABSOLVIDO
Civil	Augusto Pinheiro Lobo	3 anos e 4 meses de reclusão, como cúmplices	Condenado
Civil	Daniel Baptista de Oliveira Filho	3 anos e 4 meses de reclusão, como cúmplices	ABSOLVIDO
Civil	Francisco Octaviano da Silveira*	3 anos e 4 meses de reclusão, como cúmplices	ABSOLVIDO
Civil	Gonçalo Silveira	3 anos e 4 meses de reclusão, como cúmplices	Condenado
Civil	João Fina Sobrinho	3 anos e 4 meses de reclusão, como cúmplices	ABSOLVIDO
Civil	Lucio Damaso de Carvalho	3 anos e 4 meses de reclusão, como cúmplices	ABSOLVIDO

Civil	Pedro Magalhães Júnior	3 anos e 4 meses de reclusão, como cúmplices	ABSOLVIDO
Civil	Raymundo Barbosa Lima	3 anos e 4 meses de reclusão, como cúmplices	ABSOLVIDO
Civil	Tasso de Magalhães	3 anos e 4 meses de reclusão, como cúmplices	ABSOLVIDO
Civil	Vicente Ferraz Pacheco	3 anos e 4 meses de reclusão, como cúmplices	ABSOLVIDO
TOTAL: 12			

Fonte dos dados: APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927.

*Selecionado para análise de trajetória.

Quadro 17 - Indiciados civis não condenados

	Nome	Acórdão (STF, 1928)
Civil	Adalberto Kardos	Não condenado
Civil	Adelino Matta	Não condenado
Civil	Adolpho Reisig	Não condenado
Civil	Alante Lorenzetti	Não condenado
Civil	Alberto Baumer / Baumann	Não condenado
Civil	Alberto Comelli	Não condenado
Civil	Alberto Muller Pinto	Não condenado
Civil	Alberto Romulo	Não condenado
Civil	Aldo Mario Geri	Não condenado
Civil	Alexandre Augusto Camacho	Não condenado
Civil	Alfredo Bergamini	Não condenado
Civil	Alfredo Costa	Não condenado
Civil	Alfredo Eduardo Wehner	Não condenado
Civil	Alfredo Lopes da Costa Moreira	Não condenado
Civil	Alfredo Martins de Castro	Não condenado
Civil	Alípio Leme	Não condenado
Civil	Almiro Godinho dos Santos	Não condenado
Civil	Altair Rios	Não condenado
Civil	Álvaro Reis	Não condenado
Civil	Amadeu Berling	Não condenado
Civil	Americo Bruno	Não condenado
Civil	Americo Cariani	Não condenado
Civil	Americo del Grecco	Não condenado
Civil	Americo José Baptista	Não condenado
Civil	André de Toledo Assumpção	Não condenado
Civil	Anésia Pinheiro Machado	Não condenada
Civil	Ângelo Candia	Não condenado
Civil	Annibal do Val	Não condenado
Civil	Anselmo Petrolanda	Não condenado
Civil	Antonio Antunes Ribeiro	Não condenado
Civil	Antonio Carvalho Sobrinho	Não condenado
Civil	Antonio Cintra Júnior	Não condenado
Civil	Antonio Coelho Marinho	Não condenado

Civil	Antonio de Oliveira Cordeiro	Não condenado
Civil	Antonio Ferreira Cezarino Júnior	Não condenado
Civil	Antonio Gonçalves Fraga	Não condenado
Civil	Antonio Henrique de Arruda Camargo	Não condenado
Civil	Antonio Henrique de Oliveira	Não condenado
Civil	Antonio Joaquim Teixeira Lopes	Não condenado
Civil	Antonio Lopes	Não condenado
Civil	Antonio Luiz Fabiano	Não condenado
Civil	Antonio Mauá	Não condenado
Civil	Antonio Pontes	Não condenado
Civil	Antonio Rodrigues de Carvalho	Não condenado
Civil	Antonio Rovaris	Não condenado
Civil	Antonio Vieira (Toureiro)	Não condenado
Civil	Anubes Velloso Carneiro de Rezende	Não condenado
Civil	Argemiro Franco	Não condenado
Civil	Aric Tunlaka	Não condenado
Civil	Armando Lerro	Não condenado
Civil	Arnaldo Siclosi	Não condenado
Civil	Arthur Bastos	Não condenado
Civil	Arthur Moraes Goyano	Não condenado
Civil	Ascanio Acyoli Garcia	Não condenado
Civil	Ascendino Pacheco de Toledo	Não condenado
Civil	Augusto de Paula Moreira	Não condenado
Civil	Augusto Freire da Silva Júnior	Não condenado
Civil	Augusto Gewehr	Não condenado
Civil	Belmiro Simões Barbosa Lima	Não condenado
Civil	Benedicto Candido de Oliveira Doria	Não condenado
Civil	Benedicto João Pedroso	Não condenado
Civil	Benito Sergundes Pinto	Não condenado
Civil	Bento Lacerda de Oliveira	Não condenado
Civil	Bernardo Barbedo Possolo	Não condenado
Civil	Bernardo Gomes	Não condenado
Civil	Bernardo Savaget Sobrinho	Não condenado
Civil	Brasílio Gonçalves Rocha	Não condenado
Civil	Bruno Briger	Não condenado
Civil	Camillo Alves dos Santos	Não condenado
Civil	Camillo Ferraz de Magalhães	Não condenado
Civil	Camillo Washington Pourrat	Não condenado
Civil	Cantidio Bretas	Não condenado
Civil	Carl Rickter	Não condenado
Civil	Carlos Augusto do Amaral	Não condenado
Civil	Carlos de Oliveira	Não condenado
Civil	Carlos Gangl	Não condenado
Civil	Carlos Louvine Ennes	Não condenado
Civil	Carlos Muller de Campos	Não condenado

Civil	Carlos Ramecher [ou Rannecker]	Não condenado
Civil	Cassio Azevedo	Não condenado
Civil	Cesar Thiegen	Não condenado
Civil	Chateaubriand Carneiro Giraldes	Não condenado
Civil	Christóvão Eulalio dos Santos	Não condenado
Civil	Cicero Costa	Não condenado
Civil	Cid Camargo	Não condenado
Civil	Claudio Edelburque C. Leal Neto	Não condenado
Civil	Constantino Giorgian	Não condenado
Civil	Coriolano Ferraz do Amaral	Não condenado
Civil	Cyrenio Ferras de Aguiar	Não condenado
Civil	Daniel Maudl	Não condenado
Civil	Daniel Schinek	Não condenado
Civil	Darío de Carvalho	Não condenado
Civil	David Thomaz Webb	Não condenado
Civil	Demétrio Nazarenko	Não condenado
Civil	Deusdedit Augusto Loyolla	Não condenado
Civil	Diamantino Ferreira Filho	Não condenado
Civil	Dick van Hantsager	Não condenado
Civil	Dirceu Pinheiro	Não condenado
Civil	Domingos de Mattos Guedes	Não condenado
Civil	Domingos Demoyan	Não condenado
Civil	Duilio Poli	Não condenado
Civil	Durval Biento	Não condenado
Civil	Edgar Wogel	Não condenado
Civil	Edgard Travassos	Não condenado
Civil	Eduardo Camargo Soares	Não condenado
Civil	Eduardo da Costa Sampaio	Não condenado
Civil	Eduardo de Almeida Prado	Não condenado
Civil	Eduardo Lehmann	Não condenado
Civil	Egydio Fernandes	Não condenado
Civil	Elias Lopes	Não condenado
Civil	Elyseu Manoel Ramos	Não condenado
Civil	Emilio de Barros	Não condenado
Civil	Emilio Mesquita	Não condenado
Ex-aluno da EMR	Emydio da Costa Miranda	Não condenado
Civil	Ende Eisinger	Não condenado
Civil	Erick May	Não condenado
Civil	Ernani Lacerda de Oliveira	Não condenado
Civil	Ernesto Goldsmidt	Não condenado
Civil	Ernesto Martins Vieira	Não condenado
Civil	Ernesto Urbschaht	Não condenado
Civil	Estanislau Sampaio Leite	Não condenado
Civil	Euclides de Castro Carvalho	Não condenado
Civil	Eucydes Rocha	Não condenado

Civil	Eugenio Russo	Não condenado
Civil	Eugenio Walter	Não condenado
Civil	Eurico Dias Baptista	Não condenado
Civil	Evaristo Cunha	Não condenado
Civil	Ewald Bremescke [ou Brenneck]	Não condenado
Civil	F. R. Drews	Não condenado
Civil	Fernando Delamain	Não condenado
Civil	Firmiano Pinto	Não condenado
Civil	Firmo Lacerda de Vergueiro	Não condenado
Civil	Fith Deraldet Baumgartner	Não condenado
Civil	Francisco Alves Brizola	Não condenado
Civil	Francisco Criscuolo	Não condenado
Civil	Francisco de Moraes Machado	Não condenado
Civil	Francisco de Toledo Arruda	Não condenado
Civil	Francisco Fernandes	Não condenado
Civil	Francisco Giraldes Filho	Não condenado
Civil	Francisco Gonçalves de Souza	Não condenado
Civil	Francisco Gonçalves do Nascimento	Não condenado
Civil	Francisco Leite [ou Lopes] Gutierrez	Não condenado
Civil	Francisco Manoel Pinola	Não condenado
Civil	Francisco Martins Theodoro	Não condenado
Civil	Francisco Rodrigues	Não condenado
Civil	Francisco Salomão	Não condenado
Civil	Francisco Vaz Filho	Não condenado
Civil	Franz Piosek	Não condenado
Civil	Frederico Brunner	Não condenado
Civil	Frederico Darrel [ou Dawel]	Não condenado
Civil	Frederico Leucke [ou Zenke]	Não condenado
Civil	Frederico Sturtz	Não condenado
Civil	Fritz Roesler	Não condenado
Civil	Gasparino Cordeiro	Não condenado
Civil	Gastão Pupo	Não condenado
Civil	Gerkard Nagel [ou Nigel]	Não condenado
Civil	Geronymo de Oliveira	Não condenado
Civil	Gil Rocha	Não condenado
Civil	Giulio Chernel	Não condenado
Civil	Guilherme Dowschka	Não condenado
Civil	Guilherme Krey	Não condenado
Civil	Guilherme Landell de Moura	Não condenado
Civil	Guilherme Ritcher	Não condenado
Civil	Gumercindo Pires	Não condenado
Civil	Hainrich Arens	Não condenado
Civil	Hans Kahl	Não condenado
Civil	Hans Vitt [ou Witt]	Não condenado
Civil	Harry Thunzlak	Não condenado

Civil	Henrique Hager	Não condenado
Civil	Henrique Holmann [ou Halzmann]	Não condenado
Civil	Herbert Spenser da Fonseca	Não condenado
Civil	Hermann Halmann	Não condenado
Civil	Heuze Hermann	Não condenado
Civil	Hirsch Hans Vitt	Não condenado
Civil	Horácio de Oliveira Leite	Não condenado
Civil	Ignacio Caldeira	Não condenado
Civil	Ignacio Florêncio da Silveira	Não condenado
Civil	Ignacio Tavares	Não condenado
Civil	Irineu de Godoy	Não condenado
Civil	Israel Pires do Amaral	Não condenado
Civil	Italo Landucci	Não condenado
Civil	J. Cunha Braga	Não condenado
Civil	Jacob Amâncio de Andrade	Não condenado
Civil	Jacob Beiser	Não condenado
Civil	Jayme Rocha	Não condenado
Civil	Jeronymo Ferri Sparano	Não condenado
Civil	João Assino	Não condenado
Civil	João Assumpção	Não condenado
Ex-aluno da EMR	João Baptista Monteiro	Não condenado
Civil	João Berndt	Não condenado
Civil	João Binder	Não condenado
Civil	João Braga Filho	Não condenado
Civil	João Cagni Cesar	Não condenado
Civil	João Dugaesek	Não condenado
Civil	João José Chiossi	Não condenado
Civil	João Leite Ribeiro Júnior	Não condenado
Civil	João Lopes da Silva	Não condenado
Civil	João Meutzel	Não condenado
Civil	João Moro	Não condenado
Civil	João Pedro Toledo Martins	Não condenado
Civil	João Piffer	Não condenado
Civil	João Pleshati	Não condenado
Civil	João Pucci	Não condenado
Civil	João Silveira Mello	Não condenado
Civil	João Thabler [ou Taller]	Não condenado
Civil	João Theodoro Mattosinho	Não condenado
Civil	João Thomaz Monteiro da Silva	Não condenado
Civil	Joaquim Galvão de França	Não condenado
Civil	José Abelardo Bauer	Não condenado
Civil	José Alonso	Não condenado
Civil	José Augusto do Amaral	Não condenado
Civil	José Baptista Machado	Não condenado
Civil	José Barbosa de Oliveira	Não condenado

Civil	José Bastos	Não condenado
Civil	José Bernardo	Não condenado
Civil	José Carlos de Macedo Soares	Não condenado
Civil	José Carvalho de Oliveira	Não condenado
Civil	José da Costa	Não condenado
Civil	José de Castro Carvalho	Não condenado
Civil	José de Góes Artigas	Não condenado
Civil	José Duarte Nunes	Não condenado
Civil	José Eduardo de Macedo Soares	Não condenado
Civil	José Evangelista de Paiva	Não condenado
Civil	José Felício Gomes	Não condenado
Civil	José Fernandes	Não condenado
Civil	José Gonçalves Fraga	Não condenado
Civil	José Joaquim de Castro Afilhado	Não condenado
Civil	José Lima Vieira Filho	Não condenado
Civil	José Louzada	Não condenado
Civil	José Marcondes Netto	Não condenado
Civil	José Maria de Almeida Prado	Não condenado
Civil	José Martiniano de Azevedo Júnior	Não condenado
Civil	José Mimerato	Não condenado
Civil	José Paulo de Macedo Soares	Não condenado
Civil	José Pedreiro	Não condenado
Civil	José Pedroso	Não condenado
Civil	José Regueiro de Almeida	Não condenado
Civil	José Tambert	Não condenado
Civil	José Thomaz Ferreira	Não condenado
Civil	José Trajano Marcondes Machado	Não condenado
Civil	José Xavier de Mendonça Filho	Não condenado
Civil	Joseph Hieble	Não condenado
Civil	Josino de Almeida Salles	Não condenado
Civil	Jovino Pereira de Carvalho	Não condenado
Civil	Julio Ferraz de Camargo	Não condenado
Civil	Julio Pereira	Não condenado
Civil	Justiniano Theodoro de Alvarenga	Não condenado
Civil	Juvêncio Silva	Não condenado
Civil	Kannegiesser	Não condenado
Civil	Lazaro de Moraes	Não condenado
Civil	Lazaro Thimoteo do Amaral	Não condenado
Civil	Leobino Silva	Não condenado
Civil	Leocádio Rosa	Não condenado
Civil	Leonino Viegas	Não condenado
Civil	Lino Pereira	Não condenado
Civil	Lopes [ou Lojos] Papp	Não condenado
Civil	Lucas Masculo	Não condenado
Civil	Luciano Pereira	Não condenado

Civil	Ludgero Moraes	Não condenado
Civil	Luiz Berbedo Filho	Não condenado
Civil	Luiz Cesar Votta	Não condenado
Civil	Luiz Delamain	Não condenado
Civil	Luiz Fiuza	Não condenado
Civil	Luiz Gonzaga Falcão	Não condenado
Civil	Luiz Temporelli	Não condenado
Civil	Luiz Varadi	Não condenado
Civil	Manoel Alves da Silva	Não condenado
Civil	Manoel Caetano	Não condenado
Civil	Manoel Candido de Oliveira Guimarães	Não condenado
Civil	Manoel da Cunha Bittencourt	Não condenado
Civil	Manoel da Silva Parteira	Não condenado
Civil	Manoel Deodoro Pinheiro Machado	Não condenado
Civil	Manoel Fialho da Motta	Não condenado
Civil	Manoel Fina	Não condenado
Civil	Manoel Galvão de França	Não condenado
Civil	Manoel Heraclis Borges	Não condenado
Civil	Manoel Marcellino de Oliveira	Não condenado
Civil	Manoel Nominando de Oliveira	Não condenado
Civil	Manoel Salustiano Cavalcanti	Não condenado
Civil	Manoel Spaleck	Não condenado
Civil	Marcial Toledo	Não condenado
Civil	Mario Arantes de Almeida	Não condenado
Civil	Mario Guecco	Não condenado
Civil	Mario Jonas	Não condenado
Civil	Matim Gueiser	Não condenado
Civil	Miguel Sansigolo	Não condenado
Civil	Nelson de Oliveira	Não condenado
Civil	Nestor Pinto Cesar	Não condenado
Civil	Norberto Vieira	Não condenado
Civil	Nuno Viegas	Não condenado
Civil	Octávio Moreira Guimarães	Não condenado
Civil	Octávio Pinheiro Brizola	Não condenado
Civil	Orestes Zerbinatti	Não condenado
Civil	Orlando Correa de Albuquerque	Não condenado
Civil	Oscar Cortez	Não condenado
Civil	Oscar Garrido	Não condenado
Ex-aluno da EMR	Oscar Soares Dutra	Não condenado
Civil	Oscar Wilker	Não condenado
Civil	Oswaldo Raposo de Almeida	Não condenado
Civil	Otto Aquino de Magalhães	Não condenado
Civil	Otto Grossz	Não condenado
Civil	Pagé de Souza Carvalho	Não condenado
Civil	Paulo Elydio [ou Egydio] de Assumpção	Não condenado

Civil	Paulo Harmath	Não condenado
Civil	Paulo Ritcher	Não condenado
Ex-aluno da EMR	Paulo Vieira da Rosa	Não condenado
Civil	Pedro Carvalho	Não condenado
Civil	Pedro de Alcantara (Marinheiro)	Não condenado
Civil	Pedro de Campos Lacerda	Não condenado
Civil	Pedro Duarte da Silva	Não condenado
Civil	Pedro Guilherme Landell de Moura	Não condenado
Civil	Pedro Muller	Não condenado
Civil	Pedro Pehl	Não condenado
Civil	Pedro Silva	Não condenado
Civil	Philogônio Theodoro de Carvalho	Não condenado
Civil	Plinio Camargo	Não condenado
Civil	Plinio Lacerda de Vergueiro	Não condenado
Civil	Remo Roselli	Não condenado
Civil	Renato Fulton Silveira da Motta	Não condenado
Civil	Renato Lopes	Não condenado
Civil	Reynaldo Husemann	Não condenado
Civil	Ricardo Swicker	Não condenado
Civil	Richard Stamacher	Não condenado
Civil	Riolando de Almeida Prado	Não condenado
Civil	Roberto Antonio	Não condenado
Civil	Roberto de Carvalho	Não condenado
Civil	Rodolpho Agid	Não condenado
Civil	Rodolpho Sckweisser	Não condenado
Civil	Salathiel Toroca	Não condenado
Civil	Samuel Pinheiro Machado	Não condenado
Civil	Sansão Lino Machado	Não condenado
Civil	Sebastião Alves Pinheiro	Não condenado
Civil	Sebastião de Camargo	Não condenado
Civil	Sebastião Ferreira Tarouquella	Não condenado
Civil	Sebastião Saraiva	Não condenado
Civil	Sebastião Silveira	Não condenado
Civil	Seraphim Barcellos	Não condenado
Civil	Sixtem [ou Siretem Kjllstrom]	Não condenado
Civil	Sylvino Botelho	Não condenado
Civil	Sylvio Lopes Marcondes	Não condenado
Civil	Szanto [ou Isanto] Aladar	Não condenado
Civil	Tancredo Rodrigues dos Santos	Não condenado
Civil	Teixeira Lima	Não condenado
Civil	Tharsis Cabral de Mello	Não condenado
Civil	Theodoro Rami	Não condenado
Civil	Theodoreto Gomes	Não condenado
Civil	Ulysses Lellot	Não condenado
Civil	Vicente Aiello	Não condenado

Civil	Vidal Xavier de Mendonça	Não condenado
Civil	Waldemar de Almeida Valle Filho	Não condenado
Civil	Waldomiro Rosa	Não condenado
Civil	Walter Marzinkowsk	Não condenado
Civil	Wehner	Não condenado
Civil	Wilhelm Schock	Não condenado
Civil	Wilheml Stuff	Não condenado
Civil	Willy Skulz	Não condenado
Civil	Zoroastro Gouvêa	Não condenado
TOTAL: 357		

Fonte dos dados: APESP. **Processo da Revolução de 1924**, STF, n.º 1009 de 1927.

FONTES CITADAS

Arquivo Edgard Leuenroth – Universidade Estadual de Campinas (AEL/Unicamp)

Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem. Circulares nº 280, 291 e 346.

Arquivo Público Mineiro (APM)

Fundo Arthur Bernardes. Notação: AB-PR-CX. 76, 83, 87, 89, 92 e 100.

Acervo Iconográfico: AB-05-4-032(01), AB-05-4-032(02), AB-05-4-032(03), AB-05-4-024(04) e AB-05-4-028(06).

Arquivo Histórico do Exército (AHEx)

Assentamento de Adriano Metello Júnior. Notação: XVI-9-1

Assentamento de Antônio Abílio Gonçalves de Oliveira. Notação: II.18.21

Assentamento de Arlindo de Castro Carvalho. Notação: XIII-7-7.

Assentamento de Benedicto Baptista de Souza. Notação: XXX-49-92

Assentamento de Custodio de Oliveira. Notação: XXX-49-140

Assentamento de Eugenio de La Corte. Notação: XX-17-73

Assentamento de Franklin Pinheiro. Notação: I-3-29.

Assentamento de Honorato Augusto Douguet Leitão. Notação: IV-13-26.

Assentamento de Isidoro Dias Lopes. Notação: IV-16-119.

Assentamento de Joaquim Nunes de Carvalho. Notação: XII-10-6.

Assentamento de Luso Alves Garrido. Notação: VI-21-25

Assentamento de Manoel Mendes de Moraes. Notação: XI-10-4.

Escola Militar do Realengo. Ordens do dia. 1916.

Escola Militar do Realengo. Boletins. 1918-1921.

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

Correspondência da Revolução de 1924. LOBATO, Monteiro. **Carta para Arthur Bernardes**. São Paulo, 09 de agosto de 1924.

DEOPS. **Prontuário de Manoel Garcia Senra**. N° 78.101.

DEOPS. **Prontuário de Conrado Bernaca**. N° 487

Processo da Revolução de 1924, STF, n.º 1009 de 1927.

STJ. **Sucessos Subversivos de São Paulo**. Julgamento da Apelação. Acórdão. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928

TJSP. **Sucessos Subversivos de São Paulo**. Denúncia apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 1ª Vara de São Paulo pelo Procurador Criminal da República, em comissão no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

TJSP. **Sucessos Subversivos de São Paulo**. Despacho de Pronúncia. Parecer do Procurador Criminal da República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

Hemeroteca:

Correio Paulistano, São Paulo, jul.1924.

Diário Popular, São Paulo, 10 e 29 jul. 1924.

Marreta: seminário de combate, São Paulo, 19 jul. 1924

O Estado de São Paulo, São Paulo, jul. 1924.

Arquivo Nacional (AN)

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, junho de 1920.

Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. **Carta de Anésia Pinheiro Machado para Bertha Lutz**. Identificação: BR RJANRIO Q0.ADM, COR.A925.10

Biblioteca Nacional (BN)

Acervo Digital

RIBEIRO, Arthur Duarte. **Estado de São Paulo**: carta organizada com os mais recentes documentos. Rio de Janeiro: Casa Pietroluongo, 1924.

PLANTA da cidade de São Paulo, mostrando todos os arrabaldes e terrenos arruados. Rio de Janeiro, RJ: E.M.E, 1924.

Hemeroteca Digital:

A Batalha, Rio de Janeiro, 22 jul. 1933.

A Crítica, Rio de Janeiro, 2 dez. 1928.

A Gazeta, São Paulo, 28 e 29 jul. 1924; 13 ago. 1924.

A Manhã, Rio de Janeiro, 9 jan.1927; 6 jul.1932.

A Noite, Rio de Janeiro, 5 jan. 1922; 18 jul. 1943.

A República: Órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, 24 ago. 1924.

A Tribuna, Santos, 23 abr. 1925.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1 mar. 1912; 27 jul. 1924; 7 jul. 1925; 13 ago. 1925; 5 dez. 1926; 14 e 26 jan. 1927; 25 abr. 1929.

Correio Paulistano, São Paulo, 20 jan. 1920; 24 abr. 1920; 8 abr. 1922; 20 abr. 1924; jul. 1924; 05 e 12 ago. 1924; 11 nov. 1925; 18 out. 1926; 14 jul. 1927; 2 jul. 1953.

Diário da Noite, Rio de Janeiro, 24 set. 1942; 17 jul. 1943.

Diário da Noite, São Paulo, 15 jan. 1927; 20 mai. 1927.

Diário Nacional, São Paulo, 4 nov. 1928; 18 jun. 1929; 7 dez. 1930.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 13 ago. 1924; 25 abr. 1925; 15 mai. 1927; 12 jun. 1927; 2 jul. 1927.

Getulino, Campinas, 22 jun. 1924.

Ilustração Paulista: semanário de atualidades. Nº 73, Ano II, São Paulo, 20 jun. 1912.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 out. 1924.

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 20 mai. 1928; 23 fev. 1931.

Jornal do Comercio, São Paulo, 19 jul. 1924.

O Combate, São Paulo, 1 jul. 1921; 31 dez. 1921; 26 jan. 1922; 12, 18, 24, 29 e 30 jan. 1924; 14 e 27 fev. 1924; 19 abr. 1924; 11, 13 e 24 jun. 1924; 2 fev. 1925; 2 mai. 1925; 16 mar. 1926; 8 mai. 1926; 15 jan. 1927; 29 abr. 1927; 17 jul. 1927.

O Imparcial, Rio de Janeiro, 7 fev. 1922; 3 ago. 1924.

O Jornal, Rio de Janeiro, 18 out. 1924; 27 jan. 1925; 2 jan. 1927; 8 out. 1926; 2 jan. 1927; 1 fev. 1927; 29 mai. 1927; 18 out. 1929; 1 jan. 1931.

O Malho, Rio de Janeiro, 30 ago. 1924.

O Paiz, Rio de Janeiro, 31 mai. 1925.

Vida Paulista, n. 17, ano II, 1920.

Centro de Documentação e Memória - Universidade Estadual Paulista (CEDEM/Unesp)

A Capital, São Paulo, 08, 09, 13, 15, 17, 18, 20 jul. 1924; 09 ago. 1924.

A Plebe, São Paulo, 28 jul. 1924

Argus, São Paulo, 28 jul. 1924.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)

Arquivo Ítalo Landucci. **Alto comando e outros membros da Coluna Prestes**. ILA foto 006.

Arquivo Juarez Távora. **Carta de Alcantara Tocci para Luiz Carlos Prestes**. 3 de março de 1925.

Family Search

Atestado de óbito de Anésia Pinheiro Machado

Atestado de óbito de Winnifrede Thiré Bueno.

Fundação Energia e Saneamento

Banco de Imagens. Notação: REV24.001.107, REV24.001.018 e REV24.001.048.

Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (IIRGD)

Identificação de Domingos Teixeira de Barros. Ficha de n.º 37.674

Identificação de Índio do Brasil. Ficha de n.º 6141-4

Identificação de Manoel Mendes de Moraes. Ficha de nº1.277.759.

Identificação de Octaviano Gonçalves da Silveira. Ficha de nº14.458

Museu da Polícia Militar de São Paulo

Pastas Suspensas. **Termo de Declaração de Gumercindo Saraiva.**

Pastas Suspensas. **Fé de Ofício de José de Oliveira França.**

Pastas Suspensas. **Fé de Ofício Octaviano Gonçalves da Silveira.**

Reserva Técnica do Barro Branco. 4º B.P. Oficiais. **Livro de Assentamentos nº 50.**

Legislação

BRASIL. **Código Penal dos Estados Unidos do Brasil**, 1890.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891.**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890**. Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes.

BRASIL. **Decreto nº 18, de 7 de março de 1891**, que estabelece novo Código Penal para a Armada.

BRASIL. **Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907**. Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional.

BRASIL. **Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908**, que regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o Exército.

BRASIL. **Decreto nº 6.994, de 19 de junho de 1908**. Aprova o regulamento que organiza a Colônia Correccional de Dois Rios.

BRASIL. **Decreto nº 2.741, de 8 de janeiro de 1913**. Revoga os arts. 3º e 4º, parágrafo único, e 8 do decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907.

BRASIL. **Decreto nº 4.247, de 6 de janeiro de 1921.** Regula a entrada de estrangeiros no território nacional.

BRASIL. **Decreto n. 4.269, de 17 de janeiro de 1921.** Regula a Repressão do Anarquismo.

BRASIL. **Decreto nº 4.294, de 6 de julho de 1921.** Estabelece penalidades para contraventores na venda de cocaína, ópio, morfina e seus derivados.

BRASIL. **Decreto nº 15.848, de 20 de novembro de 1922.** Modifica algumas disposições dos regulamentos da Polícia Civil do Distrito Federal.

BRASIL. **Decreto nº 15.913, de 1º de janeiro de 1923.** Declara em estado de sítio, até 30 de abril deste ano, o território do Distrito Federal e o do Estado do Rio de Janeiro.

BRASIL. **Decreto nº 16.015, de 23 de abril de 1923.** Prorroga o estado de sítio até 31 de dezembro do corrente ano.

BRASIL. **Decreto n. 4.743, de 31 de outubro de 1923.** Regula a liberdade de imprensa e dá outras providencias.

BRASIL. **Decreto nº 16.422, de 19 de março de 1924.** Declara o estado de sítio por trinta dias, no Estado da Bahia, e dá outras providencias.

BRASIL. **Decreto nº 4.836, de 5 de julho de 1924.** Declara o estado de sítio por 60 dias, na Capital Federal e nos Estados do Rio de Janeiro e de S. Paulo.

BRASIL. **Decreto nº 16.526-A, de 14 julho de 1924.** Estende aos Estados de Sergipe e Bahia o estado de sítio decretado por sessenta dias pelo Congresso Nacional para a Capital Federal e para os Estados do Rio de Janeiro e de S. Paulo.

BRASIL. **Decreto nº 16.535, de 27 de julho de 1924.** Estende aos Estados do Amazonas e Pará o estado de sítio por sessenta dias.

BRASIL. **Decreto nº 16.563, de 26 de agosto de 1924.** Estende ao Estado de Matto Grosso o estado de sítio por 90 dias.

BRASIL. **Decreto nº 16.579, de 3 de setembro de 1924.** Prorroga, até 31 de dezembro de 1924, o estado de sítio decretado para os territórios do Distrito Federal e dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Matto Grosso, Sergipe, Pará, Amazonas e Bahia.

BRASIL. **Decreto nº 16.602, de 17 de setembro de 1924.** Estende ao Estado do Paraná o estado de sítio decretado até 3 de dezembro do corrente ano par aos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Matto Grosso, Sergipe, Pará, Amazonas e Bahia.

BRASIL. **Decreto nº 16.671, de 17 de novembro de 1924.** Estende ao estado do Rio Grande do Sul o estado de sítio até 31 de dezembro do corrente ano.

BRASIL. **Decreto nº 16.765, de 1 de janeiro de 1925.** Declara em estado de sítio no Distrito Federal e nos Estados de S. Paulo, Matto Grosso, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

BRASIL. **Decreto nº 16.767, de 2 de janeiro de 1925.** Estende aos Estados de Sergipe, Pará e Amazonas o estado sítio, decretado pelo decreto n. 16.765, de 1 de janeiro de 1925.

BRASIL. **Decreto nº 16.816, de 21 de fevereiro de 1925.** Estende ao Estado da Bahia o estado de sítio decretado pelo decreto nº 16.765, de 1 de janeiro do corrente ano.

BRASIL. **Decreto nº 16.890, de 22 de abril de 1925.** Prorroga o estado de sítio no Distrito Federal e nos Estados do Amazonas, Pará, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Matto Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

BRASIL. **Decreto nº 17.174, de 31 de dezembro de 1925.** Prorroga o estado de sítio no Distrito Federal e nos Estados do Amazonas, Pará, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso.

BRASIL. **Decreto nº 17.291, de 23 de abril de 1926.** Prorroga o estado de sítio até o dia 31 de dezembro do corrente ano, no Distrito Federal e nos Estados do Amazonas, Pará, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará.

BRASIL. **Decreto nº 17.616, de 31 de dezembro de 1926.** Declara em estado de sítio, até 31 de janeiro de 1927, no território dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás.

BRASIL. **Decreto nº 17.658, de 31 de janeiro de 1927.** Prorroga, nos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás, o estado de sítio de que trata o decreto nº 17.616, de 31 de dezembro de 1926, até o dia 28 de fevereiro próximo.

BRASIL. **Decreto nº 17.683, de 10 de fevereiro de 1927.** Suspende o estado de sítio nos territórios dos Estados de Mato Grosso e Goiás, por estar extinta a revolta a mão armada que desde 1922 conflagrou o Brasil.

BRASIL. **Decreto nº 19.395, de 8 de novembro de 1930.** Concede anistia a todos os civis e militares envolvidos nos movimentos revolucionários ocorridos no país.

BRASIL. **Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002.** Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.** Dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 348, de 6 de abril de 1896.** Dá regulamento à Força Pública do Estado.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 979, de 23 de dezembro de 1905.** Reorganiza o serviço policial do Estado.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 1.343, de 17 de dezembro de 1912.** Fixa a Força Pública do Estado do Estado para o exercício de 1913.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 2.490-A, de 25 de maio de 1914.** Dá regulamento para o Curso Especial Militar.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 1.006, de 17 de setembro de 1906.** Denominando “Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça e da Segurança Pública” a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, suprimindo o cargo de chefe de Polícia e dando outras providências.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto de 29 de julho de 1924.** Desliga da Força Pública do Estado de São Paulo todos os oficiais inferiores e praça que participaram da recente revolta.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 3.726-A, de 7 de setembro de 1924.** Cria a Medalha da Legalidade.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 2.141, de 22 de outubro de 1924.** Cria a Guarda Civil da Capital.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 2.034, de 30 de dezembro de 1924.** Reorganiza a Polícia do Estado.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 2.141, de 22 de outubro de 1926.** Cria a Guarda Civil da Capital.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 5.285, de 18 de fevereiro de 1959.** Dispõe sobre o Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado.

Livros de Memórias

BARROS, João Alberto Lins de. **A Marcha da Coluna.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

CABANAS, João. **A Coluna da Morte.** São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CARVALHO, Joaquim Nunes de. **1922- 5 de julho - 1924.** Rio de Janeiro: Ed. Henrique Velho, 1944.

CARVALHO, Joaquim Nunes de. **A Revolução no Brasil (1924-1925):** Apontamentos para a História. Minha Defesa. Buenos Aires: Tallebes Gráficos Argentinos de L. J. Rosso y Cia Belgrano, 1925.

CHEVALIER, Carlos Saldanha da Gama. **Memórias de um revoltoso ou legalista?** Niterói: Vitoria, 1927.

COSTA, Ciro; GOES, Eurico de. **Sob a metralha...** História da Revolta em São Paulo. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1924.

DUARTE, Paulo. **Agora Nós! Crônica da Revolução Paulista**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

GEENEN, Henrique. **Aventuras de uma família de São Paulo durante a Revolta de julho de 1924**. São Paulo: Romero & Comp., 1925.

LACERDA, Maurício de. **Entre duas revoluções**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro Freitas Bastos, Spicer & Cia, 1927.

LANDUCCI, Ítalo. **Cenas e Episódios da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1952.

LEITE, Aureliano. **Dias de Pavor: figuras e cenas da Revolta de S. Paulo**. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1924.

LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes: marchas e combates**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

NORONHA, Abílio de. **Narrando a verdade: contribuição para a História da Revolta em São Paulo**. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1924.

OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. **1924 A Revolução de Isidoro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SOARES, José Carlos de Macedo. **Justiça: Revolta Militar de São Paulo**. Paris: S.C.E., 1925.

TÁVORA, Juarez. **À Guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924**. Vol. 1. São Paulo: O Combate, 1927.

TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas: Memórias 1º Volume - Da planície à Borda do Altiplano**. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1974.

BIBLIOGRAFIA

AA.VV. **Bakunin cent'anni dopo.** Atti del convegno Internazionale di studi bakuniniani. Milano: Edizioni Antistato, 1977.

ABREU, Alzira Alves de. (Org.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

AMADO, Jorge. **O Cavaleiro da Esperança:** vida de Luís Carlos Prestes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ANDRADE, Euclides; Câmara, Hely F. **A Força Pública de São Paulo.** Esboço Histórico (1831-1931). São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista, 1931.

ANDREWS, George Red. **Negros e brancos em São Paulo (1889-1988).** Trad. Magda Lopes. Bauru, SP: Edusc, 1998.

ARAGÃO, Isabel. **Da caserna ao cárcere:** uma identidade militar-rebelde construída nas prisões (1922-1930). Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

ARAUJO NETO, Adalberto Coutinho. O Socialismo tenentista: a Legião Cívica 5 de Julho de São Paulo. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, nº 48, jun. 2011.

ARAUJO NETO, Adalberto Coutinho de. **O socialismo tenentista:** trajetória, experiência e propostas de políticas públicas e econômicas dos socialistas tenentistas no Estado de São Paulo na década de 1930. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ASSIS, Machado de. **Bons Dias.** Domínio Público.

BARRETO, Adriana. **Duque de Caxias:** O Homem Por Trás do Monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República:** de 1889-1930. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

BASTOS, Abguar. **Prestes e a revolução social.** São Paulo: Hucitec, 1986.

BATALHA, Claudio H. M. **O Movimento Operário na Primeira República.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BEATTIE, Peter M. **Tributo de Sangue:** Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945. Trad. Fábio Duarte Joly. São Paulo: Edusp, 2009.

BERTONHA, João Fábio. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BESSA, Virgínia de Almeida. Do palco ao disco: música caipira e construção de identidades na cidade de São Paulo. **Revista OPUS**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 308-335, nov. 2019.

BIONDI, Luigi. **Classe e nação**: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo (1890-1920). Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (Orgs.) **Dicionário de Política**. 11ª Ed. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOGLÁR, Lajos. **Mundo húngaro no Brasil**: do século passado até 1942. São Paulo: Humanitas, 2000.

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Octávio. **Agrarismo e Industrialismo**: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil - 1924. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

BRANDÃO, Octávio. **Combates e batalhas**: memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

BRETAS, Marcos Luiz. Polícia Política no Rio de Janeiro dos anos 20. **Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 3, 1997.

CAGGIANI, Ivo. **João Francisco**: a hiena do Cati. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1988.

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walter de (Orgs.). **Meio século de combate**: diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CAPELLA, Leila Maria Correa. **As malhas de aço do tecido social**: a revista “A Defesa Nacional” e o serviço militar obrigatório. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (Orgs.). **A Imprensa confiscada pelo Deops**: 1924-1954. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

CARONE, Edgar. **A República Velha**: evolução política. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

CARONE, Edgar. **A República Velha**: instituições e classes sociais. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

CARONE, Edgar. **O Tenentismo**. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, Gilmar Luiz de. **A Imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937**: características, mudanças e permanências. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CARVALHO, Maria Meire de. **Vivendo a verdadeira vida**: vivandeiras, mulheres em outras frentes de combates. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CARVALHO, José Murilo. A Utopia de Oliveira Viana. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. Entre a liberdade dos Antigos e a dos Modernos: A República no Brasil. **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 265-280, 1989

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Maria Clara Spada de. **Além da Marcha**: a (re)formação da Coluna Miguel Costa – Prestes. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

CASTRO, Hebe. História Social. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Eds.). **Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CINTRA, Marcelo. **A imprensa imigrante**: trajetória da imprensa das comunidades imigrantes em São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

COHEN, Ilka Stern. **Bombas sobre São Paulo**: A Revolução de 1924. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CORREA, Anna Maria Martinez. **A Rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1976.

CORSI, Ermanno. **Aspettando Capri**. Napoli: Guida, 2003.

COSTA, Emília Votti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

COSTA, Edgard. **Os grandes julgamentos do Supremo Tribunal Federal**. Primeiro volume (1892-1925). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

COSTA, Yuri Abyaza. **Miguel Costa**: um herói brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

CRISTOFI, Renato Brancaglione. **O Orientalismo arquitetônico em São Paulo (1895-1937)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Militares e militância**: uma relação dialeticamente conflituosa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

DANTAS, José Ibarê Costa. **O tenentismo em Sergipe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1974.

DE DECCA, Edgar. **1930, o silêncio dos vencidos**: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DE DECCA, Edgar. A revolução acabou. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 10, nº 20, p. 63-74, mar/ago. 1991.

DIAS, Everardo. **Bastilhas Modernas**: 1924-1926. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926.

DIAS, Everardo. **História das Lutas Sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962.

DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada**: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac, 2004.

DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista**: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: Historiografia e História. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris. Pequenos Ensaios de História da República. **Cadernos Cebrap**, São Paulo, n. 10, 1972.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**: 1890-1920. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Política e Segurança**. Força Pública do Estado de São Paulo: Fundamentos históricos-sociais. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

FERRARI, Marcela. Prosopografia e história política: Algumas aproximações. **Antíteses**, Londrina, v. 3, n. 5, 2010.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. V.1. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas. **Revista Tempo**, Niterói, v. 23, n. 3, p. 421-442, set./dez. 2017.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres**: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: FGV, 2018.

FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. **Fronteiras em definição**: identidades negras e imagens dos Estados Unidos e da África no jornal O Clarim da Alvorada (1924-1932). Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. **O pensamento nacional-autoritário e o estado de sítio na Primeira República**: faces do governo de Arthur Bernardes (1922-1926). Anais do 30º Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História, Recife, 2019.

GERALDO, Endrica. **O “perigo alienígena”**: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945). Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

GERALDO, Endrica. Os prisioneiros do Benevente. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n. 64, p. 61–76, 2012.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Eds.). **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ana Suelen Tossige Gomes; MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. O estado de exceção no Brasil republicano. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 3, jul., 2017.

GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 244–280, 1989.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e Política (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça). **Contemporânea Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v.1, n. 2, p. 17-36, 2011.

HAHNER, June E. **Pobreza e política**: os pobres urbanos no Brasil, 1870-1970. Trad. Cecy Ramires Maduro. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A classe operária no Brasil no Brasil**. 1889-1930. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A classe operária no Brasil no Brasil**. 1889-1930. Vol. 2. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos 20. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

HEINZ, Flávio (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

HISTÓRIA E ENERGIA. **A Light e a Revolução de 24**. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, nº 4, set. 1987.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric; RUDÉ, George. **Capitão Swing**. Trad. Marco A. Pamplona; Maria Luiza da Silva Pinto. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

KARAWEJCZYK, Mônica. O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018.

KAREPOVS, Dainis. **A classe operária vai ao Parlamento: O Bloco Operário e Camponês no Brasil (1924-1930)**. São Paulo: Alameda, 2006.

KAREPOVS, Dainis. **A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

KAREPOVS, Dainis. PSB-SP: Socialismo e tenentismo na Constituinte de 1933-34. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 13, n. 16, p. 169–198, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KRANTZ, Frederck (Org.). **A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos VII a XIX**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

KUHN, João Carlos Santos. **Resistências sagradas: Pátio do Colégio, secularização e reconstrução**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

LEMO, Renato Luis do Couto Neto e. Benjamin Constant: biografia e explicação histórica. **Revista Estudos Históricas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 67–82, 1997.

LEUENROTH, Edgard. **Anarquismo: roteiro de libertação social**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LEVI, Giovanni. **Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI-MOREIRA, S. Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924). **Revista de História**, São Paulo, n. 116, p. 67-74, 1984.

LEVI, Primo; BENEDETTI, Leonardo de. **Assim foi Auschwitz: Testemunhos 1945-1986**. Organização Fabio Levi e Domenico Scarpa; Tradução de Federico Carotti. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LIEUWEN, Edwin; JOHNSON, John J. **Militarismo e Política na América Latina**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. **Como nasceu o serviço funerário**. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura do Município, 1977.

LUCCA, Tânia Regina. Direitos Sociais no Brasil. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MACEDO, Allony Rezende de Carvalho. Passado, presente e futuro: revisitando as origens do Tenentismo e o nacionalismo autoritário das décadas de 1910 e 1920. **Revista Crítica Histórica**, Maceió, v. 11, n. 21, p. 417–446, 2020.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. A história militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da História Cultural. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 2, n. 4, jul. 2009.

MARIANO, Julio. **História da imprensa em Campinas**. Campinas: Indústrias Gráficas Massaioli Ltda, 1972.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. **A civilização do delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República (1889-1930)**. São Paulo: Alameda, 2014.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. **A caserna em polvorosa: a revolta de 1924 em Sergipe**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MENDES, Felipe Ucijara Guimarães. **Mashorqueiros ou procellários? A experiência tenentista no Maranhão: política, cultura histórica, imaginário, personagens...** Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

MEZZALIRA, Isabel Maria Alves; FLANDOLI, Ornella Regina. O Hospício de Alienados da província de São Paulo. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, nº 51, dez. 2011.

MONSMA, Karl. Apresentação: Charles Tilly, a Sociologia Histórica e a Formação do Estado Nacional. *In*: TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1996.

MORAIS, Fernando. **Olga**. 17ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. **Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros em 1910**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607–626, 2016.

NEILL, Macaulay. **A Coluna Prestes: Revolução no Brasil**. Trad. Flora Machman. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. O exército e o positivismo: identidade e autonomia política. **Pro-Posições**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 22–29, 1990.

ONODY, Oliver. A Imprensa Húngara no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 156, n. 379, 1995.

ONODY, Oliver. O culto dos santos húngaros no Brasil e a História da Igreja Católica Romana Húngara no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 153, n. 374, 1992.

PAIVA, Odair da Cruz; MOURA, Soraya. **Hospedaria de Imigrantes de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PAMPLONA, Marco A. A historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 215–238, 1996.

PAMPLONA, Marco A. **Revoltas, repúblicas e cidadania: Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da ordem republicana**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PEREIRA, Duarte Pacheco. **1924 O Diário da Revolução: os 23 dias que abalaram São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

PETRONE, Maria Tereza. Imigração. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**, Vol. 9. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Partido Democrático de São Paulo: adesões e aliciamento de eleitores (1926-1934). **Revista de História**, São Paulo, n. 117, p. 71-85, 1984.

PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes**: um comunista brasileiro. São Paulo: Boitempo, 2016.

PRESTES, Anita Leocádia. **Olga Benário Prestes**: uma comunista nos arquivos da Gestapo. São Paulo: Boitempo, 2017.

PRESTES, Anita Leocádia. **Os militares e a Reação Republicana**: as origens do tenentismo. Petrópolis: Vozes, 1993.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. 46ª Edição. Editora Record: Rio de Janeiro, 2013.

RAMOS, Guerreiro. **Crise do poder no Brasil**: problemas da Revolução Nacional brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. *In*: LEVI, Giovanni. **Herança Imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Trad. Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, Mariana Cardoso. Direitos fundamentais em tempo de paz e de guerra. A repressão aos italianos durante o varguismo (1930-1945). *In*: **Ammentu. Bolletino Storico, Archivistico e Consolare del Mediterraneo**, v. 5, p. 91-110, luglio-dicembre 2014.

RODRIGUES, Edgar. **Alvorada operária**: os congressos operários no Brasil. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

RODRIGUES, Edgar. **Novos Rumos**: pesquisa social 1922-1946. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1976.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Indesejáveis**: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946). Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Renovação e Revoltas: A Escola Militar do Realengo Entre a Primeira Guerra Mundial e a Revolução de 1930. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 2, n. 2, p. 322-343, 2009.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. *In*: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço**

e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 161–178, 2011.

ROMANI, Carlo. “**Clevelândia, Oiapoque - aqui começa o Brasil!**” Trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927). Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ROSE, R. S. **homem mais perigoso do país:** biografia de Filinto Muller, o temido chefe de polícia da ditadura Vargas. Trad. Renato Rezende. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim:** uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: Edusp, 2010.

ROSSETO, Pedro Francisco. **A cidade do curto século vinte:** uma história social do advento e difusão do padrão de casa urbana isolada no lote em Campinas como história da síntese (1917-1927) de um novo padrão de cidade. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ROUQUIÉ, Alain (Org.). **Os partidos militares no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 1980.

RUDÉ, George. **A multidão na história:** estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848). Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. O pensamento político de Virginio Santa Rosa: um esboço interpretativo. **Revista de História**, São Paulo, n. 161, p. 145–163, 2009.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Guerra e Guerra Revolucionária. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, N° 8, 1997.

SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. A revolta dos sargentos de 1915: memória e interpretações. *In: XIX Encontro de História da Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2020.

SAMIS, Alexandre. **Clevelândia:** anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Entremares; Intermezzo, 2019.

SANTA ROSA, Virginio. **O sentido do tenentismo.** 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano:** São Paulo e Pobreza (1890-1915). São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924 em Manaus.** Manaus: Suframa, 1990.

SANTOS, Marco Cabral dos; MOTA, André. **São Paulo 1932**: memória, mito e identidade. São Paulo: Alameda, 2010.

SANTOS, Renan Rosa dos. **Ideias e ações pela integração negra**: a trajetória do Jornal O Clarim da Alvorada (1924-1932). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISEB, 1963.

SARMENTO, Sílvia Noronha. **A raposa e a águia**: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República. Salvador: Edufba, 2011.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. *In*: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre (Orgs.). **Cultura de classes**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 6–33, 2011.

SCHMIDT, Flávia de Holanda. **Presença de militares em cargos e funções comissionados do Executivo Federal**. Nota Técnica. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022.

SCOTT, James C.; MENEZES, Marilda A.de; GUERRA, Lemuel. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10–31, 2002.

SESSO JR., Geraldo. **Retalhos da velha São Paulo**. 2. ed. São Paulo: OESP Maltese, 1986.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. *In*: **História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (Ed.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

SILVA, Hélio. **1922**: Sangue na areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SOARES, Oscar de Macedo. **Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil Comentado**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1910.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes**: análises e depoimentos. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

- SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SOUZA, Luís Antônio Francisco de. **Lei, cotidiano e cidade: polícia civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889-1930)**. São Paulo: IBCCRIM, 2009.
- STEPAN, Alfred. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Trad. Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova S. A., 1975.
- THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. 2. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.
- TOLEDO, Edilene. **Travessias Revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- TORRES, Alberto. **A Organização Nacional**. 3ª. [s.l.]: eBooksBrasil.org, 2002.
- TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**. 3. ed. [s.l.]: eBooksBrasil.org, 2002.
- UEÓCKA, Lorayne Garcia. **1924: Dossiê de uma rebelião**. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.
- VIANA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.
- VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005.
- VILLEROY, Augusto Ximeno de. **Benjamin Constant e a política Republicana**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1928.
- VISCARDI, Cláudia. Corporativismos: uma análise conceitual e historiográfica. *In*: ABREU, Luciano Aronne de; VANNUCCHI, Marco Aurélio (Orgs.). **Corporativismos ibéricos e latino-americanos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.
- VISCARDI, Cláudia. Direitos políticos e representação no Brasil Republicano (1891-1934). **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 9, n. 18, p. 49–62, 2017.
- VISCARDI, Cláudia M. R.; FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. Eleições na Primeira República. **Locus: Revista de História, Juiz de Fora**, v. 25, n. 2, p. 12–36, 2019.
- VISCARDI, Cláudia Maria R. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

WEINSTEIN, Barbara. **A Cor da Modernidade**: A Branquitude e a Formação da Identidade Paulista. Trad. Ana Maria Fiorini. São Paulo: Edusp, 2022.

WEINSTEIN, Barbara. Inventando a “mulher paulista”: política, rebelião e a generificação das identidades regionais brasileiras. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 1, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada**: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ZIMERMAN, Artur. Revisão bibliográfica da literatura quantitativa sobre os determinantes de guerra civil. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 60, 2005.